




11

RELATÓRIO E CONTAS | 11

ÍNDICE

DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 31-12-2011.....	3
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	4
1.1 Conjuntura Internacional	
1.2 Conjuntura Nacional	
1.2 Sistema Financeiro	
2. A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, SA E EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS EM 2011	21
2.1 <i>Advisory Services & Banking</i>	
2.2 <i>Treasury & Markets</i>	
2.3 <i>Trading & Sales</i>	
2.4 Gestão de Clientes	
2.5 Gestão de Activos	
2.6 <i>Private Equity</i>	
2.7 Actividade Desenvolvida por Sociedades da Fileira da Banca de Investimento Fora de Portugal	
3. ANÁLISE ÀS CONTAS E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	44
4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	48
5. NOTAS FINAIS	50
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	57
6.1 Demonstrações Financeiras Individuais e anexos	
6.2 Demonstrações Financeiras Consolidadas e anexos Balanço Demonstração de Resultados Demonstração do Rendimento Integral Demonstração de Variações em Capitais Próprios Demonstração de Fluxos de Caixa Anexo às demonstrações Financeiras	
7. INFORMAÇÕES	200
7.1 Informação nos termos do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais	
7.2 Acções Próprias e Participações Sociais Qualificadas	
8. RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS.....	224
9. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE	238
9.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário	
9.2 Remunerações	
ANEXOS.....	273
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	
Certificação Legal das Contas Individuais	
Certificação Legal das Contas Consolidadas	
Nota Ambiental Relativa à Produção deste Relatório	

The image features a large, abstract graphic design. It consists of several overlapping shapes: a large purple shape on the left, a large black circle on the right, and a smaller black circle on the left. The text '01 Enquadramento Macroeconómico' is centered within the black circle on the right.

01 Enquadramento
Macroeconómico

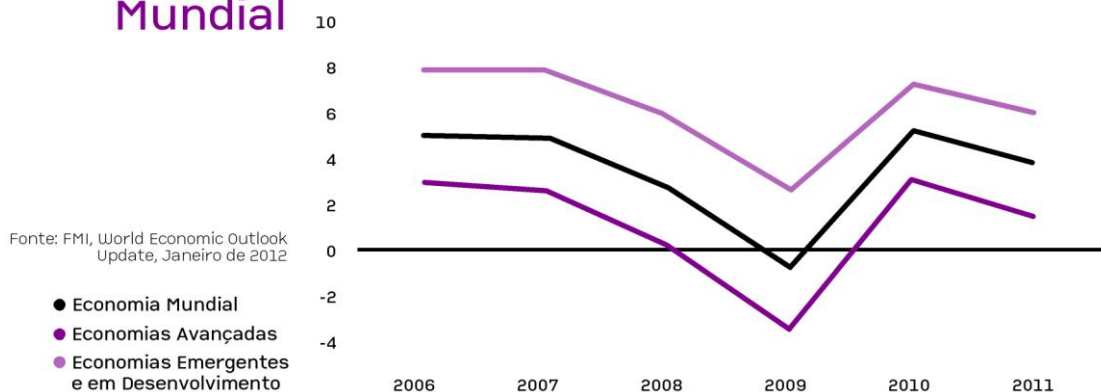
01

Enquadramento Macroeconómico

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

O ano de 2011 foi marcado pelo abrandamento do ritmo de expansão das principais economias mundiais, após a recuperação económica verificada em 2010. De acordo com o FMI, a economia global terá crescido 3,8% em 2011, face a um crescimento de 5,2% em 2010, tendo o crescimento sido mais acentuado nos países emergentes e mais moderado na generalidade das economias avançadas.

Evolução da Economia Mundial



Apesar da redução do ritmo de crescimento, a sustentabilidade do ciclo de expansão foi ainda condicionada por um conjunto de factores temporários, de entre os quais: i) os efeitos do terramoto e conseqüente tsunami no Japão; ii) a crise política em países do Norte de África e Médio Oriente, em particular na Líbia, e os efeitos ao nível do preço do petróleo; e, iii) o agravamento da crise de dívida soberana ocorrida na Zona Euro, com o contágio para a economia portuguesa e, na segunda metade do ano, para as economias espanhola e italiana.

A crise de dívida soberana que afecta os países da Zona Euro começou no final do ano de 2009 na Grécia e propagou-se no início de 2011 para Portugal, depois de ter obrigado a Irlanda a um pedido de ajuda externa no final de 2010. A desconfiança dos mercados financeiros relativamente à dívida de Portugal conduziu ao aparecimento de dificuldades crescentes no financiamento dos agentes públicos e privados e conduziu o governo a um pedido de assistência financeira à União Europeia, aos países membros da área do euro e ao FMI no dia 7 de Abril de 2011. No âmbito deste pedido, foi elaborado um alargado programa de ajustamento económico e financeiro para o período de 2011-14, o qual contempla um financiamento total de 78 mil milhões de euros. O programa centra a sua intervenção em 3 grandes áreas:

- Reformas estruturais para aumentar o crescimento potencial da economia;
- Estabelecimento de uma estratégia de consolidação orçamental credível;
- Desalavancagem ordenada do sector financeiro.

A crise na Zona Euro condicionou o acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas, devido às dificuldades de refinanciamento da banca, e pressionou os governos a anunciar políticas orçamentais mais restritivas com vista a

recolocar as finanças públicas em trajectória sustentável, caso da França, da Grécia, de Espanha, de Itália e Portugal. Estas medidas contraccionistas condicionam de forma significativa o processo de recuperação económica em curso. Paralelamente, os governos da Alemanha e França insistiram na necessidade de envolver os investidores privados nos programas de resgate financeiros dos países em dificuldade, o que veio agravar ainda mais o sentimento dos investidores.

O aumento da aversão ao risco sentido pelos investidores traduziu-se, em Agosto e Setembro de 2011, num contágio global em que a elevada volatilidade de mercado afectou igualmente os mercados da Zona Euro, demais mercados desenvolvidos e os mercados emergentes, com os fluxos de capital a caírem de forma pronunciada e as divisas a depreciarem face à moeda de refúgio, o dólar norte-americano.

Neste contexto, as economias avançadas registaram em 2011 um forte abrandamento no crescimento face ao registado em 2010, tendo passado, de acordo com o FMI, de um crescimento de 3,2% em 2010 para 1,6% em 2011. Neste bloco económico, a procura interna tem vindo a desacelerar, com o consumo privado a ser afectado pelas negativas condições do mercado de trabalho nas principais economias ao longo de 2011, com níveis de desemprego elevados e modesta criação de emprego. Paralelamente, regista-se na maioria destes países um processo de desalavancagem das famílias e das empresas, o que tem afectado tanto o comportamento do consumo privado como o do investimento residencial. O consumo público, por seu turno, tem sido afectado pela necessidade geral de consolidação das finanças públicas.

As economias emergentes e em desenvolvimento continuam a liderar o crescimento, apresentando uma dinâmica mais forte que as desenvolvidas, o que tem contribuído para o aumento do seu peso relativo na economia mundial. Esta dinâmica superior tem influenciado positivamente o preço de matérias-primas e a inflação a nível global. Adicionalmente estas economias permanecem com amplo espaço de manobra ao nível monetário e fiscal que permite compensar um abrandamento da actividade das economias desenvolvidas que se reflecta negativamente sobre as exportações das economias emergentes.

1.1 Desenvolvimentos das principais economias

A economia norte-americana perdeu dinâmica em 2011, com o crescimento a desacelerar de cerca de 3% em 2010 para 1,8% em 2011, tendo no entanto registado um desempenho distinto no primeiro e no segundo semestre do ano. Nos meses finais do ano, beneficiou dos efeitos técnicos positivos que resultaram da recuperação dos choques negativos sofridos na primeira metade de 2011, em particular em resultado da subida do preço do petróleo e das quebras do abastecimento da cadeia de produção, na sequência do terramoto do Japão. Esta recuperação permitiu alimentar um crescimento de cerca de 2,9% no último trimestre do ano e uma redução da taxa de desemprego, que passou de 9,1% no 3º trimestre para 8,7% no 4º trimestre. Ao longo do ano a confiança das empresas e das famílias deteriorou-se de forma marcada, afectada pela elevada volatilidade dos mercados financeiros e pelo *downgrade* do risco de crédito soberano.

A Reserva Federal Norte-Americana (FED) optou ao longo do ano pela manutenção das taxas de juro, tendo sinalizado que estas se iriam manter a níveis reduzidos por um período prolongado. Paralelamente, continuou com um processo de aquisição de dívida em mercado secundário (vulgarmente designado por *quantitative easing*), que havia sido iniciado em Novembro de 2010 e que se prolongou até Junho de 2011, envolvendo um montante aproximado de 600 mil milhões de dólares. Em Setembro, a FED anunciou a "operação *twist*", que consiste na troca de dívida de curto prazo por dívida de médio longo prazo, com a qual pretende estimular a economia através da redução das taxas de juro de

longo prazo. No final do ano, a Reserva Federal, numa alteração extremamente significativa, decidiu modificar a política de comunicação, com o objectivo de influenciar a formação de expectativas por parte dos agentes económicos, que assim poderão mais facilmente interpretar as próximas acções da FED e contribuir para o sucesso das suas políticas. Entre as principais novidades estão: i) a explicitação e publicação de um objectivo de médio prazo para a inflação, de 2%; ii) a publicação das projecções dos membros do comité de política monetária para trajectória das taxas de juro, que aponta para a manutenção das taxas próximo de zero até finais de 2014.

No continente asiático, a actividade económica permaneceu robusta, mas abrandou no primeiro semestre na sequência das disrupções na cadeia de produção, sobretudo nos sectores automóvel e de componentes electrónicos, causadas pelo terramoto e tsunami no Japão. Algumas economias registaram um abrandamento no crescimento das exportações, tendo embora a procura doméstica continuado a ser suportada pelo crescimento do crédito e da confiança empresarial e dos fortes mercados de trabalho.

Na economia japonesa, os dados mais recentes apontam para uma contracção do PIB em 2011 de -0,9%, em virtude da quebra das linhas de abastecimento de matérias-primas e bens intermédios às indústrias, após o terramoto de Março, e da queda das exportações. O abrandamento externo e a apreciação do iene têm contribuído para a deterioração da balança comercial, que apresentou em Dezembro o 9º défice consecutivo em termos ajustados de sazonalidade. No último trimestre o volume de exportações aumentou para os EUA mas caiu fortemente para a UE e ligeiramente para a Ásia.

O ambiente externo, em particular as tensões financeiras provocadas pela crise na Zona Euro, está a afectar o sentimento empresarial japonês e as empresas estão a reportar o adiamento de decisões de investimento. Os consumidores, por seu turno, continuam a sustentar a economia, suportados pelo novo programa governamental para a aquisição de viaturas, assim como pelo aumento do poder de compra em termos reais, dada a expectativa de continuação da deflação. Paralelamente, o esforço de reconstrução das infra-estruturas pós-terramoto deverá sustentar a recuperação na primeira metade de 2012.

De acordo com o FMI, a China registou um abrandamento do crescimento em 2011, de 10,4% para 9,2%. Este abrandamento está relacionado com a envolvente externa, sobretudo uma menor procura por parte da UE, que está a afectar o comportamento das exportações e a uma redução do excedente comercial. Paralelamente, o investimento imobiliário começou a corrigir fortemente na segunda metade de 2011. No entanto, com a inflação a cair de forma consistente desde o máximo de 6,5% atingido em Julho, situando-se em 4,1% em Dezembro, a política monetária alterou-se, passando o foco do combate à inflação para a estabilização do crescimento. Neste sentido, o Banco da China baixou o rácio de reservas legais dos bancos e existe ampla margem de manobra para continuar a medidas de estímulo monetário, assim como a política orçamental, que deverá ser igualmente acomodaticia, com cortes de impostos e mais despesa na habitação social, segurança social e agricultura.

Os países da América Latina e Caraíbas registaram no seu conjunto um crescimento de 4,6% em 2011, o que configura um abrandamento face ao crescimento de 6,1% registado em 2010. O crescimento na região foi forte no primeiro semestre do ano, impulsionado pelas exportações de matérias-primas, mas onde a procura interna, suportada por políticas acomodaticias e forte influxo de capitais, também desempenhou papel relevante. Na segunda metade do ano, a dinâmica de crescimento, começou a moderar-se, com a necessidade de reverter o sentido das políticas económicas e com os efeitos da crise financeira na Zona Euro. O Brasil deverá ter crescido 2,9% em 2011, significativamente abaixo do crescimento registado em 2010 (7,5%). Este abrandamento está relacionado com a visível queda da economia no 2º semestre de 2011, em resultado do efeito desfasado do aumento dos juros na 1ª metade do ano, da imposição medidas

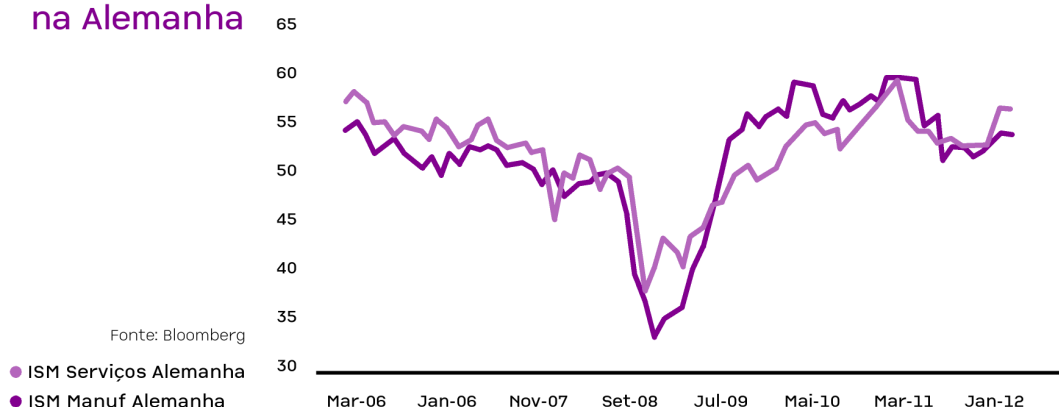
macro-prudenciais, da redução da oferta de crédito por parte do BNDES e da contenção dos gastos públicos. Adicionalmente, o impacto do ambiente externo sobre a confiança e da surpresa de inflação sobre o poder de compra real dos salários também tiveram efeito negativo.

A Zona Euro registou um ano marcado por elevada volatilidade dos mercados financeiros e riscos crescentes à estabilidade financeira. Os custos de financiamento dos Estados soberanos e dos bancos aumentaram nos países periféricos e a instabilidade propagou-se, por contágio, a países que até então tinham permanecido relativamente imunes, como Itália, Bélgica, Espanha, Áustria e até França.

Após um primeiro trimestre relativamente forte, a actividade económica desacelerou de forma significativa na segunda metade do ano, tendo a Zona Euro, no seu conjunto, registado um crescimento de 1,6% em 2011, após um crescimento de 1,9% em 2010. Este abrandamento, que se prolonga para 2012, fica a dever-se a uma combinação de factores, dentre os quais a subida das *yields* de dívida soberana, os efeitos sobre a economia real da desalavancagem bancária e os impactos da consolidação orçamental adicional anunciada pelos vários governos. Estes factores, em conjunto, tiveram impacto muito negativo sobre a confiança dos consumidores e dos empresários, que afectou também os países centrais da Zona Euro. A divergência de crescimento entre os vários países europeus acentuou-se em 2011, com alguns países a operarem a níveis próximos dos registados antes da crise (Dinamarca, Alemanha, Holanda, Polónia, Suécia, entre outros), e outros a níveis marcadamente inferiores, onde se incluem a periferia da Zona Euro (Grécia, Irlanda, Portugal).

Na Alemanha, apesar de um forte crescimento registado para o conjunto do ano de 2011, de 3%, o PIB já terá contraído no 4º trimestre do ano, apesar da procura interna se manter relativamente resiliente e o nível de emprego continuar a aumentar. Em França, por seu turno, o crescimento situou-se em 1,6% em 2011, mas a economia finalizou o ano em clima recessivo, afectada pela crise da Zona Euro, pela perda do *rating* de AAA e pela incerteza política resultante da realização de eleições presidenciais (cuja primeira volta se realiza a 22 de Abril de 2012).

Confiança da Indústria e dos Serviços na Alemanha



A Espanha deverá ter registado em 2011 um crescimento moderado, que o FMI estima em 0,7%. A economia espanhola sofreu, após a cimeira europeia de 21 de Julho na qual se decidiu a participação do sector privado no novo pacote de resgate à Grécia, um forte ataque por parte dos mercados financeiros, que especularam sobre a sustentabilidade da

trajectória das finanças públicas e sobre a necessidade de o país ter de recorrer a um pacote de ajuda externa. Esta instabilidade conduziu a eleições antecipadas e à mudança de Governo, tendo o novo Governo anunciado, em Novembro, um novo pacote de medidas de austeridade com o objectivo de atingir um défice público de 4,4% do PIB em 2012, que incluem medidas de corte de despesa e de aumento de impostos que, em conjunto, ascendem a 1,4% do PIB.

Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou, durante o primeiro semestre de 2011, o processo de normalização das condições monetárias após as medidas excepcionais tomadas na sequência da crise financeira de 2008/09. Assim, o BCE procedeu à subida das taxas de juro directoras em Abril, de 1,00% para 1,25%, tendo no início de Julho procedido a um novo aumento para 1,50%. Paralelamente, o BCE continuou, nos primeiros 3 meses do semestre e no contexto da crise da dívida soberana, com o programa de compra em mercado secundário de dívida de países da Zona Euro com dificuldades de financiamento, através de operações esterilizadas.

No entanto, o agravamento das condições económicas e a instabilidade dos mercados financeiros durante os meses de Verão conduziram o BCE a inverter as subidas anteriores, tendo procedido ao corte das taxas de juro em 50 pontos base (25 pontos em Novembro e Dezembro), colocando-as no mesmo nível do início do ano, e ao anúncio de novas medidas não convencionais, que incluíram cedências de liquidez em quantidade ilimitada a taxa fixa pelo prazo de 3 anos (LTRO), a primeira das quais realizada em finais de Dezembro de 2011 (que envolveu a cedência de cerca de 489 mil milhões de euros por cerca de 523 instituições na Zona Euro), e novas regras de aceitação de colateral nas operações de refinanciamento dos bancos.

O abaixamento das notações de *rating* de um conjunto de países da Zona Euro por parte da agência *Standard & Poors*, que conduziu à perda do *rating* de AAA por parte da França e da Áustria implicou a perda por parte do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) de cerca de 180 mil milhões de euros de garantias AAA e a perda do seu próprio estatuto de AAA, o que pode dificultar ainda mais o apoio aos países sem acesso ao financiamento de mercado. As autoridades estão por isso focadas em aprovar as regras do Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE), que deverá entrar em funcionamento em Julho de 2012 (inicialmente previsto para 2013), requerendo para tal alterações aos tratados da UE. Em paralelo, continuam os avanços para o estabelecimento do chamado “fiscal compact”, que pretende estabelecer as regras de uma arquitectura institucional estável para a Zona Euro (ZE) e que inclua, entre outros aspectos, limites constitucionais (ou em leis de poder reforçado) aos défices e endividamento e o envolvimento do Tribunal Europeu de Justiça para garantir o seu cumprimento; submissão prévia, para validação, dos orçamentos nacionais a órgãos de supervisão multilaterais; sistema de sancionamento e penalização automática para os não cumpridores.

2. CONJUNTURA NACIONAL

A economia nacional encontra-se condicionada e enquadrada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a UE, os países da Zona Euro e o FMI, e que pressupõe um processo de ajustamento que se deverá caracterizar, em traços gerais, pela conjugação dos processos de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A sua concretização será particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade tendencial em Portugal.

2.1 Procura e Oferta

A conjuntura nacional caracterizou-se, em 2011, pela continuação do agravamento das condições económicas, que se verifica desde a segunda metade de 2010. Este agravamento é visível na evolução do PIB, que terá registado uma queda de -1,5% em 2011. A redução da variação anual do produto deveu-se a uma redução acentuada do investimento e das despesas de consumo final das famílias. Associado à queda do consumo, verificou-se uma diminuição das importações de bens e serviços, enquanto as exportações, por seu turno, mantiveram um ritmo elevado de crescimento, o que se reflectiu num contributo positivo da procura externa líquida. A taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre situou-se em 14%, um nível historicamente elevado.

A forte quebra do consumo privado em 2011, que deverá apresentar pela primeira vez uma variação inferior à do PIB (diminuindo portanto o seu peso nesse agregado), e o fraco desempenho do investimento, reflectem o impacto das medidas de consolidação orçamental, a manutenção da situação adversa no mercado de trabalho, as condições restritivas de financiamento e o abrandamento significativo do ritmo de crescimento nos principais parceiros económicos.

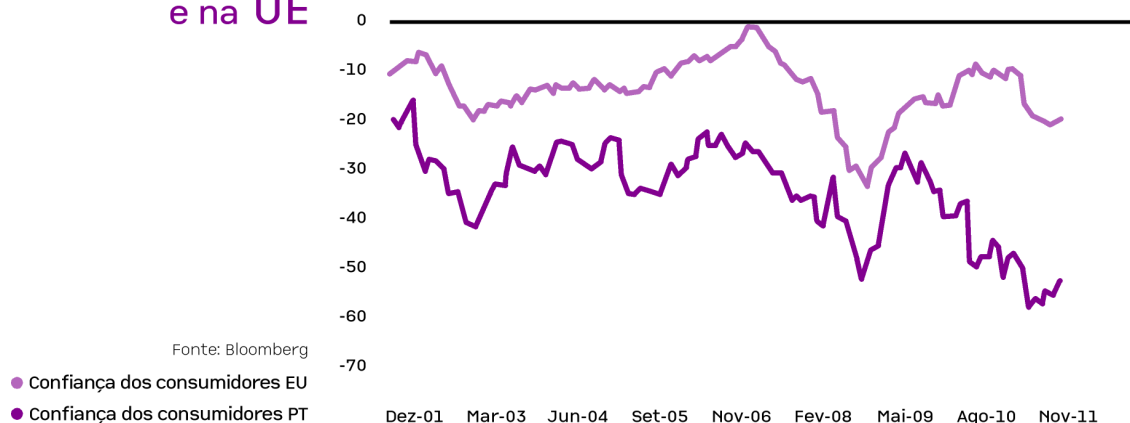
O desempenho económico em Portugal acentuou o diferencial negativo para o crescimento da Zona Euro, que se deverá intensificar nos próximos anos, no contexto do processo de correcção de desequilíbrios da economia portuguesa. Nos últimos 10 anos, o PIB em Portugal registou taxas de crescimento bastante reduzidas, que têm acentuado a divergência face à média dos países da Zona Euro, sendo estas acompanhadas por taxas de poupança historicamente baixas e por um aumento do nível de endividamento da economia.

O consumo privado deverá ter contraído cerca de 3,8% em 2011. Esta evolução é consistente com a evolução do rendimento disponível real e com a expectativa de redução do rendimento permanente por parte das famílias. A redução muito acentuada do rendimento disponível real reflecte a redução das remunerações por trabalhador no conjunto da economia, num contexto em que o nível de emprego deverá voltar a apresentar uma queda, bem como o impacto das medidas de consolidação orçamental, onde se destacam a redução de 5% em termos médios das remunerações dos funcionários públicos, o agravamento dos impostos directos e indirectos e o aumento dos preços de bens e serviços sujeitos a regulação. A correcção do consumo privado deverá continuar nos próximos anos e deverá traduzir-se num processo de reestruturação dos balanços das famílias, num contexto de condições restritivas de financiamento. Os empréstimos bancários concedidos a particulares apresentam variações negativas desde meados de 2011, afectados, do lado da procura, pela deterioração das expectativas dos consumidores acerca da situação financeira futura e, do lado da oferta, pelas dificuldades de financiamento dos bancos nos mercados financeiros internacionais, decorrente da crise da dívida soberana e da necessidade de desalavancagem dos respectivos balanços.

Os principais indicadores do consumo apontam claramente a tendência, com a confiança dos consumidores a atingir -56 em Dezembro e o índice do volume de negócios no comércio a retalho com uma variação de -10,3% em termos homólogos, em Dezembro. Por componentes, a variação negativa do consumo privado deverá ser explicada por reduções nos bens correntes e serviços e também, com particular relevo, na componente de bens duradouros. O consumo de bens duradouros deverá ter registado uma quebra de cerca de 20%, após um aumento de 10,6% em 2010, justificada pelas restrições ao financiamento das famílias, pelas alterações das expectativas dos consumidores, pelo impacto das medidas do programa de ajustamento económico e financeiro e, sobretudo, pela antecipação de compra no final de 2010 de alguns bens duradouros, em particular veículos automóveis, associada às alterações na tributação que entraram em vigor no início de 2011, bem como às alterações no programa do incentivo ao abate a veículos em fim de vida. Em 2011 as vendas de veículos ligeiros novos de passageiros caíram 60,1% e as importações de bens de

consumo (excluindo material de transporte) caíram 6%. O consumo de bens correntes e serviços, apesar de ter um comportamento menos volátil, também deverá apresentar uma queda de cerca de 2%, após uma subida de 1,4% em 2010. O consumo público deverá ter registado uma queda em termos reais de 3,3% em 2011, em consequência da diminuição em volume das despesas com pessoal, do consumo intermédio e das prestações em espécie.

Confiança dos Consumidores em Portugal e na UE



A formação bruta de capital fixo registou em 2011 uma redução muito acentuada, que no 3º trimestre do ano se cifrava em 12,0%. Esta evolução está presente tanto na componente pública, em resultado do processo de consolidação orçamental, como na componente privada, em resultado da deterioração das expectativas quanto à evolução futura da procura, a elevada incerteza e as condições restritivas de financiamento, num contexto em que as empresas apresentam um nível de endividamento muito elevado em comparação com as empresas na zona euro.

Não obstante o forte crescimento do crédito e os baixos custos de financiamento de que Portugal beneficiou desde o início da década anterior, a FBCF em Portugal registou uma queda acumulada de 31,9% entre 2001 e 2010. O desempenho da FBCF em 2011 prolonga esta tendência, que não estará associada a factores de natureza cíclica, mas de natureza estrutural. Entre os factores que condicionam as decisões de investimento por parte das empresas destaca-se o nível de qualificação da mão-de-obra, o quadro institucional existente, em particular ao nível da flexibilidade dos mercados, e a previsibilidade do sistema fiscal.

Nos próximos anos, não é de antecipar uma recuperação forte desta componente da procura, ao contrário do que é típico nos períodos pós-recessivos, já que se encontra em curso o processo de ajustamento dos balanços das empresas face ao seu elevado nível de endividamento. Paralelamente, a deterioração das expectativas de crescimento da procura para os próximos anos também condicionam a evolução da FBCF.

A queda da FBCF em 2011 é transversal a todas as suas componentes, mas assume particular destaque na FBCF em construção. O indicador de confiança no sector da construção regista os valores mais baixos desde que o inquérito foi iniciado (1989), as vendas de cimento caíram 19,1% em termos homólogos, em Dezembro, e a taxa de variação dos empréstimos bancários a empresas dos sectores da construção e actividades imobiliárias apresenta valores negativos desde o início de 2010. A FBCF em máquinas e equipamento também registou uma forte queda, visível nas importações de máquinas e outros bens de capital, que registaram uma queda homóloga de 23,6% em Dezembro, em linha com a

evolução do indicador de confiança na indústria transformadora e nos serviços. No que respeita à FBCF em material de transporte, a evolução em 2011 reflecte a queda significativa de vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados, com quebras de -4,1% e -68,2%, respectivamente e, em menor grau, a diminuição significativa de compras de automóveis pelas empresas de rent-a-car.

As exportações de bens e serviços apresentaram-se como a componente mais dinâmica da despesa total, se bem que se verificou um mercado abrandamento das mesmas no segundo semestre, reflectindo a evolução da procura externa. De acordo com a informação disponível, as exportações cresceram 6,5% até ao 3º trimestre (Contas Nacionais do INE). Em termos nominais, as exportações de bens verificaram uma desaceleração significativa em Dezembro, tendo passado de uma variação homóloga de 16,1% em Novembro para 4,4% em Dezembro. As exportações de bens para a UE passaram de uma variação positiva de 9,8% em Novembro para -1,1% em Dezembro, enquanto as exportações de bens extra-UE abrandaram de 36,8% para 19,2% no mesmo período, respectivamente. Também o índice de volume de negócios da indústria para o mercado externo revelou um comportamento similar, tendo registado uma subida homóloga de 4,4% em Dezembro. Em relação aos mercados de destino, destaca-se a desaceleração das exportações para Espanha (que representam mais de ¼ das exportações nacionais), e o forte crescimento das exportações para a Alemanha, Itália e França. Relativamente aos mercados extra-comunitários, realça-se a recuperação da dinâmica das exportações para os PALOP, com destaque para Angola (o principal mercado extra-comunitário das exportações portuguesas), após as quedas registadas em 2009 e 2010.

No que respeita às exportações de serviços, estas apresentaram um dinamismo inferior às exportações de bens, mas ainda assim registaram um crescimento de 9,5% nos primeiros 7 meses de 2011. Dentro das exportações de serviços, destacam-se as receitas de turismo (que pesam cerca de 43% do total), e que registaram um crescimento de 8,6% até Julho, beneficiando da recuperação da procura mundial. Em particular, as receitas de turismo extra-comunitárias, em particular para o Brasil, revelaram um dinamismo superior ao das provenientes do conjunto dos países da UE. Por outro lado, a instabilidade no norte de África também poderá ter influenciado o crescimento das exportações de turismo para França (+10,3% até Julho).

As importações de bens e serviços, por seu turno, apresentaram uma queda de 2,8% até ao final do 3º trimestre e deverão ter registado uma queda superior para o final do ano, concomitante com a evolução das componentes da procura com maior conteúdo importado, como o consumo de bens duradouros e a FBCF em máquinas e material de transporte.

Na componente de bens, as importações caíram 16,9% em Dezembro, em termos homólogos, tendo a evolução sido díspar, com uma queda no caso das importações da UE (-22,8%) e uma subida das importações extra-UE (+6,2%). A queda das importações de bens foi particularmente evidente nos produtos de média-alta tecnologia, com destaque para a forte queda das aquisições de veículos automóveis e outro material de transporte. As importações de combustível mantiveram um elevado ritmo de crescimento ao longo da primeira metade do ano, o que se traduz na evolução das importações provenientes da Argélia e Nigéria, que registaram um forte crescimento.

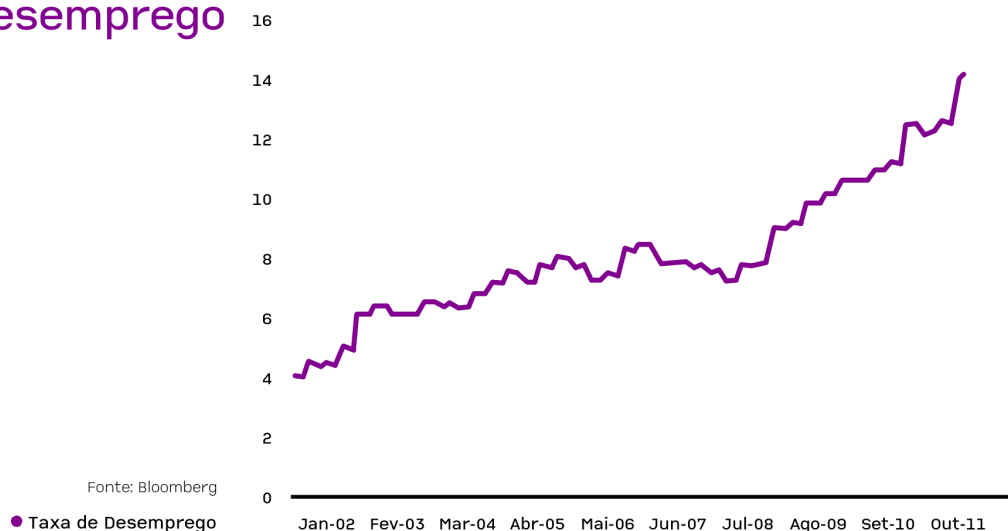
Na componente de serviços, as importações registaram um crescimento em termos homólogos (5,7% até Julho) que reflecte largamente o forte crescimento da componente de serviços financeiros, associada ao pagamento de comissões e taxas de serviços na sequência do recebimento das tranches do programa de assistência financeira a Portugal. Nas componentes de serviços mais relevantes na estrutura das importações, a variação tem sido negativa, com destaque para o abrandamento das importações de turismo (que pesam 27,2% do total), que cresceram 8,9% em 2010 e apenas 1,1% até Julho de 2011.

Do lado da oferta, os dados do INE até ao 3º trimestre de 2011 mostram uma evolução heterogénea do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sectores de actividade, com um crescimento do VAB da Agricultura, Silvicultura e Pescas (1,5%), uma quase estagnação do VAB da indústria, energia, água e saneamento (-0,1%), uma queda moderada dos serviços (-1,1%) e uma forte queda do VAB da construção (-11,6%). Em termos acumulados, a redução do VAB no sector da construção é particularmente forte, ascendendo a cerca de 20% desde 2008. Atendendo à evolução mais recente, observa-se no conjunto de sectores de actividade alguma reorientação da actividade no sentido dos sectores mais transaccionáveis, o que decorre do processo de ajustamento da economia portuguesa.

Os indicadores de confiança dos vários sectores de actividade mostram uma evolução descendente para valores mínimos ao longo do ano, com o sector da construção a atingir níveis historicamente baixos. O sector da indústria transformadora apresenta uma leitura de -25 em Dezembro de 2011 (-12 em 2010), do comércio -25 (-5 em 2010), da construção -69 (-47 em 2010) e dos serviços -37 (-9 em 2010).

No que respeita ao mercado de trabalho, os dados do INE referentes ao 4º trimestre de 2011 situam a taxa de desemprego em 14% (11,1% no 4º trimestre de 2010), situando-se o número de desempregados em 771 mil, face a uma população empregada de 4.735,4 mil. Relativamente ao desemprego registado nos centros de emprego, os dados do IEFP mostram uma variação de 11,7% em 2011 face ao ano anterior, afectando um total de 605 mil pessoas (542 mil no final de 2010). O processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos em curso na economia portuguesa e a restritividade das condições de financiamento da economia levam a perspectivar que a evolução do emprego continuará a ser desfavorável, com impactos negativos sobre a taxa de desemprego.

Evolução da Taxa de Desemprego



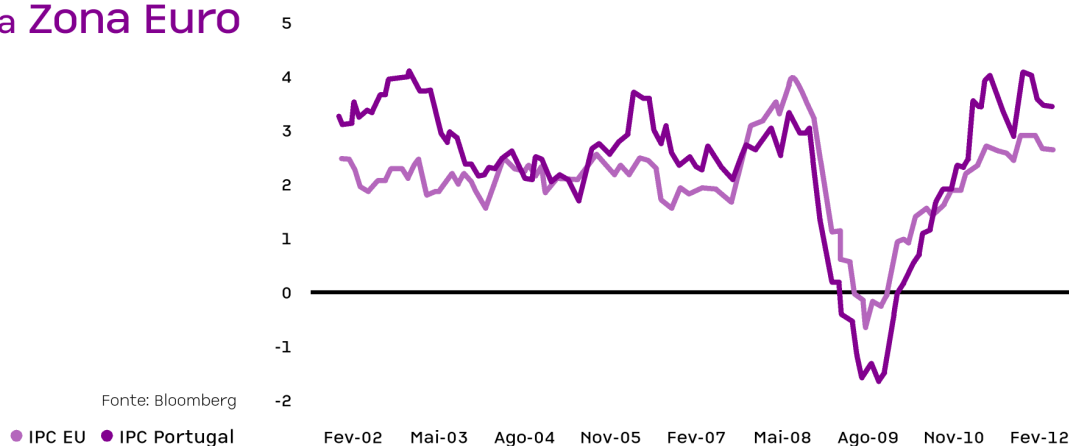
2.2 Evolução dos preços

A evolução da inflação em Portugal, nos últimos anos, tem sido explicada, fundamentalmente, pela evolução dos preços do petróleo e de outras matérias-primas nos mercados internacionais, em detrimento do impacto dos fundamentais da economia. Assim, após uma taxa de inflação média anual negativa em 2009 (facto inédito nas últimas 3 décadas em Portugal), a taxa de inflação voltou a apresentar valores positivos a partir de 2010, mantendo-se acima de 3 % desde Janeiro de 2011.

Em Dezembro de 2011, a inflação homóloga situou-se em 3,6% e a variação média dos 12 meses anteriores ascendeu a 3,7%. O índice harmonizado de preços no consumidor situou-se em 3,5%, enquanto o IPC subjacente ascendeu a 2,3%.

Os transportes e a habitação, água e electricidade foram as categorias que mais contribuíram para o aumento da inflação, dada a influência do preço dos produtos energéticos sobre estas. Adicionalmente, a aceleração dos preços no consumidor foi largamente condicionada pela entrada em vigor de diversas medidas associadas ao processo de consolidação orçamental, com destaque para o efeito do aumento em 1 p.p. de todas as taxas do IVA a partir de Julho de 2010 e um aumento adicional de 2 p.p. da taxa normal em Janeiro de 2011, bem como o preço de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

Evolução da Inflação em Portugal e na Zona Euro



2.3 Necessidades de Financiamento da Economia

Desde o início da crise financeira que as necessidades de financiamento da economia portuguesa têm vindo a diminuir, incluindo o primeiro semestre de 2011. De facto, depois do agravamento verificado em 2008, fortemente condicionado pelas sociedades não financeiras, a gradual desalavancagem que se tem vindo a verificar desde então, especialmente no sector privado, conduziu à diminuição das necessidades de financiamento nos anos de 2009 e 2010. Porém, este comportamento não terá sido uniforme quando analisado por sector institucional: à redução das necessidades de financiamento das sociedades não financeiras e ao aumento da capacidade de financiamento das sociedades financeiras e famílias, contrapôs-se um forte agravamento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas.

O grau de dependência energética de Portugal face ao exterior e o conseqüente elevado défice da balança energética, tem contribuído para o agravamento das necessidades de financiamento da economia, sendo que estas se reduzem de forma significativa quando se exclui esta componente.

As condições de financiamento da economia portuguesa deterioraram-se de forma significativa ao longo de 2011, com a crescente diferenciação do risco soberano na área do euro. Esta diferenciação conduziu a fortes tensões nos mercados financeiros internacionais e à restrição no acesso do sistema financeiro português ao mercado de dívida por

grosso. Esta situação traduziu-se na subida das taxas de rendibilidade das obrigações do tesouro para níveis economicamente insustentáveis e em acrescidas dificuldades no acesso ao financiamento por parte do sector público. Esta situação colocou pressão adicional sobre os bancos domésticos, o que tornou ainda mais complexa a sua situação.

O financiamento das administrações públicas foi, assim, particularmente problemático, sobretudo no primeiro trimestre de 2011, onde o fluxo de crédito líquido representou uma pequena fracção do total das necessidades de financiamento do Estado para 2011. A assinatura do programa de assistência financeira dominou o fluxo de crédito líquido nos trimestres subsequentes, tendo os desembolsos ao abrigo do programa ascendido a 38.500 milhões de euros.

Neste contexto, o aumento dos depósitos de clientes e o recurso às operações de refinanciamento do BCE, que permaneceram a um nível elevado, permitiram mitigar o impacto do encarecimento do “*funding*” dos bancos sobre o preço e a quantidade do crédito. De facto, em 2011 o financiamento do sector bancário dependeu em grande medida do aumento da captação de depósitos junto do sector não monetário residente, que cresceu em termos homólogos 14,7%, enquanto os depósitos de não residentes registaram uma redução de 13,9% no mesmo período. As responsabilidades representadas por títulos mantiveram um contributo negativo, algo que é verificado desde o 4º trimestre de 2010. O recurso às operações de cedência de liquidez do BCE permaneceu relativamente estável, se bem que a nível elevado, representando cerca de 9% do financiamento do sistema.

O aumento dos depósitos bancários contrasta com a diminuição verificada na generalidade dos outros instrumentos de poupança desde o início de 2010, nomeadamente a diminuição dos títulos de dívida de instituições financeiras colocados junto de clientes, a diminuição das subscrições líquidas de unidades de participação de fundos de investimento e o aumento dos resgates de certificados de aforro.

2.4 Política Orçamental

A política orçamental foi condicionada em 2011 pela execução de um Orçamento do Estado virado para a redução do défice orçamental e, posteriormente, pela trajectória de ajustamento das variáveis orçamentais definida no Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em Maio com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI.

Como ponto de partida, os valores do défice para 2010 foram sucessivamente revistos em alta de um valor inicialmente reportado de 7,3% do PIB, devido à inclusão na órbita das administrações públicas de um conjunto de empresas do sector dos transportes. Adicionalmente, foi também incluído no défice desse ano a assunção de imparidades do Banco Português de Negócios (BPN) e a execução de uma garantia concedida ao Banco Privado Português (BPP). Paralelamente, o Eurostat procedeu a uma alteração metodológica sobre o tratamento de 3 contratos de construção e exploração de infra-estruturas rodoviárias, até então classificadas como parcerias público-privadas com impactos nos défices e dívida dos períodos de 2007 a 2010. Por último, os valores finais sofreram nova alteração, após a identificação de um conjunto de dívidas contraídas desde 2004 pelas administrações e empresas públicas da Madeira e não comunicadas antes às autoridades estatísticas nacionais. Os valores finais para o défice e dívida em percentagem do PIB para o ano de 2010 estabilizaram finalmente em 9,8% e 93,3%, respectivamente.

O OE2011 definiu inicialmente os objectivos para o défice e dívida de, respectivamente, 4,6% e 86,6%. Na sequência do pedido de assistência financeira, foram definidas novas metas que tiveram em consideração as revisões acima referidas e ainda as perspectivas menos favoráveis de evolução do cenário macroeconómico. Os objectivos foram

então revistos em alta para 5,9% e 101,7%, respectivamente para o défice e dívida pública. No entanto, a execução do OE2011 apresentou desvios significativos que, de acordo com o Ministério das Finanças (MF), se cifravam em cerca de 2 pontos percentuais do PIB (cerca de 3.400 milhões de euros). Estes desvios são explicados, do lado da despesa, por uma redução menor que o esperado nas “remunerações certas e permanentes” (em cerca de 300 milhões de euros), por um acréscimo de 560 milhões de euros em consumos intermédios (dos quais 335 milhões em comissões pagas pelos empréstimos associados à ajuda internacional). Do lado da receita, o MF estimou um desvio de cerca de 800 milhões de euros em outras receitas correntes, resultantes de menores contribuições para a Segurança Social, receitas próprias do Ministério da Justiça e dividendos de participações do Estado. Para além destes desvios, existiram custos associados com a recapitalização do BPN, uma deterioração maior do que o esperado do sector empresarial do Estado e a não execução de vendas previstas de participações e património. Em conjunto estes desvios ascenderam a 2.800 milhões de euros, sendo o restante explicado por operações ligadas a responsabilidades do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira.

O desvio apurado foi colmatado com o recurso a medidas transitórias, de entre as quais a sobretaxa de IRS cobrada junto do subsídio de natal dos trabalhadores por conta de outrem com vínculo permanente, o aumento do IVA sobre os bens energéticos e a integração dos Fundos de Pensões da Banca na Segurança Social.

Com o conjunto destas medidas o défice público para 2011 ter-se-á situado em 4% do PIB, se bem que o défice subjacente, excluindo as medidas de carácter pontual, se teria situado próximo de 7% do PIB.

3. Sistema Financeiro

No quadro de crise no mercado de dívida soberana, as condições de financiamento do sector público e do sector bancário nos mercados internacionais deterioraram-se significativamente desde o início 2010. As medidas não convencionais de política monetária do BCE, com destaque para as operações de cedência de liquidez, permitiram assegurar o financiamento do sistema bancário português, substituindo em parte o financiamento de médio e longo prazo nos mercados internacionais de dívida por grosso. Em 2010 e em 2011, o enquadramento do sistema bancário foi particularmente adverso e implicou um ajustamento do balanço da maioria dos bancos, que incluiu reforços de capital, vendas de activos, e uma intensificação da captação de recursos de clientes.

Este enquadramento tem naturalmente repercussões sobre o volume de crédito concedido pelo sector bancário. Refira-se, a título de exemplo, o crédito destinado às empresas não financeiras em Portugal, que após ter mantido um crescimento de 2 dígitos em 2008, iniciou uma trajectória de descida em 2009, tendo atingido uma variação negativa de 0,4% em Julho de 2011. Para esta evolução contribuem não apenas as condições mais restritivas aplicadas pelos bancos na concessão de empréstimos, como também um efeito de procura por parte das empresas num contexto de clara desaceleração da actividade económica.

Quanto à materialização do risco de crédito, é de salientar que o crédito à habitação continuou a apresentar níveis de incumprimento baixos, para o qual tem contribuído o nível das taxas de juro, que conduziu a reduções substanciais da prestação média nos contratos deste segmento. Pelo contrário, o crédito de cobrança duvidosa respeitante aos empréstimos dirigidos ao consumo e às empresas continuou a acelerar nos últimos meses, tendo assumido níveis historicamente elevados, para o primeiro caso e valores relativamente altos, para o segundo.

A grande volatilidade e incerteza nos mercados financeiros repercutiu-se igualmente no mercado accionista, tendo o índice PSI-20 registado desde finais de 2010 quebras significativas, à semelhança das registadas nos índices bolsistas internacionais.

3.1 Estabilidade Financeira

A preocupação com a estabilidade financeira num contexto de agudização da crise da dívida soberana foi particularmente marcada, sendo uma parte fundamental do programa de assistência financeira. O principal objectivo desta estratégia é o de obter uma desalavancagem gradual e ordeira do sistema financeiro que não prejudique o financiamento dos sectores produtivos da economia.

Neste sentido, a estratégia anunciada baseia-se em 4 pilares fundamentais:

- (i) O reforço da base de capital dos bancos;
- (ii) A protecção da liquidez do sistema;
- (iii) A melhoria da monitorização e supervisão do sistema bancário, e;
- (iv) Melhoria do enquadramento regulamentar.

Relativamente ao primeiro aspecto, o Banco de Portugal (BdP) introduziu desde o final de 2010 um conjunto de medidas destinadas a melhorar a solvência do sistema, de entre as quais a recomendação, realizada em Janeiro de 2011 para os bancos não distribuírem dividendos, de forma a melhorar os capitais de base; o estabelecimento, em Abril de 2011, de um objectivo para o rácio de “core tier 1” de 8% para o final de 2011, objectivo esse que foi alterado em Maio, sob a égide do programa de assistência financeira, para 9%. No programa foi igualmente estabelecido um rácio mínimo de “core tier 1” de 10% para o final de 2012. Também no programa de assistência financeira ficou definida uma facilidade de suporte à solvência dos bancos, de 12.000 milhões de euros, destinada a providenciar aos bancos uma fonte de capital público na circunstância em que não for possível atingir os objectivos de capital através de fontes de mercado.

A protecção da liquidez do sistema financeiro está relacionada com o processo de desalavancagem em curso, que se pretende ordeiro. Nesse sentido, o BdP recomendou aos bancos, em Setembro de 2010, a desalavancagem através da venda de activos não-*core* ou não estratégicos, e começou a monitorar os rácios de alavancagem mais activamente. Em particular, pretende-se reduzir a dependência elevada do financiamento nos mercados grossistas, passando de um rácio de crédito sobre depósitos de cerca de 170% em Junho de 2010 para 120% até 2014 (no final do programa de ajustamento). Até ao final de Setembro de 2011, o rácio de crédito sobre depósitos já tinha descido para 146%, uma queda de mais de 20 pontos percentuais face ao máximo atingido em Junho do ano anterior. Esta queda foi obtida através da combinação de aumento do volume de depósitos e de venda de activos, tanto domésticos como externos.

A monitorização e supervisão do sistema bancário foram reforçadas através de um programa de inspecções “*on-site*” sobre a qualidade dos activos dos bancos, compreendendo os 8 maiores grupos financeiros e 83% dos activos do sector bancário. As correcções às imparidades reportadas pelos bancos ascenderam a menos de 0,5% das exposições creditícias analisadas. Os impactos dessas revisões sobre os rácios de capital, à data de 30 de Junho de 2011, foram pouco significativas, tendo o rácio de “*core tier 1*” agregado passado de 9,1% para 8,8%, acima do mínimo de 8% exigível para aquela data.

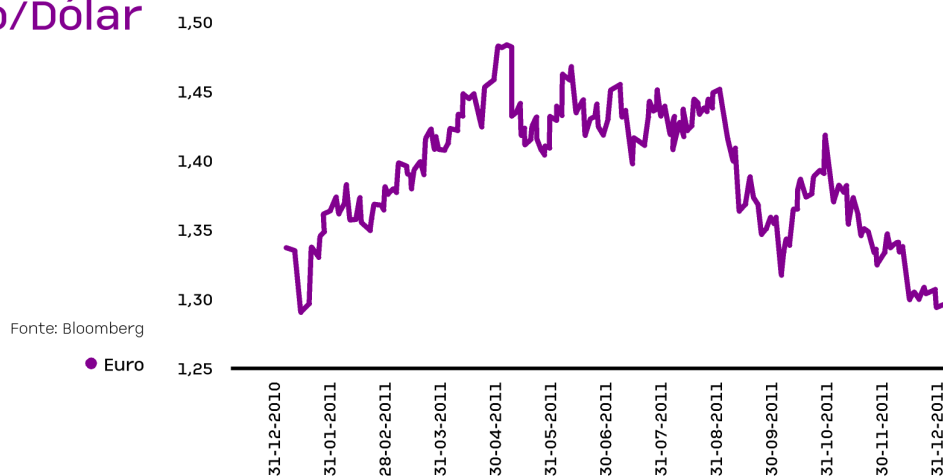
Paralelamente, os bancos passaram a reportar um novo rácio de crédito vencido, alinhado com as práticas internacionais e publicado pelo BP a partir de Setembro de 2011.

No que respeita ao enquadramento regulamentar, merecem particular destaque os diplomas já apresentados no início de 2012, que respeitam ao acesso dos bancos ao capital público (DL N°4/2012 de 11 de Janeiro), e ao reforço de poderes do BP para intervenção preventiva, resolução e protecção de depósitos, que está nas fases finais de aprovação.

3.2 Mercados Monetário e Cambial

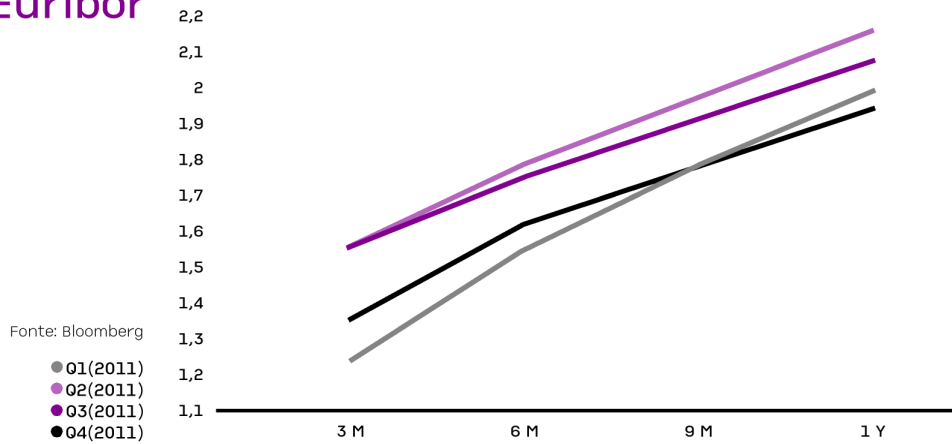
Em 2011, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade, com as moedas que habitualmente são procuradas pelos investidores por motivo de refúgio a terem desempenhos muito fortes, sobretudo face ao euro, na sequência da agudização da crise da dívida soberana, em Agosto e Setembro. Assim, no início do ano e até finais de Abril, o euro apreciou-se face ao iene e face ao dólar em, respectivamente 13% e 12%, na sequência da incorporação da expectativa de subida das taxas de juro por parte do BCE, para depois encetar um processo de queda que proporcionou uma depreciação anual de cerca de 8,8% e 4%, respectivamente. O Euro foi particularmente afectado pelas perspectivas que se criaram em torno de eventual incumprimento por parte de um país da Zona Euro e da inevitabilidade que essa situação criaria de abandono da Zona Euro por parte desse país. Também as menores perspectivas de crescimento económico da Zona Euro pesaram negativamente no sentimento dos investidores, conduzindo em baixa o valor externo da moeda.

Evolução cambial do Euro/Dólar



Ao longo de 2011, verificou-se um clima de aversão ao risco elevado que foi particularmente agudo durante os meses de Verão. Nesse período, os mercados interbancários deixaram de funcionar, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas *euribor* subiram durante os primeiros três trimestres, acompanhando o andamento da política monetária por parte do BCE, para depois caírem no 4º trimestre, na sequência dos cortes de taxas de juro oficiais. Com efeito, a autoridade monetária da Zona Euro continuou a praticar medidas extraordinárias de cedência de liquidez e as taxas de juro oficiais fecharam o ano a níveis mínimos, se bem que na primeira metade do ano houve um período de subida de taxas (entre Abril e Julho) que foi posteriormente revertido (em Novembro e Dezembro).

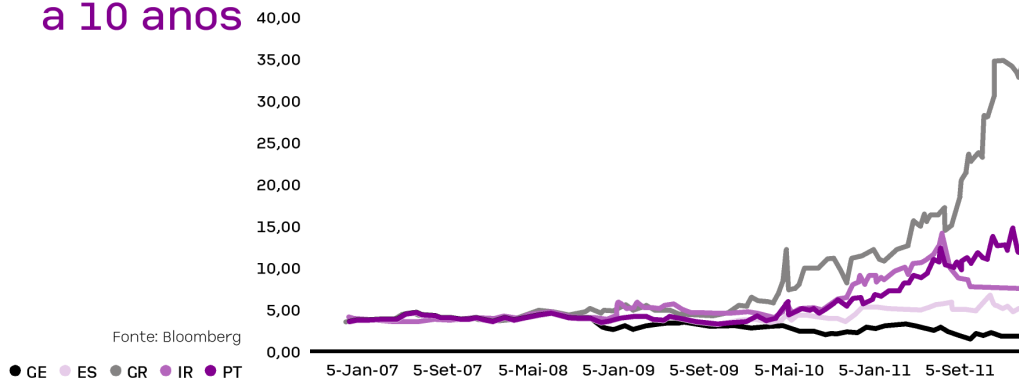
Evolução das Taxas Euribor



3.3 Mercado de Obrigações

Os mercados obrigacionistas foram condicionados, ao longo de 2011, pelo agudizar da crise das dívidas soberanas na Zona Euro, o que provocou variações muito diferenciadas no desempenho das dívidas dos vários países. Neste contexto, a forte valorização da dívida alemã deveu-se ao aumento de procura por activos de refúgio, enquanto a dívida de países sob planos de assistência financeira, como Grécia e Portugal, apresentaram desvalorizações sem precedentes, de -61,8% e -24,2%, respectivamente. A Irlanda registou o melhor desempenho no seio da Zona Euro (+11,2%), com o bom desempenho económico e o sucesso na implementação do respectivo programa de assistência a impactar positivamente no sentimento dos investidores. Nos restantes mercados, destaca-se a valorização da dívida de Espanha (+7,0%) e a tendência inversa em Itália (-5,7%). No mercado de crédito, após um 1º semestre positivo, o índice iBoxx e Corporate sofreu uma desvalorização no segundo semestre, tendo encerrado o ano com um ganho modesto de 1,71%.

Evolução das yields da Dívida a 10 anos



3.4 Mercado de Acções

Os mercados de acções registaram comportamentos díspares ao longo do ano. O índice S&P (EUA) terminou o ano inalterado, enquanto na Europa (índice MSCI *Europe*), no Japão (índice *Nikkei*) e nos Emergentes (índice MSCI *Emerging Markets*) os mercados apresentaram fortes quedas, de -10,94%, -17,05% e -20,41%, respectivamente.

No que respeita à Zona Euro, o índice DJ Euro *Stoxx* 50, representativo das maiores capitalizações desta região, desvalorizou 17,05% em 2011, penalizado pelas questões em torno do agravamento da crise da Zona Euro atrás referidas. Ao nível sectorial, observou-se uma divergência significativa de desempenhos. Pela positiva, destacaram-se sectores mais defensivos, como farmacêuticas (+11,84%) e Alimentação e Bebidas (+5,39%), que conjugam uma maior estabilidade nos resultados com uma exposição mais elevada a mercados fora da Europa. Pela negativa, destacou-se o sector bancário (-32,48%), um dos mais directamente afectados pela crise das dívidas soberanas, mas também sectores mais expostos ao ciclo económico, como materiais básicos (-30,12%) e o sector automóvel (-24,08%) foram penalizados, em parte devido a receios de um abrandamento económico mais forte na China.

Em Portugal, o índice PSI-20 encerrou o ano de 2011 nos 5.494,27 pontos, menos 27,6% do que no final de 2010. A capitalização bolsista da *Euronext Lisbon* totalizou 170.551,6 milhões de euros em Dezembro, 11,7% inferior à do período homólogo de 2010.

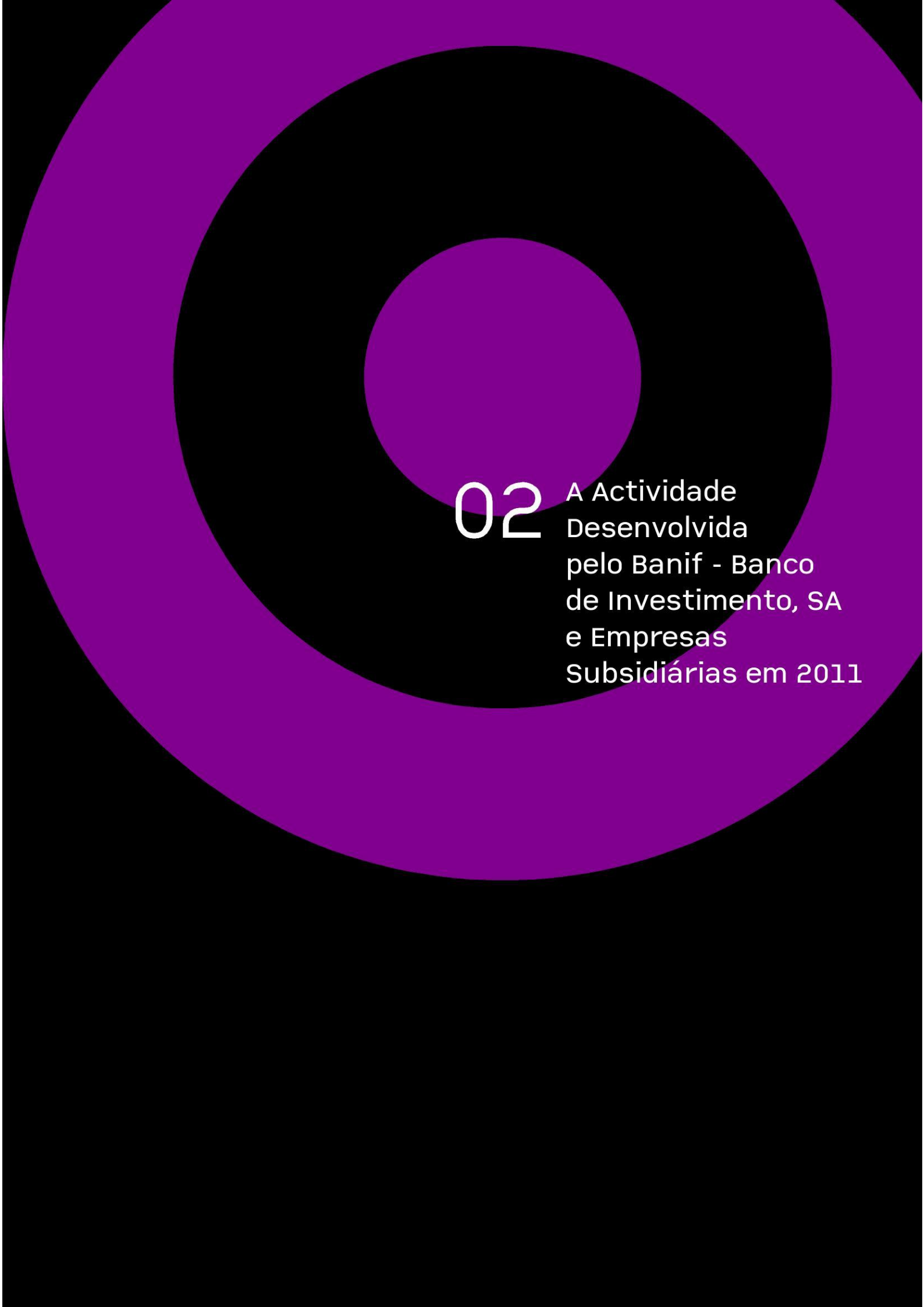
O segmento de obrigações foi o que mais contribuiu para o aumento da capitalização bolsista do mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* no final do ano de 2011, ao subir 16,6% em relação ao mesmo período de 2010. O segmento de acções acumulou uma queda de 23,6% no ano, encerrando 2011 com uma capitalização bolsista de 102.693,8 milhões de euros.

A volatilidade do índice PSI-20 foi de 20,77% em Dezembro, acima dos 16,08% fixados no período homólogo de 2010. A EDP (18,92%), a Jerónimo Martins (17,90%) e a Galp (16,27%) foram os emitentes com maior representatividade no índice no final do ano.

O valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 2.083,8 milhões de euros em Dezembro, menos 1.796,2 milhões (46,3%) do que em igual período de 2010.

No mercado regulamentado *Euronext Lisbon*, o volume de transacções caiu em 2011 46,5% face ao registado até Dezembro do ano anterior, para 2.054,9 milhões de euros. No mercado regulamentado de dívida (MEDIP), o valor transaccionado recuou 77,6% em relação ao final de 2010, para 246 milhões.

Em Dezembro de 2011, o valor sob gestão dos organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) totalizou 6.017,9 milhões de euros, menos 2.741,5 milhões de euros (-31,3%) do que no final de 2010. Recorde-se que, nesta indústria, os volumes sob gestão já haviam caído 25% em 2010 face a 2009. Nos fundos especiais de investimento (FEI) o valor sob gestão caiu para 4.817,5 milhões de euros, menos 12% do que no ano anterior, cujo montante ascendeu a 5.477,7 milhões de euros.



02 A Actividade
Desenvolvida
pelo Banif - Banco
de Investimento, SA
e Empresas
Subsidiárias em 2011

02

Actividade Desenvolvida pelo Banif – Banco de Investimento, SA e Empresas Subsidiárias em 2011

2.1 *Advisory Services & Banking*

2.1.1 *Corporate Finance*

O plano de assistência financeira acordado em meados de 2011 entre o Governo Português e o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia (conjuntamente designados por a “Troika”), implicou a implementação de um conjunto de medidas de austeridade visando regularizar o défice orçamental do Estado e diminuir o seu nível de endividamento. Numa conjuntura económica e financeira já complexa a nível internacional e doméstico, a percepção do risco de crédito associado à dívida soberana portuguesa conheceu uma deterioração substancial em 2011, que tem penalizado de forma continuada o recurso por parte do Estado, bancos e empresas aos mercados financeiros internacionais, quer em termos de custo quer em termos do próprio acesso ao crédito.

Esta envolvente tem condicionado fortemente a actividade de Fusões & Aquisições em Portugal que, de acordo com a informação disponibilizada pela *Bloomberg* e *ThomsonReuters*, registou em 2011 uma queda em número de transacções superior a 50%. Em concreto, de acordo com a *ThomsonReuters*, concluíram-se em 2011 em Portugal cerca de 30 transacções contra 73 transacções concluídas durante o ano de 2010.

Em face deste enquadramento, a Direcção de *Corporate Finance* reforçou o seu esforço comercial junto de clientes internacionais com vista à prestação de serviços de assessoria financeira em operações de *cross-border*, nomeadamente nos mercados de Espanha, Brasil, Turquia e nas geografias cobertas pelos nossos parceiros da rede Terra Alliance. Desta forma, a nossa equipa esteve envolvida em vários projectos relevantes, dos quais merecem destaque:

- Assessoria financeira à Aviapartner na potencial aquisição da Groundforce;
- Assessoria financeira ao TIIC – Transport Infrastructure Investment Company na análise, avaliação e negociação de duas oportunidades de investimento em Espanha;
- Assessoria financeira ao Grupo SAGE na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira à FINAF S.p.A. na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira à Investindustrial na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento em Portugal e na Turquia;
- Assessoria financeira ao Grupo Soares da Costa na avaliação da sua participada Prince Contracting & Co.;
- Assessoria financeira ao Grupo Cenor na avaliação do conjunto das empresas do grupo;
- Assessoria financeira ao Grupo Lena na análise de desinvestimento de áreas de negócio não estratégicas;
- Coordenador financeiro do fecho da aquisição da OMNI Helicopters International pela Stirling Square Capital Partners

- Assessoria financeira ao FICA – Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual, na análise de viabilidade de candidaturas para o financiamento de produções cinematográficas;
- Assessoria financeira ao Governo Regional dos Açores na avaliação da EDA – Electricidade dos Açores, S.A.
- Assessoria financeira à Quifel Holding na potencial aquisição do Banco Efisa, BPN Gestão de Activos e BPN Brasil.



2.1.2 Structured Finance

No ano de 2011 constatou-se um acentuar da tendência já verificada em 2010 de muito maior restrição e selectividade na concessão de crédito às empresas e projectos de investimento, acompanhada por um ajustamento em alta das condições de *pricing* das operações. Neste contexto, tendo em conta as severas limitações enfrentadas na concessão de crédito, registou-se uma redução significativa na participação do Banco em financiamentos em regime de *Project Finance* e *Acquisition Finance*.

Em face deste panorama, a Direcção reforçou a dinâmica comercial orientada para a prestação de serviços de assessoria financeira especializada, e tem vindo a reformular a abordagem à estruturação de operações de financiamento, privilegiando a tomada e desintermediação de risco de crédito (em contraponto à tomada de risco directo para balanço). Neste âmbito, destacam-se as seguintes intervenções:

- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Portquay West I BV para a aquisição de uma participação de 10% da Media Capital;
- Prestação de Garantia Bancária à Selfenergy Solutions, S.A. destinada a cobrir os riscos de construção de um parque fotovoltaico rooftop de 2,0 MWh localizado em Múrcia (Espanha);
- Assessoria financeira a uma entidade do Grupo Banif, na prestação de Garantias Bancárias (*Performance Bonds*) no âmbito do financiamento em regime de *Project Finance* de um parque Termosolar de 100 MWh localizado em Castilla la Mancha (Espanha), promovido pelo Grupo Abengoa;
- Assessor financeiro exclusivo da Rotas do Algarve Litoral (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Algarve Litoral;
- Assessor financeiro exclusivo da SPER (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Baixo Alentejo;
- Assessor financeiro do Grupo ETE, Edifer e TIIC no Concurso Público para a Concessão da Plataforma Logística do Porto de Leixões.

2.1.3 Real Estate Finance

A Direcção de *Real Estate Finance* (DREF) foca a sua actividade na montagem, tomada e gestão de operações de crédito estruturado especialmente orientadas para o mercado imobiliário. Adicionalmente, a DREF tem vindo a promover a prestação de serviços de assessoria financeira especializada para este segmento, tanto no *buy side* como no *sell side*.

Durante o ano de 2011, a actividade da DREF foi fortemente impactada pela crise que assola Portugal e, em particular, pelas restrições de liquidez e incremento acentuado do custo de *funding* do banco, que obrigou a uma forte contenção do crédito concedido a clientes, com reflexos directos na geração de negócio e rentabilidade desta área.

Neste contexto, a DREF concentrou os seus recursos na gestão e optimização da carteira de crédito existente, com particular ênfase na reestruturação e acompanhamento dos créditos deteriorados. Paralelamente, a equipa deu continuidade à actividade de Assessoria *Real Estate* que possibilitou, em 2011, a formalização de quatro mandatos de assessoria financeira orientada especificamente para a vertente imobiliária.

Finalmente, e para além dos mandatos de assessoria contratados com clientes, a DREF assegura igualmente a gestão de vários activos imobiliários e participações sociais em sociedades imobiliárias que o Banco de Investimento tomou posse no contexto da reestruturação de operações de financiamento.

2.2 Treasury & Markets

2.2.1 Mercado de Capitais

Em 2011, a área de Mercado de Capitais - Dívida, esteve envolvida na estruturação e colocação de 17 transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 1.283 milhões de Euros.

Costaríamos de salientar no âmbito da política de captação de recursos para o Banif – Grupo Financeiro, as seguintes transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais:

- a) duas emissões de obrigações com garantia da República Portuguesa para o Banif – Banco de Investimento, S.A. no montante global de 150 milhões de Euros;
- b) duas emissões de obrigações com garantia da República Portuguesa para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. no montante global de 700 milhões de Euros;
- c) uma emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa para o Banco Banif Mais, S.A. no montante de 25 milhões de Euros;
- d) três emissões de *Senior Notes* para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu *Euro Medium Term Note Programme*, no montante global de 60 milhões de Euros e
- e) duas emissões de obrigações para a Banif - SGPS, S.A. no montante global de 125 milhões de Euros.

Importa igualmente referir as transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais para as sociedades integradas no Grupo Rentipar, nomeadamente:

- a) uma emissão de obrigações subordinadas para a Rentipar Seguros, SGPS, S.A. no montante de 10 milhões de Euros;
- b) uma emissão de obrigações perpétuas subordinadas para a Companhia de Seguros Açoreana, S.A. no montante de 10 milhões de Euros;
- c) uma emissão de obrigações para a Rentiglobo, SGPS, S.A. no montante de 35 milhões de Euros e
- d) uma emissão de obrigações para a Rentipar Investimentos, SGPS, S.A. no montante de 60 milhões de Euros.
- e) Programa de Papel Comercial para a Rentimundi – Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 10 milhões de Euros, por subscrição particular, sem garantia de reembolso.

De salientar ainda que, no âmbito da estruturação de financiamento para clientes não residentes, foram realizadas duas novas emissões de Notes pelo Euro Invest Limited, Ltd, indexadas ao risco de crédito do Banif – Grupo Financeiro e/ou dos seus accionistas maioritários, nos montantes de 55 milhões de Euros e de 55 milhões de Dólares Americanos.

No final do ano, o Banco desempenhou igualmente as funções de intermediário financeiro no âmbito de uma oferta pública geral e voluntária de aquisição lançada pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. sobre 100.000 obrigações subordinadas por este emitidas, por troca de até 100.000 obrigações subordinadas, a emitir pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu Euro Medium Term Note Programme.

Por último, no que respeita à actividade internacional, o Banco prestou assessoria financeira na venda de activos brasileiros a um Grupo Financeiro Internacional.

2.2.2 Financeira

O ano de 2011 revelou ser um período delicado para o sistema bancário português, nomeadamente no acesso a fontes externas de liquidez. De facto, os sucessivos cortes de notação de *rating*, quer da República quer dos bancos nacionais, associados ao pedido de ajuda externa de Portugal, levaram a que se confirmasse a dependência do Banco Central Europeu como forma de financiamento da actividade.

O BBI encetou um processo de desalavancagem do balanço que se concretizou na redução de cerca de 16% do seu activo, com uma alteração não despreciada na composição das suas fontes de financiamento.

Atendendo ao acima referido e ao enquadramento regulamentar, tornou-se inevitável uma descida nos recursos captados junto de institucionais (que atingiu os 145 milhões de euros – ME). Ainda assim, o BBI conseguiu reforçar a sua independência na obtenção de financiamento, como o comprova a redução de 135 ME na utilização de linhas de financiamento intra-grupo, aumentando em simultâneo a pulverização das fontes de financiamento permitindo assim uma redução de riscos.

Os fluxos mencionados foram compensados por: (i) variação líquida em emissões próprias (137,5 ME); (ii) aumento do capital social (30 ME); (iii) subida no recurso ao BCE (35 ME); (iv) desenvolvimento das operações de reporte de títulos (30ME) e (v) aumento dos recursos captados junto de clientes particulares (10ME).

O aumento do capital social em 30 ME permite ao BBI cumprir confortavelmente as metas regulamentares impostas para os rácios de capital.

Como forma de amenizar os efeitos nocivos da subida do seu custo de *funding*, o BBI aumentou significativamente a utilização de instrumentos de mercado monetário, nomeadamente Bilhetes do Tesouro, permitindo uma gestão eficiente da posição de liquidez e, simultaneamente, obter um contributo importante para a margem financeira.

A Direcção Financeira continuou a desenvolver esforços para diversificar as suas fontes de financiamento e potenciais contrapartes, nomeadamente assinando ISDA e ISMA com quatro entidades adicionais.

Durante 2011, foram feitos investimentos em sistemas de controlo e avaliação de produtos derivados para fazer face ao aumento de actividade de clientes nesta área. Aqueles investimentos garantem a avaliação independente para a totalidade das posições de derivados existentes (montante nominal de 700 ME), essencialmente provenientes de cobertura de risco de clientes (cambial, taxa de juro, crédito e *commodities*).

Por último, a actividade bem-sucedida de *trading* proprietário em mercados cambiais permitiu mais do que compensar a queda acentuada do volume de negócio de clientes neste segmento.

Estratégia de Financiamento

No plano de vencimentos de dívida do Banif - Banco de Investimento ("BBI") o ano de 2012 não regista qualquer acontecimento, tanto ao nível das emissões mais antigas emitidas em 2007 ("*Upper e Lower Tier I*") dado que uma delas só amortiza em 2017 ("*Upper Tier II*") e a outra é Perpétua ("*Lower Tier II*"), assim como as emissões de dívida garantida pelo Estado Português emitidas em 2011 só maturam em 2014.

A estratégia do BBI para 2012 passará por manter no nível mais baixo possível o recurso às linhas de financiamento intra-grupo, garantindo desta forma a autonomia do BBI no financiamento da sua actividade. Ainda no seguimento desta estratégia o BBI irá reforçar a *pool* de colaterais a utilizar junto do BCE através da carteira de crédito actual e com a aquisição de activos elegíveis, na sequência da amortização de títulos da sua carteira no montante de 120Mio€, durante os meses de Maio e Junho de 2012.

Adicionalmente, o BBI através de uma política activa de captação de recursos junto dos seus clientes Particulares e Institucionais tentará melhorar o seu rácio de transformação, substituindo financiamento do ECB por financiamento de Clientes.

Não está prevista a emissão adicional de dívida garantida pelo Estado Português durante o ano de 2012 pelo BBI.

2.2.3 Securitização

A estratégia do Banif – Banco de Investimento, S.A. ("Banif Investimento") nesta área de actividade, tem ao longo dos últimos anos, assentado nos seguintes pilares:

- Estruturação de novas operações;
- Concretização de emissões através da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("Gamma");
- Gestão das operações em que o Grupo Banif intervém;

Principais eventos decorridos em 2011:

Foram estruturadas pelo Banif Investimento, durante o ano de 2011, 2 operações de Titularização, num montante global de aproximadamente €1.400 milhões.

Em paralelo, foi constituído no decorrer de 2011 um Programa de Obrigações Hipotecárias para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif"), num montante global de €3.000 milhões e conseqüentemente concretizadas 2 emissões, que ascenderam a €135 milhões.

Adicionalmente o Banif Investimento esteve também envolvido nos seguintes processos ao longo do ano de 2011:

- Obtenção de notação de rating pelas agências Fitch e DBRS, para as tranches seniores das emissões Azor Mortgages No.2, Atlantes Mortgage No.3, Atlantes Mortgage No.4 e Atlantes Mortgage No.5, assegurando dessa forma o cumprimento do requisito definido pelo Banco Central Europeu, que vigorou a partir de Março/11.
- Reestruturação de emissões em curso (Azor Mortgages No.2, Atlantes Mortgage No.2,3,4,5 e 7 e Atlantes Finance No.3), assegurando assim a adaptação das transacções em causa ao critério da Standard & Poor's publicado em Dez/10.
- Colaboração com o Banif na colocação de Obrigações Titularizadas, emitidas pela Gamma, junto de investidores institucionais.

No final de 2011 a Direcção de Securitização era responsável pela gestão de aproximadamente €4.650 milhões de Obrigações Titularizadas, correspondentes a 13 operações, das quais cerca de €4.480 milhões foram concretizadas pela Gamma.

A 31 de Dezembro de 2011 a Gamma registou um activo líquido total de € 4.349 milhões e capitais próprios de aproximadamente € 5.5 milhões, tendo obtido um resultado líquido de € 563 milhares.

(valores em milhares de euros)	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
Activo Líquido	4.349.782	3.251.874	34%
Capitais Próprios	5.459	3.796	44%
Resultado do Exercício	563	328	72%

- **Fevereiro:** conclusão do processo de obtenção de um 2º *rating* para as operações de Titularização Azor Mortgages No.2, Atlantes Mortgage No.3, Atlantes Mortgage No.4 e Atlantes Mortgage No.5. O *rating* atribuído pela Fitch foi de "A", para a operação Azor Mortgages No.2 e "AA-" para as restantes. Refira-se que este processo foi motivado pelas exigências do Banco Central Europeu, o qual a partir de 1 de Março de 2011, determinou que todas as operações de Titularização tinham de beneficiar de notação de *rating* por parte de, pelo menos, 2 agências reconhecidas.
- **Abril:** concretização de uma emissão de obrigações titularizadas, denominada Atlantes No.1, num montante global de €1.132,9 milhões. Esta operação, envolveu uma carteira de créditos a Pequenas e Médias Empresas, originados pelo Banif. A emissão obteve um *rating* de "Aa2" pela Moody's e "AAA" pela DBRS.
- **Julho:** constituição de um Programa de Obrigações Hipotecárias para o Banif, num montante global de €3.000 milhões. O Programa obteve notação de *rating* pela Moody's de "Baa3".
- **Julho:** emissão de €85 milhões de Obrigações Hipotecárias, ao abrigo do Programa do Banif.
- **Julho:** conclusão do processo de obtenção de um 3º *rating* para a operação de Titularização denominada Azor Mortgages No.2. As obrigações classe A da referida emissão passaram a beneficiar de um *rating* "A+" pela agência DBRS.
- **Julho:** adaptação de algumas emissões em curso (Azor Mortgages No.2, Atlantes Mortgage No.2, Atlantes Mortgage No.3, Atlantes Mortgage No.4, Atlantes Mortgage No.5, Atlantes Mortgage No.7 e Atlantes Finance No.3) ao novo critério da Standard & Poor's. Esta adaptação teve por objectivo proteger o interesse dos investidores das referidas emissões, evitando, dessa forma, um *downgrade* das mesmas.
- **Setembro:** obtenção de garantia do European Investment Fund e consequente colocação junto de investidores institucionais de €80 milhões de obrigações Atlantes 1, classe A.
- **Outubro:** emissão de €50 milhões de Obrigações Hipotecárias, ao abrigo do Programa do Banif.
- **Dezembro:** concretização de uma operação de Titularização denominada Atlantes Finance No. 4, a qual envolveu uma carteira de créditos ao consumo, automóvel e *leasing* originados pelo Banif e Banif Mais, S.A. Esta operação contemplou a emissão pela Gamma de obrigações no montante global de aproximadamente €260 milhões, tendo as obrigações classe A obtido uma notação "A+" pela agência Standard & Poor's.

Estruturações em curso

Está neste momento a decorrer a estruturação de uma nova operação de Titularização envolvendo créditos a empresas originados pelo Banif, num montante que deverá ascender a €350 milhões. Esta transacção irá beneficiar de notação de *rating* por parte das agências *Moody's* e DBRS, estando prevista a sua concretização para o primeiro trimestre de 2012.

2.3 Trading & Sales

2.3.1 Carteira Própria

Foram já referidas as difíceis condições de financiamento das economias periféricas da Zona Euro, com Portugal a assumir particular protagonismo, que culminou com o pedido de assistência financeira internacional (aos países da zona euro, ao BCE e ao FMI), no segundo trimestre, que se consubstanciou num programa de financiamento de 78 mil milhões de euros. Neste contexto, e atendendo às dificuldades em obter financiamento pelo mercado e à falta de liquidez generalizada, o BBI optou pela venda de activos da carteira própria. No total, os activos vendidos representaram quase um terço do valor nominal da carteira própria. Não obstante, continuou a desenvolver-se a actividade de *trading* sem consumo de recursos, de forma a permitir gerar receitas para cumprir o orçamento de actividade da área.

2.3.2 Mercado Secundário de Obrigações

Durante o primeiro semestre de 2011, o banco consolidou a sua posição como um dos principais provedores de liquidez e “*market maker*” em *Eurobonds* brasileiros, aumentando a sua base de clientes institucionais activos para cerca de 300, espalhados por mais de 30 países. De salientar o crescimento da base de clientes no Médio Oriente e nos USA. Os segmentos onde o Banif Banco de Investimento se posiciona como importante participante do mercado secundário incluem Obrigações de *Corporates* Brasileiros em USD e EUR, Obrigações emitidas pela República Brasileira (USD e EUR), a curva de Pemex (Petróleos Mexicanos), e também de papéis denominados em BRL mas com liquidação financeira em EUR e USD, para investidores externos que queiram estar expostos à moeda brasileira sem necessidade de abrir conta local. A actividade teve um *turnover* global de aproximadamente dois mil milhões de euros em 2011. Nos meses de Verão, a actividade foi afectada pelas condições extremas de aversão ao risco, tendo o último trimestre revertido parte desse movimento negativo.

2.3.3 Mercado Secundário de Acções

O ano de 2011 foi mais difícil para os mercados accionistas. Aversos ao risco os investidores deram preferência a activos financeiros defensivos. Consequentemente, assistiu-se a uma desvalorização significativa nos principais índices Europeus (DAX -14.69%, CAC -16.95%, FTSEMIB -25.2%, IBEX -13.11% e o PSI20 -27.6%) e a uma redução de volume de transacções no mercado regulamentado da Euronext Lisboa de 30% face a 2010, o qual já tinha registado uma grande contracção (-43%) face ao ano de 2009.

Em resultado deste contexto adverso, a actividade de corretagem registou uma redução das receitas de intermediação. No entanto, o Banco continua empenhado na consolidação do negócio de *Equities*, quer em Portugal como no estrangeiro. Nesse sentido, destaca-se, no período em análise, a realização de diversas iniciativas, nomeadamente *roadshows* junto dos principais investidores institucionais nacionais e internacionais. Estas iniciativas, aliadas ao nosso serviço de Research e Vendas, irão certamente contribuir para reforçar o nosso posicionamento junto dos clientes aquando da melhoria das condições de mercado. Adicionalmente, é de salientar a consistência da qualidade da nossa equipa de Research que, uma vez mais, foi nomeada na categoria de “Melhor Analista” em Portugal pela *Deloitte, Investor & Governance Awards*.

O Banco continuou a assegurar no âmbito do contrato de liquidez da Banif SCPS a intermediação nas respectivas acções.

2.4 Gestão de Clientes

2.4.1 *Private Clients*

Ao longo do ano de 2011, a Direcção de Private Clients (“DPC”) consolidou as suas linhas de actuação assentes numa estratégia de crescimento da base clientes quer via novos clientes particulares quer através de um plano de dinamização da base de clientes ex-BPP. Para tal foi implementada uma estratégia de criação de valor via produto e via serviço, com enfoque no segmento de clientes monoproduto e com menor rotação de carteira. Esta estratégia resultou no aumento do número de clientes activos em cerca de 10% e num aumento significativo de rentabilidade por comparação com o ano anterior.

A actividade da DPC centrou-se na captação de *funding* via Produtos de Passivo (DPs e emissões próprias) sobre a base de clientes BBI. Adicionalmente, implementou-se uma estratégia de redução do crédito/CGI via aumento de *spreads* e redução de limites, tendo-se procedido à revisão de todos os contratos de crédito.

Este posicionamento permitiu concentrar os recursos desta direcção no acompanhamento de clientes particulares de alto rendimento, activos em investimento e intermediação financeira.

Prevê-se para ano de 2012 a manutenção de restrições na captação de *funding* mas com gradual redução da aversão ao risco. A concretizar-se, esta maior apetência por risco poderá permitir uma diversificação da carteira de investimentos com aumento do nível de comissionamento no mix de receitas da DPC. Continuaremos focados no esforço de captação de novos recursos e na implementação de iniciativas comerciais para aumento da rotação dos activos por cliente (*equity swaps*, emissões estruturadas, produtos customizados assim como na dinamização / consolidação da base de clientes BBI (base actual + base clientes BPP).

Verificou-se face ao ano anterior, uma manutenção do valor de activos sob gestão, mas com menor preponderância do mercado accionista por contrapartida do montante alocado a fundos de investimento.

2.4.2 *Institutional Clients*

O segmento de clientes institucionais tem requisitos específicos, quer pela sua dimensão e tipo de instrumentos financeiros que procuram, quer pela multiplicidade de actividades em que podem estar envolvidos. Este segmento foi anteriormente servido pela Direcção Financeira do Banif Banco de Investimento (essencialmente para soluções relacionadas com aplicações, investimentos e derivados) e pela Direcção de Clientes Institucionais da Banif Gestão de Activos (com enfoque na comercialização de produtos e serviços relacionados com fundos de investimento). Com o objectivo de sistematizar a oferta, e assim melhor servir este importante segmento de clientes, os recursos e experiência de ambas as direcções foram combinados numa única direcção de Institutional Clients, sedeadada no Banif Banco de Investimento. Esta direcção passou a ser o ponto de contacto privilegiado da área de banca de investimento com clientes institucionais.

As prioridades de 2011 foram consolidar a base de clientes, potenciando a colocação dos diferentes produtos e serviços oferecidos pela banca de investimento, reflectindo as prioridades de negócio para este ano. O ano fechou com perto de 200 clientes em carteira e um total de EUR 2.5bln de activos sob gestão sendo de salientar:

- a obtenção de dois mandatos de assistência em ofertas públicas de venda de fundos especiais de investimento imobiliário e ainda *short-listed* para outros dois;

- a captação de mais de 270 milhões em serviços de banco depositário;
- dinamização da colocação de papel comercial gerido / detido pelo grupo;
- captação de *funding* para o Banif Banco de Investimento, quer através de depósitos tradicionais, alargando a base de clientes, quer através de produtos inovadores e de valor acrescentado.

2.4.3 Corporate Clients

A Direcção de Corporate Clients tem como missão a originação de negócios junto de empresas e entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banif Banco de Investimento e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os clientes.

Os resultados atingidos na actual conjuntura reflectem, por um lado, a aposta sectorial efectuada e a forte integração com as diversas áreas de produto no Banif Banco de Investimento, e por outro lado, o esforço integrado de abordagem comercial para o segmento empresarial entre os bancos de investimento e comercial e a Companhia de Seguros Açoreana.

Destaca-se ainda o esforço de *cross selling* desenvolvido com as unidades de negócio no estrangeiro, com especial destaque para o negócio originado por esta equipa para o Banif Banco de Investimento (Brasil) em várias operações *cross border* com empresas portuguesas e brasileiras. É de notar igualmente o início de um esforço coordenado com a equipa em Espanha para o desenvolvimento de operações *cross border*.

Em 2011 a Direcção de Corporate Clients pôs em prática o plano comercial traçado no início do ano e que teve como principal focus a originação de negócio para as áreas de *Advisory Services*, *Structured Finance*, *Asset Management*, Mercado de Capitais e operações de *Cross Border* (Brasil e Espanha) junto do *middle market* empresarial português.

2.4.4 PMEs

A Direcção de PMEs tem como missão a execução de mandatos de assessoria financeira e a estruturação de financiamentos na área das pequenas e médias empresas, tendo como principal objectivo a oferta de serviços de banca de investimento que se coadunem com as necessidades do tipo de empresas e das operações dominantes originadas junto do Banif Grupo Financeiro, actuando em parceria com os Centros de Empresas do Banif – Banco Internacional do Funchal.

O ano de 2011 foi marcado por um continuado abrandamento de actividade. Deste modo, a Direcção de PMEs em conjunto com a Direcção de *Corporate Clients* intensificou neste período os contactos comerciais junto das empresas de forma a alargar a base de clientes.

2.5 Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo Banco de Investimento na gestão de patrimónios e consultoria para o investimento de clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de

Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e nos fundos especiais de investimento e pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., nos fundos de pensões.

O sector esteve particularmente pressionado devido à forte concorrência dos depósitos a prazo proporcionados pelas instituições financeiras. Com efeito, estas foram forçadas a adoptar um programa de desalavancagem do balanço no âmbito do programa de auxílio financeiro da troika, com vista à diminuição da dependência do financiamento externo,

pelo que têm vindo a oferecer taxas de depósito muito competitivas. Os fundos mobiliários foram particularmente afectados, tendo registado uma queda de activos de cerca de € 10 817M para € 3 403M (-69%), com especial destaque para o volume de resgates ocorrido nas classes de Fundos de Tesouraria Euro (€ 1 021 M), de Fundos com Protecção de Capital (€ 561M) e de Fundos Flexíveis (€ 435 M).

Neste contexto, a estratégia da Área de Gestão de Activos para o ano de 2011 assentou nos seguintes vectores:

- Aprofundar o relacionamento estratégico com o Banif – Grupo Financeiro, acompanhando especialmente o universo de clientes que detêm fundos de investimento e enfatizando o carácter recorrente da respectiva comercialização;
- Desenvolver o relacionamento com investidores institucionais exteriores ao Banif – Grupo Financeiro, de modo a potenciar as aplicações desses investidores em fundos de investimento e em serviços integrados de gestão de patrimónios;
- Manter a ênfase na procura de factores de diferenciação e de valor acrescentado, expressa nomeadamente no reenquadramento das estratégias dos fundos de investimento sob gestão e liquidação de fundos que se consideraram desadequados tendo em conta as actuais condições de mercado;
- Promover a implementação interna referente ao processo UCITS IV quanto à transposição das normas europeias a vigorar nos fundos de investimento, dotando-os da exigível (a muito curto prazo) harmonização a nível europeu.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Área de Gestão de Activos do Banco de Investimento e sociedades participadas tinha sob gestão e consultoria para investimento o montante de 2.727 milhões de euros, consubstanciando, portanto, um decréscimo de 9,88% em relação ao montante gerido a 31 de Dezembro de 2010.

2.5.1 Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)

No âmbito da estratégia delineada a Sociedade colocou especial ênfase no constante acompanhamento do mercado e adequação dos fundos de investimento sob sua gestão às necessidades comerciais percebidas, num ambiente económico extremamente adverso e de enorme instabilidade. Neste âmbito, destaca-se a implementação de alterações efectuadas à política de investimento do Banif Brasil – Fundo Especial de Investimento Aberto, no sentido do alargamento dos seus limites de investimento, assim como do espectro de actuação.

Ainda durante o 1º trimestre a Assembleia de Participantes do fundo PRIME FII – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado deliberou por unanimidade proceder à sua liquidação. A Sociedade Gestora prevê que o prazo para conclusão do processo de liquidação do fundo e para o reembolso das unidades de participação venha a corresponder a um ano a contar da data do início da liquidação do fundo, sendo que, no entanto, esta previsão poderá não ser segura, por se encontrar dependente do trânsito em julgado de processos judiciais pendentes.

Em Março procedeu-se à redução dos mínimos de subscrição exigidos nos fundos de investimento harmonizados, adaptando a oferta da Banif Gestão de Activos à nova realidade conjuntural, tendo em consideração quer as necessidades dos actuais clientes, quer a angariação de novos participantes. Ainda nesse mês promoveu-se a alteração da política de investimento do Infra Invest – Fundo Especial de Investimento Aberto, permitindo que o Fundo adaptasse os limites de investimento à actual conjuntura dos mercados, tornando-o mais competitivo e com uma maior perspectiva potencial de rentabilidade.

No âmbito dos fundos de investimento imobiliário merece realce a redução temporária das comissões de gestão (componentes variável e fixa), cobradas pelos fundos de investimento Banif Imogest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado e Banif Imopredial – Fundo de Investimento Imobiliário Aberto. Ainda relativamente ao Banif Imopredial salienta-se a redução temporária da comissão de depósito do fundo por parte da entidade depositária. Esta estratégia de isenção de comissões tem vindo a ser implementada pela Sociedade Gestora numa base trimestral.

Em Abril de 2011 realizou-se novo aumento de capital do fundo de investimento imobiliário fechado Imóveis Brisa, no montante de 1.500.000 Euros.



Em Assembleia de Participantes, realizada em 12 de Abril, foi deliberada a prorrogação do período de duração do fundo Banif Imogest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado por mais três anos, ou seja, até 23 de Abril de 2014. Este fundo teve início em 2001 e tinha um prazo inicial de duração de 10 anos.

Em Maio de 2011 promoveu-se, em conjunto com o Banif - Banco de Investimento, o lançamento de um novo produto dirigido à sua rede de *private banking*, o Banif Investimento Duplo, produto financeiro complexo que conjugou um depósito a prazo emitido pelo Banco com o investimento em um de dois fundos especiais de investimento mobiliário geridos pela Banif Gestão de Activos, seleccionados pelo cliente, Banif Brasil ou Banif Ásia.

A Sociedade Gestora promoveu em Setembro, no Porto e em Lisboa, duas sessões de apresentação do Fundo de Gestão Passiva – Fundo Especial de Investimento Fechado destinada aos seus participantes. Estes eventos tiveram como objectivo apresentar, aos mais de 500 participantes que nelas estiveram presentes, a retrospectiva da actividade do fundo e análise dos seus activos, assim como algumas perspectivas de rentabilidade e de liquidez.

No mês de Dezembro a Sociedade Gestora decidiu a liquidação do fundo Banif PPA – Fundo de Poupança em Acções.

Ainda no final de 2011 a Sociedade Gestora procedeu à publicação de Convocatória para a realização de uma Assembleia de Participantes do Fundo de Gestão Passiva – Fundo Especial de Investimento Fechado, a ter lugar em 17

de Janeiro de 2012, cujo ponto único em discussão será a alteração do Regulamento de Gestão do fundo no capítulo respeitante à sua política de gestão, por forma a ficar expressamente prevista a possibilidade da Sociedade Gestora poder aceitar as ofertas apresentadas pelos emitentes de valores mobiliários em carteira. No que diz respeito aos fundos mobiliários, os activos geridos passaram de 78,8 milhões de euros no final de 2010 para 44,8 milhões de euros no final de 2011 (43,2% de decréscimo), enquanto os fundos imobiliários evoluíram de 709 para 717 milhões de euros,

no mesmo período, o que representou um acréscimo de 1,04%. Os activos geridos em fundos especiais de investimento passaram de 610 para 554 milhões de euros, ou seja, um decréscimo de 9,08 % no período.

A Sociedade conseguiu manter níveis elevados de quota de mercado nos Fundos Especiais de Investimento e nos Fundos Imobiliários, com respectivamente, 11,4 % e 6,4 % no final do exercício.

A quota de mercado da Banif Gestão de Activos, S.G.F.I.M., S.A. em Dezembro de 2011 era de 5,95% tendo crescido relativamente à quota de 5,42% do final de 2010.

Devido ao enquadramento desfavorável, os proveitos desceram 32,6% relativamente ao exercício anterior, o que conduziu a uma diminuição dos resultados líquidos da Sociedade, que passaram de 2.888 milhares de euros em 2010 para 934 milhares de euros em 2011. O ROE cifrou-se em cerca de 13,87% no período.

Valores em Milhares de Euros

	2011	2010	Variação %
Activo Líquido	13.618	13.242	3%
Capitais Próprios	8.631	10.247	- 16%
Resultado do Exercício	934	2.888	- 68%

2.5.2. Investimentos Alternativos e *Private Equity* - BCA

Infra Invest

O Infra Invest– Fundo Especial de Investimento Aberto, adiante designado por Infra Invest, Fundo ou OIC, é um fundo que investe directa ou indirectamente em activos cotados ou não cotados, projectos ou empresas relacionadas com infra-estruturas, gerido pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA. e iniciou a sua actividade em 30 de Junho de 2009.

Enquadramento Macro-económico

O ano de 2011 foi marcado pelo abrandamento do ritmo de expansão das principais economias mundiais, de 4,1% em 2010 para 2,7% em 2011, tendo o crescimento sido mais acentuado nos países emergentes e mais moderado na generalidade das economias avançadas.

Apesar da redução do ritmo de crescimento, a sustentabilidade do ciclo de expansão foi ainda condicionada por um conjunto de factores pontuais, de entre os quais: i) os efeitos do terramoto e consequente tsunami no Japão; ii) a crise política em países do Norte de África e Médio Oriente, em particular na Líbia, e os efeitos ao nível do preço do petróleo; e, iii) o agravamento crise de dívida soberana ocorrida na Zona Euro, com o contágio para a economia portuguesa e, já no final do semestre, para as economias espanhola e italiana.

A crise de dívida soberana que afecta os países da Zona Euro começou no final do ano de 2009 na Grécia e propagou-se no início de 2011 para Portugal, depois de ter obrigado a Irlanda a um pedido de ajuda externa no final de 2010. A desconfiança dos mercados financeiros relativamente à dívida de Portugal conduziu ao aparecimento de dificuldades crescentes no financiamento dos agentes públicos e privados e conduziu o governo a um pedido de assistência financeira à União Europeia, aos países membros da área do euro e ao FMI no dia 7 de Abril de 2011. No âmbito deste

pedido, foi elaborado um alargado programa de ajustamento económico e financeiro para o período de 2011-14 e que contempla um financiamento total de 78 mil milhões de euros. O programa centra a sua intervenção em 3 grandes áreas:

- Reformas estruturais para aumentar o crescimento potencial da economia;
- Estabelecimento de uma estratégia de consolidação orçamental credível;
- Desalavancagem ordenada do sector financeiro.

A crise na Zona Euro condicionou o acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas, devido às dificuldades de refinanciamento da banca, e pressionou os governos a anunciar políticas orçamentais mais restritivas com vista a recolocar as finanças públicas em trajectória sustentável, caso da França, da Grécia, de Espanha, de Itália e Portugal. Estas medidas contraccionistas condicionam de forma significativa o processo de recuperação económica em curso. Paralelamente, os governos da Alemanha e França insistiram na necessidade de envolver os investidores privados nos programas de resgate financeiros dos países em dificuldade, o que veio agravar ainda mais o sentimento dos investidores.

O aumento da aversão ao risco sentido pelos investidores traduziu-se, em Agosto e Setembro de 2011, num contágio global, em que a elevada volatilidade de mercado afectou igualmente os mercados da zona euro, demais mercados desenvolvidos e os mercados emergentes, com os fluxos de capital a caírem de forma pronunciada e as divisas a depreciarem face à moeda de refúgio, o dólar norte-americano.

A manutenção das dificuldades do acesso ao crédito e o processo de desalavancagem em curso nas economias europeias conduziram a número reduzido de operações de investimento em infraestruturas realizadas por fundos de investimento durante o ano de 2011. Apesar destas dificuldades, a Europa continua a ser um dos principais mercados de investimento dos fundos de infraestruturas devido à estabilidade política que proporcionam uma estabilidade nos *cash-flows* dos projectos ao invés dos países emergentes cujos projectos apresentam um nível de risco elevado.

Política de investimento do OIC

O Infra Invest -FEIF iniciou a sua actividade no final do primeiro semestre de 2009, tendo comprometido um investimento inicial de 12 Milhões de euros no fundo de capital de risco Banif Infrastructure Fund.

Durante o ano de 2011 o Fundo não realizou qualquer novo investimento e não foi efectuada qualquer nova subscrição de capital por parte de novos ou actuais participantes.

Em 22 de Agosto de 2011 entraram em vigor diversas alterações à política de investimento como a supressão do limite máximo de 80% do valor líquido global do Fundo em unidades de participação de fundos de investimento que se dediquem maioritariamente ao investimento em infra-estruturas; supressão do limite máximo de 35% do valor líquido global do Fundo num único investimento; introdução do limite máximo de 75% do valor líquido global do Fundo num único fundo de investimento, desde que este represente uma carteira diversificada; introdução do limite máximo de 30% do valor líquido global do Fundo num único projecto de infra-estruturas; alargamento do prazo de 2 para 3 anos no que respeita a limites de investimento constantes no prospecto completo do fundo.

Perspectivas da actividade do OIC

No ano de 2012 o comportamento do Fundo vai estar marcado pelas incertezas envolvidas na trajectória subjacente das economias desenvolvidas, em particular na Europa, devido à evolução da crise da dívida soberana. Face a estas

incertezas não se prevê que haja novas subscrições até que os investidores consigam ter uma visão mais clara sobre a evolução da crise.

Eventos subsequentes relevantes

Em Janeiro de 2012 verificou-se que o valor reportado no final do ano respeitante às Unidades de Participação do Banif Infrastructure Fund – FCR (Banif Infrastructure) sofreu uma queda acentuada apresentando uma variação de cerca de 50% relativamente ao valor a que está avaliado este activo no Fundo. O impacto desta desvalorização, que resultou essencialmente do reconhecimento por parte da Finpro (activo do Banif Infrastructure) de desvalorizações de algumas participadas, foi repercutido no Fundo em Janeiro de 2012.

Art Invest

Mercado de Arte em 2011

Durante o ano de 2011 o mercado global de arte, apresentou um crescimento que superou as previsões mais optimistas. No início de 2011 os níveis de preços encontravam-se perto dos valores observados em meados de 2007, antes dos máximos de sempre que foram atingidos no final desse ano. No final do ano os preços aproximaram-se dos valores que se foram observados uns meses antes do colapso do mercado em 2008, logo após o histórico leilão de obras do Damien Hirst que ocorreu no dia seguinte à falência da Lehman Brothers.

Num cenário económico marcado pelo abrandamento dos Estados Unidos e especialmente pelo problema das dívidas soberanas na Europa, este crescimento do mercado de arte foi essencialmente impulsionado pelos mercados asiáticos. Os factores que justificam esta performance são vários, nomeadamente a tradicional procura de investimentos de refúgio, como o ouro ou as obras de arte, num ambiente de instabilidade económica e de falta de confiança nas tradicionais classes de activos. No entanto, quando confrontados com os números, o grande impulsionador deste crescimento foi a consolidação da China enquanto o maior protagonista mundial do mercado de arte.

Desde 2007 que a China se tem posicionado paulatinamente como o actor principal de um mercado que alternava entre Londres, Nova Iorque e Paris, e confirmou este ano a sua posição de primazia, não só ao nível do volume de vendas como dos preços de obras em leilão. Durante 2011 a China foi responsável por cerca de 39% do volume de vendas, seguida pelos Estados Unidos da América com 25% e de Inglaterra com 20%. Com mais de 684 lotes transaccionados a China também liderou o topo de mercado (obras com um valor acima de um milhão de dólares), batendo os EUA, que colocaram 533 lotes, o que representou um crescimento de 36% face a 2010.

Para estes valores contribuiu o emergir de artistas chineses, cujas obras começaram a atingir cotações acima da fasquia de USD 1 Milhão. O recorde de preço obtido por uma obra foi este ano foi alcançado num leilão em Pequim para uma obra Qi Baishi – “águia sobre um pinheiro” que foi arrematada por USD 57 Milhões. Qi Baishi (1864 - 1957) foi um pintor autodidacta sendo actualmente considerado um dos mais influentes artistas modernos chineses e apresenta como temática predominante do seu trabalho a natureza, com maior incidência em animais, plantas e paisagens. Em 1957 foi eleito presidente da Associação dos Artistas da China.

Aliciados pelo crescimento económico asiático a China tornou-se o novo el dourado de artistas, galeristas e especialmente leiloeiras. A Christie's e a Sotheby's que em 2011 representaram 53% (vs 72% em 2008) do total de volume de vendas do mercado de arte, estão a investir naquela zona do globo com o objectivo de manterem a

liderança e travarem a ameaça que têm sofrido pelas concorrentes chinesas que colocaram sete leiloeiras entre as das dez maiores mundiais no final de 2011.

Durante o ano de 2011 o fundo colocou em leilão duas obras - “O Africano” de Leonilson, e o “Relevo Espacial”, obra de Hélio Oiticica. Considerado um dos artistas mais revolucionários e influentes do seu tempo, Hélio Oiticica realizou uma vasta obra experimental e inovadora que é reconhecida internacionalmente. Em 2009 um incêndio destruiu cerca de duas mil obras do artista plástico, aproximadamente 90% do acervo que era mantido na residência do seu irmão e que foi avaliado em 200 milhões de dólares. Apesar da expectativa de concretização de uma mais-valia significativa através da venda em leilão realizado em Londres pela Phillips de Pury do “Relevo Espacial”, esta acabou por não se concretizar, devido a um efeito de dupla tributação que incide sobre a importação de obras de arte para o Brasil. Pelo mesmo motivo, no leilão realizado pela Christie’s a obra de Leonilson acabou por ser arrematada pelo valor de avaliação mais baixo.

Durante o ano foram distribuídos pelo The Fine Art Fund (“FAF”) USD 259.206,87 o qual continua a ser o investimento com maior peso na carteira do fundo. Em termos de valorização as obras do FAF foram avaliadas cerca de 0,12% abaixo do seu valor de aquisição. Este valor compara com a avaliação realizada em 2010, que apresentava um valor de 8,49% abaixo do preço de custo, o que levou a uma valorização do fundo no período de um ano. A subida do valor do The Fine Art Fund contribuiu para que o Art Invest - FEIF apresentasse uma rentabilidade anual positiva de 5.19% em 2011.

Perspectivas

Em 2012 o fundo irá iniciar a distribuição de liquidez durante o primeiro trimestre, na sequência das amortizações de capital realizadas pelo FAF. Ainda durante este ano está prevista a venda de diversas obras, permitindo que se antevêja uma segunda distribuição de liquidez ainda antes do final do ano. Dada a situação do mercado nacional o fundo irá promover a venda de obras que têm maior potencial de colocação internacional, nomeadamente as de artistas brasileiros. Antecipa-se que a procura no mercado mundial em 2012 não continue a apresentar a tendência ascendente de 2011, devido ao abrandamento verificado no final do ano.

FICA

Relativamente ao Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual (FICA) foi feita uma chamada de capital a 15 de Fevereiro de 2011, correspondente ao capital relativo ao ano de 2009, com a finalidade de reunir o capital necessário para poder deliberar acerca de novos investimentos, não tendo resultado qualquer realização por parte de nenhum dos Participantes.

Assim sendo, durante o ano de 2011, a BCA não deliberou acerca de novos investimentos, limitando-se a gerir os investimentos anteriormente contratualizados.

2.5.3 Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)

A Sociedade prosseguiu a actividade comercial junto de empresas e associações sócio-profissionais, o que se traduziu na apresentação de 5 propostas de constituição de novos Fundos de Pensões e 1 proposta de transferência de gestão.

Na sequência do lançamento, no último semestre de 2010, de 4 novos Fundos de Pensões Abertos, de comercialização conjunta, para empresas e particulares, em parceria com a Optimize Investment Partners – SCFIM, S.A., com a Optimize – Mediação de Seguros Unipessoal, Lda. e com a MDS – Corretores de Seguros, S.A., a Sociedade concretizou mais 2

adesões colectivas (por transferência) a estes fundos. Adicionalmente, a Sociedade concretizou, ainda em 2011, mais uma adesão colectiva, aos Fundos de Pensões Abertos Banif Reforma.

O volume de activos sob gestão passou de 296 milhões de euros no final de 2010 para 253 milhões no final de 2011, o que representou um decréscimo de 14,5%, justificado pela transferência das responsabilidades com pensões em pagamento do FP BBKA para o Estado no montante de € 47 milhões de euros.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade Banif Açor Pensões cifrou-se em 167 milhares de euros, contra 160 milhares no ano anterior, o que representou um acréscimo de 4%.

Valores em Milhares de Euros

	2011	2010	Variação %
Activo Líquido	4.711	4.361	8%
Capitais Próprios	4.120	3.953	4%
Resultado do Exercício	167	160	4%

2.5.4 Banif Investimento (Gestão de Patrimónios)

Na actividade de Gestão de Patrimónios foi implementada uma estratégia comercial ainda mais proactiva, em estreita coordenação entre o Banif Investimento e a Banif Gestão de Activos. Ao nível da gestão dos fundos de pensões, mandatada pela Banif Açor Pensões, aproveitou-se para redefinir as políticas de investimento de alguns mandatos, por forma a acomodarem as alterações de mercado que ocorreram nos últimos anos. Finalmente, no mandato de consultoria para investimento prestado à Companhia de Seguros Açoreana, há a destacar o desenvolvimento de novas ferramentas de gestão, que possibilitam uma gestão segregada por tipo de produto com base em objectivos de gestão distintos: retorno absoluto, contra um índice de referência ou com base numa gestão ALM (*Asset and Liability Management*).

Em 31 de Dezembro de 2011 o Banco de Investimento e as sociedades por si participadas tinham sob gestão ou encontravam-se mandatados para prestar serviços de consultoria para o investimento em carteiras no montante total de 1.158 milhões de euros. Em 2010 os activos geridos por conta de outrem cifravam-se em 1.338 milhões de euros, ou seja, verificou-se um decréscimo de 13% em 2011.

2.6 Private Equity

Em 2011 a Banif Capital S.C.R. S.A. ("Banif Capital") contava com três Fundos sob gestão: o Fundo Capven FCR, constituído em Julho de 2003, e orientado para o segmento de PMEs portuguesas; o Banif Capital Infrastructure Fund FCR, um fundo direccionado para o sector das infra-estruturas europeu, constituído em Junho de 2009, e o Banif Global Private Equity Fund - FCR, um fundo de fundos de Private Equity lançado em Julho de 2010 composto por 3 fundos internacionais de Private Equity que investem essencialmente nos mercados Europeu e Norte Americano.

Em termos genéricos, a Banif Capital continuou a acompanhar de perto a evolução dos seus activos e dos fundos sob sua gestão, como se detalha de seguida:

- A Banif Capital participou activamente na negociação da reestruturação da dívida de algumas participadas e na obtenção de novas linhas e financiamento maioritariamente destinadas à expansão e internacionalização de alguns negócios, acção esta particularmente relevante tendo em conta a elevada restrição de liquidez do mercado português;
- Dada a necessidade premente de algumas empresas portuguesas aumentarem as suas exportações, a Banif Capital teve, e continua a ter, um papel decisivo de interface com alguns investidores internacionais para o alinhamento de parcerias estratégicas, de que é exemplo um acordo de exportação celebrado com uma das participadas do Fundo CAPVEN;
- Adoptando uma perspectiva de colaboração proactiva na gestão das suas participadas, a equipa de gestão Banif Capital contribuiu com competências específicas para a gestão económico e financeira das participadas directas e das empresas participadas dos fundos sob gestão;
- Em articulação com o seu accionista único Banif Banco de Investimento S.A., a Banif Capital expandiu a sua carteira de investimentos, adquirindo em 2011 participações em três sociedades, nomeadamente:

15,4% da Fomentinvest S.G.P.S., S.A. (gestora de participações sociais que opera nas áreas de ambiente, energia, alterações climáticas, mercados de carbono e sustentabilidade);

37,5% da WIL – Projectos Turísticos, SA (sociedade focada no desenvolvimento, promoção e exploração de projectos turísticos, designadamente aldeamentos turísticos); e

100% da Worldvilas - Sociedade Imobiliária Lda (cujo objecto social é o de compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos).

Em 31 de Dezembro de 2011 a Banif Capital registava um activo líquido total de EUR 9.924,9 milhares, capitais próprios de EUR 873,4 milhares e um resultado líquido de EUR 13,9 milhares. O crescimento dos capitais próprios é explicado pela realização de prestações acessórias por parte do accionista BBI no valor de EUR 500,0 milhares, enquanto que a variação negativa do resultado líquido é explicada pelo reconhecimento das imparidades do fundo CAPVEN FCR, detido em 28,5% pela Banif Capital.

	31/12/2011	31/12/2010	Variação %
Activo Líquido	9.924,9	1.972,4	+403%
Capitais Próprios	873,4	359,5	+143%
Resultado do Exercício	13,9	84,0	-83%

Valores em Milhares de Euros

2.7 Actividade Desenvolvida por Sociedades da Fileira da Banca de Investimento Fora de Portugal

2.7.1. Brasil

2.7.1.1. Banif Banco de Investimento (Brasil), SA

Cenário Económico

A taxa de crescimento da economia brasileira desacelerou de 7,6% em 2010 para 2,7% em 2011, em função de diversos factores. O primeiro deles foi o aperto da política económica, implantado entre o final de 2010 e o início de 2011, com o objectivo de combater a alta da inflação. A elevação dos juros, a adopção de medidas visando a contenção do crescimento do crédito e o aperto da política fiscal tiveram efeito relevante sobre a actividade económica. O segundo factor que contribuiu para a desaceleração do crescimento foi o agravamento da crise externa, notadamente na Europa, que teve impacto negativo, por exemplo, sobre a confiança e o fluxo de capitais. A crise teve impacto especialmente intenso sobre a indústria brasileira, que tem sofrido pressão crescente do excedente de produção de bens produzidos ao redor do mundo.

O crescimento médio do país tem permanecido próximo a 4% ao ano e o crescimento acelerado em 2010 havia apenas compensado a queda do PIB em 2009. Apesar disso, a desaceleração acabou sendo mais intensa do que originalmente imaginado e, por conta disso, o aperto da política económica começou a ser revertido no início do segundo semestre. Dessa forma, a taxa básica de juros começou o ano subindo, de 10,75% para 11,25%, chegou a 12,5% no meio do ano, e encerrou 2011 recuando, de 11,0% para 10,5%.

O menor ritmo de crescimento económico não impediu a inflação de subir e encerrar o ano em 6,5%, exactamente no limite superior da banda de flutuação do sistema de meta de inflação. No entanto, a aceleração da inflação em 2011 foi causada, em boa parte, pela forte alta dos preços internacionais das *commodities* ocorrida no início do ano. Outro factor que ajuda a explicar a aceleração da inflação foi a queda do desemprego. Embora o PIB tenha crescido menos do que nos últimos anos, o desemprego continuou a cair ao longo do ano e atingiu o patamar mais baixo dos últimos dez anos. Com isso, os salários continuaram a subir, fortalecendo o consumo e, ao mesmo tempo, pressionando os custos.

Assim, embora o ano de 2011 tenha sido volátil e relativamente tenso, em relação ao ritmo de crescimento do PIB, inflação, taxa de juros e comportamento do mercado financeiro, foi mais um ano de continuidade da melhora do mercado de trabalho e da expansão da demanda doméstica.

Mercado de Capitais

Durante o ano de 2011 os esforços da área de Mercado de Capitais foram focados majoritariamente na estruturação de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") a serem distribuídos no mercado de capitais local.

Neste contexto, destacam-se duas operações *built to suit* que englobaram o financiamento ponte para a construção de dois *call centers* e a posterior securitização do fluxo de recebíveis provenientes dos contratos atípicos de locação de tais imóveis. As duas emissões contam com risco de crédito Atento Brasil S.A., tendo obtido rating AAA(bra) atribuído pela Fitch Ratings. Em conjunto, as duas emissões atingiram cerca de R\$ 60 milhões de reais.

Adicionalmente, no mesmo formato, outras duas operações foram mandatadas e estão em fase de estruturação. Uma delas terá como lastro contrato de locação de um centro de distribuição e a outra o de um galpão de armazenagem. A estimativa é que a estruturação destas operações continue até o final do primeiro semestre de 2012, e que as respectivas emissões e distribuições ocorram no início do segundo semestre do mesmo ano.

A área também participou da estruturação de uma emissão de CRI lastreado em contrato atípico de locação da Petrobras Distribuidora S.A., no valor de R\$ 350 milhões de reais. Nesta operação os recursos arrecadados estão sendo utilizados para a construção de um terminal de combustíveis e para a expansão e modernização da fábrica de lubrificantes da companhia.

Durante o segundo semestre, também foi iniciada a estruturação da primeira emissão de cotas seniores do FIDC Fornecedores Odebrecht, a ser realizada no início de 2012, no montante aproximado de R\$ 32 milhões.

No mesmo período, a área também trabalhou em conjunto com a Yorkville Advisors na identificação de emissores para estruturação de operação no âmbito do produto denominado Standby Equity Distribution Agreement (SEDA) que configura um tipo específico de distribuição de ações direcionada exclusivamente a Yorkville Advisors. Dentre os potenciais clientes apresentados, uma operação foi fechada e está em fase de execução.

Administração Financeira

O segundo semestre de 2011 continuou a mostrar piora da crise financeira Europeia, em especial com a deterioração da economia Italiana, que levou a renúncia do primeiro ministro Berlusconi. A Alemanha e a França procuraram, sem sucesso de acordo, soluções para os países em crise. A continuidade do Euro, neste cenário, foi muito questionada. Porém, medidas paliativas levaram a continuidade da moeda única. Nos Estados Unidos as expectativas de melhora não se concretizaram com o PIB do terceiro trimestre crescendo apenas 1,8%, abaixo dos 2,5% estimados inicialmente. A revisão para baixo foi principalmente em função do crescimento do consumo das famílias ter tido um avanço de apenas 1,7%. É neste cenário que se inicia a batalha do novo mandato do presidente Obama.

Os mercados reagiram de acordo com este cenário sem definição, continuando a apresentar quedas. O Índice Bovespa apresentou queda de 9,1% no segundo semestre e de 17,7% no ano de 2011. O S&P apresentou queda de 4,4% no segundo semestre e no ano uma alta de apenas 0,3% e o Nasdaq queda de 5,8% no semestre e de 2% no ano. O Dólar, que se manteve fraco durante o primeiro semestre, apresentou melhora no segundo semestre valorizando 10,60% e fechando o ano com uma valorização de 3,20%.

No Brasil, os temores em relação a economia mundial levaram o Banco Central a mostrar uma diminuição com as preocupações com a inflação reduzindo os juros básicos. A SELIC acabou por fechar em 10,90% a.a. o que se compara a 12,10%a.a. ao final de Junho de 2011. A preocupação do governo central com a importação dos produtos reduziu-se parcialmente com o valor do Real desvalorizando 20,2% no segundo semestre e 11,7% no ano como consequência da valorização do dólar nos mercados internacionais.

Além de iniciar uma nova rota de queda de juros em Setembro, o governo brasileiro tomou medidas para incentivar a economia interna que começou a dar alguns sinais de desaquecimento. Entre eles, decidiu reduzir e em alguns casos até zerar o IPI de produtos da linha branca. Por outro lado, aumentou significativamente o IPI dos veículos importados.

Com os problemas em Portugal, o Banif BBI volta a buscar novas oportunidades de negócios no Brasil, principalmente no assessoramento a empresas Portuguesas que buscam investimento no Brasil em função da falta de oportunidade no país de origem. Em suma, o Banif e em particular a sua Tesouraria continuou a oferecer soluções para os seus

clientes e de uma maneira mais agressiva para o mercado de Mid e Upper Mid Caps. O Banif tem uma equipe pronta para suprir demandas de seus clientes.

Advisory Services – M&A

Ao longo do ano de 2011 a área de M&A focou na condução das operações do pipeline de clientes, principalmente os chamados de Mid e Upper Mid Caps, em alguns sectores específicos, tais como: tecnologia da informação, BPO (*business process outsourcing*) e autopeças e Telecom.

Actualmente a área esta assessorando: (1) uma grande empresa do segmento de BPO, em um mandato guarda-chuva para a aquisição de diversos *players* e a consolidação do sector, sendo que estamos reformulando a abordagem para outros *targets* em função de impasse na posição *buy side* de nosso contratante. (2) um Grupo de Tecnologia com frentes diferenciadas de actuação, na qual possuímos mandatos *buy side* (para controlo) e *sell side* parcial para a atracção de investidores estratégicos minoritários, bem como estamos assessorando na condução de parceria estratégica e tecnológica com uma das empresas do Grupo. Nesses mandatos, estamos em negociação com cerca de 2 empresas em frentes diferenciadas bem como estamos assessorando em negociações junto ao BNDE em um processo de reestruturação do Grupo. Acreditamos que no primeiro trimestre de 2012 alguns mandatos possam vir a ser efectivados. (3) um Grupo Estrangeiro de origem Ibérico, no segmento de Projectos de Engenharia, para o qual estaremos discutindo os termos do mandato com novas opções, uma vez que as primeiras negociações conduzidas não redundaram em aceite por parte do *target*.

Temos ainda alguns projectos em perspectiva para assinatura nos próximos dois meses, em especial nos segmentos de autopeças, Telecom e componentes eletromecânicos.

Em paralelo, o Banif BBI Brasil tem explorado diversas oportunidades de negócios *cross border* com o Banif BBI de Portugal e Espanha, seja pelo interesse de diversos clientes ibéricos em investir no Brasil (nomeadamente nos sectores de construção e infraestrutura, entre muitos outros).

Outra frente de negócios, são as parcerias com consultorias e boutiques que possam ser ou (i) complementares à *expertise* do Banif BBI Brasil, ou (ii) onde o Banco possa participar de uma operação através do financiamento de uma aquisição ou via estruturação de outro produto.

Advisory Services - Structured Finance & Infraestrutura

No segundo semestre de 2011, a equipe de Structured Finance & Infraestrutura actuou na estruturação financeira e M&A de projectos nas áreas de energias renováveis, particularmente em energia eólica e PCHs. A área dedicou-se à estruturação de financiamento de longo prazo e em empréstimo ponte ao sector de logística, com operação de terminal de transbordo e beneficiamento de grãos no Centro-Oeste. Ainda, em conjunto com o departamento de M&A, estamos com mandato *sell side* para um parque eólico já em etapa de *due diligence*.

Banif Real Estate

O Banif Real Estate encerrou o ano de 2011 com três fundos de investimento, totalizando R\$170 milhões sob gestão. O mais antigo, o Fundo de Investimento Imobiliário Europar, um fundo fechado com cotas negociadas em Bolsa, apresentou alta de 4,5% no segundo semestre de 2011 e queda de 4,6% no ano, o que se compara a uma queda de 9.1% do Índice Ibovespa no segundo semestre e de 18,1% no ano de 2011. O fundo tem apresentado rentabilidade atractiva a seus cotistas, distribuindo mensalmente R\$1,36 por cota, ou 0,70% a.m. sobre o preço médio de negociação no ano.

O FIP Banif Real Estate Brasil participa na elaboração e desenvolvimento de projectos tanto nos segmentos comerciais como residenciais para a classe média brasileira localizada no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, tendo um Volume Geral de Vendas dos empreendimentos de cerca de R\$1,3 bilhão para 100% de participação.

2.7.1.2. Banif Gestão de Ativos (Brasil) SA

As incertezas em relação a economia da Europa, e da continuidade do Euro, e ainda a desaceleração, mesmo que lenta, da economia chinesa, levaram as Bolsas do mundo a uma queda. O Ibovespa apresentou perda de 18,1% no ano de 2011, sendo 9% no segundo semestre. Essas incertezas afectaram principalmente a categoria de fundos Multimercado que tiveram resgates líquidos montando a R\$49 bilhões no ano. Os Fundos de Acções, por sua vez, tiveram saques de R\$800 milhões. Os Fundos de Renda Fixa tiveram a maior captação líquida, somando R\$78 bilhões seguidos pelos fundos de Previdência que totalizaram captação líquida de R\$25 bilhões. O Património Líquido dos Fundos de Investimento atingiu a marcar de R\$1,9 trilhão em Dezembro de 2011, o que se compara a R\$1,7 trilhão em Junho de 2010.

Em termos de rentabilidade, o destaque ficou por conta dos fundos de renda fixa, com valorização de 5,92% no acumulado do ano. Em função das mudanças mundiais, reestruturamos a Banif Gestão de Ativos, concentrando nossos esforços em fundos com estratégia de renda fixa. Assim sendo, vale a pena destacar a desempenho do fundo referenciado DI que teve uma rentabilidade equivalente a 100,49% do CDI durante o ano de 2011. A Banif Gestão de Ativos tinha R\$ 117 milhões sob gestão em Dezembro de 2011.

2.7.1.3. Banif Corretora de Valores e Câmbio SA

Como já identificado no primeiro semestre do período, as atractivas taxas de juros tornaram a renda fixa uma das melhores opções de investimento para o ano de 2011.

O Tesouro Directo, programa do Tesouro Nacional e que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas pela internet, totalizou em 2011 vendas de 3,54 bilhões de reais, representando aumento de 58,3% em relação ao volume financeiro vendido em 2010, constituindo o melhor resultado desde 2003.

Enquanto a renda fixa destacou-se, o desempenho do índice Ibovespa contabilizou perdas de 18,1% durante o período de 2011. Esta redução reflectiu-se directamente nos volumes operados na Bolsa e consequentemente nas operações da Banif CVC S.A.

Dado este cenário as operações durante o ano de 2011 focaram-se na reformulações de produtos e serviços, bem como no relacionamento institucional com a actual base de clientes, para que com o reaquecimento da bolsa as operações possam estar alinhadas com as expectativas do mercado.

2.7.1.4. BanifInvest

A tendência já apontada no primeiro semestre confirmou-se na operação de varejo. Houve uma redução de 27,8% no número de ordens executadas, resultado de 1.206.659 ordens executadas em 2010 ante 870.436 executadas em 2011.

Esta redução deve-se a fuga do investidor individual das operações com renda variável, que em 2010 representavam em média 26% do volume movimentado na BM&FBovespa e que em 2011 chegaram apenas a 22% deste volume. Destaca-se que em Dezembro de 2011 a participação dessa modalidade de investidor foi de apenas 18%.

Diante deste cenário a operação centrou-se no fortalecimento da actual base de cliente, objectivando sua fidelização e evitando a migração para outras modalidades de investimentos ou para concorrentes que frequentemente praticam reduções de suas tarifas, objectivando os investidores que já actuam por outras corretoras.



03 Análise às Contas
e Perspectivas
Futuras

03

Análise às Contas e Perspectivas Futuras

Análise às Contas

Tomando o universo da fileira de banca de investimento em Portugal e a perspectiva das contas consolidadas (relevando IAS), os resultados decresceram fortemente em 2011, de um lucro líquido de 8.1 milhões de euros para um prejuízo de 0.9 milhões de euros¹.

Esta regressão, que interrompe uma trajectória de crescente geração de valor, encontra explicação numa descida de 17% no principal indicador de actividade, o Produto Bancário, de 36.4 para 30.2 milhões de euros e no crescimento de 102% do stock de imparidade sobre crédito, condicionando a rubrica global de dotação para provisões e imparidades a uma contribuição adversa de 7.9 milhões de euros, contra apenas 2.1 milhões de euros no ano passado.

Centrando-nos no Produto Bancário, é de notar que os seus dois principais componentes sofreram evoluções desfavoráveis. A margem financeira caiu 29%, de 14.4 para 10.2 milhões de euros, devido à extraordinária subida do custo dos depósitos e dos fundos tomados ao abrigo da linha do Banif SA, só parcialmente repercutida nas aplicações. As comissões líquidas desceram 23%, de 21.5 para 16.6 milhões de euros, mercê do abrandamento sentido nas actividades de “advisory services & banking” e de corretagem de acções no banco e do notório decréscimo das comissões gerada pela gestora de activos (-34%), fortemente impactada pela quebra de comissões de gestão e desempenho nos fundos imobiliários.

Já os resultados de operações financeiras tiveram um comportamento misto. De facto, enquanto a carteira proprietária de fundos de investimento - com destaque para as posições em Infra Invest, Banif Capital Infrastructure Fund, New Energy Fund, Ged Sur e Capven - sofria uma considerável depreciação ao longo de exercício, os resultados cambiais, a imunização do risco República em carteiras valorizadas a “fair value” e a operação de recompra de obrigações próprias empreendida no final do ano permitiam que o agregado crescesse de 0.1 para 3.0 milhões de euros.

Os custos com o pessoal, incluindo 818 milhares de euros de indemnizações pagas no contexto de acordos de rescisão por acordo mútuo, cresceram 5.6% em relação ao ano transacto. Não fossem aquelas indemnizações os custos com o pessoal teriam decrescido 1.6%.

Os custos com fornecimentos e serviços externos caíram 12% (1.2 milhões de euros), com forte contributo da publicidade e de um conjunto de outras naturezas. As amortizações cresceram no exercício, quase exclusivamente devido à sub-rúbrica de software.

A dotação líquida para provisões atingiu, como referimos, o montante de 7.9 milhões de euros, valor que compara com 2.1 milhões no ano passado. Para este desempenho contribuiu de forma decisiva o forte reforço das imparidades de crédito, elevadas de 6.4 para 13.1 milhões de euros.

¹ Os resultados individuais (NCA) do Banif Banco de Investimento cifraram-se em 3.0 milhões de euros em 2011

Por último, algumas notas sobre a evolução das principais massas de balanço destacando, desde logo, o decréscimo do activo em 246 milhões de euros (-18%), assente em decréscimos nas carteiras de obrigações (-199 milhões de euros), unidades de participação de fundos de investimento (-36 milhões de euros) e crédito vivo (-35 milhões de euros), esta última infelizmente contrabalançada pelo crescimento de 32 milhões no Crédito Vencido. Quanto ao passivo e situação líquida, merecem realce a subida da exposição ao ECB, sobretudo na exposição média ao longo do ano (+135 milhões de euros), a quebra nos depósitos de empresas e institucionais, a recompra de dívida própria (gerando uma importante mais valia, no montante de 6.094,5 milhares de euros) e o aumento de capital de 30 milhões de euros realizado em Dezembro. As reservas de reavaliação foram impactadas negativamente em 17 milhões de euros (23 milhões antes do efeito fiscal) devido à degradação do risco República.

Contas Individuais	31-12-2011	31-12-2010	Varição 2011/2010
Activo Líquido	1.102.738	1.322.666	-17%
Capitais Próprios	77.027	60.968	26%
Produto Bancário	22.613	28.512	-21%
<i>Cash-Flow</i>	8.631	14.493	-40%
Resultado do Exercício	3.063	5.836	-48%
ROA	0,4%	0,5%	-
ROE	5,8%	9,6%	-
<i>Cost-to-Income</i>	67,6%	53,1%	-
Rácio de Solvabilidade	12%	9%	-

Contas Consolidadas	31-12-2011	31-12-2010	Varição 2011/2010
Activo Líquido	1.093.293	1.339.229	-18%
Capitais Próprios	89.253	77.485	15%
Produto Bancário	30.203	36.499	-17%
<i>Cash-Flow</i>	18.177	15.685	16%
Resultado do Exercício	-887	8.182	n/a
ROA	-0,1%	0,7%	-
ROE	-1,1%	10,6%	-
<i>Cost-to-Income</i>	71,7%	60,4%	-

Perspectivas Futuras

A 5 de Maio de 2011 o Governo Português assinou, com o apoio dos principais partidos políticos nacionais, um Programa de Estabilização liderado conjuntamente pelo FMI e pela UE, comprometendo-se a adoptar medidas de ajustamento no sentido de reduzir desequilíbrios macroeconómicos e implementar reformas estruturais que assegurem as condições necessárias à desalavancagem gradual da economia Portuguesa e fomentem um maior potencial de crescimento. Deste enquadramento emergiram implicações substanciais para a estratégia dos grupos bancários Portugueses, pela imposição de um processo de desalavancagem do sector – que deverá ter um carácter gradual e coerente com a estratégia de crescimento económico - e o reforço sustentado dos seus níveis de capital.

Por outro lado, o início de 2012 marca igualmente um ponto de viragem no percurso do Banif – Grupo Financeiro com a mudança das equipas de gestão bem como do modelo de governo do Grupo, no sentido de uma maior coesão e integração entre as principais unidades de negócio, sobretudo ao nível doméstico, processo no qual o Banif - Banco de Investimento, SA deverá desempenhar um papel relevante dada a sua materialidade para o conjunto do Grupo, designadamente atendendo às perspectivas que se desenham para os próximos anos ao nível de reestruturação de empresas, novos modelos de financiamento empresarial não exclusivamente assentes no crédito e mais ancorados em alternativas, via mercado de capitais e foco reforçado na gestão das poupanças dos agentes económicos.

A nova equipa de gestão reafirma assim o compromisso do Grupo para com os objectivos estabelecidos no âmbito do Programa de Estabilização. O Grupo está igualmente a analisar a composição do portefólio de geografias onde está presente, com o objectivo de otimizar a gestão de consumo de capital mas também a capacidade de obtenção de *funding* nos respectivos mercados locais.

Em termos de rendibilidade, manter-se-á um enfoque determinado na melhoria dos níveis de eficiência operacional, através do recurso a medidas efectivas de redução de custos bem como de optimização dos procedimentos operacionais, o que permitirá reconduzir o Banco para níveis pretendidos de retorno sobre os capitais investidos mantendo o objectivo de melhorar, continuamente, os níveis de qualidade dos serviços prestados, e de assegurar a satisfação dos seus Clientes.



04 Aplicação de Resultados

04

Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2011, no valor de € 3.062.646,44 (três milhões e sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis euros e quarenta e quatro cêntimos) tenha, nos termos do artigo 31.º n.º 1 dos Estatutos da Sociedade, da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Decreto-Lei 298/92, de 31 de Dezembro), a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal: € 306.264,64 (trezentos e seis mil, duzentos e sessenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos);

Para Reservas Livres: € 2.756.381,80 (dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e um euros e oitenta cêntimos).



05 Nota Final

05

Nota Final

No dia 29 de Março de 2011, em Assembleia Geral da Sociedade, foram aprovados o Relatório de Gestão e as contas do Banif – Banco de Investimento, S.A., referentes ao exercício de 2010, foi aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração e foi aprovada uma declaração, apresentada pela Comissão de Remunerações, sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização da sociedade. Na mesma data, foi ainda designada a sociedade de revisores oficiais de contas Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (n.º 178), representada pelo Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC 896), para o exercício das funções previstas no artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º4 do artigo 25º do Contrato de Sociedade, pelo período de um ano, tendo ainda sido eleitos, para o ano de 2011, os membros do Conselho Consultivo do Banco.

Na mencionada Assembleia Geral anual de Accionistas do Banco, realizada em 29 de Março de 2011, foi também deliberado proceder à ratificação da cooptação do Sr. Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos para membro do Conselho de Administração da Sociedade e à ratificação da cooptação do Sr. Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme para membro do Conselho de Administração da Sociedade.

Nessa mesma Assembleia foi deliberado fixar o número de membros que compõem o Conselho de Administração em onze membros, em conformidade com o número 1 do artigo 18.º do Contrato de Sociedade.

Em reunião do Conselho de Administração do Banif – Banco de Investimento S.A., realizada no dia 30 de Maio de 2011, foi dada a conhecer a renúncia apresentada pelo Senhor Dr. Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha ao cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade, conforme carta datada de 18 de Maio e com efeitos a partir de 26 de Maio.

Em 22 de Dezembro de 2011 teve lugar uma Assembleia Geral extraordinária que deliberou o aumento de capital da Sociedade de EUR 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de euros) para EUR 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros), na modalidade de novas entradas em dinheiro no valor de 30.000.000,00 (trinta milhões de euros) e através da emissão de 6.000.000 (seis milhões) de novas acções, o qual foi integralmente subscrito e realizado no dia 30 de Dezembro de 2011, pelo seu accionista único, a sociedade Banif Investimentos SGPS SA. Em consequência deste aumento foi ainda deliberado, na referida Assembleia, alterar o número 1 do artigo 4.º e o número 1 do artigo 5.º, ambos dos Estatutos da Sociedade.

Durante o ano de 2011 foram, ainda, realizadas as seguintes Assembleias Gerais extraordinárias:

Em Assembleia Geral de 14 de Abril de 2011, e tendo em vista a realização pelo Banco de operações de financiamento, sob a forma de contratos de financiamento ou de emissão de dívida não subordinada, até um montante global máximo estimado de até EUR 50.000.000 (cinquenta milhões de euros) com recurso às garantias pessoais do Estado Português previstas na Lei n.º 60-A/2008 de 20-10, foi deliberado aprovar a eliminação de quaisquer constrangimentos de natureza estatutária/societária a eventuais medidas a determinar pelo Estado em conformidade com o artigo 10º da Portaria n.º 1219-A/2008 de 23-10, nomeadamente o aumento de capital da sociedade por conversão de créditos do Estado em capital social.

Em Assembleia Geral de 7 de Junho de 2011, e no seguimento da Assembleia Geral de 14 de Abril de 2011 foi deliberado actualizar o montante autorizado de aumento do capital social do Banif – Banco de Investimento, S.A., inicialmente

previsto de até EUR 50.000.000 (cinquenta milhões de euros) para um novo montante máximo de até EUR 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de euros) e na medida do necessário para a conversão em capital social de quaisquer créditos de que o Estado Português seja titular em virtude de accionamento de Garantia por si prestada, nos termos previstos na alínea a) do artigo 10º da Portaria n.º 1219-A/2008 de 23-10, incluindo, no âmbito da deliberação, autorização para emissão, pela sociedade, do correspondente número de acções preferenciais e/ou ordinárias, nos termos que vierem a ser determinados pelo próprio Estado Português, bem como a alteração, em conformidade, do número 1 do artigo 4º e do número 1 do artigo 5º do Contrato de Sociedade.

Em Assembleia Geral de 25 de Julho de 2011 e no seguimento das deliberações tomada nas anteditas Assembleias Gerais de 14 de Abril e de 07 de Junho, foi deliberado aprovar uma proposta do Conselho de Administração para a aquisição da totalidade das obrigações do Empréstimo Obrigacionista no montante de EUR 55.000.000,00, emitido em 19 de Julho de 2011 e garantido pela República Portuguesa. Nesta Assembleia foi ainda deliberado autorizar o Conselho de Administração do Banco a promover a aquisição e alienação de obrigações próprias da sociedade, por si própria ou através de sociedades dela dependentes, em determinadas condições, nomeadamente em conformidade com determinadas contrapartidas para as referidas aquisição e alienação.

Em Assembleia Geral de 03 de Novembro de 2011 foi deliberado ajustar, em face da actual volatilidade dos mercados, a autorização para aquisição e alienação de obrigações próprias da sociedade, deliberada em 25 de Julho de 2011, estabelecendo-se que a mesma fosse efectuada de acordo com critérios de oportunidade e mediante determinação do Conselho de Administração, em determinadas condições, tendo esta deliberação revogado e substituído a deliberação tomada no âmbito do Ponto 2 da Ordem do Dia da reunião da Assembleia Geral de 25 de Julho de 2011.

Em Assembleia Geral de 04 de Novembro de 2011, foi deliberado actualizar a autorização de aumento do capital social do Banif – Banco de Investimento, S.A., a realizar num montante de até EUR 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de euros) e na medida do necessário para a conversão em capital social de quaisquer créditos de que o Estado Português seja titular em virtude de accionamento de Garantia por si prestada, nos termos previstos na alínea a) do artigo 10º da Portaria n.º 1219-A/2008 de 23-10, incluindo, no âmbito da deliberação, autorização para emissão, pela sociedade, do correspondente número de acções preferenciais e/ou ordinárias, nos termos que venham a ser determinados pelo próprio Estado Português, bem como a alteração em conformidade do número 1 do artigo 4º e do número 1 do artigo 5º do Contrato de Sociedade. Foi, também, deliberada a supressão do direito de preferência dos accionistas na subscrição de novas acções, caso venha a ser efectuado qualquer aumento de capital social com vista à incorporação de créditos do Estado Português, nos termos supra indicados e, ainda, a aprovação de quaisquer medidas sobre a adopção de princípios de bom governo societário, sobre a política de distribuição de dividendos e de remuneração dos titulares dos órgãos de administração e de fiscalização, que o Estado Português venha a decidir em conformidade com o previsto na alínea b) do art.º 10º da Portaria n.º 1219-A/2008 de 23-10. Todas as aprovações e autorizações previstas: i) Ficaram condicionados à verificação dos pressupostos previstos na alínea a) do artigo 10º da Portaria n.º 1219-A/2008 de 23-10, isto é, à existência de crédito(s) do Estado decorrente(s) do accionamento de uma ou mais Garantias e à respectiva manifestação de vontade para a efectivação da medida em questão; ii) Extinguir-se-iam assim que se encontrem extintas as Garantias e eventuais créditos do Estado decorrentes do respectivo accionamento. Nesta mesma Assembleia os membros do Conselho de Administração presentes, deram conhecimento à Assembleia Geral das operações de aquisição e alienação de obrigações próprias efectuadas até à presente data, em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 319.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo sido deliberada, pelo accionista único, a ratificação de todas as referidas operações.

Assim, à data de 31 de Dezembro de 2011, era a seguinte a composição dos órgãos sociais e estatutários:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: *lugar vago*
Secretário: Dr.ª Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Vice-Presidente Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Vogais: Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. José Paulo Baptista Fontes
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
Dr.ª Maria da Conceição Rodrigues Leal
Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos
Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira
Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme

CONSELHO FISCAL

Presidente: Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida
Vogais Efectivos: Dr. José Luís Pereira de Macedo
Sr. Rui Manuel Braga de Almeida
Vogal Suplente: Dr. Sérgio António do Rosário Vaz Monteiro

CONSELHO CONSULTIVO

Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Prof. Dr. António do Pranto Nogueira Leite
Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Dr. João Vieira de Almeida
Dr. Jorge Armindo de Carvalho Teixeira
Dr. José Almeida Guerra
Dr. António Luís de Andrade Magalhães
Dr. António Fernando Caldeira de Paula Santos
Dr. Jorge Manuel de Oliveira Codinho
Dr. Nuno Manuel Branco Ribeiro da Silva
Eng.º José Romão Leite Braz
Dr. Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva
Eng.º António Manuel Pereira Bernardo

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Rentipar SGPS, SA

representada pelo Dr. José Marques de Almeida

Fundação Horácio Roque

representada pela Dr. Fernando José Inverno da Piedade

Renticapital SGPS, SA

representada pelo Sr. Vítor Hugo Simons

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Dra. Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço

Suplente: Dr. Tiago dos Santos Matias

Em Assembleia Geral de Accionistas do Banif – Banco de Investimento, SA, realizada em 23 de Março de 2012, foi deliberado eleger os seguintes elementos para os órgãos sociais e estatutários:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dr. Miguel José Luís de Sousa

Secretário: Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Luís Filipe Marques Amado

Vice-Presidente: Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal

Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira

Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

Vogais Efectivos: Dra. Teresa Lucinda Camoesas Castelo

Sr. Rui Manuel Braga de Almeida

Vogal Suplente: Dr. Sérgio António do Rosário Vaz Monteiro

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Rentipar Financeira, SGPS, SA,

representada pela Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro

Renticapital – Investimentos Financeiros, SA,

representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade

Fundação Horácio Roque,

representada pelo Dr. José Marques de Almeida

Nesse mesmo dia, em reunião do Conselho de Administração do Banif - Banco de Investimento, SA foi deliberado:

- i. Eleger Presidente do referido órgão o Sr. Dr. Luís Filipe Marques Amado e Vice-Presidente o Sr. Dr. Jorge Humberto Correia Tomé;
- ii. Constituir uma Comissão Executiva integrada pelos seguintes administradores:
 - Dr. Jorge Humberto Correia Tomé
 - Dr. Nuno José Roquette Teixeira
 - Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes
 - Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
 - Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
 - Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
 - Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
- iii. Designar Secretário da Sociedade o Sr. Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus e respectiva Suplente a Sra. Dra. Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço

A terminar o seu relatório sobre as actividades desenvolvidas em 2011, o Conselho de Administração manifesta ao Conselho Fiscal o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que recebeu daquele órgão da Sociedade.

Declarações, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banif – Banco de Investimento, S.A., e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Banif – Banco de Investimento, S.A., e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Ao concluir o seu relatório sobre a actividade desenvolvida durante o exercício de 2011, o Conselho de Administração exprime aos membros do Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e às autoridades de supervisão, o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre demonstraram.

Lisboa, 30 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Luís Filipe Marques Amado (Presidente)

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé (Vice-Presidente)

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal

Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira



06 Demonstrações
Financeiras

06

Demonstrações Financeiras

6.1 Demonstrações Financeiras Individuais e Anexos

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.				
BALANÇO				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010				
(Montantes expressos em milhares de Euros)				
Notas	31-12-2011			31-12-2010
	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	999	999	2.218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	34.748	34.748	86.271
Activos financeiros detidos para negociação	7,26	91.775	56	150.595
Outros activos financ. ao justo valor atrav. resultados	8	110.321	110.321	192.265
Activos financeiros disponíveis para venda	9	243.296	243.296	278.103
Aplicações em instituições de crédito	10	59.457	59.457	12.789
Crédito a clientes	11,26	457.395	13.279	466.752
Investimentos detidos até à maturidade	12,26	40.013	200	60.391
Activos com acordo de recompra	13	-	-	28.387
Activos não correntes detidos para venda	14	3.273	3.273	2.657
Outros activos tangíveis	15	16.328	3.695	13.236
Activos intangíveis	16	7.703	4.175	3.853
Invest. em filiais, assoc. e empreend. conjuntos	17	18.033	18.033	9.611
Activos por impostos correntes	18	3.951	3.951	308
Activos por impostos diferidos	19	13.176	13.176	5.866
Outros activos	20,26	23.801	126	9.364
Total de Activo		1.124.269	21.531	1.102.738
Recursos de bancos centrais	21		313.268	287.178
Passivos financeiros detidos para negociação	22		75.198	118.027
Recursos de outras instituições de crédito	23		309.120	499.295
Recursos de clientes e outros empréstimos	24		276.925	311.887
Responsabilidades representadas por títulos	25		182	-
Provisões	26		4.733	4.220
Passivos por impostos correntes	18		2.684	2.646
Passivos por impostos diferidos	19			3
Outros passivos subordinados	27		17.821	30.033
Outros passivos	28		25.779	8.408
Total de Passivo			1.025.710	1.261.697
Capital	29		85.000	55.000
Reservas de reavaliação	29		(26.117)	(9.113)
Outras reservas e resultados transitados	29		15.082	9.246
Resultado do exercício	29		3.063	5.836
Total de Capital			77.028	60.969
Total de Passivo e Capital			1.102.738	1.322.666

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Juros e rendimentos similares	30	50.418	41.252
Juros e encargos similares	30	41.010	27.342
Margem Financeira		9.408	13.910
Rendimentos de instrumentos de capital	31	892	2.726
Rendimentos de serviços e comissões	32	8.498	11.552
Encargos com serviços e comissões	32	(583)	(1.464)
Result. de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	1.968	(2.792)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	(1.894)	1.149
Resultados de reavaliação cambial	33	4.860	3.460
Resultados de alienação de outros activos		(2)	(5)
Outros resultados de exploração	34	(534)	(24)
Produto bancário		22.613	28.512
Custos com pessoal	35	(7.398)	(6.722)
Castos gerais administrativos	36	(6.584)	(7.298)
Depreciações e amortizações	15,16	(1.310)	(1.117)
Provisões líquidas de reposições e anulações	26	(511)	1.007
Correcções de valor assoc. ao crédito a clientes e valores a receber de out. deved.	26	(1.690)	(6.635)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	26	26	(45)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26	(68)	98
Resultado antes de impostos		5.078	7.800
Impostos			
Correntes	18	(3.198)	(2.992)
Diferidos	19	1.183	1.028
Resultado após impostos		3.063	5.836
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
Resultado líquido do exercício		3.063	5.836
Número de acções em circulação		17.000.000	11.000.000
Resultado por acção (€/acção)		0,18	0,53
O Técnico Oficial de Contas			O Conselho de Administração

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em milhares de euros)

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Resultado Líquido	3.063	5.836
Ganhos/ (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda líquido de impostos	(17.004)	(6.897)
Total do Rendimento integral, líquido de imposto	<u>(13.941)</u>	<u>(1.061)</u>

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Montante expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>Capital</u>	<u>Reservas Reavaliação</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Total de Capital</u>
Saldos em 31.12.2009		55.000	(2.216)	7.504	1.742	62.030
Aplicação do result. líq. do exercício anterior						
Transferencia para reservas				1.742	(1.742)	
Rendimento integral			(6.897)		5.836	(1.061)
Saldos em 31.12.2010	29	<u>55.000</u>	<u>(9.113)</u>	<u>9.246</u>	<u>5.836</u>	<u>60.969</u>
Aumento de capital		30.000				30.000
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior						
Transferencia para reservas				5.836	(5.836)	
Rendimento integral			(17.004)		3.063	(13.941)
Saldos em 31.12.2011	29	<u>85.000</u>	<u>(26.117)</u>	<u>15.082</u>	<u>3.063</u>	<u>77.028</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 30 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Montante expressos em Milhares Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
ACTIVIDADE OPERACIONAL			
Resultados de Exploração:			
Resultado líquido do exercício		3.063	5.836
Correcções de valor associadas ao crédito		1.690	
Perdas por imparidade		42	
Provisões do exercício		511	5.218
Amortizações do Exercício		1.310	1.117
Dotação para impostos do exercício		2.015	
Derivados (líquido)		(9.164)	
Dividendos reconhecidos		(892)	(2.726)
Juros pagos de Passivos subordinados		789	579
Outros		2.815	12.159
		<u>2.179</u>	<u>22.182</u>
Varição dos Activos e Passivos Operacionais:			
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros detidos para negociação		16.710	4.551
(Aumento)/Diminuição de Activos financ. ao justo valor através de result.		73.678	18.281
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros disponíveis para venda		16.450	(207.110)
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito		(46.595)	(12.558)
(Aumento)/Diminuição de Crédito a Clientes		19.385	(47.891)
(Aumento)/Diminuição de Investimentos detidos até à maturidade		20.701	20.302
(Aumento)/Diminuição de Activos com acordo de recompra		28.389	(28.389)
(Aumento)/Diminuição de Activos não correntes detidos para venda		(616)	(2.657)
(Aumento)/Diminuição de Outros activos		(6.914)	(8.170)
(Aumento)/Diminuição de Passivos financeiros detidos para negociação		8.656	(4.079)
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Outras Instituições de Crédito		(190.249)	75.962
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Clientes e outros empréstimos		(35.721)	16.013
(Aumento)/Diminuição de Outros Passivos		37.355	194.285
Impostos sobre o rendimento		(6.802)	1.229
		<u>(65.573)</u>	<u>19.769</u>
Fluxos de caixa da actividade operacional		<u>(63.394)</u>	<u>41.952</u>
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de subsidiárias/associadas		(115)	(2.088)
Alienação de subsidiárias/associadas		165	
Aquisição de Activos Tangíveis		(112)	(414)
Alienação de Activos Tangíveis		33	
Aquisição de Activos Intangíveis		(294)	(580)
Dividendos recebidos		2.642	2.726
Fluxos de caixa da actividade de investimento		<u>2.319</u>	<u>(356)</u>
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Emissão de acções		30.000	
Emissão de passivos subordinados		150.000	
Juros pagos de passivos subordinados		(789)	(579)
Aquisição de passivos emitidos		(162.189)	
Prestações suplementares		(8.689)	
Fluxos de caixa da actividade de financiamento		<u>8.333</u>	<u>(579)</u>
TOTAL		<u>(52.742)</u>	<u>41.017</u>
VARIAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no início do período		88.489	47.472
Caixa e seus equivalentes no fim do período		35.747	88.489
		<u>(52.742)</u>	<u>41.017</u>
Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	5	2	2
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais	5	997	2.216
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito	6	34.748	86.271
		<u>35.747</u>	<u>88.489</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco de Investimento, S.A. (Sociedade) resultou da cisão, efectuada em 15 de Dezembro de 2000, da Ascor Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, SA e da qual resultou, igualmente, a constituição de uma nova sociedade corretora denominada Banif Ascor – Sociedade Corretora, SA. A maioria das participações detidas pelo Grupo Banif em sociedades cujo objecto social principal fosse constituído por actividades ligadas à banca de investimento, foram, nessa data, transferidas para este novo Banco.

As acções da Sociedade são 100% detidas pela Banif Investimentos-SCPS, S.A., sub-holding do Banif Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif, SCPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumprem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS). Nestes termos, a Sociedade está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de Março de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade reviu e aprovou o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2011 e aprovou globalmente o Relatório de Gestão o qual, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será submetido à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 30 Abril de 2012.

2. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2011

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (EU) verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, as quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Melhorias do Ano 2010

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- enfatiza a interacção que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respectivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.
- remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

Na nota 42 encontram-se as novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme aprovadas pela União Europeia diferem da versão integral das IAS/IFRS, conforme publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no que respeita à eliminação de certas restrições à aplicação de contabilidade de cobertura do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização”.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). O dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo e prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% por mais de 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

3.4 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.5 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.7.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A Sociedade classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2007 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares”. As

perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Repo's e Reverse repo's

Os repo's são vendas de activos financeiros, que tem associado um acordo de compra numa data futura. O montante recebido da venda (financiamento) tem subjacente uma taxa juro (“Repo rate”). O valor do financiamento é registado na rubrica de recursos de outras instituições de crédito pelo valor contrato que corresponde à contraprestação recebida líquida, os juros a pagar são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização sendo registados em juros e encargos similares. Os títulos ficam custodiados na contraparte como garantia do financiamento.

Os reverse repo's são compras de activos financeiros, que tem associado um acordo de revenda numa data futura por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço. O valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado, os juros a receber são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização sendo registados em juros e encargos similares.

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Derivados

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nominais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de

acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os resultados da mensuração subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de mensuração ao justo valor do instrumento coberto na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

3.7.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

1. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
2. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
3. Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

3.7.4 Imparidade e correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

A Sociedade avalia se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, conforme disposto na Instrução nº 7/2005 do Banco de Portugal. Um activo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas.

As correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores são determinadas de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, com a redacção do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

3.8 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

A Sociedade regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, estes activos são reclassificados para a rubrica “Propriedades de investimento”.

3.9 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades no estrangeiro. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, reavaliados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzidas de subsequentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

3.10 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 8 anos.

A vida útil estimada para o software Calypso é de 8 anos.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.11 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício,.

3.12 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.13 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

3.14 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

3.15 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

4. RELATO POR SEGMENTOS

No relato por segmentos da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2011, o reporting primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem Negociação e Vendas, Corretagem, Banca de Retalho, Banca Comercial, Pagamentos e Liquidações, Custódia, Cessão de Activos e outras actividades (rubrica residual).

A divisão efectuada pelos diversos processos de negócio foi efectuada tendo em conta a natureza dos processos, similaridade dos mesmos, a organização e processos de gestão em vigor na Sociedade.

Os reportes utilizados pela gestão têm essencialmente como base informação contabilística, não existindo diferenças entre as mensurações dos proveitos, das perdas, do activo e do passivo dos segmentos rentáveis.

Segmentos de negócios em 31 de Dezembro de 2011:

	Banca Comercial	Banca Retalho	Corporate Finance	Corretagem	Custódia	Gestão Activos	Outros	Trading Sales	TOTAL
Juros e rendimentos similares	14.648	1.453	7.031			2	(39)	27.323	50.418
Juros e encargos similares	11.254	1.004	6.340			4.189	925	17.298	41.010
Margem Financeira	3.394	449	691			(4.187)	(964)	10.025	9.408
Rendimentos de instrumentos de capital						92	800		892
Rendimentos de serviços e comissões	1.023	358	2.404	791	137	2.427	977	381	8.498
Encargos com serviços e comissões			(3)	(216)		(3)	(33)	(328)	(583)
Result. de activos e passivos aval. ao justo valor através de result.	(557)	277	(12)	(22)		(3.872)	(2.177)	8.331	1.968
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(196)	(6)				(1.305)	(874)	487	(1.894)
Resultados de reavaliação cambial	6	4	2				527	4.321	4.860
Resultados de alienação de outros activos				(1)					(1)
Outros resultados de exploração		1	(23)	(7)	14		(519)		(534)
Produto bancário	3.670	1.083	3.059	545	151	(6.848)	(2.263)	23.217	22.614
Custos com pessoal	(785)	(771)	(1.008)	(825)	(42)	(1.338)	(1.461)	(1.168)	(7.398)
custos gerais administrativos	(635)	(534)	(646)	(882)	(67)	(1.321)	(754)	(1.745)	(6.584)
Amortizações do exercício	(100)	(92)	(119)	(89)	(14)	(173)	(417)	(306)	(1.310)
Provisões líquidas de reposições e anulações	235	211	(643)	(9)			89	(394)	(511)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(1.598)	(37)	(56)						(1.691)
Imparidade de outros activos financ. líquida de reversões e recup.								26	26
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(50)	6	(22)	(2)					(68)
Resultado antes de impostos	737	(134)	565	(1.262)	28	(9.680)	(4.806)	19.630	5.078
Correntes	(64)	(12)	(49)	(110)	(3)	(840)	(417)	(1.703)	(3.198)
Diferidos	24	4	18	41	1	311	154	630	1.183
Resultado após impostos	697	(142)	534	(1.331)	26	(10.209)	(5.069)	18.557	3.063

Segmentos de negócios em 31 de Dezembro de 2010:

	Banca Comercial	Banca Retalho	Corporate Finance	Corretagem	Custódia	Gestão Activos	Outros	Trading Sales	TOTAL
Juros e rendimentos similares	4.531	372	2.420	0	0	5	15	33.909	41.252
Juros e encargos similares	2.132	-227	-250	-1	0	-2.270	-2.046	-24.680	-27.342
Margem Financeira	6.663	145	2.170	-1	0	-2.265	-2.031	9.229	13.910
Rendimentos de instrumentos de capital	-95	0	0	0	0	2.647	91	83	2.726
Rendimentos de serviços e comissões	1.240	93	4.080	1.317	118	1.861	1.409	1.434	11.552
Encargos com serviços e comissões	18	0	-129	-441	0	-3	-329	-580	-1.464
Result. de activos e passivos aval. ao justo valor através de result.	-854	418	554	-14	0	886	863	-4.645	-2.792
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-160	0	0	0	0	164	154	991	1.149
Resultados de reavaliação cambial	7	0	0	0	0	94	0	3.359	3.460
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	-5	0	0	0	0	-5
Outros resultados de exploração	42	0	-79	1	34	0	-22	0	-24
Produto bancário	6.861	656	6.596	857	152	3.384	135	9.871	28.512
Custos com pessoal	-637	-684	-982	-745	-40	-1.283	-1.153	-1.198	-6.722
Costos gerais administrativos	-607	-549	-696	-1.184	-84	-1.366	-788	-2.024	-7.298
Amortizações do exercício	-82	-85	-107	-120	-14	-158	-367	-184	-1.117
Provisões líquidas de reposições e anulações	85	-91	-407	0	0	1	0	1.419	1.007
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-6.557	-40	-40	0	0	0	2	0	-6.635
Imparidade de outros activos financ. líquida de reversões e recup.	7	0	40	0	0	2	5	-99	-45
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	0	0	0	0	0	0	0	98	98
Resultado antes de impostos	-930	-793	4.404	-1.192	14	580	-2.166	7.883	7.800
Correntes	-155	-132	-734	-198	-2	-97	-361	-1.313	-2.992
Diferidos	53	45	252	68	1	33	124	452	1.028
Resultado após impostos	-1.032	-880	3.922	-1.322	13	516	-2.403	7.022	5.836

Segmentos geográficos

A Sociedade desenvolve toda a sua actividade em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Caixa	2	2
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	997	2.216
	-----	-----
	999	2.218
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de

Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2010</u>
Depósitos à ordem		
No País	4.219	8.947
No Estrangeiro	30.529	77.324
	-----	-----
	34.748	86.271
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Carteira de títulos	19.262	35.865
Instrumentos derivados com justo valor positivo	72.513	114.834
	-----	-----
Provisões (nota 26)	91.775	150.699
	(56)	(104)
	-----	-----
	91.719	150.595
	=====	=====

Esta rubrica é composta de títulos e instrumentos financeiros derivados, que se encontram na sua totalidade classificados como detidos para negociação. O justo valor negativo dos derivados que se encontram registados na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação (nota 22).

Descrição	Moeda	Notional	2011		2010	
			Justo Valor		Justo Valor	
			positivo	negativo	positivo	negativo
Currency Forwards	EUR	63.354	1.661	2.344	9.595	9.046
Cross Currency Interest Rate Swaps	EUR	19.652	857	850	697	695
Credit Default Swap	EUR	285.800	50.795	46.717	71.162	68.407
Interest Rate Swaps	EUR	232.704	15.104	12.569	33.380	30.793
Total Return Swaps	EUR	-	-	-	-	730
Opções	EUR	(4.637)	4.008	4.008	-	-
Currency Swaps	EUR	22.627	88	54	-	-
TOTAL			72.513	66.542	114.834	109.671

Detalhe da carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2011:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				18.553
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
De outros residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BANIF SA	EUR	10.000	0,45	5
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	USD	39.000	1,90	58
FED REPUBLIC OF BRASIL 27	USD	161.000	1,67	209
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/13	USD	62.000	1,14	55
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	USD	11.000	1,33	12

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	28.000	1,40	31
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	478.000	1,19	450
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	200.000	1,18	135
REPUBLIC OF BRAZIL 01/10/2028	BRL	565.000	1,15	279
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	108.000	1,19	101
ITAU UNIBANCO HOLDING SA 04/15/20	USD	150.000	1,05	123
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	EUR	137.000	0,99	137
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	USD	425.000	1,22	401
EURO INVEST LIMITED 5 12/29/49	EUR	110.000	0,80	88
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	USD	360.000	1,27	365
CSN ISLANDS VIII CORP	USD	35.000	1,12	30
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	EUR	195.000	1,07	211
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	25.000	1,13	22
CSN ISLANDS IX CORP	USD	77.000	1,09	68
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	EUR	82.000	0,93	80
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	USD	46.000	1,11	40
BANCO BMC 9.1501/15/2016	USD	100.000	0,95	77
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	USD	20.000	1,14	18
GOL FINANCE	USD	520.000	0,81	334
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	USD	185.000	1,10	157
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	USD	292.000	1,08	254
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	USD	250.000	1,07	213
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	USD	160.000	1,11	139
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	USD	10.000	1,13	9
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	USD	150.000	1,13	132
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	250.000	0,79	153
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	USD	45.000	1,09	39
REDE EMPRESAS DE ENERCI 04/02/2049	USD	659.000	0,83	437
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	BRL	80.000	1,00	34
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	BRL	250.000	1,03	109
MORGAN STANLEY 05/03/2017	BRL	22.000	0,91	8
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	USD	235.000	1,00	61
SADIA OVERSEAS LTD 05/24/2017	USD	100.000	1,07	83
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	USD	280.000	1,08	240
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	BRL	25.000	1,06	11
ODEBRECHT FINANCE LTD 10/18/2017	USD	9.000	1,08	8
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	USD	60.000	1,10	52
BRASKEM FINANCE SA	USD	65.000	1,11	56
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 03/01/2018	USD	8.000	1,10	7
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	80.000	1,19	75
AMBEV INTL FINANCE CO 9 1/2 07/17	BRL	350.000	1,05	158
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	USD	149.000	1,14	134
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	USD	356.000	1,12	318

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	USD	105.000	1,06	88
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	USD	9.000	1,07	8
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 10/49	USD	50.000	1,16	45
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	USD	145.000	1,07	122
BANCO PANAMERICANO SA 7 10/26/12	USD	25.000	1,03	20
GERDAU HOLDINGS INC	USD	8.000	1,05	7
BANCO CRUZEIRO 8 1/2 02/15	USD	40.000	0,74	24
PETROBRAS INTL FINANCE CO 01/40	USD	343.000	1,15	314
BANCO DAYCOVAL SA 03/15	USD	100.000	1,00	79
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 03/15	USD	100.000	1,02	80
PETROBRAS INTL FINANCE CO	USD	1.925.000	1,07	1.628
VALE OVERSEAS LIMITED 11/39	USD	185.000	1,14	164
BANCO BMG SA	USD	145.000	0,94	107
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/15	USD	150.000	1,03	122
SANTANDER BRASIL 4 1/2 10/15	USD	440.000	0,97	334
BANCO ABC-BRASIL SA 7 7/8 04/20	USD	304.000	0,97	232
BANCO FIBRA SA	USD	100.000	1,00	78
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO BRASIL	EUR	1.615.000	0,98	1.604
BANCO MERCANT DO BRASIL 9 5/8 07/20	USD	49.000	1,01	40
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	USD	10.000	1,04	8
BANCO PANAMERICANO 5 1/2 08/15	USD	100.000	0,99	78
PETROLEOS MEXICANOS	EUR	275.000	1,04	301
TELEMAR N LESTE SA 5 1/2 10/20	USD	963.000	0,99	744
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 1/2 49-15	USD	50.000	0,98	38
CSN ISLANDS XII 7 12/23/49	USD	161.000	0,97	120
ITAU UNIBANCO HLDC SA/KY 01/21	USD	688.000	1,01	552
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA 02/15	USD	50.000	0,58	23
BRASKEM FIN LTD BRASKM7 3/8 12/49	USD	25.000	1,00	20
BANCO DO BRASIL 5 3/8 01/21	USD	132.000	1,00	105
BR PROPERTIES SA BRPRSA9 12/49-15	USD	530.000	1,00	418
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	USD	170.000	1,01	132
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 03/15	USD	150.000	1,07	125
BANCO IND E COM BIC5 1/4 10/25/15	USD	80.000	0,96	60
COSAN OVERSEAS COSAN 8 1/4 49-15	USD	90.000	1,00	71
BANCO DO NORDEST NORBRA3 5/8 11/15	USD	310.000	1,00	240
ODEBRECHT VIII/I ODEBRE6.35 21-20	USD	70.000	1,03	56
ANHEUSER-BUSCH ABIBB 9 3/4 11/15	BRL	100.000	1,06	44
MORGAN ST & CO MS11 1/2 10/22/20	BRL	1.000.000	0,96	405
SANEAMENTO BASIC SABESP6 1/4 20-18	USD	600.000	1,03	478
BANCO BMG SA 6 1/2 03/14	USD	48.000	0,92	35
ENERGISA SA ENGIBZ9 1/2 01/49	USD	85.000	1,04	69
PETROBRAS INTL PETBRA 3 7/8 01/16	USD	50.000	1,03	40
BANCO BRASIL (CI) BANBRA4 1/2 01/16	EUR	500.000	0,99	514
BANCO VOTORANTIM 5 1/4 02/16	USD	27.000	1,01	21
GLOBO COMUNICACOES PART 6 1/4 49-15	USD	100.000	1,05	82
BANCO BMG8 04/15/18	USD	200.000	0,86	136
CIMENTO TUPI SA 9 3/4 05/18	USD	30.000	1,02	24

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
BANCO FIBRA SA 5 7/8 05/14	USD	500.000	1,01	403
BANCO VOTORANTIM 6 1/4 05/16	BRL	135.000	1,02	57
BANCO SAFRA SA 3 1/2 05/14	USD	1.000.000	1,00	774
BANCO BRASL 5 7/8 01/22	USD	50.000	1,01	40
OGX PETROLEO E C 8 1/2 06/18	USD	100.000	0,98	77
BANCO BRADESCO CAYMAN 4 1/8 05/16	USD	200.000	1,01	157
BANCO PACTUAL/KY 4 7/8 07/16	USD	200.000	0,99	156
BANQUE SAFRA LUX 10 01/15	BRL	470.000	1,00	205
BRASIL TELECOM 9 3/4 09/16	BRL	185.000	0,98	77
BANCO BRASL 3 7/8 01/17	USD	150.000	0,99	114
CENT ELET BRASIL 5 3/4 10/21	USD	300.000	1,04	244
2 - Instrumentos de capital				52
Emitidos por residentes				
IMPRESA SCPS	EUR	100	0,47	0
BANIF SCPS SA	EUR	152.146	0,34	52
Emitidos por não residentes				
PARMALAT FINANZIARIA SPA	EUR	30.000	0,00	0
OCEAN RIC UDW	USD	1	12,20	0
AMERICAN INTERNATIONAL - CW21	USD	1	5,51	0
3 - Outros				657
Emitidos por residentes				
CIA SEC ACORES SA 17/12/2017	EUR	685.000	0,78	535
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	EUR	134.000	0,91	122
Total				19.262

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	08-05-2012	61
BANCO PANAMERICANO SA 7 10/26/12	26-10-2012	20
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO BRASIL	26-03-2012	1.604
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	30-12-2012	122
TOTAL		<u>1.807</u>

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				43.342
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	EUR	43.400.000	0,97	43.278
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	EUR	0	0,85	0
PCB 4 3/8 06/16/14 JUN	EUR	80.000	0,78	64
2 - Instrumentos de capital				66.979
Emitidos por residentes				
GALERIAS NAZONI	EUR	750	0,00	0
BANIF IMOPREDIAL	EUR	1.389.133	7,48	10.391
BANIF IMOPREDIAL	EUR	1.545.000	7,48	11.557
FUNDO CAPITAL RISCO CAPVEN	EUR	431	1.516,03	653
TURIRENT-FUNDO INV IMOB FECHADO	EUR	11.803	711,04	8.392
PORTO NOVO F.I.I.F.	EUR	20.788	97,65	2.030
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII (CL B)	EUR	40.000	56,81	2.273
BANIF FORTUNY - FII FECHADO	EUR	500	9.174,03	4.587
BANIF GLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	EUR	1.000.000	0,64	642
NEW ENERGY FUND	EUR	177	24.236,25	4.290
INFRA INVEST - FEI ABERTO	EUR	60.980	41,30	2.519
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	EUR	569	4.188,57	2.383
Emitidos por não residentes				
SHOTGUN PICTURES	EUR	10.000	0,00	0
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	EUR	31.690	112,89	3.577
BANIF US REAL ESTATE FUND CLASS	USD	126.845	116,05	11.377
GED SUR FCR-CL A	EUR	100	46,15	5
GED SUR FCR-CL B	EUR	49.900	46,15	2.303
Total				110.321

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	15-06-2012	43.278
TOTAL		43.278

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				107.717
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	EUR	20.500.000	0,97	20.442
PCB 3,35 10/15/15	EUR	330.000	0,70	233
PCB 3,35 10/15/15	EUR	19.670.000	0,70	13.890
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	EUR	5.000.000	0,58	2.966
OBRIGACOES DO TESOURO 4.8 06/15/20	EUR	24.655.000	0,53	13.797
OBRIGACOES DO TESOURO 6.4 02/15/16	EUR	9.370.000	0,72	7.297
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	1.000.000	1,14	887
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	EUR	3.250.000	1,03	3.518
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	EUR	1.000.000	1,00	1.037
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	EUR	2.500.000	1,06	2.756
LLOYDS BANK TSB BANK PLC 5 3/8	EUR	2.500.000	0,95	2.418
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	EUR	1.000.000	0,84	848
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	EUR	500.000	0,89	452
ABERTIS INFRAESTRUCTURAS 10/16	EUR	500.000	0,96	482
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	EUR	500.000	0,97	491
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	EUR	1.000.000	0,93	938
TELEFONICA EMISIONES SAU	EUR	2.000.000	0,92	1.852
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	EUR	500.000	1,02	510
VIVENDI 4 7/8 12/19	EUR	500.000	1,02	510
EDP FINANCE BV 3 1/4 03/15	EUR	3.000.000	0,82	2.537
GOLDMAN SACHS GROUP INC 03/17	EUR	2.000.000	0,93	1.925
GLENCORE FINANCE EUROPE	EUR	750.000	1,00	781
VALE SA	EUR	1.500.000	1,02	1.577
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	USD	800.000	0,92	579
INTESA SANPAOLO SPA	EUR	2.000.000	0,88	1.761
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	EUR	1.000.000	0,98	1.018
GAS NATURAL CAPITAL 4 1/8 01/18	EUR	1.000.000	0,93	972
DAIMLER AG 4 1/8 01/17	EUR	1.500.000	1,06	1.652
VODAFONE GROUP PLC 01/22	EUR	3.000.000	1,10	3.438
BARCLAYS BANK PLC 01/17	EUR	4.500.000	0,98	4.594
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	EUR	1.000.000	0,80	845

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	EUR	1.200.000	0,99	1.232
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	EUR	500.000	1,11	566
ATLANTES MORTGAGE PLC	EUR	8.000.000	0,88	2.041
AZOR MORTGAGES PLC	EUR	8.100.000	0,76	1.019
ENI SPA 4 06/29/20	EUR	1.000.000	0,97	987
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 07/13/22	EUR	2.000.000	1,03	2.095
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	EUR	500.000	1,00	510
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	EUR	500.000	0,87	447
AREVA SA 3 1/2 03/21	EUR	1.000.000	0,83	853
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	EUR	500.000	0,91	460
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	EUR	500.000	0,99	502
2 - Instrumentos de capital				66.269
Emitidos por residentes				
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	EUR	10.125	11,88	120
BANIF IMOBILIÁRIA S.A.	EUR	6.400.000	5,00	32.000
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	EUR	769.023	3,30	2.540
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	EUR	2.850.000	3,30	9.413
BANIF GESTÃO ACTIVA	EUR	285.883	3,14	897
BANIF GESTÃO ACTIVA	EUR	828.866	3,14	2.600
BANIF EUROPA DE LESTE	EUR	459.855	3,87	1.782
ART INVEST (CP)	EUR	312.900	5,91	1.850
BANIF FORTUNY - FII FECHADO	EUR	500	9.174,03	4.587
BANIF INVESTIMENTO CONSERVADOR	EUR	100.000	4,92	492
BANIF INVESTIMENTO MODERADO	EUR	100.000	4,72	472
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	EUR	82	44.975,14	3.688
Emitidos por não residentes				
GED SUR CAPITAL S.A., SGECE	EUR	30.000	0,84	25
PREFF-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	EUR	12.750	84,00	1.071
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	1.543.012	0,86	1.327
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	15	5.533,50	83
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND CLASS1	EUR	300.000	5,35	1.605
FINE ART FUND (CP)	USD	12.645	110,21	1.077
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	EUR	3.000	213,29	640
BELMONT RX SPC FI SEP08	USD	2	23,21	0
BELMONT RX SPC FI DEC08	USD	12	80,82	1
OPUS CREDIT SP1 NOV08	EUR	1	161,64	0
OPUS CREDIT SP2 DEC08	EUR	3	71,27	0
DB GLOBAL MASTERS FUND-V 13-07	EUR	4	94,41	0
OPUS CREDIT SP LIMITED	EUR	3	72,15	0

(continuação)

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
3 - Outros				69.310
Emitidos por residentes				
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	EUR	10.000.000	0,69	7.018
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	EUR	5.000.000	0,46	2.343
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	EUR	3.250.000	0,90	3.069
BANO ESPRITO SANTO 3 3/4 01/12	EUR	2.050.000	1,00	2.118
BANCO BPI SA 3 07/17/12	EUR	1.000.000	0,97	979
BANCO BPI SA 01/12	EUR	5.000.000	0,98	4.922
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	950.000	0,99	970
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	1.050.000	0,99	1.072
BANIF BANCO INTERNACIONAL FUNCHAL	EUR	48.186.000	0,93	46.034
CAIXA GERAL DEPO 8 09/28/15 EMTN	EUR	882.000	0,87	783
Total				243.296

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de Balanço
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	15-06-2012	20.442
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	01-10-2012	452
BANO ESPRITO SANTO 3 3/4 01/12	19-01-2012	2.118
BANCO BPI SA 3 07/17/12	17-07-2012	979
BANCO BPI SA 01/12	25-01-2012	4.922
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	19-01-2012	970
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	19-01-2012	1.072
BANIF BANCO INTERNACIONAL FUNCHAL	08-05-2012	46.034
TOTAL		<u>76.990</u>

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos a prazo		
No País	45.046	11.417
No Estrangeiro	14.411	1.372
	-----	-----
	59.457	12.789
	=====	=====

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição, de acordo com o desenvolvimento da Situação Analítica em NCA:

	2011	2010
Crédito interno		
Empresas		
Crédito sindicato	37.492	459
Outros empréstimos	51.247	87.050
Créditos em Conta Corrente	204.853	201.465
Descobertos em depósitos à ordem	32.104	1.830
Outros créditos	94	276
Particulares		
Outros empréstimos	1.652	1.151
Créditos em Conta Corrente	7.403	37.051
Descobertos em depósitos à ordem	14	14
Outros créditos	748	1.196
Crédito ao exterior		
Empresas		
Outros empréstimos	17.710	24.689
Créditos em Conta Corrente	28.510	32.186
Outros créditos	315	
	-----	-----
	382.142	387.367
Crédito e juros vencidos	53.658	21.175
	-----	-----
	435.800	408.542
Carteira de títulos	21.595	69.951
	-----	-----
	457.395	478.493
Provisões (nota 26)	(13.279)	(11.741)
	-----	-----
	444.116	466.752
	=====	=====

O prazo residual para o vencimento do crédito de clientes está apresentado na nota 35.4.

Em 31 de Dezembro de 2011, a carteira de títulos apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Valor mercado	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				8.151
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
GRANITE MORTGAGES PLC	EUR	1.000.000	1.041	986
GRANITE MORTGAGES PLC	EUR	2.000.000	789	748
OPERA FINANCE UNI INVEST BV	EUR	2.500.000	1.424	1.726
HARBOURMASTER CLO	EUR	5.000.000	3.595	4.691
3 - Outros				13.444
Emitidos por residentes				
PEBBLE-CONSULTORIA	EUR	15.250.000	13.444	13.444
Total				21.595

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
OPERA FINANCE UNI INVEST BV	15-02-2012	1.726
TOTAL		1.726

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica com reflexos na liquidez e disponibilidade de preços correntes no mercado, o Grupo reclassificou com data de 30 de Setembro de 2008, tendo em conta as alterações da IAS 39 descritas na nota 2, na rubrica “Outros Créditos e Valores a receber” instrumentos financeiros retirando-os da categoria de “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”. Os títulos reclassificados nesta rubrica são os seguintes:

Nome	Quantidade	Valor de balanço	Valor de mercado
GRANITE MORTGAGES PLC	1.000.000	986	1.041
GRANITE MORTGAGES PLC	2.000.000	748	789
HARBOURMASTER CLO	5.000.000	4.691	3.595
Total		6.425	5.425

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 846 mil de euros no resultado do exercício de 2011.

12. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				26.772
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
CITIGROUP INC 06/14/12	EUR	2.537.000	0,99	2.524
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	EUR	2.500.000	0,99	2.557
MORGAN STANLEY & CO INTL	EUR	3.000.000	0,94	2.951
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	USD	7.500.000	0,97	5.749
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	EUR	2.500.000	0,95	2.470
GOLDMAN SACHS GROUP INC	EUR	1.500.000	0,83	1.449
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	EUR	1.500.000	0,94	1.646
NATIONAL BANK OF GREECE SA	EUR	1.000.000	0,55	948
PORTUGAL TEL INT FIN	EUR	3.900.000	0,71	3.922
CRITERIA CAIXACORP SA	EUR	2.500.000	0,96	2.556
3 - Outros				13.241
Emitidos por residentes				
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	EUR	8.000.000	0,98	8.210
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	EUR	2.400.000	0,78	2.560
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	EUR	2.500.000	0,86	2.471
Total				40.013

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
CITIGROUP INC 06/14/12	14-06-2012	2.524
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	26-03-2012	2.557
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	12-06-2012	8.210
TOTAL		<u>13.290</u>

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica durante o exercício de 2008, o Grupo mudou a intenção sobre a detenção de alguns títulos detidos na categoria de disponíveis para venda, tendo agora a intenção e capacidade de os deter até ao seu vencimento. Nesse sentido, os títulos na tabela anexa foram reclassificados para a categoria de detidos até à maturidade:

Nome	Quantidade	Valor de balanço	Valor de mercado
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.524	2.518
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.557	2.547
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.951	2.838
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.748	5.658
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.470	2.396
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.449	1.246
Total		17.699	17.203

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 110 milhares de euros no resultado do exercício de 2011.

13. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reverse repos	-	28.387
	-----	-----
	-	28.387
	=====	=====

Os activos com acordo de recompra, correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais existe um acordo de os revender por um preço pré-estabelecido.

14. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2010</u>
Imóveis em dação	3.273	2.657
	-----	-----
	3.273	2.657
	=====	=====

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo a imóveis, os quais estão disponíveis para uma transacção de venda.

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDO INÍCIO DO ANO		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO					SALDO NO FINAL DO ANO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ.	AQUISIÇÕES	Transf.	ABATES		AMORTIZ. DO EXERCÍCIO	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
					SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE				
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS										
IMÓVEIS	13.025	965	27				288	13.052	1.253	11.799
Terrenos	2.355							2.355		2.355
Edifícios	8.084	335	27				165	8.111	500	7.611
Obras em imóveis arrendados	2.586	630					123	2.586	753	1.833
EQUIPAMENTO	3.261	2.085	85		-70	-46	403	3.276	2.442	834
Mobiliário e mat. de escritório	530	116	2				67	532	183	349
Máquinas e ferramentas	71	51	2	8			7	81	58	23
Equipamento informático	1.443	1.194	12				153	1.455	1.347	108
Instalações interiores	545	395	18	-8			43	555	438	117
Material de transporte	626	310	25		-70	-46	124	581	388	193
Equipamento de segurança	20	12	2				3	22	15	7
Outro equipamento	26	7	24				6	50	13	37
TOTAL	16.286	3.050	112		-70	-46	691	16.328	3.695	12.633

Não ocorreram reavaliações em exercícios anteriores, no exercício e não existem amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

Não existem Activos fixos tangíveis em regime de locação financeira ou em regime de locação operacional.

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	EXERCÍCIO ANTERIOR		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			SALDO FINAL DO EXERCÍCIO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ.	AQUISIÇÕES	TRANSF.	AMORTIZ. DO EXERCÍCIO	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
ACTIVOS INTANGÍVEIS	7.409	3.556	294		619	7.703	4.175	3.528
Software	4.101	3.556	31		3.463	7.595	4.175	3.420
Em curso	3.308		263		-3.463	108		108
TOTAL	7.409	3.556	294		619	7.703	4.175	3.528

17. INVESTIMENTOS EM FILIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Nome	% participação	Valor de balanço	Valor do capital próprio	% participação	Valor de balanço	Valor do capital próprio
Participações						
Banif Açor Pensões	54%	1.418	4.120	51%	1.310	3.953
Banif Gestão de Activos	100%	2.137	8.631	100%	2.137	10.247
Banif Capital	100%	784	873	100%	784	359
Gamma	100%	250	5.460	100%	250	3.796
MC02	25%	113	5.005	25%	113	5.324
Ecoprogresso Trading	50%	150	204	50%	150	187
BIAM	100%	257	256	100%	249	230
Centro Venture				51%	383	533
Prestações Acessórias e suprimentos						
Banif Capital		7.714				
MC02, SA		1.175			1.300	
Gamma, SA		4.035			2.935	
Total		18.033			9.611	

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2011, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

- Foram efectuadas prestações acessórias à Banif Capital no montante de 7.714 milhares de euros;
- A prestação acessória da MC02 diminui no montante 125 milhares de euros.
- Foram efectuadas prestações acessórias à Gamma no montante 1.100 milhares de euros;
- Durante o exercício foi alienada a participação na Centro venture.

18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos devedores e credores desta rubrica resumem-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar		
Pagamento por conta	2.097	149
Retenções na fonte	1.854	159
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de impostos	(2.684)	(2.646)
IRC a recuperar (pagar)	1.266	(2.337)
	=====	=====

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva do imposto sobre o rendimento em 2011 e 2010 pode ser demonstrada como segue:

Descrição	2011	2010
Resultados Antes de Impostos	5.078	7.800
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros	1.344	2.066
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25,00%	25,00%
Adicionais sobre taxa legal	1,50%	1,50%
Despesas não dedutíveis	3.996	3.639
Receitas não Tributáveis	(2.984)	(3.004)
Tributação Autónoma	157	119
Derrama Estadual	172	172
Imposto Sobre a Banca	513	
Total do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	3.198	2.992
Impostos Diferidos	(1.183)	(1.028)
Carga Fiscal Total	2.015	2.820
Taxa Efectiva	39,68%	36,15%

19. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido no período foi:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				31-12-2011		
		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS		REALIZAÇÕES/ANULAÇÕES		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	
			CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS			RESULTADOS
1. Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente	2.573		2.747		1.560	3.760		
Riscos gerais de crédito	1.058		369		325	1.102		
Riscos específico de crédito	61		526		434	153		
Provisões sobre devedores	20		32		19	33		
Provisões sobre crédito com garantia real	1.434		1.767		782	2.419		
Imparidade não aceite fiscalmente			53			53		
2. Valorizações não aceites para efeitos fiscais	3.285	13.290	3	7.160	2	9.416		
Derivados	2				2			
Carteira Disponíveis para Venda	3.286	13.290		7.160		9.416		
Títulos de investimento	(3)		3					
3. Prejuízos fiscais reportáveis								
4. Outros	5				5			
Regularização Comissões com Clientes	5				5			
TOTAL	5.863	13.290	2.750	7.160	1.567	13.176		

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Devedores diversos	5.093	924
Rendimentos a receber	986	1.226
Despesas com encargos diferidos	676	569
Operações de bolsa a regularizar	11.705	821
Outras operações activas por regularizar	5.341	5.901
	-----	-----
	23.801	9.441
	-----	-----
Perdas de imparidade de outros activos (nota 24)	(126)	(77)
	-----	-----
	23.675	9.364
	=====	=====

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Recursos de Bancos Centrais	313.268	287.178
	-----	-----
	313.268	287.178
	=====	=====

Os “ Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis.

22. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Vendas a descoberto	8.656	8.356
Instrumentos derivados com justo valor negativo (nota 7)	66.542	109.671
	-----	-----
	75.198	118.027
	=====	=====

As vendas a descoberto em 31 de Dezembro de 2011 têm o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				-8.656
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	USD	-15.000	1,13	-13
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/22	BRL	-250.000	1,28	-139
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/41	USD	-1.000.000	1,16	-917
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
COSIPA COMMERCIAL LTD	USD	-300.000	1,17	-271
BANCO VOTORANTIM SA	USD	-100.000	0,96	-76
GTL TRADE FINANCE INC 10/20/2017	USD	-157.000	1,09	-133
BR MALLS INTL FINANCE 11/29/2049	USD	-19.000	1,03	-15
VOTORANTIM OVERSEAS 6 5/8 09/19	USD	-100.000	1,07	-84
BANCO BRADESCO SA 6 3/4 09/19	USD	-1.039.000	1,11	-901
BANCO PINE SA 8 3/4 01/17	USD	-850.000	0,99	-675
VALE SA	EUR	-434.000	1,02	-456
BANCO VOTORANTIM 7 3/8 01/20	USD	-505.000	1,07	-431
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	EUR	-50.000	0,99	-51
BANCO BMG SA	USD	-50.000	0,86	-34
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 5.9 01/21	USD	-20.000	1,03	-16
VALE OVERSEAS LIMITED 4 5/8 09/20	USD	-2.127.000	1,03	-1.715
GGBRBZ5 3/4 01/21	USD	-1.100.000	0,99	-865
TELEMAR N L TLMP 5 1/8 12/17	EUR	-135.000	0,99	-134
BR MALLS INTL FI BRMLBZ8 1/2 49-16	USD	-425.000	1,04	-347
PETROBRAS INTL 6 3/4 01/41	USD	-500.000	1,16	-458
ODEBRECHT FINANCE LTD 6 04/05/23	USD	-417.000	1,01	-328
COELBA 11 3/4 04/16	BRL	-125.000	1,06	-56
BRASKEM AMERICA 7 1/8 07/41	USD	-10.000	0,97	-8
ITAU UNIBANCO/ KY 6.2 12/21/21	USD	-100.000	1,04	-80
PETROLEOS MEXICA 6 1/2 06/41	USD	-515.000	1,13	-452
Total				-8.656

23. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>De instituições de crédito no país</u>		
Depósitos	28.753	81.325
Empréstimos	142.193	264.723
	-----	-----
	170.946	346.048
	-----	-----
<u>De instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Depósitos	78.456	115.389
Empréstimos	-	5.051
Repo's	59.718	32.807
	-----	-----
	138.174	153.247
	-----	-----
	309.120	499.295
	=====	=====

24. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Depósitos</u>		
À vista	79.655	69.440
A prazo	197.270	242.447
	-----	-----
	276.925	311.887
	=====	=====

25. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Divida emitida</u>	151.232	-
<u>Divida readquirida</u>	151.050	-
	-----	-----
	182	-
	=====	=====

Em Julho de 2011, foram emitidas Eur 55.000.000 de obrigações com garantia da Republica Portuguesa com data de maturidade em 19 de Julho de 2014. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 19 de Outubro, 19 de Janeiro, 19 de Abril e 19 de Julho de cada ano ("Datas de Pagamento de Juros"), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 19 de Outubro de 2011 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 4,95% por ano. O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 19 de Outubro de 2012, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 10 dias aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso.

Em Dezembro de 2011, foram emitidas Eur 95.000.000 de obrigações com garantia da Republica Portuguesa com data de maturidade em 22 de Dezembro de 2014. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano ("Datas de Pagamento de Juros"), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 22 de Março de 2012 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 12% por ano. O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 22 de Março de 2012, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 10 dias aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso.

26. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido no exercício foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Reforços	Utilizações	Reposições	Diferenças de câmbio	Saldo em 31/12/2010
Crédito concedido	5.118	19.417	(12)	(12.782)		11.741
Risco País títulos	74	209		(100)		183
Outros Activos	616	173	(475)	(237)		77
Riscos gerais de crédito	3.629	2.621		(2.286)	30	3.994
Activos financeiros disponíveis para venda	177	103		(201)	28	107
Outros provisões	1.567	1.318		(2.660)	1	226
Total	11.181	23.841	(487)	(18.266)	59	16.328

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Reforços	Utilizações	Reposições	Diferenças de câmbio	Saldo em 31/12/2011
Crédito concedido	11.741	12.114	(153)	(10.424)	1	13.279
Risco País títulos	183	245		(372)		56
Outros Activos	77	190	(19)	(123)	1	126
Riscos gerais de crédito	3.994	2.389		(2.321)	1	4.063
Activos financeiros disponíveis para venda	107	203		(102)	(8)	200
Outros provisões	226	2.596		(2.152)		670
Total	16.328	17.737	(172)	(15.494)	(5)	18.394

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Garantias prestadas (das quais:)		
Garantias e avales	27.334	14.422
	<u>27.334</u>	<u>14.422</u>

Outras contingências e compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Outras garantias prestadas (das quais:)		
Activos dados em Garantia	59.692	39.765
Compromissos perante terceiros (dos quais:)		
Compromissos irrevogáveis	92.736	101.226
Compromissos revogáveis	72.876	54.107
	<u>225.304</u>	<u>195.098</u>

27. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de outros passivos subordinados, dizem respeito a duas emissões, cuja descrição das operações estão descritas abaixo.

Em 2006 emitiu-se 15.000 Obrigações de Caixa Subordinadas do Banif – Banco de Investimento, S.A., a taxa variável 2006/2016 representadas por 15.000 títulos de 1.000 euro cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano. Durante os cinco primeiros anos de vida, a taxa será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,875%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, a partir do 11º cupão (inclusive) e até à data de maturidade, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. O empréstimo será amortizado, ao par, de uma só vez, em 29 de Junho de 2016 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente na totalidade ou parcialmente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º ou 18º cupões, não acrescendo nenhum prémio sobre o valor reembolsado. O reembolso parcial antecipado, só poderá ser efectuado por 25% ou 50% do montante inicial de emissão, correspondendo a uma redução ao valor nominal das Obrigações.

Em 2007 foram emitidas 15.000 Obrigações Perpétuas Subordinadas ao valor de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 28 de Fevereiro, 28 de Maio, 28 de Agosto e 28 de Novembro de cada ano (“Datas de Pagamento de Juros”), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 28 de Agosto de 2007 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro até 28 de Maio de 2017 exclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,35% por ano e, a partir dessa data com base na Euribor a 3 meses acrescida de 2,35% por ano (Step-Up de 1,00%). O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 28 de Maio de 2017, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 30 dias e no máximo de 60 dias, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso. O exercício deste reembolso opcional está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal.

Durante o mês de Dezembro foram readquiridas 12.189 obrigações Perpétuas Subordinadas, tendo sido obtida um mais valia de 6.094,5 milhares de euros. Que correspondeu à recompra dos referidos títulos por 50% do seu valor nominal.

28. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Operações bolsa a regularizar	21.393	3.037
Credores e outros recursos	1.970	2.165
Encargos a pagar	1.796	1.368
Receitas com rendimento diferido	107	63
Outras contas de regularização	513	1.775
	-----	-----
	25.779	8.408
	=====	=====

29. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Capital	85.000	55.000
Reservas de reavaliação de títulos	(26.117)	(9.113)
Reservas e Resultados Transitados	15.082	9.246
Resultado do Exercício	3.063	5.836
	-----	-----
	77.028	60.969
	=====	=====

A rubrica reservas de reavaliação de títulos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimos concedidos e contas a receber	71	204
Activos financeiros disponíveis para venda	35.370	12.026
Investimentos detidos até à maturidade	92	168
Impostos diferidos	(9.416)	(3.285)
	-----	-----
	<u>26.117</u>	<u>9.113</u>
	=====	=====

O valor registado no capital próprio relativo a empréstimos concedidos e investimentos detidos até à maturidade, dizem respeito a perdas potenciais relativas a activos financeiros, que anteriormente se encontravam registados como activos financeiros disponíveis para venda e cujo valor irá ser amortizado durante a vida remanescente do activo utilizando o método do juro efectivo.

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades em IC	374	587
Juros de aplicações em IC	-	45
Juros de crédito a clientes	23.506	14.672
Juros de outros créditos (títulos)	1.478	3.014
Juros de activos financeiros detidos para negociação	8.512	11.014
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.290	2.424
Juros de activos com acordo de recompra	884	155
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	11.598	7.227
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1.468	1.884
Juros de devedores e outras aplicações	308	230
	-----	-----
	<u>50.418</u>	<u>41.252</u>
	=====	=====
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de IC	17.010	6.771
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	14.925	10.390
Juros de passivos detidos para negociação	8.286	9.569
Juros de outros passivos subordinados	789	612
	-----	-----
	<u>41.010</u>	<u>27.342</u>
	=====	=====

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Dividendos antecipados da Banif gestão de Activos, S.A.	800	2.550
Outros dividendos recebidos	92	176
	-----	-----
	<u>892</u>	<u>2.726</u>
	=====	=====

32. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos com comissões		
Serviços prestados de administração, guarda e depósito de valores	3.723	3.446
Outros serviços prestados	3.604	6.460
Operações realizadas sobre títulos	1.030	1.623
Outras comissões recebidas	141	23
	-----	-----
	<u>8.498</u>	<u>11.552</u>
	=====	=====
Encargos com comissões		
Serviços bancários prestados por terceiros	38	256
Operações realizadas sobre títulos	502	1.159
Outras comissões pagas	43	49
	-----	-----
	<u>583</u>	<u>1.464</u>
	=====	=====

33. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</u>		
Canhos em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	15.831	11.943
Instrumentos derivados	52.237	53.080
Perdas em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	(15.211)	(7.340)
Instrumentos derivados	(50.889)	(60.475)
	-----	-----
	<u>1.968</u>	<u>(2.792)</u>
	=====	=====
<u>Resultados de activos disponíveis para venda</u>		
Canhos em títulos	1.434	2.023
Perdas em títulos	(3.328)	(874)
	-----	-----
	<u>(1.894)</u>	<u>1.149</u>
	=====	=====
<u>Resultados de reavaliação cambial</u>		
Canhos em diferenças cambiais	26.511	11.676
Perdas em diferenças cambiais	(21.651)	(8.216)
	-----	-----
	<u>4.860</u>	<u>3.460</u>
	=====	=====

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros rendimentos e receitas operacionais	111	82
Outros encargos e gastos operacionais	(597)	(2)
Outros impostos	(48)	(103)
	-----	-----
	<u>(534)</u>	<u>(24)</u>
	=====	=====

35. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	1.575	1.728
Remuneração de empregados:		
. Remuneração mensal	2.024	1.912
. Subsídio de férias e de Natal	842	888
. Subsídio de almoço	220	220
. Outras remunerações adicionais	21	196
	-----	-----
	4.682	4.944
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios:		
. Encargos relativos a remunerações	1.536	1.413
. Encargos com pensões	146	143
. Outros encargos sociais	38	35
	-----	-----
	1.720	1.591
	-----	-----
Outros custos com pessoal	996	187
	-----	-----
	7.398	6.722
	=====	=====

A Sociedade e os seus funcionários contribuem para um fundo de contribuição definida de natureza contributiva gerido pela Banif Açor Pensões, conferindo as contribuições dos associados, direitos adquiridos individualizados.

36. CUSTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Água, energia e combustíveis	216	177
Material de consumo corrente	25	28
Publicações	14	32
Material de higiene e limpeza	5	1
Outros fornecimentos de terceiros	34	66
Rendas e alugueres	1.027	951
Comunicações	338	399
Deslocações, estadas e representação	501	592
Publicidade e edição de publicações	230	1.018
Conservação e reparação	54	44
Formação de pessoal	8	22
Seguros	86	73
Avenças e honorários	279	178
Judiciais, contencioso e notariado	11	29
Informática	1.223	941
Limpeza	49	50
Informações	1.295	1.326
Mão-de-obra eventual	39	19
Outros serviços especializados	1.150	1.352
	-----	-----
	6.584	7.298
	=====	=====

37. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Resultado do exercício (em euros)	3.062.646	5.835.850
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	17.000.000	11.000.000
Canhos por acção básico (expresso em Eur por acção)	0,18	0,53

38. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS38.1 Políticas de gestão de risco

Fazendo parte do Banif Grupo Financeiro, as políticas de risco seguidas pelo Banif Banco de Investimento, S.A. (BBI) seguem as directrizes estabelecidas para o Grupo em geral, com as especificidades inerentes ao exercício das suas actividades, posicionando-se como a unidade de banca de investimento, em Portugal, e tendo em consideração o controlo e a diversificação dos riscos não só a nível individual da instituição, como ao nível consolidado.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da estratégia e políticas de risco da Sociedade, delegando na Comissão Executiva e no Administrador do Pelouro a gestão diária dos riscos assumidos. Em termos funcionais, a gestão e monitorização do risco do BBI é centralizada na Direcção de Risco & Reporting (DRR), uma unidade independente dos departamentos de originação, usufruindo da necessária autonomia orgânica e funcional, e que analisa os vários tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, operacional, de uma forma transversal e integrada. Tem como principal função a implementação de um sistema integrado de gestão de riscos adequado à natureza e perfil de risco do Banco.

Suportando as decisões da Comissão Executiva, existe ainda um conjunto de Comités especializados, que assumem um papel determinante na área de gestão e controlo de risco, quer financeiros como não financeiros, dos quais se destacam:

- Comité de Crédito e Risco: com periodicidade mínima quinzenal (ou sempre que seja solicitado) tem como objectivo analisar e deliberar sobre as operações que envolvam a tomada de risco de crédito para o banco ou definição de limites de crédito, incluindo risco de crédito de contraparte. É presidido pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva, sendo a DRR um dos membros votantes deste Comité.
- Comité de Activos e Passivos (ALCO): com periodicidade mensal, tem como objectivo principal gerir o risco de estrutural de balanço (activos e passivos), incluindo taxa de juro, liquidez e cambial, e a utilização de capital nas várias áreas de negócio. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro financeiro. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções Financeira, Risco & Reporting, Contabilidade e Controlo Financeiro.
- Comité de Mercados: com função consultiva, tem como missão propor à Comissão Executiva a estratégia de investimento da carteira própria e a monitorização da respectiva implementação, assim como analisar factores críticos de risco para a carteira própria do banco. É presidido pelo Administrador com os pelouros de Equity e Fixed Income e tem como membros os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de Equity, Fixed Income, Financeira, Risco & Reporting e Private Clients.
- Comité de Recuperação de Créditos: tem como objectivo o acompanhamento do crédito em incumprimento (incluindo outros valores a receber), a definição de medidas e estratégias de actuação e perspectivas recuperação. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da Gestão de Risco, sendo membros votantes os administradores com os pelouros de Real Estate Finance, de Legal & Tax e ainda da direcção gestora do cliente. Para além do responsável da DRR (ou seu representante), têm assento neste comité as direcções de Real Estate Finance, Operações, Contabilidade e Controlo Financeiro e o gestor do cliente.
- Comité de Risk Management: com periodicidade trimestral, tem como objectivo assegurar que o perfil de risco observado do Banco está alinhado com o nível definido, reportando eventuais desvios; revê em detalhe o compliance monitoring programme e o perfil de risco por categoria; revê periodicamente o nível de resolução de pontos de risco e controlo levantados pela auditoria, e exercícios de self-assessment no âmbito do controlo interno. É presidido pelo Administrador com o pelouro da gestão de risco. Integram este comité todos os Administradores executivos e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de Risco & Reporting, Financeira, Legal & Tax, Compliance, Auditoria, Operações, Sistemas de Informação, Contabilidade e Controlo Financeiro e, ainda, Organização & Qualidade e Recursos e Serviços.

Em 2011, foi criado na Intranet do BBI o portal Risk Management, onde são disponibilizados os principais relatórios de risco produzidos (incluindo o respectivo histórico), mediante acessos pré-definidos de acordo com o perfil do utilizador, visando uma maior organização e disseminação da informação, e fomentando a cultura de risco no Banco.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a probabilidade de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de um emitente, devedor ou contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. No caso de crédito titulado, traduz-se ainda na variação do valor económico de um determinado instrumento devido à degradação da qualidade creditícia do emitente.

No BBI, o risco de crédito subjacente à actividade resulta essencialmente da sua carteira de obrigações e do crédito concedido e garantias prestadas a clientes, como área complementar às outras actividades de banca de investimento desenvolvidas, nomeadamente, Project Finance, Private Banking, Corporate Finance, entre outras.

A política do banco passa pela concessão de crédito colateralizado, sendo que cerca de 82% do valor crédito encontra-se coberto por garantias reais, designadamente, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários, entre outros. Todos os colaterais recebidos são avaliados ao seu justo valor, com base no valor de mercado, ou através de modelo, tendo em conta as especificidades de cada tipo de colateral. No caso do crédito com hipotecas, o Banco recorre à assessoria das mais conceituadas empresas de avaliação imobiliária, certificados pela CMVM. No crédito com penhor de títulos, é realizado um controle diário ao valor de mercado das posições caucionadas através de uma aplicação informática desenvolvida internamente, a qual produz os alertas necessários à solicitação de margens adicionais ou à execução das garantias.

Todas as operações são analisadas e discutidas pelo Comité de Crédito e Risco, órgão que reúne regularmente, com poderes de decisão para determinadas alçadas de risco, sendo sujeitas posteriormente a aprovação superior em Comissão Executiva. Operações de alçada superior terão de ser ratificadas pelo Conselho de Administração do banco. De forma análoga, o risco de crédito de contraparte inerente a operações de derivados é analisado pela DRR e discutido/aprovado em sede de Comité de Crédito e Risco, conforme a respectiva delegação de poderes.

Periodicamente, é feita uma análise global da evolução do crédito concedido a clientes, visando o acompanhamento do risco de concentração, nomeadamente em termos de sectores e de grandes riscos e, ainda, da qualidade da carteira e respectivo nível de colateralização. Entre outros pontos, é realizada uma análise da composição da carteira por tipo de colaterais associados, com o objectivo de monitorização da exposição ao risco líquido, bem como da evolução do spread médio e consumo de capital, numa lógica de controlo do binómio risco-rendibilidade.

No que diz respeito ao controle do risco de crédito inerente às exposições de títulos da carteira bancária, são elaborados mapas específicos que contêm uma análise da carteira por qualidade de crédito, baseada nos ratings externos das principais agências internacionais, assim como modelos de acompanhamento desenvolvidos internamente.

O Banco, em termos individuais, não dispõe de informação histórica nem uma carteira de crédito suficientemente alargada que lhe permita efectuar um estudo exaustivo de frequências de incumprimento e perdas efectivamente incorridas (PD e LGD), sendo aplicadas a PD e LGD do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. a apenas a alguns segmentos de crédito globalmente pouco significativos. Desta forma, o apuramento das perdas por imparidade é realizado fundamentalmente a nível individual ou casuístico, levando em consideração as especificidades da operação e a melhor estimativa do valor recuperável (crédito e garantias) à data da avaliação.

No caso do crédito titulado, incluindo titularizações (ABS, CDO e CLOs) são realizadas igualmente análises casuísticas, no sentido de aferir quanto à existência de imparidade, tendo por base a informação de mercado, entre os quais, os investor reports, assim como os modelos desenvolvidos internamente para seguimento do risco de crédito dos títulos.

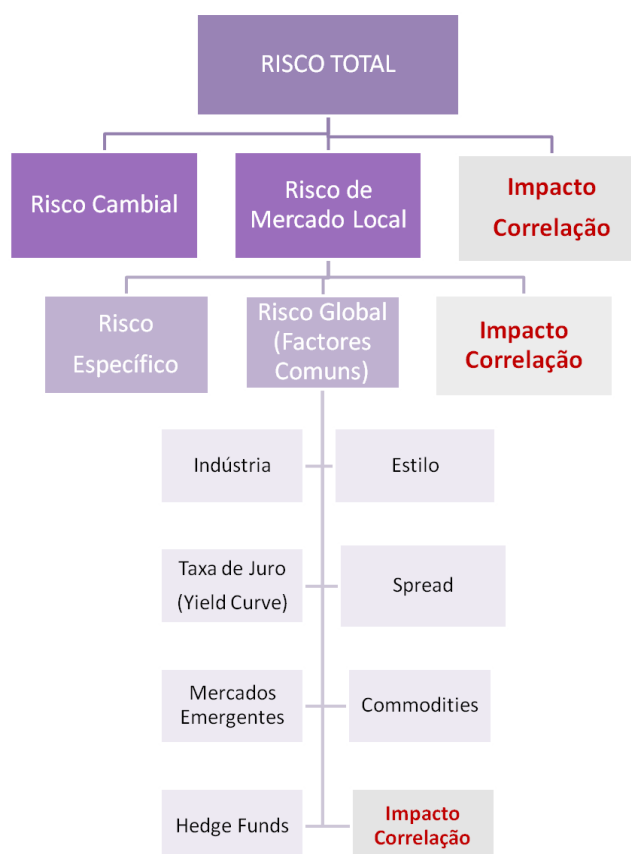
b) Risco de Mercado

O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

No BBI, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos na carteira de negociação, não sendo política do banco a realização de trading de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outros contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria.

O Banco desenvolveu grandes esforços no sentido de revisão e aperfeiçoamento das métricas de medição e controlo deste tipo de risco, utilizando uma ferramenta de análise do risco de mercado: o BarraOne, propriedade do MSCI Barra. Este sistema permite analisar o risco das carteiras desagregado pelos vários factores explicativos, nomeadamente entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva “forward-looking”.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o risco é decomposto, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.



O cálculo do VaR é assim decomposto pelos seguintes factores:

- Risco Cambial - componente de VaR atribuível ao de risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.
- Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado per si, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico, e correlação.
 - Risco Global - consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, spread, mercados emergentes e hedge funds, commodities. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

- i) Indústria – cada activo é classificado no sector que melhor se adequa (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector.
- ii) Estilo – neste item, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: i) deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo;
- iii) Taxa de Juro (Yield Curve) – inclui o risco que decorre em alterações da inclinação da curva de rendimentos e a curvatura (twist ou butterfly) o que corresponde a três factores de risco para cada mercado. O modelo da Zona Euro é constituído pelos modelos dos países que a compõem.
- iv) Spread – analisa a diferença entre a curva swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação em termos de risco.
- v) Mercados Emergentes – advém do risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.
- vi) Commodities – permite obter estimativas de risco para futuros e spot de commodities. O modelo utiliza os retornos de 26 sub-índices de forma a detalhar o risco de diferentes tipos de commodities que, posteriormente são agregados em 5 grandes grupos e integrados no modelo multi-classe através de uma matriz de co-variâncias. Não é aplicável ao BBI.
- vii) Hedge Funds – permite obter estimativas de risco para exposição a este tipo de activos. Não é aplicável ao BBI.
- Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

O VaR é calculado utilizando o modelo paramétrico, aplicado para um horizonte de 10 dias e com intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 8/2007).

c) Risco Cambial

O Risco Cambial representa o risco de que o valor dos activos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Banco procede a uma monitorização sistemática da sua exposição global ao risco de taxa de câmbio. Para o efeito, existe uma rotina diária de cálculo da posição cambial pelas principais moedas, o qual abrange as posições à vista decorrentes, sobretudo, da actividade de negociação da carteira de títulos, bem como as variações nos resultados líquidos da Sociedade (potenciais ou realizados) resultantes das conversões dos saldos de cada conta ao fixing do BCE.

d) Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição. A avaliação deste tipo de risco é realizada em base sistemática, numa óptica de longo prazo, incidindo sobre as exposições da carteira bancária em função dos períodos de repricing, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 19/2005).

De referir que a avaliação do risco de taxa de juro da carteira de negociação deverá ser realizada no âmbito do risco de mercado, focando-se num horizonte de curto prazo, tendo em consideração que esta carteira é gerida numa base diária. O modelo de análise utilizado pelo BBI, assente na ferramenta BarraOne, procede à decomposição do risco de mercado nas várias componentes, entre os quais, a componente de risco de taxa de juro embutida na variação de preço (decomposição do VaR nas várias componentes, incluindo risco de taxa de juro).

São produzidos regularmente mapas de controlo de exposições, onde são apuradas os activos e passivos por prazos de maturidade em termos globais, fazendo-se igualmente uma análise em separado para a carteira bancária e a de negociação, evidenciando os mismatches do prazos de refixação de taxa dos activos e passivos e por principais moedas.

e) Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efectuado em condições razoáveis. No BBI, os níveis de liquidez são adaptados em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, em função da identificação de gaps. As políticas de obtenção de funding, quer junto dos clientes, quer no mercado, têm garantido a estabilidade dos recursos, assentando numa lógica integrada de Grupo.

Com o objectivo de maximizar a componente de gestão dos riscos estruturais de balanço existe uma unidade operativa dentro do BBI, cujo principal objectivo passa pela definição e execução das políticas financeiras, em particular, em termos de gestão de liquidez e de tesouraria, numa base individual do banco, e em complemento da gestão consolidada neste âmbito pelo Grupo Banif.

f) Risco operacional

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, o Banif – Grupo Financeiro desenvolveu um projecto específico nesta área, que, numa primeira fase, passou pelo levantamento e registo de ocorrências potenciadoras de risco operacional, com vista ao controlo e mitigação do mesmo. No Banco, DRR é responsável pela gestão de risco operacional, que compreende a avaliação, monitorização e controlo dos riscos desta natureza, visando a mitigação dos mesmos e procedendo à elaboração de informação de apoio à decisão.

Foram nomeados Gestores de Risco Operacional (Gestores RO) nas áreas críticas, que têm como função supletiva o registo de eventos de risco operacional ou falhas detectadas na gestão do dia-a-dia num software próprio: o SAS OpRisk Monitor. Actualmente existe um conjunto de Gestores RO nomeados cujo objectivo é a recolha e registo de eventos de risco operacional, para que o Banco possua informação necessária para avaliar o risco, para posterior mitigação, respondendo ainda às necessidades de reforço do controlo interno. Os gestores de risco operacional reportam os eventos detectados nesta aplicação na sua área de influência ou noutra, através de uma ferramenta externa específica, e que faz o interface entre o gestor operacional, a DRR e o Risco Corporativo do Grupo Banif, sendo possível a obtenção de estatísticas, por área de reporte, frequência, origem, processo, fonte de risco, etc.

Pretende-se, desta forma, atingir o objectivo de monitorização e medição do risco operacional inerente à actividade, detalhando as ocorrências pelos vários processos e áreas intervenientes, o que se irá traduzir numa avaliação efectiva e dinâmica dos actuais sistemas de controlo interno.

Para além das disposições legais, estatutárias e deontológicas aplicáveis ao exercício das actividades de intermediação financeira, tem sido uma preocupação da Administração da Sociedade a elaboração e difusão de Manuais, Regulamentos, Circulares e outros normativos internos adequados a assegurar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício da actividade desenvolvida. Toda a informação é devidamente divulgada, sendo do conhecimento de todos os colaboradores da Sociedade, encontrando-se disponível para consulta na respectiva Intranet. Em paralelo, a actuação das Direcções de Compliance e de Auditoria Interna visam complementar e reforçar as medidas adoptadas.

Existe uma rotina de monitorização e revisão do sistema de controlo interno implementada, que segue as directrizes regulamentares e da própria cultura organizacional. No âmbito dos requisitos de controlo interno do Banco de Portugal e CMVM, é desenvolvido regularmente um self assessment para cada um dos tipos de risco, de acordo com a matriz apresentada pelo Banco de Portugal no seu relatório MAR (Modelo de Avaliação de Riscos). Especificamente, no âmbito do reforço do sistema de controlo interno, foi desenvolvido um projecto interno denominado de Certificação de Riscos & Controlos, um exercício em que os responsáveis de cada unidade orgânica são convidados a realizar exercícios de self assessment.

A auditoria interna é responsável pelo desenvolvimento de mecanismos de avaliação da adequação do controlo interno, e respectiva monitorização, procedendo à identificação das falhas ou fragilidades do sistema de controlo interno, na sua concepção, implementação ou utilização, as quais são devidamente registadas, documentadas e reportadas aos níveis de gestão apropriados, de forma a serem prontamente ultrapassadas, tendo sido desenvolvida para o efeito uma ferramenta interna – o Audit Follow Up.

O órgão de administração e os directores de topo recebem reportes regulares relativos à monitorização do sistema de controlo interno, incluindo a identificação das falhas ou fragilidades detectadas, quer quando avaliadas isoladamente, quer de forma agregada.

38.2 Risco de crédito

Para efeitos de análise de risco de crédito da presente nota considerou-se a carteira de títulos detida pelo BBI e o crédito concedido a clientes. Desta forma, o valor da rubrica Activos financeiros detidos para negociação exclui o valor de mercado dos derivados.

Os activos financeiros, por rubrica de balanço, apresentam a seguinte exposição ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2011:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Activos financeiros detidos para negociação	19.262		19.262
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	110.321		110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	243.296		243.296
Crédito a clientes	444.116	344.912	99.204
Investimentos detidos até à maturidade	39.813		39.813
Total de exposição a risco de crédito	856.808	344.912	511.896

valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao montante da exposição.

A 31 de Dezembro de 2010 era seguinte:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Activos financeiros detidos para negociação	35.760	0	35.760
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	192.265	42.107	150.158
Activos financeiros disponíveis para venda	278.103	4.865	273.239
Crédito a clientes	466.751	355.254	111.498
Investimentos detidos até à maturidade	60.391	0	60.391
Total de exposição a risco de crédito	1.033.271	402.225	631.046

valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao montante da exposição.

De referir que a rubrica Crédito a Clientes inclui uma carteira de títulos no valor de cerca de €22 milhões contabilizada ao custo amortizado, constituída por produtos estruturados (ABS, CDO, CLO) num total de cerca de €8 milhões e ainda um project finance sob a forma de uma obrigação, que se encontram classificados em termos de IAS como Loans & Receivables (LaR). Excluindo estes instrumentos financeiros, o valor do crédito concedido a clientes, líquido de provisões, ascendia a cerca de €422 milhões, dos quais €345 milhões encontravam-se colateralizados por garantias reais, entre as quais, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários, representando um rácio de cerca de 82%. A referir que cerca de €150 milhões da carteira dizem respeito a operações de Project e Acquisition Finance.

Concentração de risco de crédito por sector de actividade em 31 de Dezembro de 2011:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Indústria	7.240		7.240
Construção	43.668	27.182	16.486
Vendas a retalho	154		154
Serviços	26.174		26.174
Instituições financeiras e seguradoras	73.457		73.457
Sector público	162.852		162.852
Outros	521.050	295.623	225.427
Particulares	22.212	22.107	106
Total de exposição a risco de crédito	856.808	344.912	511.896

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2010 era seguinte:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Indústria	6.614		6.614
Construção	41.647	39.868	1.779
Vendas a retalho	754		754
Serviços	25.772		25.772
Instituições financeiras e seguradoras	133.743		133.743
Sector público	174.403		174.403
Outros	620.055	332.099	287.957
Particulares	30.283	30.258	25
Total de exposição a risco de crédito	1.033.271	402.225	631.046

Valores líquidos de provisões.

Concentração de risco de crédito por região geográfica em 31 de Dezembro de 2011:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Portugal	682.148	297.694	384.454
União Europeia	80.955	28.510	52.446
Resto da Europa			
América do Norte	34.400	12.853	21.546
América Latina	26.419	5.682	20.737
Resto do Mundo	32.885	173	32.713
Total de exposição a risco de crédito	856.808	344.912	511.896

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2010 era seguinte:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Portugal	747.798	304.524	443.274
União Europeia	107.339	28.946	78.393
Resto da Europa	0	0	0
América do Norte	43.346	12.608	30.738
América Latina	116.422	47.603	68.819
Resto do Mundo	18.366	8.544	9.822
Total de exposição a risco de crédito	1.033.271	402.225	631.046

Valores líquidos de provisões.

Decomposição dos activos financeiros por qualidade do crédito, por rubrica de balanço, a 31 de Dezembro de 2011:

	High Grade	Standard Grade	Sub- Standard Grade	Not Rated	Total
Activos financeiros detidos para negociação	827	11.715	4.366	2.353	19.262
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			43.342	66.979	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	30.628	20.756	125.643	66.269	243.296
Crédito a clientes	986	797	6.412	435.920	444.116
Investimentos detidos até à maturidade	15.199	18.752	5.861		39.813
Total de exposição a risco de crédito	47.641	52.020	185.624	571.522	856.808

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2010 era seguinte:

	High Grade	Standard Grade	Sub- Standard Grade	Not Rated	Total
Activos financeiros detidos para negociação	2.364	16.196	4.178	13.023	35.760
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	43.723		2.164	146.377	192.265
Activos financeiros disponíveis para venda	173.455	36.450	1.021	67.177	278.103
Crédito a clientes	10.654	7.649	17.256	431.192	466.751
Investimentos detidos até à maturidade	36.701	22.355	1.335		60.391
Total de exposição a risco de crédito	266.897	82.650	25.955	657.769	1.033.271

Valores líquidos de provisões.

Os quadros anteriores apresentam a repartição de todos os activos financeiros por qualidade de crédito, cujas notações têm por base o mapeamento dos ratings externos atribuídos pelas principais agências internacionais Moodys, Fitch e S&P. A métrica de atribuição do rating seguiu a metodologia standard do acordo de Basileia, escolhendo-se o pior dos dois melhores ratings no caso de haver notações diferenciados para o mesmo activo. A classificação High Grade corresponde a ratings entre [AAA e A-], Standard Grade a [BBB+ a BBB-] e Sub-Standard Grade a ratings iguais ou inferiores a BB+. As posições em crédito ou títulos que não possuam rating externo atribuído por nenhuma das três principais agências internacionais são classificadas como Not Rated.

Entre as exposições sem rating externo, no montante total de €571 milhões, a principal fatia, correspondente a cerca de 60%, diz respeito à concessão de crédito a empresas e particulares, nomeadamente crédito com hipoteca de imóveis ou com penhor de valor mobiliários e operações de Project Finance e Acquisition Finance. O peso dos activos sem rating na carteira `Outros Activos financeiros ao justo valor através de resultados é também significativo, ascendendo a cerca de €67 milhões, para o qual contribui largamente o investimento em unidades de participação de fundos os quais não possuem rating externo atribuído.

38.3 Risco de Mercado

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do Value-at-Risk (VaR) para carteira de títulos de negociação detidos pelo BBI, que a 31 de Dezembro de 2011 ascendia a cerca de €27 milhões em valores absolutos (€19 milhões de posições longas e €8 milhões de posições curtas) composta essencialmente por títulos de renda fixa, em que a componente de acções apresenta um valor imaterial.

Para o cálculo desta métrica de risco foi utilizado o software especializado BarraOne, propriedade da “MSCI Barra”, tendo sido calculado o VaR paramétrico com um horizonte de 10 dias e uma probabilidade de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de capital de Basileia.

A 31 de Dezembro 2011, o VaR da carteira de negociação ascendia a cerca de €392 mil (€586 mil em 2010), representando 3,6% do valor de mercado líquido da carteira. O risco decorrente da exposição a acções é completamente imaterial, traduzindo-se num VaR de €12 mil.

O VaR global da carteira de negociação do BBI correspondia a 0,4% do Core Tier 1 da instituição.

A decomposição do VaR por tipo de títulos a 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

	VaR da Carteira €mil	VaR % Carteira
Acções	12	24,0
Obrigações	392	3,6
<i>Efeito diversificação</i>	-13	<i>n.a.</i>
Total	392	3,6

Fonte: Barra One

A 31 de Dezembro de 2010 era seguinte:

	VaR da Carteira €mil	VaR % Carteira
Acções	5	15,9
Obrigações	587	2,0
<i>Efeito diversificação</i>	-6	<i>n.a.</i>
Total	586	2,0

Fonte: Barra One

A decomposição do VaR por tipo de risco, a 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

	Desvio Padrão	% Risco da Carteira	Variância da Carteira	VaR da Carteira €mil
Risco de Mercado Local	3,57	21,6%	12,72	182
Risco Global (factores comuns)	2,88	14,1%	8,32	147
<i>Indústria</i>	0,11	0,0%	0,01	6
<i>Estilo</i>	0,07	0,0%	0,01	4
<i>Taxa de Juro (Yield Curve)</i>	1,78	5,4%	3,17	91
<i>Spread</i>	2,13	7,7%	4,52	109
<i>Mercados Emergentes</i>	1,36	3,1%	1,85	69
<i>Correlação - factores comuns</i>	n.a.	-2,1%	-1,25	n.a.
Risco Específico (selecção)	2,10	7,5%	4,40	107
Risco Cambial	7,53	96,0%	56,63	384
Correlação Moeda / Mercado	n.a.	-17,6%	-10,38	n.a.
Risco Total	7,68	100,0%	58,97	392

Fonte: Barra One

A 31 de Dezembro de 2010 era seguinte:

	Desvio Padrão	% Risco da Carteira	Variância da Carteira	VaR da Carteira €mil
Risco de Mercado Local	2,48	32,2%	6,16	333
Risco Global (factores comuns)	2,24	26,2%	5,01	300
<i>Indústria</i>	0,03	0,0%	0,00	4
<i>Estilo</i>	0,01	0,0%	0,00	2
<i>Taxa de Juro (Yield Curve)</i>	1,82	17,3%	3,30	244
<i>Spread</i>	0,91	4,3%	0,83	122
<i>Mercados Emergentes</i>	1,33	9,2%	1,77	178
<i>Correlação - factores comuns</i>	n.a.	-4,7%	-0,89	n.a.
Risco Específico (selecção)	1,07	6,0%	1,15	144
Risco Cambial	3,94	81,4%	15,56	529
Correlação Moeda / Mercado	n.a.	-13,6%	-2,59	n.a.
Risco Total	4,37	100,0%	19,12	586

Fonte: Barra One

38.4 Risco de taxa de câmbio

A posição cambial, por divisa, a 31 de Dezembro de 2011:

DIVISAS	Posições Líquidas	
	Longas	Curtas
USD	2.667,2	
GBP	35,6	
CHF		462,0
JPY	112,8	
SEK	0,7	
NOK	1,9	
DKK	2,3	
CAD	55,6	
ZAR	0,9	
AUD	20,7	
MOP		
BRL	1.051,0	
PLN	5,4	
HUF	0,0	

A 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

DIVISAS	Posições Líquidas	
	Longas	Curtas
USD		9.178,5
GBP		5,1
CHF	134,5	
JPY	1,6	
SEK	2,1	
NOK	71,0	
DKK	26,3	
CAD	5,8	
ZAR	0,3	
AUD	0,0	
MOP		
BRL	9.738,7	
PLN	6,0	
HUF	0,4	
TRY	0,3	

A 31 de Dezembro de 2011, as maiores exposições correspondiam às divisas USD e BRL, respectivamente, posições longas de €2,7 milhões e 1 milhão, sendo as restantes moedas insignificantes, reflectindo uma redução substantiva da posição cambial face ao ano anterior.

38.5 Risco de taxa de juro

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de refixação da taxa de juro em 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

	< 1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	>= 5 Anos	Não Sensível	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação		1.608	596	122	20	630	1.873	2.218	1.240	10.903	72.509	91.719
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			43.278			0	64				66.979	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	11.124	1.019	66.477	979	452	10.537	7.184	19.041	11.068	49.147	66.269	243.296
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito				10.975							35.845	46.820
Créditos e Outros valores a receber	117.587	99.060	105.549	11.796	21.890	20.068				350	67.816	444.116
Investimentos detidos até à maturidade	8.020	9.480	8.210			2.471	6.762		948	3.922		39.813
Outros activos	48.384										78.269	126.653
Total de Activos	185.115	111.167	224.110	23.871	22.362	33.705	15.883	21.259	13.256	64.322	387.688	1.102.738
Depósitos de bancos centrais	154.896	25.079			50.773			82.520				313.268
Passivos financeiros detidos para negociação			13						749	7.894	66.541	75.198
Passivos financeiros ao custo amortizado	312.801	56.083	50.152	4.395	975	1.829	1.350	25			158.617	586.227
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>186.546</i>	<i>24.346</i>	<i>15.521</i>								<i>82.707</i>	<i>309.120</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>119.758</i>	<i>24.904</i>	<i>31.255</i>	<i>3.833</i>	<i>350</i>	<i>1.178</i>	<i>1.338</i>	<i>25</i>			<i>73.344</i>	<i>255.984</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>6.497</i>	<i>6.834</i>	<i>3.377</i>	<i>563</i>	<i>625</i>	<i>651</i>	<i>11</i>				<i>2.384</i>	<i>20.941</i>
Passivos subordinados		2.811	15.000								10	17.821
Outros passivos											33.197	33.197
Capital Próprio											77.027	77.027
Total de Passivo e Capital Próprio	467.697	83.973	65.165	4.395	51.748	1.829	1.350	82.545	749	7.894	335.393	1.102.738

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

	< 1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	>= 5 Anos	Não Sensível	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	1.269	1.269	4.590	503	745	8.429	2.583	2.271	1.964	12.182	114.791	150.595
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.264	1.375	12.012			39.320	0	80			138.214	192.265
Derivados de cobertura												
Activos financeiros disponíveis para venda	13.012	4.865	27.487		5.919	72.896	14.411	8.937	24.502	64.273	41.800	278.103
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	11.400										89.878	101.278
Créditos e outros valores a receber	110.366	198.415	124.845		19.117					393	13.615	466.751
Investimentos detidos até à maturidade	12.951	16.037	6.463			10.801	2.435	6.847		4.857	0	60.391
Outros activos	2.633	25.756									44.893	73.282
Total de Activos	152.896	247.717	175.398	503	25.781	131.446	19.429	18.135	26.466	81.704	443.191	1.322.666
Depósitos de bancos centrais	122.185	165.443									0	287.628
Passivos financeiros detidos para negociação			39			168	737	92	1.408	5.885	109.697	118.027
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados												
Derivados de cobertura												
Passivos financeiros ao custo amortizado	492.519	97.022	38.428	10.900	1.750	8.780				45.220	116.563	811.181
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>283.907</i>	<i>40.959</i>	<i>27.797</i>	<i>8.400</i>	<i>1.000</i>					<i>42.107</i>	<i>95.125</i>	<i>499.294</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>205.411</i>	<i>49.534</i>	<i>9.342</i>	<i>2.500</i>	<i>630</i>	<i>8.553</i>				<i>3.113</i>	<i>16.743</i>	<i>295.826</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>3.202</i>	<i>6.530</i>	<i>1.288</i>		<i>120</i>	<i>227</i>					<i>4.695</i>	<i>16.061</i>
Passivos subordinados		15.000	15.000								33	30.033
Outros passivos											14.827	14.827
Capital Próprio											60.968	60.968
Total de Passivo e Capital Próprio	614.704	277.466	53.467	10.900	1.750	8.948	737	92	1.408	51.105	302.090	1.322.666

Valores líquidos de provisões.

No quadro abaixo, é apresentada uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária, tendo por base os mapas de reporte à entidade de supervisão. Esta análise assenta no cenário de um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira anual do Banco, em termos individuais, tendo por base os pressupostos assumidos de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal.

Análise de sensibilidade do impacto de uma variação de 200 p.b. na curva de taxas de juro por moedas relevantes, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

		2011	2010
EUR	Impacto na Situação Líquida	-5.765	-15.733
	Fundos Próprios	112.408	90.252
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-5%	-17%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-2.730	-7.098
	Margem Financeira	9.408	13.911
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-29%	-51%
USD	Impacto na Situação Líquida	-419	5.510
	Fundos Próprios	112.408	90.252
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	0%	6%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-540	-1.106
	Margem Financeira	9.408	13.911
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-6%	-8%
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	-6.184	-10.223
	Fundos Próprios	112.408	90.252
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-6%	-11%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-3.270	-8.204
	Margem Financeira	9.408	13.911
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-35%	-59%

38.6 Risco de liquidez

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de residual de maturidade a 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

	< 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	INDT.	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação		1.604	81	6.082	11.442	72.509	91.719
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			43.278	64		66.979	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	9.083		67.907	50.890	49.147	66.269	243.296
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	48.384		10.975			35.845	95.204
Créditos e outros valores a receber	27.388	11.789	110.808	93.610	132.705	67.816	444.116
Investimentos detidos até à maturidade		2.557	10.733	22.798	3.725		39.813
Outros activos						78.269	78.269
Total de Activos	84.855	15.949	243.782	173.444	197.019	387.688	1.102.738
Depósitos de bancos centrais	158.187	25.079	50.110	79.892			313.268
Passivos financeiros detidos para negociação				749	7.907	66.541	75.198
Passivos financeiros ao custo amortizado	312.801	56.083	41.467	17.259		158.617	586.227
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>186.546</i>	<i>24.346</i>	<i>15.521</i>			<i>82.707</i>	<i>309.120</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>119.758</i>	<i>24.904</i>	<i>21.382</i>	<i>16.597</i>		<i>73.344</i>	<i>255.984</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>6.497</i>	<i>6.834</i>	<i>4.564</i>	<i>662</i>		<i>2.384</i>	<i>20.941</i>
<i>Certificados de dívida, incluindo obrigações</i>						<i>182</i>	<i>182</i>
Passivos subordinados				15.000	2.811	10	17.821
Outros passivos						33.197	33.197
Capital Próprio						77.027	77.027
Total de Passivo e Capital Próprio	470.988	81.162	91.577	112.901	10.718	335.393	1.102.738

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

	< 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	INDT.	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	646	1.126	2.847	17.987	13.199	114.791	150.595
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			3.059	49.728	1.264	138.214	192.265
Activos financeiros disponíveis para venda			8.030	162.438	65.835	41.800	278.103
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	14.033	25.756				89.876	129.665
Créditos e outros valores a receber	26.068	12.640	206.653	89.822	117.953	13.615	466.751
Investimentos detidos até à maturidade		5.004	15.656	33.439	6.293	0	60.391
Outros activos						44.895	44.895
Total de Activos	40.746	44.526	236.244	353.413	204.545	443.191	1.322.666
Depósitos de bancos centrais	122.185	165.443				0	287.628
Passivos financeiros detidos para negociação			39	2.405	5.885	109.697	118.027
Passivos financeiros ao custo amortizado	492.519	78.637	51.077	27.165	45.220	116.563	811.181
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>283.907</i>	<i>40.173</i>	<i>37.197</i>	<i>786</i>	<i>42.107</i>	<i>95.125</i>	<i>499.294</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>205.411</i>	<i>31.934</i>	<i>12.472</i>	<i>26.153</i>	<i>3.113</i>	<i>16.743</i>	<i>295.826</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>3.202</i>	<i>6.530</i>	<i>1.408</i>	<i>227</i>		<i>4.695</i>	<i>16.061</i>
<i>Certificados de dívida, incluindo obrigações</i>							
Passivos subordinados					30.000	33	30.033
Outros passivos						14.827	14.827
Capital Próprio						60.968	60.968
Total de Passivo e Capital Próprio	614.704	244.080	51.116	29.571	81.105	302.090	1.322.666

Valores líquidos de provisões.

39. JUSTO VALOR DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe desta rubrica é o seguinte:

	Valor de balanço	Justo valor
Activo		
Activos financeiros detidos para negociação	91.719	91.719
Outros activos financ. ao justo valor atrav. resultados	110.321	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	243.296	243.296
Crédito a clientes	444.116	442.815
Investimentos detidos até à maturidade	39.813	36.558
Passivo		
Passivos financeiros detidos para negociação	75.198	75.198
Recursos de clientes e outros empréstimos	276.925	276.925

Para créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor (os créditos de prazo superior a um ano não são materialmente relevantes).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se inclui depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto que os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são

determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2011, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	Moeda	
	EUR	USD
1 dia	0,40%	0,10%
7 dias	0,60%	0,14%
15 dias	0,67%	0,17%
1 mês	0,84%	0,26%
2 meses	1,06%	0,39%
3 meses	1,35%	0,56%
4 meses	1,44%	0,64%
5 meses	1,53%	0,72%
6 meses	1,63%	0,81%
7 meses	1,69%	0,85%
8 meses	1,76%	0,91%
9 meses	1,83%	0,97%
10 meses	1,88%	0,87%
11 meses	1,94%	0,78%
1 ano	2,00%	0,68%
2 anos	1,31%	0,73%
3 anos	1,36%	0,82%
4 anos	1,54%	1,02%
5 anos	1,72%	1,22%
6 anos	1,90%	1,43%
7 anos	2,07%	1,64%
8 anos	2,17%	1,77%
9 anos	2,28%	1,90%
10 anos	2,38%	2,03%
20 anos	2,69%	2,52%
30 anos	2,56%	2,62%

40. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Rubricas	Elementos chave gestão	Entidades Associadas	Accionistas	Outras entidades
Disponibilidades em outras instituições de crédito		5.206		
Activos financeiros detidos para negociação		10.488		
Activos financeiros disponíveis para venda		46.034		
Aplicações em instituições de crédito		10.877		
Crédito a clientes		45.133	8.568	
Outros activos		1.565	46	111
Passivos financeiros detidos para negociação		930		
Recursos de outras instituições de crédito		156.478		
Recursos de clientes e outros empréstimos	2	63.565	162	
Provisões		87	86	
Outros passivos		22.384		8
Juros e rendimentos similares		2.001		
Juros e encargos similares		(9.953)		
Rendimentos de serviços e comissões		1.016	125	70
Result. de activos e passivos aval. justo valor através de result.		9.360		
Outros resultados de exploração			(1)	
Custos com pessoal	(1.515)			(212)
Castos gerais administrativos		(781)		(88)
Provisões líquidas de reposições e anulações		4	(12)	

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

As partes relacionadas são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
 Dr. Carlos David Duarte de Almeida
 Dr. António Manuel Rocha Moreira
 Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
 Dr. José Marques de Almeida
 Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
 Dr. Fernando José Inverno da Piedade
 Sr. Vítor Hugo Simons
 Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro
 Dr. Nuno José Roquette Teixeira
 Dr. José Paulo Baptista Fontes
 Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
 Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
 Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge
 Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
 Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos
 Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira
 Dr. Carlos Alberto Ballesteros Amaral Firme
 Dr. José António Vinhas Mouquinho

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão

Paula Maria Ramos dos Santos Caetano
Paula Cristina Moura Roque
Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida
Lina Inês de Couveia Marques dos Santos
Inês de Couveia Marques dos Santos Henriques Pires
Filipe Couveia Marques dos Santos
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto
Artur Rangel Fernandes
Nicole Rangel Fernandes
Mateus Boarotto Fernandes
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira
Joana Sá Reis Rocha Moreira
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira
Maria Alice Pereira de Almeida
João Paulo Pereira Marques de Almeida
Maria José Pereira Marques de Almeida
Maria João Pereira Marques de Almeida
Catherine Thérèse Laurence da Silveira
Alexandre Tiago da Silveira
Héloïse Maria da Silveira
Gaspar Antoine da Silveira
Luisa Maria Campina Pinto da Piedade
Carolina Pinto Inverno da Piedade
Leonor Pinto Inverno da Piedade
Ana bela Delgado Courinha e Ramos Simons
Nídia da Mota Simons
João Pedro da Mota Simons
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons
Lorenzo Roque Dal Fabbro
Bianca Maria Roque Dal Fabbro
Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobral Roquette Teixeira
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Isabel Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Ana Teresa Amaral Firme
Maria Carmo B O Pais Jorge
Maria Lurdes Teixeira Henriques
Evanthia Balla
Maria Helena Teixeira Borges Gonçalves Fontes
Filipa Fernandes Palma Moreira dos Santos
Maria Fernandes da Silva Amaral Firme
Mariana Pais Jorge
Francisco Miguel Leal Brazão Antunes
Ana Catarina H. Simões Marques
Mariana Balla Pinto Ferreira
Francisco Borges Gonçalves Fontes
Alexandra Fernandes Palma Moreira dos Santos
Diogo Fernandes da Silva Amaral Firme
Maria Carmo Pais Jorge
Ana Margarida Leal Brazão Antunes
Joana Henriques Simões Marques
Luiza Fernandes Palma Moreira dos Santos
Pedro Fernandes da Silva Amaral Firme
Matilde Pais Jorge
Ana Rita H. Simões Marques

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, SCPS
Companhia de Seguros Açoreana
Espaço Dez
Banca Pueyo
Bankpime
Imobiliária Vegas Altas
MCO2
Banco Pecúnia
SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE
BANIF IMOBILIARIA
BANIF BANK (MALTA)
BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS
BANIF HOLDINGS (MALTA), LTD
GRUPO BANIF MAIS
BANIEUROPA HOLDING
BANIF COMERCIAL-SCPS
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL
BANIF FINANCE
BANIF AÇORES, SCPS
INVESTAÇOR, SCPS
INVESTAÇOR HÓTEIS
AÇORTUR
TUROTEL
HOTEL PICO
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc FALL RIVER
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc SAN JOSÉ
BANIF GO
BANIF RENT
BANCO BANIF BRASIL
ZACF
BANIF (CAYMAN)
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (BRASIL)
BANIF CORRETORA DE VALORES E CAMBIOS
PITHECIA PARTICIPAÇÕES SA
LUZIE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE SA
BETA SECURITIZADORA
BANIF (BRASIL)
BANIF INTERN. HOLDINGS Ltd
BANIF SECURITIES HOLDINGS
ECONOFINANCE
BANIF FINANCIAL SERVICES
BANIF SECURITIES INC.
BANIF FINANCE (USA) CORP.
BANIF FORFAITING COMPANY
BANIF INTERNATIONAL BANK
BANIF TRADING INC
GESTARQUIPARK
BANIFSERV

Accionistas:

Rentipar Financeira, SGPS
Vestiban – Gestão e Investimentos
Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS
Joaquim Ferreira de Amorim
Evaesco SGPS
Jorge Sá
J. Sá & Filhos, Lda
Oliveira, Freitas & Ferreira, Lda
Banif - SGPS
Banif - Investimentos SGPS

Outras entidades:

Renticapital, Investimentos Financeiros, SGPS
Rentipar Investimentos, SGPS
Rentipar Industria SGPS
Rentiglobo, SGPS
Empresa Madeirense de Tabacos
SIET Savoy
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira
RAMA – Rações para Animais
SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas
Aviatlântico
SOIL, SGPS
Rentimundi – Investimentos Imobiliários
Mundiglobo – Habitação e Investimentos
Habiprede – Sociedade de Construções
Genius – Mediação de Seguros
Rentimedis – Mediação de Seguros
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo
Dualimo

41. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2011, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, com excepção da situação descrita abaixo.

Relativamente à estrutura Opera Uninvest constatou-se, ainda que já esperado pelas análises efectuadas, que esta não realizaria o reembolso do capital em dívida na data de vencimento (15 Fevereiro de 2012) – mantendo no entanto o pagamento do respectivo cupão - considerando que o prazo legal inicialmente definido era muito curto para este tipo de estruturas (CMBS), que apresentam tipicamente períodos mais extensos para o pagamento das notas. Contudo, o colateral que suporta a mesma apresenta indicadores de desempenho suficientes para permitir o reembolso desse mesmo capital e o pagamento dos juros, ainda que ao longo de um período mais alargado do que o inicialmente acordado, antecipando uma recuperação razoável do investimento.

O portfolio de propriedades, colateral desta estrutura é actualmente constituído por 203 imóveis, todos situados na Holanda, à excepção de um na Bélgica. De acordo com a última avaliação, o valor de mercado do colateral ascende a €629 milhões, o que representa um excesso (margem) de cerca de €25 milhões face ao montante em dívida da

estrutura. De referir que o BBI detém a nota da classe C, pelo que existe uma nota de maior grau de subordinação que irá sofrer as primeiras perdas correspondente a quase €60 milhões. Desta forma, à data actual, existe um excesso de colateral e um nível de subordinação inferior à nota detida que permite acomodar uma desvalorização adicional de cerca de €85 milhões no valor dos imóveis. Concluímos desta forma que, à data actual, não existe evidência de perdas por imparidade na nota detida

42. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

42.1 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2011

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (EU), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.

A) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela empresa/grupo

IAS 24 (Revista) Transacções entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objectivo de simplificar a identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transacções com entidades ligadas à administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- nome da administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
- natureza e quantia de cada transacção individualmente significativa;
- uma indicação qualitativa ou quantitativa da respectiva dimensão em relação a outras transacções que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

IFRS 1 (Alteração) Adopção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

- Esta alteração permite que as entidades que adoptem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009.

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das IFRS

A emenda:

- esclarece que um adoptante pela primeira vez das IFRS que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das excepções previstas na IFRS 1 após a apresentação de um relatório financeiro intercalar de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações efectuadas e actualizar as reconciliações entre o anterior PCCA e as IFRS.
- permite que um adoptante pela primeira vez das IFRS utilize um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição), devido a um acontecimento como uma privatização ou uma oferta pública inicial como o seu custo considerado, ainda que o evento ocorra após a data de transição mas antes das primeiras Demonstrações Financeiras em IFRS sejam emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos directamente em resultados transitados (ou se apropriado, noutra rubrica do capital próprio).
- permite às entidades com actividades reguladas ou que detenham activos fixos tangíveis ou activos intangíveis que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo considerado uma quantia escriturada de anteriores PCCA, ainda que esta quantia inclua valores que não são elegíveis para capitalização de acordo com as IFRS. A excepção deverá ser aplicada individualmente a cada item. À data da transição para as IFRS, uma entidade deve testar a imparidade em conformidade com a IAS 36 para cada item em relação ao qual tenha usado esta isenção.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- enfatiza a interação que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respectivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.
- remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

- A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

- Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

A) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU sem efeitos nas demonstrações financeiras da entidade

IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissãoIFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento MínimoIFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital PróprioIFRS 3 Concentrações de actividades empresariaisIAS 34 Relato Financeiro IntercalarIFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

42.2 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2011 e que a Entidade não adoptou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela UE:

A Entidade adoptou todas as normas e interpretações endossadas pela UE com início após 1 de Janeiro de 2011

b) Ainda não endossadas pela UE e aplicáveis à Entidade:

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transacções no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Os instrumentos financeiros de capital próprios detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor através de proveitos e perdas. Todavia, as entidades têm uma opção irrevogável por instrumento para todos os outros instrumentos financeiros de capital próprio.

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no

justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O Justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

A) Ainda não endossadas pela UE e não aplicáveis à Entidade:

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

6.2 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexos

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011			31-12-2010	
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido Reexpresso	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	1.018		1.018	2.217	2.217
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	36.020		36.020	90.920	90.920
Activos financeiros detidos para negociação	7	107.354	114	107.240	186.241	186.241
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	97.342		97.342	187.677	187.677
Activos financeiros disponíveis para venda	9 e 26	227.410	1.724	225.686	251.392	251.392
Aplicações em instituições de crédito	10	59.457		59.457	12.789	12.789
Crédito a clientes	11 e 26	455.895	12.996	442.899	470.626	470.626
Investimentos detidos até à maturidade	12 e 26	40.013	200	39.813	60.391	60.391
Activos com acordo de recompra	13				28.387	28.387
Activos não correntes detidos para venda	14	3.639		3.639	2.657	2.657
Propriedades de investimento	15	17.601		17.601	9.184	9.184
Outros activos tangíveis	16	17.190	4.222	12.968	13.605	13.605
Activos intangíveis	17	8.375	4.665	3.710	4.070	4.070
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18	1.220		1.220	1.230	1.230
Activos por impostos correntes	19	5.109		5.109	1.012	1.012
Activos por impostos diferidos	19	12.543		12.543	4.227	4.227
Outros activos	20 e 26	27.356	328	27.028	12.604	12.604
Total de Activo		1.117.542	24.249	1.093.293	1.339.229	1.339.229
Recursos de bancos centrais	21			313.268	287.179	287.179
Passivos financeiros detidos para negociação	22			75.198	118.027	118.027
Recursos de outras instituições de crédito	23			308.702	500.794	500.794
Recursos de clientes e outros empréstimos	24			246.152	292.597	292.597
Responsabilidades representadas por títulos	25			182		
Provisões	26			305	60	60
Passivos por impostos correntes	19			3.559	4.098	4.098
Passivos por impostos diferidos	19				3	3
Outros passivos subordinados	27			17.821	30.033	30.033
Outros passivos	28			38.852	28.952	12.253
Total de Passivo				1.004.039	1.261.743	1.245.044
Capital	29			85.000	55.000	55.000
Reservas de reavaliação	29			(24.408)	(7.372)	(7.372)
Outras reservas e resultados transitados	29			27.566	19.480	19.480
Resultado do exercício	29			(887)	8.182	8.182
Interesses que não se controlam	29			1.983	2.196	18.895
Total de Capital				89.254	77.486	94.185
Total de Passivo e Capital				1.093.293	1.339.229	1.339.229

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Juros e rendimentos similares	30	50.718	41.810	41.810
Juros e encargos similares	30	40.500	27.440	27.440
Margem Financeira		10.218	14.370	14.370
Rendimentos de instrumentos de capital	31	496	407	407
Rendimentos de serviços e comissões	32	19.045	26.134	26.134
Encargos com serviços e comissões	32	(2.473)	(4.678)	(4.678)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	1.091	(4.719)	(4.719)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	(2.920)	1.149	1.149
Resultados de reavaliação cambial	33	4.868	3.435	3.435
Resultados de alienação de outros activos		(1)	(5)	(5)
Outros resultados de exploração		(121)	406	(177)
Produto bancário		30.203	36.499	35.916
Custos com pessoal	34	(12.026)	(11.388)	(11.388)
Gastos gerais administrativos	35	(8.256)	(9.425)	(9.425)
Depreciações e amortizações	16 e 17	(1.382)	(1.223)	(1.223)
Provisões líquidas de reposições e anulações	26	89	1.464	1.464
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	26	(6.895)	(3.536)	(3.536)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	26	(594)	(118)	(118)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26	(457)	97	97
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	18	45	(25)	(25)
Resultado antes de impostos		728	12.345	11.762
Impostos				
Correntes	19	(4.270)	(4.604)	(4.604)
Diferidos	19	2.733	520	520
Resultado após impostos		(809)	8.261	7.678
Interesses Minoritários	29	(77)	(79)	504
Resultado líquido do exercício		(887)	8.182	8.182
Número de acções em circulação		17.000.000	11.000.000	11.000.000
Resultado por acção (€/acção)	36	-0,05	0,74	0,74

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Resultado líquido	29	(887)	8.182
Ganhos/perdas de justo valor de activos financeiros disponiveis para vend	29	(17.036)	(5.156)
Total do rendimento integral, liquido de impostos	29	<u>(17.924)</u>	<u>3.026</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE VARIÁÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares Euros)

	Notas	capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do exercício	Interesses que não se controlam	Total do Capital
Saldos em 31.12.2009	29	55.000	(2.216)	16.170	(404)	3.714	2.111	74.375
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferecia para reservas e resultados transitados				3.714		(3.714)		3.026
Rendimento integral			(5.156)			8.182		16.784
Operações com interesses que não se controlam							16.784	
Outras variações de capital próprio								
Saldos em 31.12.2010	29	55.000	(7.372)	19.884	(404)	8.182	18.895	94.185
Impacto da alteração política contabilística dos interesses minoritários							(16.699)	(16.699)
Saldos em 31.12.2010 Reexpresso	29	55.000	(7.372)	19.884	(404)	8.182	2.196	77.486
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferecia para reservas e resultados transitados				8.182		(8.182)		
Aumento de capital		30.000						30.000
Rendimento integral			(17.036)			(887)		(17.923)
Operações com interesses que não se controlam				(96)			(213)	(309)
Outras variações de capital próprio								
Saldos em 31.12.2011	29	85.000	(24.408)	27.970	(404)	(887)	1.983	89.254

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Montantes expressos em milhares de euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
ACTIVIDADE OPERACIONAL			
Resultados de Exploração:			
Resultado líquido do exercício		(887)	8.182
Perdas por imparidade		7.946	3.556
Provisões do exercício		(89)	
Amortizações do Exercício		1.382	1.223
Dotação para impostos do exercício		1.538	4.257
Interesses minoritários		(183)	16.785
Derivados (líquido)		(9.164)	
Dividendos reconhecidos		(496)	(407)
Juros pagos de Passivos subordinados		789	579
Outros		<u>(2.613)</u>	<u>(7.906)</u>
		<u>(1.777)</u>	<u>26.269</u>
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros detidos para negociação		36.786	(80.706)
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros ao justo valor através de resultados		65.206	31.712
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros disponíveis para venda		7.900	(181.827)
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito		(46.668)	(12.564)
(Aumento)/Diminuição de Crédito a Clientes		21.032	(44.377)
(Aumento)/Diminuição de Investimentos detidos até à maturidade		21.072	20.008
(Aumento)/Diminuição de Activos com acordo de recompra		28.387	(28.387)
(Aumento)/Diminuição de Activos não correntes detidos para venda		(250)	(2.656)
(Aumento)/Diminuição de Outros activos		(5.989)	(9.763)
(Aumento)/Diminuição de Passivos financeiros detidos para negociação		8.656	56.400
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Outras Instituições de Crédito		(192.092)	270.056
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Clientes e outros empréstimos		(46.445)	14.157
(Aumento)/Diminuição de Responsabilidades representadas por títulos		(182)	
(Aumento)/Diminuição de Outros passivos subordinados			5
(Aumento)/Diminuição de Outros Passivos		46.172	(11.338)
Impostos sobre o rendimento		(14.645)	355
Outros		<u>(71.060)</u>	<u>21.075</u>
Fluxos de caixa da actividade operacional		<u>(72.837)</u>	<u>47.344</u>
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de subsidiárias/associadas			(1.230)
Aquisição de Activos Tangíveis		(113)	(426)
Alienação de Activos Tangíveis		33	-
Aquisição de Activos Intangíveis		(296)	(582)
Dividendos recebidos		<u>92</u>	<u>407</u>
Fluxos de caixa da actividade de investimento		<u>(284)</u>	<u>(1.830)</u>
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Emissão de acções		30.000	
Emissão de passivos subordinados		150.000	
Juros pagos de passivos subordinados		(789)	(579)
Aquisição de passivos emitidos		<u>(162.189)</u>	
Fluxos de caixa da actividade de financiamento		<u>17.022</u>	<u>(579)</u>
TOTAL		<u>(56.099)</u>	<u>44.936</u>
VARIAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no início do período		93.137	48.200
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>37.038</u>	<u>93.137</u>
		<u>(56.099)</u>	<u>44.936</u>
Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	5	21	1
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais	5	997	2.216
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito	6	36.020	90.920
Cheques a cobrar			
		<u>37.038</u>	<u>93.137</u>
O Técnico Oficial de Contas			O Conselho de Administração

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco de Investimento, SA (Sociedade) resultou da cisão, efectuada em 15 de Dezembro de 2000, da Ascor Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, SA e da qual resultou, igualmente, a constituição de uma nova sociedade corretora denominada Banif Ascor – Sociedade Corretora, SA. A maioria das participações detidas pelo Grupo Banif em sociedades cujo objecto social principal fosse constituído por actividades ligadas à banca de investimento, foram, nessa data, transferidas para esta nova Sociedade.

Nesse contexto, o Banif – Banco de Investimento, SA, na sua constituição passou a deter a totalidade do capital social das sociedades Banif Ascor – Sociedade Corretora, SA, Banif Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA e Banif Imo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, a maioria do capital social da Banifundos Cisalpina - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA e uma participação significativa no capital social da Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Por escritura pública, outorgada em 30 de Dezembro de 2002, procedeu-se à fusão, por incorporação, no Banif – Banco de Investimento, SA das sociedades Banif Ascor – Sociedade Corretora, SA e Banif Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA, tendo os efeitos contabilísticos desta fusão sido reportados a 1 de Janeiro de 2002.

Em Fevereiro de 2003 o Banif – Banco de Investimento, SA adquiriu à Cisalpina Gestioni 30% do Capital Social da Banifundos Cisalpina - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, passando a deter a totalidade do capital social desta sociedade, que, em conformidade, alterou a sua designação social para Banifundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA.

Por escritura pública, outorgada em 30 de Dezembro de 2003, procedeu-se à fusão, por incorporação, na Banifundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA da sociedade Banif Imo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, tendo os efeitos contabilísticos desta fusão sido reportados a 1 de Janeiro de 2003. No âmbito desta fusão a denominação social da sociedade incorporante foi alterada para Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA.

As acções do Banif – Banco de Investimento, SA são 100% detidas pela Banif Investimentos-SGPS, S.A., sub-holding do Banif Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif, SGPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumprem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Em 30 de Março de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade reviu e aprovou o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2011 e demais Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Em 30 de Março de 2012 o Conselho de Administração aprovou globalmente o Relatório de Gestão o qual, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será submetido à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 30 de Abril de 2012.

2. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2011

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (EU) verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, as quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Melhorias do Ano 2010

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- enfatiza a interacção que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respectivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.

- remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

Na nota 42 encontram-se as novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1. Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards) tal como adoptadas na União Europeia, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas na União Europeia, diferem da versão integral das IFRS, conforme publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no que respeita à eliminação de certas restrições no que se refere à aplicação de contabilidade de cobertura do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização”.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2. Informação comparativa

Conforme referido na nota 3.19, foram integrados no perímetro de consolidação fundos de investimento mobiliário e imobiliário em que o banco detém mais de 50% das unidades de participação em 31 de Dezembro de 2010. A parte correspondente ao valor das unidades de participação não detidas pelo grupo foi apresentada na rubrica de interesses que não controlam. Contudo, aprofundado o entendimento do disposto na IAS 32, nomeadamente AC 29 A e BC 68, conclui-se ser mais adequado passar a apresentar o valor das unidades de participação não detidas pelo grupo como passivo - outros passivos (Nota 28). Assim, procedeu-se à reexpressão dos comparativos reclassificando o valor de 16.700 milhares de euros de Interesses que não controlam para Outros Passivos.

3.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banif – Banco de Investimento, SA e entidades por si controladas (denominadas “subsidiárias”). Considera-se que existe controlo sempre a Sociedade tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Banif – Banco de Investimento, SA.

Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

3.4. Investimentos em associadas

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam subsidiárias. Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. O goodwill originado na aquisição fica

reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

Os investimentos em associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.5. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais e depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro.

3.6. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.7. Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (marked to market) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (marked to model). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo e prolongado” requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% por mais de 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

3.8. Instrumentos financeiros

3.8.1. Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.8.2. Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento ou recebimento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subseqüentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (fair value option), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

1. A designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
2. Os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
3. O instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preços de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes da Sociedade.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço (se existentes), subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (write-off), quando não há expectativas realistas de recuperação desses montantes, incluindo através das garantias associadas (colaterais).

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são

reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados (se existentes) e subsequente valorizados ao custo amortizado usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Repo's e Reverse repo's

Os repo's são vendas de activos financeiros, que tem associado um acordo de compra numa data futura. O montante recebido da venda (financiamento) tem subjacente uma taxa juro (“Repo rate”). O valor do financiamento é registado na rubrica de recursos de outras instituições de crédito pelo valor contrato que corresponde à contraprestação recebida líquida, os juros a pagar são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização sendo registados em juros e encargos similares. Os títulos ficam custodiados na contraparte como garantia do financiamento.

Os reverse repo's são compras de activos financeiros, que tem associado um acordo de revenda numa data futura por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço. O valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado, os juros a receber são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização sendo registados em juros e encargos similares.

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

1. No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;
2. No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

A Sociedade avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente a Sociedade avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões”. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões” acima referida.

Derivados

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (fair value option).

Os resultados da mensuração subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de mensuração ao justo valor do instrumento coberto na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Os instrumentos derivados têm sido utilizados no Grupo, principalmente para cobertura do risco de operações de derivativos com clientes: são contratados derivativos OTC (cross currency swap, interest rate swap, equity swap, etc.) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado.

Nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

3.8.3. Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

1. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
2. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
3. Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

3.9. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

A Sociedade regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de Investimento".

3.10. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço. Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídos nos resultados do ano a que respeitam.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.11. Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui as obras em imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades no estrangeiro. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, reavaliado de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzido de subseqüentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subseqüentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

3.12. Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra em 3 anos.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.13. Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.15. Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

3.16. Comissões por serviços prestados

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

3.17. Dividendos

Os dividendos obtidos são reconhecidos quando estabelecido o direito o seu recebimento.

Os dividendos distribuídos aos accionistas são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

3.18. Interesses que não se controlam

Valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica de Interesses que não se controlam, incluída no Capital Próprio.

3.19. Empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Nome da Entidade	Sede	Detentor do Capital	31-12-11		31-12-10	
			% Participação Efectiva	% Interesse Minoritários	% Participação Efectiva	% Interesse Minoritários
Banif Capital	Portugal	Sociedade	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
BIAM	Ilhas Cayman	Sociedade	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão de Activos	Portugal	Sociedade	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
World Vilas	Portugal	Sociedade	100,00%	0,00%	-	-
Centro Venture	Portugal	Sociedade	0,00%	0,00%	51,00%	49%
Gamma	Portugal	Sociedade	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Multifund	Ilhas Cayman	BIAM	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Açor Pensões	Portugal	Sociedade	54,00%	46%	51,00%	49%
Ecoprogresso - Trading	Portugal	Sociedade	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Banif Europa de Leste	Portugal	Sociedade	61,16%	38,84%		
Banif Fortuny	Portugal	Sociedade	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Investimento Conservador	Portugal	Sociedade	68,98%	31,02%	62,29%	37,71%
Banif Iberia	Portugal	Sociedade	-	-	50,00%	50,00%
Art Invest	Portugal	Sociedade	62,58%	37,42%	62,58%	37,42%
Infra Invest - FEI	Portugal	Sociedade	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Banif Gestão Patrimonial	Portugal	Sociedade	82,07%	17,93%	69,13%	30,87%
Banif Gestão Activa	Portugal	Sociedade	80,59%	19,41%	53,69%	46,31%
Banif Investimento Moderado	Portugal	Sociedade	70,14%	29,86%	59,10%	40,90%
Turirent	Portugal	Sociedade	100,00%	0,00%	-	-

4. RELATO POR SEGMENTOS

No relato por segmentos da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2011, o reporting primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem Corporate Finance, Negociação e Vendas, Corretagem, Banca de Retalho, Banca Comercial, Pagamentos e Liquidações, Custódia, Gestão de Activos e outras actividades.

A divisão efectuada pelos diversos processos de negócio foi efectuada tendo em conta a natureza dos processos, similaridade dos mesmos, a organização e processos de gestão em vigor na Sociedade.

4.1. Segmentos de negócio

Segmentos de negócios em 31 de Dezembro de 2011:

	Banca Comercial	Banca retalho	Corporate Finance	Corretagem	Custódia	Gestão Activos	Outros	Trading Sales	TOTAL
Juros e rendimentos similares	14.648	1.453	7.031			271	(8)	27.323	50.718
Juros e encargos similares	11.254	1.004	6.250			3.718	977	17.297	40.500
Margem Financeira	3.394	449	781			(3.447)	(985)	10.026	10.218
Rendimentos de instrumentos de capital						(304)	800		496
Rendimentos de serviços e comissões	1.023	358	3.105	791	137	11.802	1.447	382	19.045
Encargos com serviços e comissões			(3)	(216)		(2.157)	231	(328)	(2.473)
Result. de activos e passivos aval. ao justo valor através de result.	(557)	277	(12)	(22)		(4.749)	(2.177)	8.331	1.091
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(196)	(6)				(1.305)	(1.900)	487	(2.920)
Resultados de reavaliação cambial	6	4	2			8	527	4.321	4.868
Resultados de alienação de outros activos				(1)					(1)
Outros resultados de exploração		1	(23)	(7)	14	315	(421)		(121)
Produto bancário	3.670	1.083	3.850	545	151	163	(2.478)	23.219	30.203
Custos com pessoal	(785)	(771)	(1.016)	(825)	(42)	(5.958)	(1.461)	(1.168)	(12.026)
Gastos gerais administrativos	(635)	(534)	(666)	(882)	(67)	(2.781)	(946)	(1.745)	(8.256)
Amortizações do exercício	(100)	(92)	(119)	(89)	(14)	(245)	(417)	(306)	(1.382)
Provisões líquidas de reposições e anulações							89		89
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(2.393)	(11)	(4.436)		(55)				(6.895)
Imparidade de outros activos financ. líquida de reversões e recup.							(493)	(101)	(594)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(50)	6	(22)		(2)	(389)			(457)
Result. de associadas e empreend. Conj. (equivalência patrimonial)						45			45
Resultado antes de impostos	(293)	(319)	(2.409)	(1.251)	(29)	(9.165)	(5.706)	19.899	727
Correntes	(64)	(12)	(250)	(110)	(3)	(1.578)	(549)	(1.704)	(4.270)
Diferidos	359	4	36	38	11	479	1.209	597	2.733
Resultado após impostos	2	(327)	(2.623)	(1.323)	(21)	(10.264)	(5.046)	18.792	(810)
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas									
Interesses Minoritários						(77)			(77)
Resultado líquido do exercício	2	(327)	(2.623)	(1.323)	(21)	(10.341)	(5.046)	18.792	(887)

Segmentos de negócios em 31 de Dezembro de 2010:

	Banca Comercial	Banca retalho	Corporate Finance	Corretagem	Custódia	Gestão Activos	Outros	Trading Sales	TOTAL
Juros e rendimentos similares	4.531	372	2.451			524	23	33.909	41.810
Juros e encargos similares	2.133	(227)	(250)	(1)		(2.345)	(2.070)	(24.680)	(27.440)
Margem Financeira	6.664	145	2.201	(1)		(1.821)	(2.047)	9.229	14.370
Rendimentos de instrumentos de capital	(95)					328	91	83	407
Rendimentos de serviços e comissões	1.241	93	4.516	1.317	118	15.379	2.036	1.434	26.134
Encargos com serviços e comissões	17		(129)	(441)		(3.216)	(329)	(580)	(4.678)
Resultados de activos e passivos aval. ao justo valor através de result.	(855)	418	554	(14)		(1.019)	842	(4.645)	(4.719)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(160)					164	154	991	1.149
Resultados de reavaliação cambial	8					68		3.359	3.435
Resultados de alienação de outros activos				(5)					(5)
Outros resultados de exploração	44		(79)	1	34	513	(107)		406
Produto bancário	6.864	656	7.063	857	152	10.396	640	9.871	36.499
Custos com pessoal	(948)	(1.025)	(1.378)	(968)	(115)	(3.301)	(1.694)	(1.959)	(11.388)
Gastos gerais administrativos	(606)	(549)	(713)	(1.184)	(84)	(3.283)	(982)	(2.024)	(9.425)
Amortizações do exercício	(82)	(85)	(107)	(120)	(14)	(264)	(367)	(184)	(1.223)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(205)	(42)					212	1.499	1.464
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(581)	1	(2.769)				(108)	(79)	(3.536)
Imparidade de outros activos financ. líquida de reversões e recup.	7		40			2	(178)	11	(118)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações								97	97
Resultados de associadas e empreend. Conj. (equival. patrimonial)						(25)			(25)
Resultado antes de impostos	4.449	(1.044)	2.136	(1.415)	(61)	3.525	(2.477)	7.232	12.345
Correntes	(155)	(132)	(850)	(198)	(2)	(1.503)	(450)	(1.314)	(4.604)
Diferidos	53	45	252	68	1	453	(804)	452	520
Resultado após impostos	4.347	(1.131)	1.538	(1.545)	(62)	2.475	(3.731)	6.370	8.261
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas									
Interesses Minoritários						(80)		1	(79)
Resultado líquido do exercício	4.347	(1.131)	1.538	(1.545)	(62)	2.395	(3.731)	6.371	8.182

4.2. – Segmentos geográficos

A Sociedade desenvolve toda a sua actividade em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	21	1
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	997	2.216
	-----	-----
	1.018	2.217
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos à ordem		
· No País	35.373	12.294
· No Estrangeiro	647	78.626
	-----	-----
	36.020	90.920
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Carteira de títulos	34.841	71.407
Instrumentos derivados com justo valor positivo	72.513	114.834
	-----	-----
	107.354	186.241
	=====	=====
Imparidade (nota 26)	(114)	-
	-----	-----
	107.240	186.241
	=====	=====

Esta rubrica é composta por instrumentos financeiros derivados, que se encontram na sua totalidade classificados como detidos para negociação. O justo valor negativo corresponde aos derivados que se encontram registados na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação (nota 22).

Descrição	Moeda	Notional	2011 Justo Valor		2010 Justo Valor	
			positivo	negativo	positivo	negativo
Currency Forwards	EUR	63.354	1.661	2.344	9.595	9.046
Cross Currency Interest Rate Swaps	EUR	19.652	857	850	697	695
Credit Default Swap	EUR	285.800	50.795	46.717	71.162	68.407
Equity Swaps	EUR					
Interest Rate Swaps	EUR	232.704	15.104	12.569	33.380	30.793
Total Return Swaps	EUR					730
Caps e floors	EUR					
Swaptions	EUR					
Commodities	EUR					
Opções	EUR	(4.637)	4.008	4.008		
Currency Swaps	EUR	22.627	88	54		
TOTAL			72.513	66.542	114.834	109.671

Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2011:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				19.509
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OT-5% 15 Junho/2012	EUR	120.000	0,95	115
PORTB 0 03/23/12	EUR	100.000	0,99	99
PORTB 0 05/18/12	EUR	29.000	0,98	28
OT-5% 15 Junho/2012	EUR	120.000	0,95	115
PORTB 0 05/18/12	EUR	27.000	0,98	26
De outros residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BANIF SA	EUR	10.000	0,45	5
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	USD	39.000	1,90	58

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
FED REPUBLIC OF BRASIL 27	USD	161.000	1,67	209
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/13	USD	62.000	1,14	55
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	USD	11.000	1,33	12
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	28.000	1,40	31
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	478.000	1,19	450
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	200.000	1,18	135
REPUBLIC OF BRAZIL 01/10/2028	BRL	565.000	1,15	279
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	108.000	1,19	101
ITAU UNIBANCO HOLDING SA 04/15/20	USD	150.000	1,05	123
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	EUR	137.000	0,99	137
SPCB 3.25 04/16	EUR	40.000	0,96	38
BOTS 0% 11/15/12	EUR	30.000	0,97	29
BOTS 0% 05/31/12	EUR	18.000	0,99	18
US Treasury 0.375 12	USD	560.000	1,00	43
SPCB 3.25 04/16	EUR	27.000	0,96	26
BOTS 0% 11/15/12	EUR	28.000	0,97	27
BOTS 0% 05/31/12	EUR	17.000	0,99	17
US Treasury 0.375 12	USD	60.000	1,00	46
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	USD	425.000	1,22	401
EURO INVEST LIMITED 5 12/29/49	EUR	110.000	0,80	88
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	USD	360.000	1,27	365
CSN ISLANDS VIII CORP	USD	35.000	1,12	30
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	EUR	195.000	1,07	211
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	25.000	1,13	22
CSN ISLANDS IX CORP	USD	77.000	1,09	68
PEMEX PROJ FDC MASTER TR	EUR	82.000	0,93	80
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	USD	46.000	1,11	40
BANCO BMC 9.1501/15/2016	USD	100.000	0,95	77
PEMEX PROJ FDC MASTER TR	USD	20.000	1,14	18
GOL FINANCE	USD	520.000	0,81	334
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	USD	185.000	1,10	157
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	USD	292.000	1,08	254
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	USD	250.000	1,07	213
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	USD	160.000	1,11	139
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	USD	10.000	1,13	9
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	USD	150.000	1,13	132
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	250.000	0,79	153
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	USD	45.000	1,09	39
REDE EMPRESAS DE ENERCI A 04/02/2049	USD	659.000	0,83	437
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	BRL	80.000	1,00	34
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	BRL	250.000	1,03	109
MORGAN STANLEY 05/03/2017	BRL	22.000	0,91	8
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	USD	235.000	1,00	61

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
SADIA OVERSEAS LTD 05/24/2017	USD	100.000	1,07	83
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	USD	280.000	1,08	240
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	BRL	25.000	1,06	11
ODEBRECHT FINANCE LTD 10/18/2017	USD	9.000	1,08	8
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	USD	60.000	1,10	52
BRASKEM FINANCE SA	USD	65.000	1,11	56
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 03/01/2018	USD	8.000	1,10	7
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	80.000	1,19	75
AMBEV INTL FINANCE CO 9 1/2 07/17	BRL	350.000	1,05	158
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	USD	149.000	1,14	134
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	USD	356.000	1,12	318
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	USD	105.000	1,06	88
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	USD	9.000	1,07	8
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 10/49	USD	50.000	1,16	45
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	USD	145.000	1,07	122
BANCO PANAMERICANO SA 7 10/26/12	USD	25.000	1,03	20
GERDAU HOLDINGS INC	USD	8.000	1,05	7
BANCO CRUZEIRO 8 1/2 02/15	USD	40.000	0,74	24
PETROBRAS INTL FINANCE CO 01/40	USD	343.000	1,15	314
BANCO DAYCOVAL SA 03/15	USD	100.000	1,00	79
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 03/15	USD	100.000	1,02	80
PETROBRAS INTL FINANCE CO	USD	1.925.000	1,07	1.628
VALE OVERSEAS LIMITED 11/39	USD	185.000	1,14	164
BANCO BMG SA	USD	145.000	0,94	107
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/15	USD	150.000	1,03	122
SANTANDER BRASIL 4 1/2 10/15	USD	440.000	0,97	334
BANCO ABC-BRASIL SA 7 7/8 04/20	USD	304.000	0,97	232
BANCO FIBRA SA	USD	100.000	1,00	78
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO BRASIL	EUR	1.615.000	0,98	1.604
BANCO MERCANT DO BRASIL 9 5/8 07/20	USD	49.000	1,01	40
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	USD	10.000	1,04	8
BANCO PANAMERICANO 5 1/2 08/15	USD	100.000	0,99	78
PETROLEOS MEXICANOS	EUR	275.000	1,04	301
TELEMAR N LESTE SA 5 1/2 10/20	USD	963.000	0,99	744
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 1/2 49-15	USD	50.000	0,98	38
CSN ISLANDS XII 7 12/23/49	USD	161.000	0,97	120
ITAU UNIBANCO HLDC SA/KY 01/21	USD	688.000	1,01	552
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA 02/15	USD	50.000	0,58	23
BRASKEM FIN LTD BRASKM7 3/8 12/49	USD	25.000	1,00	20
BANCO DO BRASIL 5 3/8 01/21	USD	132.000	1,00	105
BR PROPERTIES SA BRPRSA9 12/49-15	USD	530.000	1,00	418
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	USD	170.000	1,01	132
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 03/15	USD	150.000	1,07	125
BANCO IND E COM BIC5 1/4 10/25/15	USD	80.000	0,96	60
COSAN OVERSEAS COSAN 8 1/4 49-15	USD	90.000	1,00	71
BANCO DO NORDEST NORBRA3 5/8 11/15	USD	310.000	1,00	240
ODEBRECHT VIII/I ODEBRE6.35 21-20	USD	70.000	1,03	56

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
ANHEUSER-BUSCH ABIBB 9 3/4 11/15	BRL	100.000	1,06	44
MORGAN ST & CO MS11 1/2 10/22/20	BRL	1.000.000	0,96	405
SANEAMENTO BASIC SABESP6 1/4 20-18	USD	600.000	1,03	478
BANCO BMG SA 6 1/2 03/14	USD	48.000	0,92	35
ENERGISA SA ENGIBZ9 1/2 01/49	USD	85.000	1,04	69
PETROBRAS INTL PETBRA 3 7/8 01/16	USD	50.000	1,03	40
BANCO BRASIL (CI) BANBRA4 1/2 01/16	EUR	500.000	0,99	514
BANCO VOTORANTIM 5 1/4 02/16	USD	27.000	1,01	21
GLOBO COMUNICACOES PART 6 1/4 49-15	USD	100.000	1,05	82
BANCO BMG8 04/15/18	USD	200.000	0,86	136
CIMENTO TUPI SA 9 3/4 05/18	USD	30.000	1,02	24
BANCO FIBRA SA 5 7/8 05/14	USD	500.000	1,01	403
BANCO VOTORANTIM 6 1/4 05/16	BRL	135.000	1,02	57
BANCO SAFRA SA 3 1/2 05/14	USD	1.000.000	1,00	774
BANCO BRASL 5 7/8 01/22	USD	50.000	1,01	40
OCX PETROLEO E C 8 1/2 06/18	USD	100.000	0,98	77
BANCO BRADESCO CAYMAN 4 1/8 05/16	USD	200.000	1,01	157
BANCO PACTUAL/KY 4 7/8 07/16	USD	200.000	0,99	156
BANQUE SAFRA LUX 10 01/15	BRL	470.000	1,00	205
BRASIL TELECOM 9 3/4 09/16	BRL	185.000	0,98	77
BANCO BRASL 3 7/8 01/17	USD	150.000	0,99	114
CENT ELET BRASIL 5 3/4 10/21	USD	300.000	1,04	244
BRCORO 4.797% 13	EUR	20.000	0,85	17
BCP Finance 02/12	EUR	20.000,0	0,98	20
BESPL Float 03/12	EUR	20.000,0	0,98	20
BBVASM Float 01/13	EUR	23.000,0	0,97	22
SANTAN Float 01/13	EUR	23.000,0	0,97	22
Telefonica 4.967% 16	EUR	20.000,0	1,00	20
UCGIM Float 07/12	EUR	22.000,0	0,99	22
ISPIM 2.625 12/12	EUR	25.000	0,97	24
BRCORO 4.797% 13	EUR	20.000	0,85	17
BCP Finance 02/12	EUR	20.000,0	0,98	20
BESPL Float 03/12	EUR	20.000,0	0,98	20
BBVASM Float 01/13	EUR	22.000,0	0,97	21
SANTAN Float 01/13	EUR	22.000,0	0,97	21
Telefonica 4.967% 16	EUR	20.000,0	1,00	20
UCGIM Float 07/12	EUR	18.000,0	0,99	18
ISPIM 2.625 12/12	EUR	25.000	0,97	24
2 - Instrumentos de capital				14.676
Emitidos por residentes				
IMPRESA SGPS	EUR	100	0,47	0
BANIF SGPS SA	EUR	152.146	0,34	52
Cipan	EUR	27.451	0,18	5
Banif Imogest	EUR	9.447	37,53	355
B.Euro Accoes	EUR	246.842	1,47	363

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
B.Euro Accoes	EUR	399.730	1,47	588
B.Euro Accoes	EUR	7.506	1,47	11
Banif Iberia	EUR	2.154	4,97	11
B.Euro Tesouraria	EUR	4.878	7,56	37
B.Euro Accoes	EUR	5.282	1,47	8
Banif Iberia	EUR	4.729	4,97	23
Emitidos por não residentes				
PARMALAT FINANZIARIA SPA	EUR	30.000	0,00	0
OCEAN RIC UDW	USD	1	12,20	0
AMERICAN INTERNATIONAL - CU21	USD	1	5,51	0
DAX EX	EUR	70	53,99	4
Fine Art Fund	USD	18.170	86,97	1.221
AVIVA CENT EUROP FUN	EUR	1.449.969	0,86	1.247
Lyxor ETF East Europ	EUR	4.600	14,84	68
SCHRODER CONVERG EUR	EUR	10.010	16,49	165
DWS RUSSIA	EUR	531	178,64	95
PICTET EASTERN EUR R	EUR	734	277,26	204
RAIFF EASTER EURO EQ	EUR	757	248,42	188
AVIVA CENT EUROP FUN	EUR	896.285	0,86	771
GREFF- EURO R EST A	EUR	2.541	76,89	195
JPM Greater China	USD	94.087.457	0,01	782
Pictet US Equi Sel R	USD	1.151	110,82	99
FRANKLIN MUTUAL BEAC	USD	7.348	23,45	133
MELLON GLOBAL FUND	USD	47.528	1,53	56
FIDELITY AMERIC USD	USD	18.340	4,83	68
JP MORGAN EUROP PROP	EUR	4	5.553,30	22
BELM Asset Based B+	USD	7.837		
DB GLOB MAST SER4-05	EUR	238	128,15	31
DB GLOB MAST L 07/07	EUR	836	95,09	79
PREFF-PAN EURO R EST	EUR	29.750	82,90	2.466
AVIVA CENT EUROP FUN	EUR	4.403.427	0,86	3.787
JPM Greater China	USD	93.627.705	0,01	778
BELM Asset Based Len	USD	39.401		
BELM RX SPC FI DEC08	USD	1.909	80,82	119
DB GLOB MAST SER4-05	EUR	2.170	128,15	278
DB GLOB MAST L 07/07	EUR	1.988	95,09	189
Lyxor ETF MSCI Emerg	EUR	530	6,99	4
AXA World Fund "A"	USD	102	100,67	8
DWS Euro Corp High	EUR	118	32,10	4
WESTAM-EU HIGH YIE B	EUR	470	17,42	8
PICTET EUR HIGH YIEL	EUR	27	151,58	4
Pictet US Equi Sel R	USD	147	110,82	13
FRANKLIN MUTUAL BEAC	USD	593	23,45	11
Allianz RCM US Eq.US	USD	220	104,57	18
Allianz RCM EU Eq AT	EUR	24	158,27	4
SPDR Trust series 1	USD	40	126,05	4

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
AXA World Fund "A"	USD	143	100,67	11
Schroder Emerg Mkt	USD	545	10,16	4
DWS Euro Corp High	EUR	228	32,10	7
WESTAM-EU HIGH YIE B	EUR	376	17,42	7
PICTET EUR HIGH YIEL	EUR	48	151,58	7
PICTET EMERGING MKTS	USD	7	445,84	3
Pictet US Equi Sel R	USD	142	110,82	12
FRANKLIN MUTUAL BEAC	USD	862	23,45	16
Allianz RCM US Eq.US	USD	230	104,57	19
Allianz RCM EU Eq AT	EUR	88	158,27	14
3 - Outros				657
Emitidos por residentes				
CIA SEC ACORES SA 17/12/2017	EUR	685.000	0,78	535
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	EUR	134.000	0,91	122
Total				34.841

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	08-05-2012	61
BANCO PANAMERICANO SA 7 10/26/12	26-10-2012	20
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO BRASIL	26-03-2012	1.604
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	30-12-2012	122
OT-5% 15 Junho/2012	15-06-2012	115
PORTB 0 03/23/12	23-03-2012	99
PORTB 0 05/18/12	18-05-2012	28
OT-5% 15 Junho/2012	15-06-2012	115
PORTB 0 05/18/12	18-05-2012	26
BOTS 0% 11/15/12	15-11-2012	29
BOTS 0% 05/31/12	31-05-2012	18
US Treasury 0.375 12	31-08-2012	43
BOTS 0% 11/15/12	15-11-2012	27
BOTS 0% 05/31/12	31-05-2012	17
US Treasury 0.375 12	31-08-2012	46
BCP Finance 02/12	02-06-2012	20
BESPL Float 03/12	19-03-2012	20
UCGIM Float 07/12	18-07-2012	22
ISPIM 2.625 12/12	04-12-2012	24
BCP Finance 02/12	02-06-2012	20
BESPL Float 03/12	19-03-2012	20
UCGIM Float 07/12	18-07-2012	24
ISPIM 2.625 12/12	04-12-2012	5
TOTAL		<u>2.524</u>

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2011:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				43.342
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	EUR	43.400.000	0,97	43.278
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	EUR	0	0,85	0
PCB 4 3/8 06/16/14 JUN	EUR	80.000	0,78	64
2 - Instrumentos de capital				54.000
Emitidos por residentes				
GALERIAS NAZONI	EUR	750		
BANIF IMOPREDIAL	EUR	1.389.133	7,48	10.391
BANIF IMOPREDIAL	EUR	1.545.000	7,48	11.557
FUNDO CAPITAL RISCO CAPVEN	EUR	431	1.516,03	653
PORTO NOVO F.I.I.F.	EUR	20.788	97,65	2.030
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII (CL B)	EUR	40.000	56,81	2.273
BANIF GLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	EUR	1.000.000	0,64	642
NEW ENERGY FUND	EUR	177	24.236,25	4.290
INFRA INVEST - FEI ABERTO	EUR	60.980	41,30	2.519
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	EUR	569	4.188,57	2.383
Emitidos por não residentes				
SHOTGUN PICTURES	EUR	10.000		
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	EUR	31.690	112,89	3.577
BANIF US REAL ESTATE FUND CLASS	USD	126.845	116,05	11.377
GED SUR FCR-CL A	EUR	100	46,15	5
GED SUR FCR-CL B	EUR	49.900	46,15	2.303
Total				97.342

O valor do Balanço dos instrumentos de dívida corresponde ao valor de cotação e aos juros corridos.

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	15-06-2012	43.278
TOTAL		43.278

9. ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2011:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				107.717
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	EUR	20.500.000	0,97	20.442
PGB 3,35 10/15/15	EUR	330.000	0,70	233
PGB 3,35 10/15/15	EUR	19.670.000	0,70	13.890
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	EUR	5.000.000	0,58	2.966
OBRIGACOES DO TESOURO 4.8 06/15/20	EUR	24.655.000	0,53	13.797
OBRIGACOES DO TESOURO 6.4 02/15/16	EUR	9.370.000	0,72	7.297
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	1.000.000	1,14	887
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	EUR	3.250.000	1,03	3.518
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	EUR	1.000.000	1,00	1.037
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	EUR	2.500.000	1,06	2.756
LLOYDS BANK TSB BANK PLC 5 3/8	EUR	2.500.000	0,95	2.418
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	EUR	1.000.000	0,84	848
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	EUR	500.000	0,89	452
ABERTIS INFRAESTRUCTURAS 10/16	EUR	500.000	0,96	482
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	EUR	500.000	0,97	491
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	EUR	1.000.000	0,93	938
TELEFONICA EMISIONES SAU	EUR	2.000.000	0,92	1.852
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	EUR	500.000	1,02	510
VIVENDI 4 7/8 12/19	EUR	500.000	1,02	510
EDP FINANCE BV 3 1/4 03/15	EUR	3.000.000	0,82	2.537
GOLDMAN SACHS GROUP INC 03/17	EUR	2.000.000	0,93	1.925
GLENCORE FINANCE EUROPE	EUR	750.000	1,00	781
VALE SA	EUR	1.500.000	1,02	1.577
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	USD	800.000	0,92	579
INTESA SANPAOLO SPA	EUR	2.000.000	0,88	1.761
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	EUR	1.000.000	0,98	1.018
GAS NATURAL CAPITAL 4 1/8 01/18	EUR	1.000.000	0,93	972
DAIMLER AG 4 1/8 01/17	EUR	1.500.000	1,06	1.652
VODAFONE GROUP PLC 01/22	EUR	3.000.000	1,10	3.438
BARCLAYS BANK PLC 01/17	EUR	4.500.000	0,98	4.594
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	EUR	1.000.000	0,80	845
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	EUR	1.200.000	0,99	1.232

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	EUR	500.000	1,11	566
ATLANTES MORTGAGE PLC	EUR	8.000.000	0,88	2.041
AZOR MORTGAGES PLC	EUR	8.100.000	0,76	1.019
ENI SPA 4 06/29/20	EUR	1.000.000	0,97	987
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 07/13/22	EUR	2.000.000	1,03	2.095
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	EUR	500.000	1,00	510
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	EUR	500.000	0,87	447
AREVA SA 3 1/2 03/21	EUR	1.000.000	0,83	853
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	EUR	500.000	0,91	460
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	EUR	500.000	0,99	502
2 - Instrumentos de capital				50.383
Emitidos por residentes				
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII, SA	EUR	10.125	11,88	120
BANIF IMOBILIÁRIA S.A.	EUR	6.400.000	5,00	32.000
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	EUR	82	44.975,14	3.688
Beira Vouga	EUR	20.317	0,47	10
Nova Companhia Grande Hotel	EUR	50.300	3,66	184
Beira Vouga Ações Preferenciais	EUR	21.500	0,47	10
Companhis das Quintas SGPS, S.A.	EUR	34.317	5,00	172
WIL	EUR	3.750	0,00	0
WIL - suprimentos	EUR	600.000	1,00	600
Worldvilla	EUR	1	3.694,50	4
Fomentinvest	EUR	3.076.924	1,35	4.168
Fomentinvest - suprimentos	EUR	1.540.000	1,00	1.540
Capven	EUR	419	4.909,19	2.057
Emitidos por não residentes				
GED SUR CAPITAL S.A., SGECE	EUR	30.000	0,84	25
PREFE-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	EUR	12.750	84,00	1.071
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	1.543.012	0,86	1.327
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	15	5.533,50	83
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND CLASS1	EUR	300.000	5,35	1.605
FINE ART FUND (CP)	USD	12.645	110,21	1.077
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	EUR	3.000	213,29	640
BELMONT RX SPC FI SEP08	USD	2	23,21	0
BELMONT RX SPC FI DEC08	USD	12	80,82	1
OPUS CREDIT SP1 NOV08	EUR	1	161,64	0
OPUS CREDIT SP2 DEC08	EUR	3	71,27	0
DB GLOBAL MASTERS FUND-V 13-07	EUR	4	94,41	0
OPUS CREDIT SP LIMITED	EUR	3	72,15	0

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
3 - Outros				69.310
Emitidos por residentes				
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	EUR	10.000.000	0,69	7.018
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	EUR	5.000.000	0,46	2.343
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	EUR	3.250.000	0,90	3.069
BANO ESPRITO SANTO 3 3/4 01/12	EUR	2.050.000	1,00	2.118
BANCO BPI SA 3 07/17/12	EUR	1.000.000	0,97	979
BANCO BPI SA 01/12	EUR	5.000.000	0,98	4.922
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	950.000	0,99	970
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	1.050.000	0,99	1.072
BANIF BANCO INTERNACIONAL FUNCHAL	EUR	48.186.000	0,93	46.034
CAIXA GERAL DEPO 8 09/28/15 EMTN	EUR	882.000	0,87	783
Total				227.410

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de Balanço
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	15-06-2012	20.442
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	01-10-2012	452
BANO ESPRITO SANTO 3 3/4 01/12	19-01-2012	2.118
BANCO BPI SA 3 07/17/12	17-07-2012	979
BANCO BPI SA 01/12	25-01-2012	4.922
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	19-01-2012	970
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	19-01-2012	1.072
BANIF BANCO INTERNACIONAL FUNCHAL	08-05-2012	46.034
TOTAL		<u>76.990</u>

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos a prazo		
No País	45.046	11.417
No Estrangeiro	14.411	1.372
	-----	-----
	<u>59.457</u>	<u>12.789</u>
	=====	=====

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Crédito interno		
Empresas		
Crédito sindicato	37.492	459
Outros empréstimos	51.247	87.050
Créditos em Conta Corrente	203.353	199.965
Descobertos em depósitos à ordem	32.104	1.830
Outros créditos	94	276
Particulares		
Outros empréstimos	1.652	1.151
Créditos em Conta Corrente	7.403	37.051
Descobertos em depósitos à ordem	14	14
Outros créditos	748	1.196
Crédito ao exterior		
Empresas		
Outros empréstimos	17.710	24.289
Créditos em Conta Corrente	28.510	32.186
Outros créditos	315	-
	-----	-----
	380.642	385.867
Crédito e juros vencidos	53.658	21.175
	-----	-----
	434.300	407.042
	-----	-----
Carteira de títulos	21.595	69.951
	-----	-----
	455.895	476.993
	-----	-----
Imparidade (nota 26)	(12.996)	(6.367)
	-----	-----
	442.899	470.626
	=====	=====

O prazo residual para o vencimento do crédito de clientes está apresentado na nota 36.8.

Em 31 de Dezembro de 2011, a carteira de títulos apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Valor mercado	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				8.151
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
GRANITE MORTGAGES PLC	EUR	1.000.000	1.041	986
GRANITE MORTGAGES PLC	EUR	2.000.000	789	748
OPERA FINANCE UNI INVEST BV	EUR	2.500.000	1.424	1.726
HARBOURMASTER CLO	EUR	5.000.000	3.595	4.691
3 - Outros				13.444
Emitidos por residentes				
PEBBLE-CONSULTORIA	EUR	15.250.000	13.444	13.444
Total				21.595

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
OPERA FINANCE UNI INVEST BV	15-02-2012	1.726
TOTAL		1.726

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica com reflexos na liquidez e disponibilidade de preços correntes no mercado, o Grupo reclassificou com data de 30 de Setembro de 2008, tendo em conta as alterações da IAS 39 descritas na nota 2, na rubrica “Outros Créditos e Valores a receber” instrumentos financeiros retirando-os da categoria de “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”. Os títulos reclassificados nesta rubrica são os seguintes:

Nome	Quantidade	Valor de balanço	Valor de mercado
GRANITE MORTGAGES PLC	1.000.000	986	1.041
GRANITE MORTGAGES PLC	2.000.000	748	789
HARBOURMASTER CLO	5.000.000	4.691	3.595
Total		6.425	5.425

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 846 mil euros no resultado do exercício de 2011.

12. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				26.772
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
CITIGROUP INC 06/14/12	EUR	2.537.000	0,99	2.524
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	EUR	2.500.000	0,99	2.557
MORGAN STANLEY & CO INTL	EUR	3.000.000	0,94	2.951
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	USD	7.500.000	0,97	5.749
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	EUR	2.500.000	0,95	2.470
GOLDMAN SACHS GROUP INC	EUR	1.500.000	0,83	1.449
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	EUR	1.500.000	0,94	1.646
NATIONAL BANK OF GREECE SA	EUR	1.000.000	0,55	948
PORTUGAL TEL INT FIN	EUR	3.900.000	0,71	3.922
CRITERIA CAIXACORP SA	EUR	2.500.000	0,96	2.556
3 - Outros				13.241
Emitidos por residentes				
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	EUR	8.000.000	0,98	8.210
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	EUR	2.400.000	0,78	2.560
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	EUR	2.500.000	0,86	2.471
Total				40.013

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Maturidade	Valor de balanço
CITIGROUP INC 06/14/12	14-06-2012	2.524
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	26-03-2012	2.557
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	12-06-2012	8.210
TOTAL		<u>13.290</u>

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica durante o exercício de 2008, o Grupo mudou a intenção sobre a detenção de alguns títulos detidos na categoria de disponíveis para venda, tendo agora a intenção e capacidade de os deter até ao seu vencimento. Nesse sentido, os títulos na tabela anexa foram reclassificados para a categoria de detidos até à maturidade:

Nome	Quantidade	Valor de balanço	Valor de mercado
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.524	2.518
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.557	2.547
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.951	2.838
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.748	5.658
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.470	2.396
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.449	1.246
Total		17.699	17.203

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 110 milhares de euros no resultado do exercício de 2011.

13. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reverse repos	-	28.387
	-----	-----
	-	28.387
	=====	=====

14. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imóveis em dação	3.639	2.657
	-----	-----
	3.639	2.657
	=====	=====

15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imóveis	17.601	9.184
	-----	-----
	17.601	9.184
	=====	=====

16. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria	Saldo no início do		Movimento no exercício				Saldo no final do ano		
	Saldo bruto	Amortiz. + Imparidade	Aquisições	Abates Saldo Bruto		Amortiz.	Saldo bruto	Amortiz. + Imparidade	Saldo líquido
Activos fixos tangíveis									
Imóveis	10.439	335	28			165	10.467	500	9.967
Terrenos	2.355						2.355		2.355
Edifícios	8.084	335	28			165	8.112	500	7.612
Outros									
Obras em imóveis arrendados	3.018	735				145	3.018	880	2.138
Equipamento	3.690	2.472	85	-70	-46	416	3.705	2.842	863
Mobiliário e material de escritório	572	143	3			72	575	215	360
Máquinas e ferramentas	98	72	2			8	100	80	20
Equipamento informático	1.762	1.507	11			156	1.773	1.663	110
Instalações interiores	586	421	18			46	604	467	137
Material de transporte	626	310	25	-70	-46	125	581	389	192
Equipamento de segurança	20	12	2			3	22	15	7
Outro equipamento	26	7	24			6	50	13	37
TOTAL	17.147	3.542	113	-70	-46	726	17.190	4.222	12.968

Não foram efectuadas reavaliações durante o exercício.

17. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria	Saldo no início do ano		Movimento no exercício			Saldo no final do ano		
	Saldo bruto	Amortiz. + Imparidade	Aquisições	Transf.	Amortiz.	Saldo bruto	Amortiz. + Imparidade	Saldo líquido
Activos intangíveis	8.079	4.009	296		656	8.375	4.665	3.710
Goodwill	91					91		91
Software	4.548	3.985	33	3.463	634	8.044	4.619	3.425
Em curso	3.308		263	-3.463		108		108
Outros	132	24			22	132	46	86
TOTAL	8.079	4.009	296		656	8.375	4.665	3.710

18. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS EM CONJUNTO

Nome da Sociedade	Actividade Principal	% participação	Valor participação	Total do capital próprio	Resultado Líquido
MCO2	Gestão de Fundos	25%	1.220	5.004	45

19. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

19.1. Impostos diferidos – movimento no período

DESCRIÇÃO	31-12-2010	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				31-12-2011
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS		REALIZAÇÕES / ANULAÇÕES		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	
1. Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente	603		3.874		734	3.743
Imparidade	603		3.874		734	3.743
2. Valorizações não aceites para efeitos fiscais	3.615	12.975		7.788	2	8.800
Derivados	2				2	
Carteira Disponíveis para Venda	3.286	12.844		7.788		8.342
Títulos de investimento (antigo classe 25)	327	131				458
3. Prejuízos fiscais reportáveis						
Ano N						
4. Outros	5				5	
Regularização de Intangíveis	5				5	
TOTAL	4.223	12.975	3.874	7.788	736	12.543

19.2. Impostos correntes

Descrição	2011	2010 Reexpresso	2010
Resultados Antes de Impostos	728	12.345	11.762
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros	193	3.271	3.117
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25,00%	25,00%	25,00%
Adicionais sobre taxa legal	1,50%	1,50%	1,50%
Despesas não dedutíveis / (Receitas não Tributáveis)	3.361	1.009	1.163
Tributação Autónoma	185	152	152
Derrama Estadual	172	172	172
Imposto Sobre a Banca	513	0	0
Total do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	4.424	4.604	4.604
Impostos Diferidos	(2.887)	(520)	(520)
Carga Fiscal Total	1.537	4.084	4.084
Taxa Efectiva	n/a	33,09%	34,72%

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Devedores diversos	7.887	3.662
Operações s/ valores mobiliários a regularizar	11.711	821
Outras operações activas a regularizar	4.541	3.351
Despesas com custo diferido	863	687
Outros rendimentos a receber	2.344	4.192
	27.356	12.713
Imparidade de outros activos (nota 26)	(328)	(109)
	27.028	12.604

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Recursos de Bancos Centrais	313.268	287.179
	-----	-----
	<u>313.268</u>	<u>287.179</u>
	=====	=====

Os " Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis.

22. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Vendas a descoberto	8.656	8.356
Instrumentos derivados com justo valor negativo (nota 7)	66.542	109.671
	-----	-----
	<u>75.198</u>	<u>118.027</u>
	=====	=====

As vendas a descoberto em 31 de Dezembro de 2011 têm o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Moeda	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
1 - Instrumentos de dívida				-8.656
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	USD	-15.000	1,13	-13
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/22	BRL	-250.000	1,28	-139
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/41	USD	-1.000.000	1,16	-917
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
COSIPA COMMERCIAL LTD	USD	-300.000	1,17	-271
BANCO VOTORANTIM SA	USD	-100.000	0,96	-76
CTL TRADE FINANCE INC 10/20/2017	USD	-157.000	1,09	-133
BR MALLS INTL FINANCE 11/29/2049	USD	-19.000	1,03	-15
VOTORANTIM OVERSEAS 6 5/8 09/19	USD	-100.000	1,07	-84
BANCO BRADESCO SA 6 3/4 09/19	USD	-1.039.000	1,11	-901
BANCO PINE SA 8 3/4 01/17	USD	-850.000	0,99	-675
VALE SA	EUR	-434.000	1,02	-456
BANCO VOTORANTIM 7 3/8 01/20	USD	-505.000	1,07	-431
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	EUR	-50.000	0,99	-51
BANCO BMC SA	USD	-50.000	0,86	-34
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 5.9 01/21	USD	-20.000	1,03	-16
VALE OVERSEAS LIMITED 4 5/8 09/20	USD	-2.127.000	1,03	-1.715
CGBRBZ5 3/4 01/21	USD	-1.100.000	0,99	-865
TELEMAR N L TLMP 5 1/8 12/17	EUR	-135.000	0,99	-134
BR MALLS INTL FI BRMLBZ8 1/2 49-16	USD	-425.000	1,04	-347
PETROBRAS INTL 6 3/4 01/41	USD	-500.000	1,16	-458
ODEBRECHT FINANCE LTD 6 04/05/23	USD	-417.000	1,01	-328
COELBA 11 3/4 04/16	BRL	-125.000	1,06	-56
BRASKEM AMERICA 7 1/8 07/41	USD	-10.000	0,97	-8
ITAU UNIBANCO/ KY 6.2 12/21/21	USD	-100.000	1,04	-80
PETROLEOS MEXICA 6 1/2 06/41	USD	-515.000	1,13	-452
Total				-8.656

23. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
De instituições de crédito no país		
Depósitos	25.832	81.325
Empréstimos	144.696	264.723
	-----	-----
	170.528	346.048
	-----	-----
De instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	78.456	115.389
Empréstimos	-	6.550
Repos	59.718	32.807
	-----	-----
	138.174	154.746
	-----	-----
	308.702	500.794
	=====	=====

24. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2010</u>
Depósitos		
À vista	70.543	64.450
A prazo	175.609	228.147
	-----	-----
	246.152	292.597
	=====	=====

25. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Dívida emitida	150.182	-
Dívida readquirida	150.000	-
	-----	-----
	182	-
	=====	=====

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Dívida emitida	151.232	-
Dívida readquirida	151.050	-
	-----	-----
	182	-
	=====	=====

Em Julho de 2011, foram emitidas Eur 55.000.000 de obrigações com garantia da Republica Portuguesa com data de maturidade em 19 de Julho de 2014. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 19 de Outubro, 19 de Janeiro, 19 de Abril e 19 de Julho de cada ano ("Datas de Pagamento de Juros"), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 19 de Outubro de 2011 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 4,95% por ano. O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 19 de Outubro de 2012, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 10 dias aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso.

Em Dezembro de 2011, foram emitidas Eur 95.000.000 de obrigações com garantia da Republica Portuguesa com data de maturidade em 22 de Dezembro de 2014. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano ("Datas de Pagamento de Juros"), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 22 de Março de 2012 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 12% por ano. O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 22 de Março de 2012, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 10 dias aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso.

26. IMPARIDADE

O movimento nesta rubrica nos exercícios findos em 2011 e 2010 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Reforços	Utilizações	Transf.	Reposições	Diferenças de câmbio	Saldo em 31/12/2010
Crédito concedido	2.843	3.536				(12)	6.367
Risco País títulos							
Outros Activos	647	174	(475)		(237)		109
Riscos gerais de crédito							
Activos financeiros detidos para negociação							
Activos financeiros disponíveis para venda	1.240	290			(206)	12	1.336
Activos financeiros Detidos até à maturidade							
Outros provisões	1.563	1.318			(2.782)	(39)	60
Total	6.293	5.318	(475)		(3.225)	(39)	7.872

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Reforços	Utilizações	Transf.	Reposições	Diferenças de câmbio	Saldo em 31/12/2011
Crédito concedido	6.367	6.781	(153)				12.995
Risco País títulos							
Outros Activos	109	361	(19)	(23)	(123)		305
Riscos gerais de crédito							
Activos financeiros detidos para negociação		114					114
Activos financeiros disponíveis para venda	1.336	497			(102)	(8)	1.723
Activos financeiros Detidos até à maturidade		200					200
Outros provisões	60	2.070	114	23	(1.941)	2	328
Total	7.872	10.023	(58)		(2.166)	(6)	15.665

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Garantias prestadas (das quais:)		
Garantias e avals	27.334	14.422
	<u>27.334</u>	<u>14.422</u>

Outras contingências e compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, apresentam a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Outras garantias prestadas (das quais:)		
Activos dados em Garantia	59.692	39.765
Compromissos perante terceiros (dos quais:)		
Compromissos irrevogáveis	92.736	101.226
Compromissos revogáveis	72.876	54.107
	225.304	195.098

27. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de outros passivos subordinados, dizem respeito a duas emissões, cuja descrição das operações estão descritas abaixo.

Em 2006 emitiu-se 15.000 Obrigações de Caixa Subordinadas do Banif – Banco de Investimento, S.A., a taxa variável 2006/2016 representadas por 15.000 títulos de 1.000 euro cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano. Durante os cinco primeiros anos de vida, a taxa será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,875%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, a partir do 11º cupão (inclusive) e até à data de maturidade, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. O empréstimo será amortizado, ao par, de uma só vez, em 29 de Junho de 2016 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente na totalidade ou parcialmente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º ou 18º cupões, não acrescendo nenhum prémio sobre o valor reembolsado. O reembolso parcial antecipado, só poderá ser efectuado por 25% ou 50% do montante inicial de emissão, correspondendo a uma redução ao valor nominal das Obrigações.

Em 2007 foram emitidas 15.000 Obrigações Perpétuas Subordinadas ao valor de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 28 de Fevereiro, 28 de Maio, 28 de Agosto e 28 de Novembro de cada ano (“Datas de Pagamento de Juros”), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 28 de Agosto de 2007 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro até 28 de Maio de 2017 exclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,35% por ano e, a partir dessa data com base na Euribor a 3 meses acrescida de 2,35% por ano (Step-Up de 1,00%). O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 28 de Maio de 2017, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 30 dias e no máximo de 60 dias, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso. O exercício deste reembolso opcional está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal.

Durante o mês de Dezembro foram readquiridas 12.189 obrigações Perpétuas Subordinadas, tendo sido obtida um mais valia de 6.094,5 milhares de euros

28. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Operações bolsa a regularizar	21.430	3.610
Credores e outros recursos	3.636	2.744
Encargos a pagar	6.662	2.913
Itens resultantes de Interesses Minoritários	6.123	16.699
Receitas com rendimento diferido	108	63
Outras contas de regularização	873	2.923
	38.852	28.952
	=====	=====

29. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Capital	85.000	55.000
Reservas de reavaliação de activos financeiros classificados como disponíveis para venda	(24.408)	(7.372)
Reservas e Resultados Transitados	27.566	19.480
Resultado do Exercício	(887)	8.182
Interesses que não se controlam	1.983	2.196
	-----	-----
	89.254	77.486
	=====	=====

A rubrica reservas de reavaliação de títulos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimos concedidos e contas a receber	71	204
Activos financeiros disponíveis para venda	33.045	9.658
Investimentos detidos até à maturidade	92	168
Impostos diferidos	(8.800)	(2.658)
	-----	-----
	24.408	7.372
	=====	=====

Durante o exercício de 2011 a Sociedade procedeu a um aumento de capital no montante de 30.000 milhares de euros que foram totalmente subscritos e realizados.

O valor registado no capital próprio relativo a empréstimos concedidos e investimentos detidos até à maturidade, dizem respeito a perdas potenciais relativas a activos financeiros, que anteriormente se encontravam registados como activos financeiros disponíveis para venda e cujo valor irá ser amortizado durante a vida remanescente do activo utilizando o método do juro efectivo.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Interesses que não se controlam apresenta a seguinte decomposição:

Entidade	<u>31.12.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<u>Valor de balanço</u>	<u>Resultados de IM</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Resultados de IM</u>
BANIF Açor Pensões	1.983	(77)	1.934	(78)
Centro Venture	262	(1)	262	(1)
	-----	-----	-----	-----
	1.983	(77)	2.196	(79)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o contributo de cada Sociedade para o resultado foi o seguinte:

Entidade	31-12-11	31-12-10
Banif - Banco de Investimento	(905)	8.535
Banif Capital	14	79
BIAM	18	19
Banif Gestão de Activos	934	2.889
World Vilas	(4)	-
Centro Venture	-	0
Camma	563	328
Banif Multifund	11	1
Banif Açor Pensões	90	90
Ecoprogreso - Trading	16	33
Banif Europa de Leste	(60)	33
Banif Fortuny	(59)	(248)
Banif Investimento Conservador	(13)	16
Banif Iberia		4
Art Invest	97	(129)
Infra Invest - FEI		(237)
Banif Gestão Patrimonial	(537)	(636)
Banif Gestão Activa	(114)	20
Banif Investimento Moderado	(34)	13
Turirent	(148)	-
MC02	45	(79)
	(87)	10.732
Anulação de dividendos	(800)	(2.550)
	(887)	8.182

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Juros e rendimentos similares</u>		
Juros de disponibilidades em outras IC	374	775
Juros de aplicações em IC	-	200
Juros de crédito a clientes	23.806	14.902
Juros de crédito a clientes (títulos)	1.478	3.014
Juros de activos financeiros detidos para negociação	8.512	11.000
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.290	2.423
Juros de activos com acordo de recompra	884	155
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	11.598	7.227
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1.468	1.884
Juros de devedores e outras aplicações	308	230
	-----	-----
	50.718	41.810
	=====	=====
<u>Juros e encargos similares</u>		
Juros de recursos de outras IC	17.010	6.815
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	14.415	10.390
Juros de passivos detidos para negociação	8.286	9.623
Juros de outros passivos subordinados	789	612
	-----	-----
	40.500	27.440
	=====	=====

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros dividendos recebidos	496	407
	-----	-----
	<u>496</u>	<u>407</u>
	=====	=====

32. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos com comissões		
Serviços prestados de administração, guarda e depósito de valores	14.270	16.853
Outros serviços prestados	3.604	6.460
Operações realizadas sobre títulos	1.030	1.623
Outras comissões recebidas	141	1.198
	-----	-----
	<u>19.045</u>	<u>26.134</u>
	=====	=====
Encargos com comissões		
Serviços bancários prestados por terceiros	38	256
Operações realizadas sobre títulos	502	1.889
Outras comissões pagas	1.933	2.533
	-----	-----
	<u>2.473</u>	<u>4.678</u>
	=====	=====

33. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Canhos em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	21.932	25.958
Instrumentos derivados	52.237	53.080
Perdas em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	(22.189)	(23.282)
Instrumentos derivados	(50.889)	(60.475)
	-----	-----
	<u>1.091</u>	<u>(4.719)</u>
	=====	=====

Resultados de activos disponíveis para venda

Canhos em títulos	1.434	2.023
Perdas em títulos	(4.354)	(874)
	-----	-----
	<u>(2.920)</u>	<u>1.149</u>
	=====	=====

Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

Canhos em diferenças cambiais	26.600	11.718
Perdas em diferenças cambiais	(21.732)	(8.283)
	-----	-----
	<u>4.868</u>	<u>3.435</u>
	=====	=====

34. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	1.582	1.742
Remuneração de empregados:		
· Remuneração mensal	5.276	5.718
· Subsídio de férias e de Natal	1.019	1.080
· Subsídio de almoço	284	282
· Outras remunerações adicionais	809	463
	-----	-----
	8.970	9.285
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios:		
· Encargos relativos a remunerações	1.813	1.693
· Encargos com pensões	150	146
· Outros encargos sociais	38	77
	-----	-----
	2.001	1.916
	-----	-----
Outros custos com pessoal	1.055	187
	-----	-----
	12.026	11.388
	=====	=====

A Sociedade e os seus funcionários contribuem para um fundo de contribuição definida de natureza contributiva, conferindo as contribuições dos associados, direitos adquiridos individualizados.

35. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Água, energia e combustíveis	239	208
Material de consumo corrente	28	30
Publicações	34	53
Material de higiene e limpeza	5	1
Outros fornecimentos de terceiros	34	42
Rendas e alugueres	1.161	1.060
Comunicações	364	429
Deslocações, estadas e representação	591	683
Publicidade e edição de publicações	234	1.135
Conservação e reparação	57	56
Formação de pessoal	21	26
Seguros	100	96
Avenças e honorários	374	204
Judiciais, contencioso e notariado	24	39
Informática	1.436	1.091
Limpeza	49	50
Informações	1.469	1.513
Mão-de-obra eventual	39	19
Outros serviços especializados	1.997	2.690
	-----	-----
	8.256	9.425
	=====	=====

36. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Resultado do exercício (em euros)	(887.331)	8.182.331
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	17.000.000	11.000.000
Canhos por acção básico (expresso em Eur por acção)	-0,05	0,74

37. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS37.1. Políticas de gestão de risco

Fazendo parte do Banif Grupo Financeiro, as políticas de risco seguidas pelo Banif Banco de Investimento, S.A. (BBI) seguem as directrizes estabelecidas para o Grupo em geral, com as especificidades inerentes ao exercício das suas actividades, posicionando-se como a unidade de banca de investimento, em Portugal, e tendo em consideração o controlo e a diversificação dos riscos não só a nível individual da instituição, como ao nível consolidado.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da estratégia e políticas de risco da Sociedade, delegando na Comissão Executiva e no Administrador do Pelouro a gestão diária dos riscos assumidos. Em termos funcionais, a gestão e monitorização do risco do BBI é centralizada na Direcção de Risco & Reporting (DRR), uma unidade independente dos departamentos de originação, usufruindo da necessária autonomia orgânica e funcional, e que analisa os vários tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, operacional, de uma forma transversal e integrada. Tem como principal função a implementação de um sistema integrado de gestão de riscos adequado à natureza e perfil de risco do Banco.

Suportando as decisões da Comissão Executiva, existe ainda um conjunto de Comités especializados, que assumem um papel determinante na área de gestão e controlo de risco, quer financeiros como não financeiros.

Ao nível do Banco, destacam-se os seguintes:

- Comité de Crédito e Risco: com periodicidade mínima quinzenal (ou sempre que seja solicitado) tem como objectivo analisar e deliberar sobre as operações que envolvam a tomada de risco de crédito para o banco ou definição de limites de crédito, incluindo risco de crédito de contraparte. É presidido pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva, sendo a DRR um dos membros votantes deste Comité.
- Comité de Activos e Passivos (ALCO): com periodicidade mensal, tem como objectivo principal gerir o risco de estrutural de balanço (activos e passivos), incluindo taxa de juro, liquidez e cambial, e a utilização de capital nas várias áreas de negócio. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro financeiro. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções Financeira, Risco & Reporting, Contabilidade e Controlo Financeiro.
- Comité de Mercados: com função consultiva, tem como missão propor à Comissão Executiva a estratégia de investimento da carteira própria e a monitorização da respectiva implementação, assim como analisar factores críticos de risco para a carteira própria do banco. É presidido pelo Administrador com os pelouros de Equity e Fixed Income e tem como membros os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de Equity, Fixed Income, Financeira, Risco & Reporting e Private Clients.
- Comité de Recuperação de Créditos: tem como objectivo o acompanhamento do crédito em incumprimento (incluindo outros valores a receber), a definição de medidas e estratégias de actuação e perspectivas de recuperação. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da Gestão de Risco, sendo membros votantes os administradores com os pelouros de Real Estate Finance, de Legal & Tax e ainda da direcção gestora do cliente. Para além do responsável da DRR (ou seu representante), têm assento neste comité as direcções de Real Estate Finance, Operações, Contabilidade e Controlo Financeiro e o gestor do cliente.

Ao nível da BGA, destaca-se:

- Comité de Investimentos Mobiliários e Multiclasses: tem como objectivo definir a estratégia de investimento dos fundos de investimento mobiliários e multiclasses e fundos especiais de investimento sob gestão, monitorizar a implementação dessa estratégia, assim como analisar factores críticos de risco para a evolução do valor das carteiras dos fundos, bem como apoiar a definição e a elaboração de informação de gestão e o reporte ao Conselho de Administração da estratégia implementada. É presidido pelo vice-presidente do Conselho de Administração da BGA, sendo ainda membros o administrador com o pelouro da Direcção de Investimentos Mobiliários e Multiclasses e a respectiva direcção.
- Comité de Investimentos Imobiliários: tem como objectivo propor ao Conselho de Administração a estratégia de investimento dos fundos de investimento imobiliário sob gestão e monitorizar essa estratégia, analisar factores críticos de risco para a evolução do valor das carteiras dos fundos e apoiar a definição e elaboração de informação de gestão. São membros: o presidente do Conselho de Administração da BGA (que preside ao Comité), o administrador com o pelouro da Direcção de Investimentos Imobiliários, o administrador com o pelouro da Direcção de Legal & Tax, o administrador com o pelouro da Direcção de Risco e Reporting e a Direcção de Investimentos Imobiliários.
- Comité de Investimentos Alternativos: define e propõe ao Conselho de Administração da BGA a estratégia de investimento dos fundos especiais alternativos sob gestão e monitoriza a respectiva implementação, analisa factores críticos de risco para evolução do valor da carteira, apoia a definição e a elaboração de informação de gestão. Reporta periodicamente ao Conselho de Administração da BGA as deliberações tomadas. São membros: o Presidente do Conselho de Administração (que preside ao Comité), o administrador com o pelouro da Direcção de Investimentos Alternativos & Private Equity, o administrador com o pelouro vertical de Global Head of Financial Advisory e M&A e a Direcção de Investimentos Alternativos & Private Equity.
- Comité de Recuperação de Rendas: acompanha as rendas em dívida relativas a imóveis dos fundos de investimento imobiliário, propondo estratégias individuais de actuação. Revê e propõe provisões de imparidade. São membros votantes: o administrador com o pelouro da Gestão de Risco (que preside ao Comité), o administrador com o pelouro da Direcção de Legal & Tax, o administrador com o pelouro da Direcção de Investimentos Imobiliários e a Direcção de Legal & Tax.

Ao nível da BAP, destaca-se:

- Comité de Investimentos e Gestão de Patrimónios: Tem como missão propor à Comissão Executiva a estratégia de investimento das carteiras de gestão discricionária, analisar factores críticos de risco, bem como elaborar informação de gestão. É presidido pelo administrador com o pelouro da Gestão de Patrimónios, sendo membros a Direcção de Gestão de Patrimónios, os representantes de clientes e os técnicos especialistas para a gestão de activos.

Com uma actuação transversal ao Banco e subsidiárias, destaca-se:

- Comité de *Risk Management*: com periodicidade trimestral, tem como objectivo assegurar que o perfil de risco observado do BBI e sociedades maioritariamente participadas está alinhado com o nível definido, reportando eventuais desvios; revê em detalhe o compliance monitoring programme e o perfil de risco por categoria; revê periodicamente o nível de resolução de pontos de risco e controlo levantados pela auditoria, e exercícios de self-assessment no âmbito do controlo interno. É presidido pelo Administrador com o pelouro da gestão de risco. Integram este comité todos os Administradores executivos e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de Risco & Reporting, Financeira, Legal & Tax, Compliance, Auditoria, Operações, Sistemas de Informação, Contabilidade e Controlo Financeiro e, ainda, Organização & Qualidade e Recursos e Serviços.

Em 2011, foi criado o portal Risk Management na Intranet do BBI, que integra as sociedades maioritariamente participadas, onde são disponibilizados os principais relatórios de risco produzidos (incluindo o respectivo histórico), mediante acessos pré-definidos de acordo com o perfil do utilizador, visando uma maior organização e disseminação da informação, e fomentando a cultura de risco no Banco.

37.2. Exposição ao risco

O BBI é detido a 100% pela Banif Investimentos SCPS, S.A., subholding do Banif Grupo Financeiro, cuja empresa-mãe é a Banif SCPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público. Em termos prudenciais, dentro do perímetro do Banco e respectivas subsidiárias, o reporte é feito numa base individualizada pelas várias entidades, nomeadamente o próprio BBI e a BGA.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no presente relatório incluem as contas do BBI e entidades por si controladas, denominadas de subsidiárias, considerando-se normalmente em termos contabilísticos que esse controlo existe quando detém pelo menos 50% dos direitos de voto da sociedade. Desta forma, o Banco encontra-se a consolidar integralmente vários fundos de investimento geridos pela BGA; contudo, os fundos são geridos de forma autónoma com a devida segregação de funções face ao Banco, salvaguardando potenciais conflitos de interesse, e numa óptica de maximização do risco/rendibilidade para os participantes e de acordo com as políticas de investimento e regulamentação aplicáveis.

Apresentamos as principais características dos fundos que se encontram a consolidar no BBI, todos pelo método integral (participação superior a 50%), nomeadamente em termos de políticas de investimento:

- **Banif Europa de Leste:** O BBI detém uma participação directa de 61% neste fundo, que consolida integralmente nas respectivas demonstrações financeiras. Trata-se de um fundo especial de investimento aberto que pretende, através da agregação de um conjunto de activos e de uma gestão e selecção dinâmica de fundos de investimento, acções e obrigações, conseguir uma diversificação que permita, por um lado, a diluição do risco inerente a cada um deles e, por outro, a obtenção de rendibilidades positivas. Visa o constante apuramento de uma estratégia de baixa correlação entre activos de forma a otimizar o rácio risco/retorno do fundo. O fundo direcciona o seu investimento para valores mobiliários ou organismos de investimento colectivo que invistam maioritariamente na Alemanha, Áustria, Rússia, Roménia, Turquia, Bulgária, República Checa, Polónia, Lituânia, Letónia, Hungria, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Croácia e Ucrânia. Relativamente aos fundos de investimento de acções, obrigações e tesouraria a entidade gestora concentrará os seus investimentos em fundos harmonizados.
- **Banif Gestão Patrimonial:** O BBI detém uma participação directa de 82% neste fundo (consolidação integral). É um fundo especial de investimento aberto que investe nos mercados financeiros e imobiliários internacionais. Visa a conjugação de classes de activos com baixa correlação entre si de forma a otimizar o rácio risco/retorno, utilizando fundos de investimento que podem não estar sujeitos a uma supervisão prudencial, ao contrário do que acontece com os fundos harmonizados. Esta situação terá maior expressão no caso do investimento em hedge funds, onde o investimento será realizado indistintamente entre fundos off-shore e fundos sediados na União Europeia. Além disso o fundo pode investir em fundos que invistam por exemplo em arte, commodities, metais preciosos e crude. Em termos conceptuais, o fundo terá uma alocação média de: 30% em fundos imobiliários; 15% fundos de acções ou acções; 15% Hedge Funds; 20% fundos de obrigações ou obrigações; 5% em outros activos e 15% em veículos de retorno absoluto regulados.
- **Banif Gestão Activa:** O BBI detém uma participação directa de 81% neste fundo (consolidação integral). Trata-se de um fundo especial de investimento aberto, que investe nos mercados financeiros e imobiliários internacionais. Visa a conjugação de classes de activos com baixa correlação entre si de forma a otimizar o rácio risco/retorno, utilizando fundos de investimento que podem não estar sujeitos a uma supervisão prudencial, ao contrário do que acontece com os fundos harmonizados. Esta situação terá maior expressão no caso do investimento em hedge funds, onde o investimento será realizado indistintamente entre fundos off-shore e fundos sediados na União Europeia. Além disso o fundo pode investir em fundos que invistam por exemplo em arte, commodities, metais preciosos e crude. Em termos conceptuais, o fundo terá uma alocação média de: 20% em fundos imobiliários; 40% fundos de acções ou acções; 20% Hedge Funds; 10% fundos de obrigações ou obrigações; 5% outros activos e 5% em veículos de retorno absoluto regulados.
- **Banif Investimento Moderado:** O BBI detém uma participação directa de 70% neste fundo (consolidação integral). Trata-se de um fundo de investimento mobiliário aberto flexível cujo objectivo é facultar aos investidores uma opção de investimento com base numa criteriosa selecção de activos, não estando limitado à natureza dos mesmos. Tratando-se de um fundo flexível, a respectiva composição pode sofrer oscilações de acordo com a política de investimento, no entanto será limitada. Apesar do fundo não estar limitado quanto à natureza dos seus activos, a exposição à componente accionista não poderá representar mais de 60% do valor líquido global do fundo.
- **Banif Investimento Conservador:** O BBI detém uma participação directa de 69% neste fundo (consolidação integral). É um fundo de investimento mobiliário aberto flexível que visa proporcionar aos investidores uma opção de investimento com base numa criteriosa selecção de activos, não estando limitado à natureza dos mesmos. Tratando-se de um fundo flexível, a respectiva composição pode sofrer oscilações

- de acordo com a política de investimento, no entanto será limitada. Apesar do fundo não estar limitado quanto à natureza dos seus activos, a exposição à componente accionista não poderá representar mais de 25% do valor líquido global do fundo.
- Art Invest: O BBI detém uma participação directa de 63% neste fundo (consolidação integral). Trata-se de um fundo especial constituído com o objectivo de permitir o acesso dos seus subscritores ao investimento em arte, possibilitando, simultaneamente, o usufruto estético das obras de arte adquiridas pelo fundo através da sua cedência temporária. O património do Fundo será composto por participações em outros fundos que prossigam a mesma política de investimento do Art Invest, tal como o The Fine Art Fund, e por obras de arte da mais diversa índole. Pintura, escultura, tapeçaria, fotografia, azulejo, cerâmica, gravuras, estampas são alguns dos tipos de activos que poderão fazer parte do património do Fundo, entre outros.
 - Banif Fortuny: O BBI detém a totalidade deste fundo de investimento imobiliário fechado de subscrição particular (consolidação integral). O fundo orienta a sua política de investimento por princípios de rigor, rentabilidade e diversificação de risco, visando a maximização do valor das unidades de participação, através de uma criteriosa selecção dos valores, predominantemente imobiliários, que constituem, a cada momento, a sua carteira. O Fundo privilegia o desenvolvimento de projectos de reabilitação urbanização e construção de imóveis preferencialmente na região da grande Lisboa e Grande Porto para sua posterior venda ou arrendamento, isoladamente ou em associação, pela forma que se mostre mais adequada à melhor rentabilização do investimento, a parceiros com reconhecido “know how” no mercado imobiliário.
 - Turirent - O BBI detém a totalidade deste fundo de investimento imobiliário fechado de subscrição particular (consolidação integral), gerido por uma entidade terceira. Possuindo em carteira vários imóveis residenciais situados na região da Grande Lisboa.

Nos quadros das páginas seguintes, apresentamos os indicadores de risco para os fundos mobiliários geridos pela BGA: Banif Europa de Leste, Banif Investimento Conservador, Banif Investimento Moderado, Banif Gestão Activa e Banif Gestão Patrimonial, e que consolidam contabilisticamente nas contas do Banco.

Para além dos fundos de investimento, as três principais subsidiárias do BBI em termos do activo líquido são: a BGA (€13,6 milhões), a Banif Capital (€9,9 milhões), a BAP (€4,7 milhões) e a Gamma (€5,7 milhões), mas com pesos reduzidos (entre 0,5% e 1,25%) no activo líquido consolidado do BBI, que ascende a cerca de €1,09 mil milhões. Considerando o tipo de actividade que exercem: gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, fundos especiais de investimento e fundos flexíveis, no caso da BGA, e de fundos de pensões, no caso da BAP, a exposição aos riscos financeiros por parte destas sociedades é de uma forma global muito reduzido, sendo quase nulo nas principais categorias. A principal fonte de receitas destas duas entidades advém das comissões recebidas relativas aos fundos geridos, sem necessidade a recursos de balanço, pelo que a exposição de risco a instrumentos financeiros é residual. O risco dos fundos geridos por estas sociedades é assumido na totalidade pelos participantes, detentores das respectivas unidades de participação.

A exposição ao risco da Gamma é também globalmente reduzida, decorrente da própria actividade que consiste na gestão de operações de titularização, sendo quase nulo nas principais categorias de risco financeiro. A principal fonte de receitas da sociedade advém das comissões recebidas relativas à gestão das operações, sem necessidade a recursos de balanço, pelo que a exposição de risco a instrumentos financeiros é residual. De salientar que o património autónomo afecto a cada emissão de obrigações titularizadas é o único que responde pelo respectivo reembolso.

Com efeitos, em termos de exposição a riscos financeiros no BBI Consolidado, tendo em consideração as actividades exercidas pelas várias subsidiárias, estes decorrem quase na totalidade do risco incorrido pelo Banco, no próprio balanço (e extrapatrimoniais), em termos individual. O activo líquido do balanço consolidado ascende a €1,09 milhões a 31 de Dezembro de 2011, o que compara com um activo líquido em base individual do BBI de €1,1 milhões (com os ajustamentos de consolidação a ascenderem a cerca de €90 milhões), traduzindo-se na reduzida materialidade das subsidiárias em termos de exposição ao risco.

Entidade	Actividade	Activo Líquido	Peso (% Consol.)	Peso (% antes ajustes)	Part. detida
Banif - Banco de Investimento - Consolidado		1.093.293	100,0%	109,0%	--
Banif - Banco de Investimento (Individual)	Banca de investimento	1.102.738	100,86%	109,9%	100,0%
Banif Capital	Sociedade de capital de risco	9.925	0,91%	1,0%	100,0%
BIAM	Sociedade gestora de fundos de investimento	1.478	0,14%	0,1%	100,0%
Banif Gestão de Activos	Sociedade gestora de fundos de investimento	13.618	1,25%	1,4%	100,0%
Gamma	Sociedade de titularização de créditos	5.669	0,52%	0,6%	100,0%
Banif Multifund	Participada da BIAM	262	0,02%	0,0%	100,0%
Banif Açor Pensões	Sociedade gestora de fundos de pensões	4.711	0,43%	0,5%	53,78%
Ecoprogresso - Trading	Consultores em ambiente e desenvolvimento	292	0,03%	0,0%	50,00%
Banif Europa de Leste	Fundo gerido pela BGA	2.936	0,27%	0,3%	61,2%
Banif Fortuny	Fundo gerido pela BGA	9.190	0,84%	0,9%	100,0%
Banif Investimento Conservador	Fundo gerido pela BGA	732	0,07%	0,1%	69,0%
Art Invest	Fundo gerido pela BGA	3.001	0,27%	0,3%	62,6%
Banif Gestão Patrimonial	Fundo gerido pela BGA	14.803	1,35%	1,5%	82,1%
Banif Gestão Activa	Fundo gerido pela BGA	4.400	0,40%	0,4%	80,6%
Banif Investimento Moderado	Fundo gerido pela BGA	701	0,06%	0,1%	70,1%
World Vilas	Sociedade de compra e venda de Imóveis	384	0,04%	0,0%	100,0%
Turirent	Fundo gerido por terceiros	8.698	0,80%	0,9%	100,0%
Ajustamentos de consolidação		(90.245)	-8,25%	--	--

Desta forma, tendo presente a reduzida materialidade das subsidiárias na exposição ao risco global, assim como a gestão activa e autónoma dos fundos de investimento que se encontram a consolidar nas contas, considerou-se a apresentação da informação por principais categorias de risco centrada na óptica individual do Banco.

Nos quadros seguintes, são apresentados os principais indicadores de risco para os fundos de investimento mobiliário geridos pela BGA.

Relativamente ao Banif Fortuny, trata-se de um fundo imobiliário instrumental, cuja detenção é decorrente da actividade de concessão de crédito, constituído apenas por três imóveis *prime* localizados na Grande Lisboa. O Artinvest é um fundo especial que investe em obras de arte. Durante o ano de 2011 o mercado global de arte apresentou um crescimento que superou as previsões mais optimistas. No início de 2011 os níveis de preços encontravam-se perto dos valores observados em meados de 2007, antes dos máximos de sempre atingidos no final desse ano. No final de 2011, os preços aproximaram-se dos valores que foram observados uns meses antes do colapso do mercado em 2008, logo após o histórico leilão de obras de Damien Hirst que ocorreu no dia seguinte à falência da Lehman Brothers. O Turirent é um fundo imobiliário gerido por uma sociedade externa ao Grupo Banif, e que se encontra no balanço do Banco no âmbito da actividade de concessão de crédito, na sequência de um processo de execução do respectivo colateral. Possuindo em carteira vários imóveis do segmento residencial situados na região da Grande Lisboa.

- Banif Europa de Leste:

Risco Total 9,60 %

(desvio padrão da carteira)

	<i>Com Derivados</i>	<i>Sem Derivados</i>	
Value-At-Risk (€)	149.899 Euros	149.899 Euros	
Value-At-Risk (%)	5,45%	5,45%	100,0%

(Perda máxima do portfolio num horizonte de 30dias com uma probabilidade de 95%)

Maiores Riscos Individuais	Valor de Mercado	Peso na carteira	Rank	Risco total	Rank	Contribuição para Risco Total	Rank
DWS Russia	96.959	3,5%	3	39,33	1	9,5%	4
Raiffeisen-Osteuropa-Aktien R VA	188.088	6,8%	2	34,13	2	18,2%	3
Pictet-Eastern Europe-R EUR	203.523	7,4%	1	34,13	3	19,8%	2
LYXOR ETF CECE CENTRAL EUROPE EUR	68.241	2,5%	4	29,11	4	5,5%	5
Real Estate Leste	1.246.973	45,3%	5	12,96	5	46,9%	1
		65,6%				100,0%	

Maiores Contribuições para Risco Total

Real Estate Leste	1.246.973	45,3%	5	12,96	5	46,9%	1
Pictet-Eastern Europe-R EUR	203.523	7,4%	1	34,13	3	19,8%	2
Raiffeisen-Osteuropa-Aktien R VA	188.088	6,8%	2	34,13	2	18,2%	3
DWS Russia	96.959	3,5%	3	39,33	1	9,5%	4
LYXOR ETF CECE CENTRAL EUROPE EUR	68.241	2,5%	4	29,11	4	5,5%	5
		65,59%				100,0%	

Concentração do Portfolio

Peso na carteira

Top 5	97,5%	
Real Estate Leste	45,3%	
Euro	34,4%	
Pictet-Eastern Europe-R EUR	7,4%	
Raiffeisen-Osteuropa-Aktien R VA	6,8%	
DWS Russia	3,5%	
Top10	100,0%	
Top20	100,0%	

- Banif Gestão Patrimonial:

Risco Total 6,56 %

(desvio padrão da carteira)

Com Derivados**Sem Derivados****Value-At-Risk (€) 524.703 Euros****584.401 Euros****Value-At-Risk (%) 3,72%****4,15%****89,8%**

(Perda máxima do portfolio num horizonte de 30dias com uma probabilidade de 95%)

Maiores Riscos Individuais	Valor de Mercado	Peso na carteira	Rank	Risco total	Rank	Contribuição para Risco Total	Rank
DJ EurStoxx 50 Mar12	-	-4,1%	5	23,50	1	-10,9%	6
Real Estate	890.266	6,3%	3	23,42	2	11,2%	3
B.Euro Accoes	588.483	4,2%	4	23,16	3	11,0%	4
PREFF Fund	2.466.275	17,5%	2	21,71	4	47,6%	1
Real Estate Leste	3.786.947	26,9%	1	12,96	5	41,1%	2
		50,8%				100,0%	
Maiores Contribuições para Risco Total							
PREFF Fund	2.466.275	17,5%	2	21,71	4	47,6%	1
Real Estate Leste	3.786.947	26,9%	1	12,96	5	41,1%	2
Real Estate	890.266	6,3%	3	23,42	2	11,2%	3
B.Euro Accoes	588.483	4,2%	4	23,16	3	11,0%	4
Euro	6.362.855	45,1%	6	-	6	0,0%	5
		100,0%				110,9%	

Concentração do Portfolio
Peso na carteira

Top 5	100,0%
Euro	45,1%
Real Estate Leste	26,9%
PREFF Fund	17,5%
Real Estate	6,3%
B.Euro Accoes	4,2%
Top10	95,9%
Top20	95,9%

- Banif Gestão Activa:

Risco Total **7,13 %**

(desvio padrão da carteira)

	Com Derivados	Sem Derivados	
Value-At-Risk (€)	170.442 Euros	224.672 Euros	
Value-At-Risk (%)	4,05%	5,33%	75,9%

	Valor de Mercado	Peso na carteira	Rank	Risco total	Rank	Contribuição para Risco Total	Rank
Maiores Riscos Individuais							
Euro FX Curr Mar12	-	0,0%	12	27,40	1	0,0%	10
DJ EurStoxx 50 Mar12	-	-12,1%	3	23,50	2	-19,8%	13
Real Estate	894.637	21,2%	1	23,42	3	61,1%	1
EUR Portugal Real Estate	354.549	8,4%	5	23,28	4	17,2%	3
B.Euro Accoes	363.401	8,6%	4	23,16	5	14,0%	4
		26,2%				72,6%	

	Valor de Mercado	Peso na carteira	Rank	Risco total	Rank	Contribuição para Risco Total	Rank
Maiores Contribuições para Risco Total							
Real Estate	894.637	21,2%	1	23,42	3	61,1%	1
Real Estate Leste	770.805	18,3%	2	12,96	12	18,4%	2
EUR Portugal Real Estate	354.549	8,4%	5	23,28	4	17,2%	3
B.Euro Accoes	363.401	8,6%	4	23,16	5	14,0%	4
Real Estate Global	195.362	4,6%	6	18,94	10	8,3%	5
		61,23%				119,0%	

Concentração do Portfolio

Peso na carteira

Top 5	89,6%
Euro	33,0%
Real Estate	21,2%
Real Estate Leste	18,3%
B.Euro Accoes	8,6%
EUR Portugal Real Estate	8,4%
Top10	100,0%
Top20	84,5%

- Banif Investimento Moderado:

Risco Total 2,53 %

(desvio padrão da carteira)

	<i>Com Derivados</i>	<i>Sem Derivados</i>	
Value-At-Risk (€)	21.640 Euros	18.865 Euros	
Value-At-Risk (%)	6,04%	5,26%	114,7%

(Perda máxima do portfólio num horizonte de 30 dias com uma probabilidade de 95%)

Maiores Riscos Individuais	Valor de Mercado	Peso na carteira	Rank	Risco total	Rank	Contribuição para Risco Total	Rank
AXA WF Framlington Junior Energy AC USD	11.094	1,7%	20	28,27	1	13,7%	2
B.Euro Accoes	7.776	1,2%	21	23,16	2	6,9%	7
Schroder ISF Emerging Markets B Acc	4.284	0,7%	24	21,65	3	4,0%	8
Allianz RCM European Equity Dividend - AT - EUR	13.964	2,1%	18	20,81	4	12,6%	4
Pictet-Emerging Markets-R USD	2.500	0,4%	25	20,31	5	2,1%	10
		6,1%				39,3%	

Maiores Contribuições para Risco Total

Allianz RCM US Equity - AT - USD	18.510	2,8%	14	17,20	7	16,4%	1
AXA WF Framlington Junior Energy AC USD	11.094	1,7%	20	28,27	1	13,7%	2
PORTUGAL, REPUBLIC OF (GOVERNMENT) 5% 20120615	119.427	18,3%	1	4,58	14	13,0%	3
Allianz RCM European Equity Dividend - AT - EUR	13.964	2,1%	18	20,81	4	12,6%	4
Pictet-US Equity Growth Selection-R USD	12.103	1,9%	19	19,07	6	11,6%	5
		26,87%				67,2%	

Concentração do Portfólio
Peso na carteira

Top 5	33,7%
Euro	12,7%
UNITED STATES TREASURY 0.375% 20120831	7,1%
B.Euro Tesouraria	5,7%
ITALY, REPUBLIC OF (GOVERNMENT) 0.0% 20121115	4,1%
SPAIN, KINGDOM OF (GOVERNMENT) 3.25% 20160430	4,1%
Top10	70,0%
Top20	95,6%

- Banif Investimento Conservador:

Risco Total 2,01 %

(desvio padrão da carteira)

	<i>Com Derivados</i>	<i>Sem Derivados</i>	
Value-At-Risk (€)	12.771 Euros	12.771 Euros	
Value-At-Risk (%)	3,36%	3,36%	100,0%

(Perda máxima do portfolio num horizonte de 30dias com uma probabilidade de 95%)

Maiores Riscos Individuais	Valor de Mercado	Peso na carteira	Rank	Risco total	Rank	Contribuição para Risco Total	Rank
AXA WF Framlington Junior Energy AC USD	7.914	1,1%	21	28,27	1	2,6%	9
ISHARES DAX	3.779	0,5%	24	25,15	2	0,4%	16
B.Euro Accoes	11.050	1,6%	18	23,16	3	0,9%	12
LYXOR ETF MSCI EMERGING MARKETS EUR	3.706	0,5%	26	22,21	4	1,4%	11
S&P500 EMINI Mar12	(0)	-6,9%	27	21,21	5	7,9%	4
		-3,1%				13,1%	

Maiores Contribuições para Risco Total

PORTUGAL, REPUBLIC OF (GOVERNMENT) 5% 20120615	119.427	17,0%	1	4,58	16	25,4%	1
UNITED STATES TREASURY 0.375% 20120831	43.268	6,2%	3	11,77	10	23,0%	2
PORTUGAL, REPUBLIC OF (GOVERNMENT) 0.0% 20120323	98.897	14,1%	2	2,28	21	10,5%	3
S&P500 EMINI Mar12	(0)	-6,9%	27	21,21	5	7,9%	4
Allianz RCM US Equity - AT - USD	17.739	2,5%	15	17,20	9	7,1%	5
		32,92%				73,8%	

Concentração do Portfolio
Peso na carteira

Top 5	40,0%
PORTUGAL, REPUBLIC OF (GOVERNMENT) 0.0% 20120323	14,1%
Euro	10,0%
UNITED STATES TREASURY 0.375% 20120831	6,2%
SPAIN, KINGDOM OF (GOVERNMENT) 3.25% 20160430	5,6%
ITALY, REPUBLIC OF (GOVERNMENT) 0.0% 20121115	4,1%
Top10	74,0%
Top20	96,1%

37.3. Por categoria de risco

a) Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a probabilidade de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de um emitente, devedor ou contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. No caso de crédito titulado, traduz-se ainda na variação do valor económico de um determinado instrumento devido à degradação da qualidade creditícia do emitente.

No Banco, o risco de crédito subjacente à actividade resulta essencialmente da sua carteira de obrigações e do crédito concedido e garantias prestadas a clientes, como área complementar às outras actividades de banca de investimento desenvolvidas, nomeadamente, Project Finance, Private Banking, Corporate Finance, entre outras.

A política do Banco passa pela concessão de crédito colateralizado, sendo que cerca de 82% do valor crédito encontra-se coberto por garantias reais, designadamente, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários. Todos os colaterais recebidos são avaliados ao seu justo valor, com base no valor de mercado, ou através de modelo, tendo em conta as especificidades de cada tipo de colateral. No caso do crédito com hipotecas, o Banco recorre à assessoria das mais conceituadas empresas de avaliação imobiliária, certificados pela CMVM. No crédito com penhor de títulos, é realizado um controle diário ao valor de mercado das posições caucionadas através de uma aplicação informática desenvolvida internamente, a qual produz os alertas necessários à solicitação de margens adicionais ou à execução das garantias.

Todas as operações são analisadas e discutidas pelo Comité de Crédito e Risco, órgão que reúne regularmente, com poderes de decisão para determinadas alçadas de risco, sendo sujeitas posteriormente a aprovação superior em Comissão Executiva. Operações de alçada superior terão de ser ratificadas pelo Conselho de Administração do banco. De forma análoga, o risco de crédito de contraparte inerente a operações de derivados é analisado pela DRR e discutido/aprovado em sede de Comité de Crédito e Risco, conforme a respectiva delegação de poderes.

Periodicamente, é feita uma análise global da evolução do crédito concedido a clientes, visando o acompanhamento do risco de concentração, nomeadamente em termos de sectores e de grandes riscos e, ainda, da qualidade da carteira e respectivo nível de colateralização. Entre outros pontos, é realizada uma análise da composição da carteira por tipo de colaterais associados, com o objectivo de monitorização da exposição ao risco líquido, bem como da evolução do spread médio e consumo de capital, numa lógica de controlo do binómio risco-rendibilidade.

No que diz respeito ao controle do risco de crédito inerente às exposições de títulos da carteira bancária, são elaborados mapas específicos que contêm uma análise da carteira por qualidade de crédito, baseada nos ratings externos das principais agências internacionais, assim como modelos de acompanhamento desenvolvidos internamente.

O Banco, em termos individuais, não dispõe de informação histórica nem uma carteira de crédito suficientemente alargada que lhe permita efectuar um estudo exaustivo de frequências de incumprimento e perdas efectivamente incorridas (PD e LGD), sendo aplicadas a PD e LGD do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. a apenas a alguns segmentos de crédito globalmente pouco significativos. Desta forma, o apuramento das perdas por imparidade é realizado fundamentalmente a nível individual ou casuístico, levando em consideração as especificidades da operação e a melhor estimativa do valor recuperável (crédito e garantias) à data da avaliação.

No caso do crédito titulado, incluindo titularizações (ABS, CDO e CLOs) são realizadas igualmente análises casuísticas, no sentido de aferir quanto à existência de imparidade, tendo por base a informação de mercado, entre os quais, os investor reports, assim como os modelos desenvolvidos internamente para seguimento do risco de crédito dos títulos.

b) Riscos de Mercado

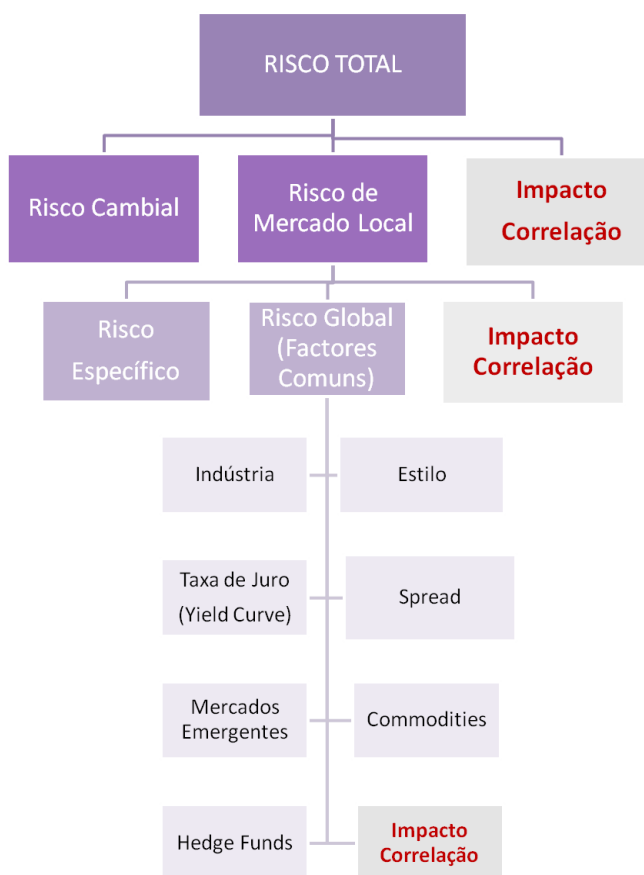
O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

No BBI, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos na carteira de negociação, não sendo política do banco a realização de trading de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas

para clientes, através da realização de operações simétricas com outros contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria.

O Banco desenvolveu grandes esforços no sentido de revisão e aperfeiçoamento das métricas de medição e controlo deste tipo de risco, utilizando uma ferramenta de análise do risco de mercado: o BarraOne, propriedade do MSCI Barra. Este sistema permite analisar o risco das carteiras desagregado pelos vários factores explicativos, nomeadamente entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva “forward-looking”.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o risco é decomposto, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.



O cálculo do VaR é assim decomposto pelos seguintes factores:

- Risco Cambial - componente de VaR atribuível ao de risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.
- Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado *per se*, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico, e correlação.
 - Risco Global - consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, spread, mercados emergentes e hedge funds, commodities. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

- i) Indústria – cada activo é classificado no sector que melhor se adequa (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector.
 - ii) Estilo – neste item, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: i) deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo;
 - iii) Taxa de Juro (Yield Curve) – inclui o risco que decorre em alterações da inclinação da curva de rendimentos e a curvatura (twist ou butterfly) o que corresponde a três factores de risco para cada mercado. O modelo da Zona Euro é constituído pelos modelos dos países que a compõem.
 - iv) Spread – analisa a diferença entre a curva swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação em termos de risco.
 - v) Mercados Emergentes – advém do risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.
 - vi) Commodities – permite obter estimativas de risco para futuros e spot de commodities. O modelo utiliza os retornos de 26 sub-índices de forma a detalhar o risco de diferentes tipos de commodities que, posteriormente são agregados em 5 grandes grupos e integrados no modelo multi-classe através de uma matriz de covariâncias. Não é aplicável ao BBI.
 - vii) Hedge Funds – permite obter estimativas de risco para exposição a este tipo de activos. Não é aplicável ao BBI.
- Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

O VaR é calculado utilizando o modelo paramétrico, aplicado para um horizonte de 10 dias e com intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 8/2007). No caso dos fundos de investimento, o VaR é calculado de acordo com a regulamentação aplicável (CMVM), nomeadamente um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 30 dias.

c) Risco Cambial

O Risco Cambial representa o risco de que o valor dos activos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Banco procede a uma monitorização sistemática da sua exposição global ao risco de taxa de câmbio. Para o efeito, existe uma rotina diária de cálculo da posição cambial pelas principais moedas, o qual abrange as posições à vista decorrentes, sobretudo, da actividade de negociação da carteira de títulos, bem como as variações nos resultados líquidos da Sociedade (potenciais ou realizados) resultantes das conversões dos saldos de cada conta ao *fixing* do BCE.

De uma forma global, a exposição das subsidiárias do Banco ao risco cambial não é significativo. Os fundos de investimento procedem normalmente à cobertura do risco cambial através da contratação de derivados, e de acordo com as respectivas políticas de investimento.

d) Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição. A avaliação deste tipo de risco é realizada em base sistemática, numa óptica de médio-longo prazo, incidindo sobre as exposições da carteira bancária em função dos períodos de repricing, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 19/2005).

De referir que a avaliação do risco de taxa de juro da carteira de negociação deverá ser realizada no âmbito do risco de mercado, focando-se num horizonte de curto prazo, tendo em consideração que esta carteira é gerida numa base diária. O modelo de análise utilizado pelo Banco, assente na ferramenta BarraOne, procede à decomposição do risco de mercado nas várias componentes, entre os quais, a componente de risco de taxa de

juízo embutida na variação de preço (decomposição do VaR nas várias componentes, incluindo risco de taxa de juízo).

São produzidos regularmente mapas de controlo de exposições, onde são apurados os activos e passivos por prazos de maturidade em termos globais, fazendo-se igualmente uma análise em separado para a carteira bancária e a de negociação, evidenciando os *mismatches* dos prazos de refixação de taxa dos activos e passivos e por principais moedas.

Nas principais subsidiárias do Banco, o risco de taxa de juízo é residual. Nos fundos de investimento, consoante as políticas e estratégias de investimento definidas, poderão realizar a cobertura do risco de taxa de juízo através da contratação de derivados.

e) Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efectuado em condições razoáveis. No Banco, os níveis de liquidez são adaptados em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, em função da identificação de gaps. As políticas de obtenção de funding, quer junto dos clientes, quer no mercado, têm garantido a estabilidade dos recursos, assentando numa lógica integrada de Grupo.

Com o objectivo de maximizar a componente de gestão dos riscos estruturais de balanço existe uma unidade operativa dentro do Banco, cujo principal objectivo passa pela definição e execução das políticas financeiras, em particular, em termos de gestão de liquidez e de tesouraria, numa base individual do banco, e em complemento da gestão consolidada neste âmbito pelo Grupo Banif.

f) Risco Operacional

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, o Banif – Grupo Financeiro desenvolveu um projecto específico nesta área, que, numa primeira fase, passou pelo levantamento e registo de ocorrências potenciadoras de risco operacional, com vista ao controlo e mitigação do mesmo. No Banco e sociedades participadas, a DRR é responsável pela gestão de risco operacional, que compreende a avaliação, monitorização e controlo dos riscos desta natureza, visando a mitigação dos mesmos e procedendo à elaboração de informação de apoio à decisão.

Foram nomeados Gestores de Risco Operacional (Gestores RO) nas áreas críticas, que têm como função supletiva o registo de eventos de risco operacional ou falhas detectadas na gestão do dia-a-dia num software próprio: o SAS OpRisk Monitor. Actualmente existe um conjunto de Gestores RO nomeados cujo objectivo é a recolha e registo de eventos de risco operacional, para que o Banco e as sociedades participadas possuam informação necessária para avaliar o risco, para posterior mitigação, respondendo ainda às necessidades de reforço do controlo interno. Os gestores de risco operacional reportam os eventos detectados nesta aplicação na sua área de influência ou noutra, através de uma ferramenta externa específica, e que faz o interface entre o gestor operacional, a DRR e o Risco Corporativo do Grupo Banif, sendo possível a obtenção de estatísticas, por área de reporte, frequência, origem, processo, fonte de risco, etc.

Pretende-se, desta forma, atingir o objectivo de monitorização e medição do risco operacional inerente à actividade, detalhando as ocorrências pelos vários processos e áreas intervenientes, o que se irá traduzir numa avaliação efectiva e dinâmica dos actuais sistemas de controlo interno.

Para além das disposições legais, estatutárias e deontológicas aplicáveis ao exercício das actividades de intermediação financeira, tem sido uma preocupação da Administração da Sociedade a elaboração e difusão de Manuais, Regulamentos, Circulares e outros normativos internos adequados a assegurar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício da actividade desenvolvida. Toda a informação é devidamente divulgada, sendo do conhecimento de todos os colaboradores da Sociedade, encontrando-se disponível para consulta na respectiva Intranet. Em paralelo, a actuação das Direcções de Compliance e de Auditoria Interna visam complementar e reforçar as medidas adoptadas.

Existe uma rotina de monitorização e revisão do sistema de controlo interno implementada, que segue as directrizes regulamentares e da própria cultura organizacional. No âmbito dos requisitos de controlo interno do Banco de Portugal e CMVM, é desenvolvido regularmente um self assessment para cada um dos tipos de

risco, de acordo com a matriz apresentada pelo Banco de Portugal no seu relatório MAR (Modelo de Avaliação de Riscos). Especificamente, no âmbito do reforço do sistema de controlo interno, foi desenvolvido um projecto interno denominado de Certificação de Riscos & Controlos, um exercício em que os responsáveis de cada unidade orgânica são convidados a realizar exercícios de self assessment.

A auditoria interna é responsável pelo desenvolvimento de mecanismos de avaliação da adequação do controlo interno, e respectiva monitorização, procedendo à identificação das falhas ou fragilidades do sistema de controlo interno, na sua concepção, implementação ou utilização, as quais são devidamente registadas, documentadas e reportadas aos níveis de gestão apropriados, de forma a serem prontamente ultrapassadas, tendo sido desenvolvida para o efeito uma ferramenta interna – o Audit Follow Up.

O órgão de administração e os directores de topo recebem reportes regulares relativos à monitorização do sistema de controlo interno, incluindo a identificação das falhas ou fragilidades detectadas, quer quando avaliadas isoladamente, quer de forma agregada.

37.4. Risco de crédito

Para efeitos de análise de risco de crédito da presente nota considerou-se as carteiras de títulos e o crédito concedido a clientes. Desta forma, o valor da rubrica Activos financeiros detidos para negociação exclui o valor de mercado dos derivados.

A referir que a rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito diz respeito essencialmente às *margin calls* por parte dos contrapartes nas operações de derivados e repos e, ainda, a operações de compensação. A rubrica Aplicações em instituições de crédito é composta maioritariamente por operações de *reverse repos* com instituições de créditos, colateralizadas por títulos representativos de dívida soberana europeia e, adicionalmente, por um depósito de cerca de €11 milhões junto de outras instituições bancária do Banif Grupo Financeiro.

Os activos financeiros, por rubrica de balanço do BBI Consolidado (incluindo subsidiárias), apresentam a seguinte exposição ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2011:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Activos financeiros detidos para negociação	34.727	0	34.727
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	97.342	0	97.342
Activos financeiros disponíveis para venda	225.686	0	225.686
Crédito a clientes	442.900	351.799	91.101
Investimentos detidos até à maturidade	39.813	0	39.813
Total de exposição a risco de crédito	840.467	351.799	488.668

Valores líquidos de imparidade. Montante dos colaterais considerados até ao montante líquido de imparidade da exposição.

Ao nível individual do BBI:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Activos financeiros detidos para negociação	19.262		19.262
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	110.321		110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	243.296		243.296
Crédito a clientes	444.116	344.912	99.204
Investimentos detidos até à maturidade	39.813		39.813
Total de exposição a risco de crédito	856.808	344.912	511.896

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao montante líquido de provisões da exposição.

Nos quadros seguintes, é apresentada a exposição a 31 de Dezembro de 2010.

No BBI Consolidado (incluindo subsidiárias):

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Activos financeiros detidos para negociação	71.406	0	71.406
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	187.677	42.107	145.570
Activos financeiros disponíveis para venda	251.392	4.865	246.528
Crédito a clientes	470.626	360.649	109.977
Investimentos detidos até à maturidade	60.391	0	60.391
Total de exposição a risco de crédito	1.041.492	407.620	633.871

Valores líquidos de imparidade. Montante dos colaterais considerado até ao montante líquido de imparidade da exposição.

Ao nível individual do BBI:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Activos financeiros detidos para negociação	35.760	0	35.760
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	192.265	42.107	150.158
Activos financeiros disponíveis para venda	278.103	4.865	273.239
Crédito a clientes	466.751	355.254	111.498
Investimentos detidos até à maturidade	60.391	0	60.391
Total de exposição a risco de crédito	1.033.271	402.225	631.046

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao montante líquido de provisões da exposição.

De referir que a rubrica Crédito a Clientes inclui uma carteira de títulos no valor de cerca de €22 milhões contabilizada ao custo amortizado, constituída por produtos estruturados (ABS, CDO, CLO) num total de cerca de €8 milhões e ainda um project finance sob a forma de uma obrigação, que se encontram classificados em termos de IAS como Loans & Receivables (LaR). Excluindo estes instrumentos financeiros, o valor do crédito concedido a clientes, líquido de imparidade, ascendia a cerca de €421 milhões, dos quais aproximadamente €350 milhões encontravam-se colateralizados por garantias reais, entre as quais, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários, representando um rácio superior a 80%. A referir que cerca de €150 milhões da carteira dizem respeito a operações de Project e Acquisition Finance.

Concentração de risco de crédito do BBI individual por sector de actividade a 31 de Dezembro de 2011:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Indústria	7.240		7.240
Construção	43.668	27.182	16.486
Vendas a retalho	154		154
Serviços	26.174		26.174
Instituições financeiras e seguradoras	73.457		73.457
Sector público	162.852		162.852
Outros	521.050	295.623	225.427
Particulares	22.212	22.107	106
Total de exposição a risco de crédito	856.808	344.912	511.896

Valores líquidos de provisões.

Em termos de repartição por sector, note-se que a componente do sector público, no montante de €162 milhões a 31 de Dezembro de 2011, corresponde na totalidade a dívida pública ou dívida garantida por uma administração

central, quase na totalidade respeitante a risco soberano português (dívida pública ou garantida pelo Estado português).

A 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Indústria	6.614		6.614
Construção	41.647	39.868	1.779
Vendas a retalho	754		754
Serviços	25.772		25.772
Instituições financeiras e seguradoras	133.743		133.743
Sector público	174.403		174.403
Outros	620.055	332.099	287.957
Particulares	30.283	30.258	25
Total de exposição a risco de crédito	1.033.271	402.225	631.046

Valores líquidos de provisões.

Concentração de risco de crédito por região geográfica em 31 de Dezembro de 2011:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Portugal	682.148	297.694	384.454
União Europeia	80.955	28.510	52.446
Resto da Europa			
América do Norte	34.400	12.853	21.546
América Latina	26.419	5.682	20.737
Resto do Mundo	32.885	173	32.713
Total de exposição a risco de crédito	856.808	344.912	511.896

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

	Exposição máxima	Colaterais	Exposição líquida
Portugal	747.798	304.524	443.274
União Europeia	107.339	28.946	78.393
Resto da Europa	0	0	0
América do Norte	43.346	12.608	30.738
América Latina	116.422	47.603	68.819
Resto do Mundo	18.366	8.544	9.822
Total de exposição a risco de crédito	1.033.271	402.225	631.046

Valores líquidos de provisões.

Os quadros seguintes apresentam a repartição de todos os activos financeiros por qualidade de crédito, cujas notações têm por base o mapeamento dos ratings externos atribuídos pelas principais agências internacionais Moodys, Fitch e S&P. A métrica de atribuição do rating seguiu a metodologia *standard* do novo acordo de Basileia

(Basel II), escolhendo-se o pior dos dois melhores ratings no caso de haver notações diferenciados para o mesmo activo. A classificação High Grade corresponde a ratings entre [AAA e A-], Standard Grade a [BBB+ a BBB-] e Sub-Standard Grade a ratings iguais ou inferiores a BB+. As posições em crédito ou títulos que não possuam rating externo atribuído por nenhuma das três principais agências internacionais são classificadas como Not Rated.

Entre as exposições sem rating externo, no montante total de €571 milhões, a principal fatia, correspondente a cerca de 60%, diz respeito à concessão de crédito a empresas e particulares, nomeadamente crédito com hipoteca de imóveis ou com penhor de valor mobiliários e operações de Project Finance e Acquisition Finance. O peso dos activos sem rating na carteira `Outros Activos financeiros ao justo valor através de resultados é também significativo, ascendendo a cerca de €67 milhões, para o qual contribui largamente o investimento em unidades de participação de fundos os quais não possuem rating externo atribuído.

Decomposição dos activos financeiros do BBI individual por qualidade do crédito, por rubrica de balanço a 31 de Dezembro de 2011:

	High Grade	Standard Grade	Sub-Standard Grade	Not Rated	Total
Activos financeiros detidos para negociação	827	11.715	4.366	2.353	19.262
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			43.342	66.979	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	30.628	20.756	125.643	66.269	243.296
Crédito a clientes	986	797	6.412	435.920	444.116
Investimentos detidos até à maturidade	15.199	18.752	5.861		39.813
Total de exposição a risco de crédito	47.641	52.020	185.624	571.522	856.808

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

	High Grade	Standard Grade	Sub-Standard Grade	Not Rated	Total
Activos financeiros detidos para negociação	2.364	16.196	4.178	13.023	35.760
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	43.723		2.164	146.377	192.265
Activos financeiros disponíveis para venda	173.455	36.450	1.021	67.177	278.103
Crédito a clientes	10.654	7.649	17.256	431.192	466.751
Investimentos detidos até à maturidade	36.701	22.355	1.335		60.391
Total de exposição a risco de crédito	266.897	82.650	25.955	657.769	1.033.271

Valores líquidos de provisões.

Com o objectivo de um melhor acompanhamento da qualidade do crédito concedido, e de forma padronizada, pelo sistema financeiro português, o Banco de Portugal aprovou a Instrução 22/2011 que procedeu à definição de novos indicadores de referência nesta matéria. No quadro abaixo são apresentados os principais rácios para o BBI, em base individual, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Rácio de crédito em risco	18,0%	15,5%
Rácio de crédito com incumprimento	6,5%	4,6%
Rácio de cobertura de crédito em risco	17,0%	18,6%
Rácio de cobertura de crédito com incumprimento	47,1%	62,2%

37.5. Risco de Mercado

No quadro seguinte, apresenta-se o cálculo do Value-at-Risk (VaR) para carteira de títulos de negociação do BBI Consolidado, que inclui as carteiras dos fundos de investimento e outras subsidiárias, cujo valor de mercado líquido ascendia a €26 milhões, desagregado por €34 milhões de posições longas e €8 milhões de posições curtas. Esta rubrica contabilística é a que apresenta maior diferença entre as contas consolidadas e individuais do Banco por via da incorporação das carteiras dos fundos de investimento, e que no Banco se encontram registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (reflectido no respectivo decréscimo nas contas consolidadas).

Para o cálculo desta métrica de risco foi utilizado o software especializado BarraOne, propriedade da “MSCI Barra”, tendo sido calculado o VaR com um horizonte de 10 dias e uma probabilidade de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de capital de Basileia.

A 31 de Dezembro 2011, o VaR da carteira de negociação em base consolidada (inclui subsidiárias) ascendia a cerca de €1,1 milhões, representando 4,45% do valor de mercado líquido da carteira. O sistema rejeitou do cálculo do VaR activos cujo valor de mercado ascendia a cerca de €913 mil (3,51% da carteira consolidada), por inexistência de informação de mercado para a análise do risco, correspondente essencialmente a dois *hedge funds*.

A decomposição do VaR por tipo de risco relativa à carteira de negociação do BBI Consolidado, a 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

	Desvio Padrão	% Risco da Carteira	Variância da Carteira	VaR da Carteira €mil
Risco de Mercado Local	10,05	109,7%	101,07	1.190
Risco Global (factores comuns)	10,01	108,8%	100,23	1.185
<i>Indústria</i>	9,42	96,5%	88,83	1.116
<i>Estilo</i>	0,25	0,1%	0,06	29
<i>Taxa de Juro (Yield Curve)</i>	0,78	0,7%	0,61	92
<i>Spread</i>	0,94	1,0%	0,89	112
<i>Mercados Emergentes</i>	0,54	0,3%	0,29	64
<i>Correlação - factores comuns</i>	n.a.	10,4%	9,55	n.a.
Risco Específico (selecção)	0,92	0,9%	0,84	108
Risco Cambial	3,36	12,3%	11,31	398
Correlação Moeda / Mercado	n.a.	-22,0%	-20,28	n.a.
Risco Total	9,60	100,0%	92,10	1.136

Fonte: Barra One

Nos quadros seguintes, é apresentado o VaR para a carteira de títulos de negociação detida pelo BBI em base individual, que a 31 de Dezembro de 2011 ascendia a cerca de €27 milhões em valores absolutos (€19 milhões de posições longas e €8 milhões de posições curtas) composta essencialmente por títulos de renda fixa, em que a componente de ações apresenta um valor imaterial.

A decomposição do VaR do BBI individual a 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

	Desvio Padrão	% Risco da Carteira	Variância da Carteira	VaR da Carteira €mil
Risco de Mercado Local	3,57	21,6%	12,72	182
Risco Global (factores comuns)	2,88	14,1%	8,32	147
<i>Indústria</i>	0,11	0,0%	0,01	6
<i>Estilo</i>	0,07	0,0%	0,01	4
<i>Taxa de Juro (Yield Curve)</i>	1,78	5,4%	3,17	91
<i>Spread</i>	2,13	7,7%	4,52	109
<i>Mercados Emergentes</i>	1,36	3,1%	1,85	69
<i>Correlação - factores comuns</i>	n.a.	-2,1%	-1,25	n.a.
Risco Específico (selecção)	2,10	7,5%	4,40	107
Risco Cambial	7,53	96,0%	56,63	384
<i>Correlação Moeda / Mercado</i>	n.a.	-17,6%	-10,38	n.a.
Risco Total	7,68	100,0%	58,97	392

A 31 de Dezembro 2011, o VaR da carteira de negociação ascendia a cerca de €392 mil (€586 mil em 2010), representando 3,6% do valor de mercado líquido da carteira. O risco decorrente da exposição a acções é completamente imaterial, traduzindo-se num VaR de €12 mil.

O VaR global da carteira de negociação do BBI correspondia a 0,4% do Core Tier 1 da instituição, em base individual.

37.6. Risco de taxa de câmbio

Conforme referido anteriormente, à excepção do Banco, o risco cambial das restantes subsidiárias é imaterial. A 31 de Dezembro de 2011, as maiores exposições correspondiam às divisas USD e BRL, respectivamente, posições longas de €2,7 milhões e 1 milhão, sendo as restantes moedas insignificantes, reflectindo uma redução substantiva da posição cambial face ao ano anterior.

A posição cambial, por divisa, a 31 de Dezembro de 2011:

DIVISAS	Posições Líquidas	
	Longas	Curtas
USD	2.667,2	
GBP	35,6	
CHF		462,0
JPY	112,8	
SEK	0,7	
NOK	1,9	
DKK	2,3	
CAD	55,6	
ZAR	0,9	
AUD	20,7	
MOP		
BRL	1.051,0	
PLN	5,4	
HUF	0,0	

A 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

DIVISAS	Posições Líquidas	
	Longas	Curtas
USD		9.178,5
GBP		5,1
CHF	134,5	
JPY	1,6	
SEK	2,1	
NOK	71,0	
DKK	26,3	
CAD	5,8	
ZAR	0,3	
AUD	0,0	
MOP		
BRL	9.738,7	
PLN	6,0	
HUF	0,4	
TRY	0,3	

37.7. Risco de taxa de juro

A desagregação dos activos e passivos financeiros do Banco, em base individual, por prazos de refixação da taxa de juro em 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

	< 1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	>= 5 Anos	Não Sensível	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação		1.608	596	122	20	630	1.873	2.218	1.240	10.903	72.509	91.719
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			43.278			0	64				66.979	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	11.124	1.019	66.477		452	10.537	7.184	19.041	11.068	49.147	66.269	243.296
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito				10.975							35.845	46.820
Créditos e Outros valores a receber	117.587	99.060	105.549	11.796	21.890	20.068				350	67.816	444.116
Investimentos detidos até à maturidade	8.020	9.480	8.210			2.471	6.762		948	3.922		39.813
Outros activos	48.384										78.269	126.653
Total de Activos	185.115	111.167	224.110	23.871	22.362	33.705	15.883	21.259	13.256	64.322	387.688	1.102.738
Depósitos de bancos centrais	154.896	25.079			50.773			82.520				313.268
Passivos financeiros detidos para negociação			13						749	7.894	66.541	75.198
Passivos financeiros ao custo amortizado	312.801	56.083	50.152	4.395	975	1.829	1.350	25			158.617	586.227
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>186.546</i>	<i>24.346</i>	<i>15.521</i>								<i>82.707</i>	<i>309.120</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>119.758</i>	<i>24.904</i>	<i>31.255</i>	<i>3.833</i>	<i>350</i>	<i>1.178</i>	<i>1.338</i>	<i>25</i>			<i>73.344</i>	<i>255.984</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>6.497</i>	<i>6.834</i>	<i>3.377</i>	<i>563</i>	<i>625</i>	<i>651</i>	<i>11</i>				<i>2.384</i>	<i>20.941</i>
Passivos subordinados		2.811	15.000								10	17.821
Outros passivos											33.197	33.197
Capital Próprio											77.027	77.027
Total de Passivo e Capital Próprio	467.697	83.973	65.165	4.395	51.748	1.829	1.350	82.545	749	7.894	335.393	1.102.738

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

	< 1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	>= 5 Anos	Não Sensível	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	1.269	1.269	4.590	503	745	8.429	2.583	2.271	1.964	12.182	114.791	150.595
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.264	1.375	12.012			39.320	0	80			138.214	192.265
Derivados de cobertura												
Activos financeiros disponíveis para venda	13.012	4.865	27.487		5.919	72.896	14.411	8.937	24.502	64.273	41.800	278.103
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	11.400										89.878	101.278
Créditos e outros valores a receber	110.366	198.415	124.845		19.117					393	13.615	466.751
Investimentos detidos até à maturidade	12.951	16.037	6.463			10.801	2.435	6.847		4.857	0	60.391
Outros activos	2.633	25.756									44.893	73.282
Total de Activos	152.896	247.717	175.398	503	25.781	131.446	19.429	18.135	26.466	81.704	443.191	1.322.666
Depósitos de bancos centrais	122.185	165.443									0	287.628
Passivos financeiros detidos para negociação			39			168	737	92	1.408	5.885	109.697	118.027
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados												
Derivados de cobertura												
Passivos financeiros ao custo amortizado	492.519	97.022	38.428	10.900	1.750	8.780				45.220	116.563	811.181
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>283.907</i>	<i>40.959</i>	<i>27.797</i>	<i>8.400</i>	<i>1.000</i>					<i>42.107</i>	<i>95.125</i>	<i>499.294</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>205.411</i>	<i>49.534</i>	<i>9.342</i>	<i>2.500</i>	<i>630</i>	<i>8.553</i>				<i>3.113</i>	<i>16.743</i>	<i>295.826</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>3.202</i>	<i>6.530</i>	<i>1.288</i>		<i>120</i>	<i>227</i>					<i>4.695</i>	<i>16.061</i>
Passivos subordinados		15.000	15.000								33	30.033
Outros passivos											14.827	14.827
Capital Próprio											60.968	60.968
Total de Passivo e Capital Próprio	614.704	277.466	53.467	10.900	1.750	8.948	737	92	1.408	51.105	302.090	1.322.666

Valores líquidos de provisões.

No quadro abaixo, é apresentada uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária do BBI, em base individual, única entidade sujeita a este reporte prudencial, tendo por base os parâmetros definidos pela entidade de supervisão. Esta análise assenta no cenário de um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira anual do Banco, em termos individuais, tendo por base os pressupostos assumidos de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal.

Análise de sensibilidade do impacto de uma variação de 200 p.b. na curva de taxas de juro por moedas relevantes, a 31 de Dezembro de 2011 e de 2010:

		2011	2010
EUR	Impacto na Situação Líquida	-5.765	-15.733
	Fundos Próprios	112.408	90.252
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-5%	-17%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-2.730	-7.098
	Margem Financeira	9.408	13.911
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-29%	-51%
USD	Impacto na Situação Líquida	-419	5.510
	Fundos Próprios	112.408	90.252
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	0%	6%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-540	-1.106
	Margem Financeira	9.408	13.911
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-6%	-8%
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	-6.184	-10.223
	Fundos Próprios	112.408	90.252
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-6%	-11%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-3.270	-8.204
	Margem Financeira	9.408	13.911
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-35%	-59%

37.8. Risco de liquidez

A desagregação dos activos e passivos financeiros do Banco, em base individual, por prazos de residual de maturidade, a 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

	< 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	INDT.	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação		1.604	81	6.082	11.442	72.509	91.719
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			43.278	64		66.979	110.321
Activos financeiros disponíveis para venda	9.083		67.907	50.890	49.147	66.269	243.296
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	48.384		10.975			35.845	95.204
Créditos e outros valores a receber	27.388	11.789	110.808	93.610	132.705	67.816	444.116
Investimentos detidos até à maturidade		2.557	10.733	22.798	3.725		39.813
Outros activos						78.269	78.269
Total de Activos	84.855	15.949	243.782	173.444	197.019	387.688	1.102.738
Depósitos de bancos centrais	158.187	25.079	50.110	79.892			313.268
Passivos financeiros detidos para negociação				749	7.907	66.541	75.198
Passivos financeiros ao custo amortizado	312.801	56.083	41.467	17.259		158.617	586.227
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>186.546</i>	<i>24.346</i>	<i>15.521</i>			<i>82.707</i>	<i>309.120</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>119.758</i>	<i>24.904</i>	<i>21.382</i>	<i>16.597</i>		<i>73.344</i>	<i>255.984</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>6.497</i>	<i>6.834</i>	<i>4.564</i>	<i>662</i>		<i>2.384</i>	<i>20.941</i>
<i>Certificados de dívida, incluindo obrigações</i>						<i>182</i>	<i>182</i>
Passivos subordinados				15.000	2.811	10	17.821
Outros passivos						33.197	33.197
Capital Próprio						77.027	77.027
Total de Passivo e Capital Próprio	470.988	81.162	91.577	112.901	10.718	335.393	1.102.738

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

	< 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	INDT.	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	646	1.126	2.847	17.987	13.199	114.791	150.595
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			3.059	49.728	1.264	138.214	192.265
Activos financeiros disponíveis para venda			8.030	162.438	65.835	41.800	278.103
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	14.033	25.756				89.876	129.665
Créditos e outros valores a receber	26.068	12.640	206.653	89.822	117.953	13.615	466.751
Investimentos detidos até à maturidade		5.004	15.656	33.439	6.293	0	60.391
Outros activos						44.895	44.895
Total de Activos	40.746	44.526	236.244	353.413	204.545	443.191	1.322.666
Depósitos de bancos centrais	122.185	165.443				0	287.628
Passivos financeiros detidos para negociação			39	2.405	5.885	109.697	118.027
Passivos financeiros ao custo amortizado	492.519	78.637	51.077	27.165	45.220	116.563	811.181
<i>Depósitos de instituições de crédito</i>	<i>283.907</i>	<i>40.173</i>	<i>37.197</i>	<i>786</i>	<i>42.107</i>	<i>95.125</i>	<i>499.294</i>
<i>Depósitos de empresas</i>	<i>205.411</i>	<i>31.934</i>	<i>12.472</i>	<i>26.153</i>	<i>3.113</i>	<i>16.743</i>	<i>295.826</i>
<i>Depósitos de particulares</i>	<i>3.202</i>	<i>6.530</i>	<i>1.408</i>	<i>227</i>		<i>4.695</i>	<i>16.061</i>
<i>Certificados de dívida, incluindo obrigações</i>							
Passivos subordinados					30.000	33	30.033
Outros passivos						14.827	14.827
Capital Próprio						60.968	60.968
Total de Passivo e Capital Próprio	614.704	244.080	51.116	29.571	81.105	302.090	1.322.666

Valores líquidos de provisões.

38. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O detalhe desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte

31-12-2011	Valor de Mercado ou Cotação	Técnicas de avaliação	
		Análise de mercado	Total
Activo			
Activos Financeiros detidos para negociação	34 841	72 513	107 354
Outros Activos Financeiros ao JV	105 734		105 734
Activos Financeiros disponiveis para venda	226 071		226 071
Passivo			
Passivos Financeiros para negociação	8 656	66 542	75 198

Na construção do quadro acima indicado foram utilizados os seguintes pressupostos:

- 1) Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- 2) Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto que os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Prazo	Moeda	
	EUR	USD
1 dia	0,40%	0,10%
7 dias	0,60%	0,14%
15 dias	0,67%	0,17%
1 mês	0,84%	0,26%
2 meses	1,06%	0,39%
3 meses	1,35%	0,56%
4 meses	1,44%	0,64%
5 meses	1,53%	0,72%
6 meses	1,63%	0,81%
7 meses	1,69%	0,85%
8 meses	1,76%	0,91%
9 meses	1,83%	0,97%
10 meses	1,88%	0,87%
11 meses	1,94%	0,78%
1 ano	2,00%	0,68%
2 anos	1,31%	0,73%
3 anos	1,36%	0,82%
4 anos	1,54%	1,02%
5 anos	1,72%	1,22%
6 anos	1,90%	1,43%
7 anos	2,07%	1,64%
8 anos	2,17%	1,77%
9 anos	2,28%	1,90%
10 anos	2,38%	2,03%
20 anos	2,69%	2,52%
30 anos	2,56%	2,62%

39. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Rubricas	Elementos chave gestão	Entidades Associadas	Accionistas	Outras entidades
Disponibilidades em outras instituições de crédito		5.206		
Activos financeiros detidos para negociação		10.488		
Activos financeiros disponíveis para venda		46.034		
Aplicações em instituições de crédito		10.877		
Crédito a clientes		45.133	8.568	
Outros activos		1.565	46	111
Passivos financeiros detidos para negociação		930		
Recursos de outras instituições de crédito		156.478		
Recursos de clientes e outros empréstimos	2	63.565	162	
Provisões		87	86	
Outros passivos		22.384		8
Juros e rendimentos similares		2.001		
Juros e encargos similares		(9.953)		
Rendimentos de serviços e comissões		1.016	125	70
Result. de activos e passivos aval. justo valor através de result.		9.360		
Outros resultados de exploração			(1)	
Custos com pessoal	(1.515)			(212)
Gastos gerais administrativos		(781)		(88)
Provisões líquidas de reposições e anulações		4	(12)	

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

As partes relacionadas são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Dr. José Marques de Almeida
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Sr. Vítor Hugo Simons
Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. José Paulo Baptista Fontes
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos
Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira
Dr. Carlos Alberto Ballesteros Amaral Firme
Dr. José António Vinhas Mouquinho

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão

Paula Maria Ramos dos Santos Caetano
Paula Cristina Moura Roque
Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida
Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos
Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires
Filipe Gouveia Marques dos Santos
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto
Artur Rangel Fernandes
Nicole Rangel Fernandes
Mateus Boarotto Fernandes
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira
Joana Sá Reis Rocha Moreira
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira
Maria Alice Pereira de Almeida
João Paulo Pereira Marques de Almeida
Maria José Pereira Marques de Almeida
Maria João Pereira Marques de Almeida
Catherine Thérèse Laurence da Silveira
Alexandre Tiago da Silveira
Héloise Maria da Silveira
Gaspar Antoine da Silveira
Luísa Maria Campina Pinto da Piedade
Carolina Pinto Inverno da Piedade
Leonor Pinto Inverno da Piedade
Ana bela Delgado Courinha e Ramos Simons
Nidia da Mota Simons
João Pedro da Mota Simons
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons
Lorenzo Roque Dal Fabbro
Bianca Maria Roque Dal Fabbro
Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobral Roquette Teixeira
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Isabel Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Ana Teresa Amaral Firme
Maria Carmo B O Pais Jorge
Maria Lurdes Teixeira Henriques
Evanthia Balla
Maria Helena Teixeira Borges Gonçalves Fontes
Filipa Fernandes Palma Moreira dos Santos
Maria Fernandes da Silva Amaral Firme
Mariana Pais Jorge
Francisco Miguel Leal Brazão Antunes
Ana Catarina H. Simões Marques
Mariana Balla Pinto Ferreira
Francisco Borges Gonçalves Fontes
Alexandra Fernandes Palma Moreira dos Santos
Diogo Fernandes da Silva Amaral Firme
Maria Carmo Pais Jorge
Ana Margarida Leal Brazão Antunes
Joana Henriques Simões Marques
Luíza Fernandes Palma Moreira dos Santos
Pedro Fernandes da Silva Amaral Firme
Matilde Pais Jorge
Ana Rita H. Simões Marques

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, SGPS
Companhia de Seguros Açoreana
Espaço Dez
Banca Pueyo
Bankpime
Imobiliária Vegas Altas
MCO2
Banco Pecúnia
SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE
BANIF IMOBILIARIA
BANIF BANK (MALTA)
BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS
BANIF HOLDINGS (MALTA), LTD
GRUPO BANIF MAIS
BANIEUROPA HOLDING
BANIF COMERCIAL-SGPS
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL
BANIF FINANCE
BANIF AÇORES, SGPS
INVESTAÇOR, SGPS
INVESTAÇOR HÓTEIS
AÇORTUR
TUROTEL
HOTEL PICO
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc FALL RIVER
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc SAN JOSÉ
BANIF CO
BANIF RENT
BANCO BANIF BRASIL
ZACF
BANIF (CAYMAN)
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (BRASIL)
BANIF CORRETORA DE VALORES E CAMBIOS
PITHECIA PARTICIPAÇÕES SA
LUZIE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE SA
BETA SECURITIZADORA
BANIF (BRASIL)
BANIF INTERN. HOLDINGS Ltd
BANIF SECURITIES HOLDINGS
ECONOFINANCE
BANIF FINANCIAL SERVICES
BANIF SECURITIES INC.
BANIF FINANCE (USA) CORP.
BANIF FORFAITING COMPANY
BANIF INTERNATIONAL BANK
BANIF TRADING INC
GESTARQUIPARK
BANIFSERV

Accionistas:

Rentipar Financeira, SGPS
Vestiban – Gestão e Investimentos
Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS
Joaquim Ferreira de Amorim
Evaesco SGPS
Jorge Sá
J. Sá & Filhos, Lda
Oliveira, Freitas & Ferreira, Lda
Banif - SGPS
Banif - Investimentos SGPS

Outras entidades:

Renticapital, Investimentos Financeiros, SGPS
Rentipar Investimentos, SGPS
Rentipar Indústria SGPS
Rentiglobo, SGPS
Empresa Madeirense de Tabacos
SIET Savoy
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira
RAMA – Rações para Animais
SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas
Aviatlântico
SOIL, SGPS
Rentimundi – Investimentos Imobiliários
Mundiglobo – Habitação e Investimentos
Habiprede – Sociedade de Construções
Genius – Mediação de Seguros
Rentimedis – Mediação de Seguros
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo
Dualimo

40. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2011, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, com a excepção da situação referida abaixo

Relativamente à estrutura Opera Uninvest constatou-se, ainda que já esperado pelas análises efectuadas, que esta não realizaria o reembolso do capital em dívida na data de vencimento (15 Fevereiro de 2012) – mantendo no entanto o pagamento do respectivo cupão - considerando que o prazo legal inicialmente definido era muito curto para este tipo de estruturas (CMBS), que apresentam tipicamente períodos mais extensos para o pagamento das notas. Contudo, o colateral que suporta a mesma apresenta indicadores de desempenho suficientes para permitir o reembolso desse mesmo capital e o pagamento dos juros, ainda que ao longo de um período mais alargado do que o inicialmente acordado, antecipando uma recuperação razoável do investimento.

O portfolio de propriedades, colateral desta estrutura é actualmente constituído por 203 imóveis, todos situados na Holanda, à excepção de um na Bélgica. De acordo com a última avaliação, o valor de mercado do colateral ascende a €629 milhões, o que representa um excesso (margem) de cerca de €25 milhões face ao montante em dívida da

estrutura. De referir que o BBI detém a nota da classe C, pelo que existe uma nota de maior grau de subordinação que irá sofrer as primeiras perdas correspondente a quase €60 milhões. Desta forma, à data actual, existe um excesso de colateral e um nível de subordinação inferior à nota detida que permite acomodar uma desvalorização adicional de cerca de €85 milhões no valor dos imóveis. Concluimos desta forma que, à data actual, não existe evidência de perdas por imparidade na nota detida

41. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

41.1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2011

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (EU), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.

- A) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela empresa/grupo

IAS 24 (Revista) Transacções entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objectivo de simplificar a identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma insenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transacções com entidades ligadas à administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- nome da administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
- natureza e quantia de cada transacção individualmente significativa;
- uma indicação qualitativa ou quantitativa da respectiva dimensão em relação a outras transacções que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

IFRS 1 (Alteração) Adopção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

- Esta alteração permite que as entidades que adoptem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009.

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das IFRS

A emenda:

- esclarece que um adoptante pela primeira vez das IFRS que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das excepções previstas na IFRS 1 após a apresentação de um relatório financeiro intercalar de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações efectuadas e actualizar as reconciliações entre o anterior PCCA e as IFRS.
- permite que um adoptante pela primeira vez das IFRS utilize um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição), devido a um acontecimento como uma privatização ou uma oferta pública inicial como o seu custo considerado, ainda que o evento ocorra após a data de transição mas antes das primeiras Demonstrações Financeiras em IFRS sejam emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos directamente em resultados transitados (ou se apropriado, noutra rubrica do capital próprio).
- permite às entidades com actividades reguladas ou que detenham activos fixos tangíveis ou activos intangíveis que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo considerado uma quantia escriturada de anteriores PCCA, ainda que esta quantia inclua valores que não são elegíveis para capitalização de acordo com as IFRS. A excepção deverá ser aplicada individualmente a cada item. À data da

transição para as IFRS, uma entidade deve testar a imparidade em conformidade com a IAS 36 para cada item em relação ao qual tenha usado esta isenção.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- enfatiza a interação que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respectivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.
- remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

- A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

- Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.
- A) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU sem efeitos nas demonstrações financeiras da entidade

IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão

IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar

IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

41.2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2011 e que a Entidade não adoptou antecipadamente são as seguintes:

- a) Já endossadas pela UE:

A Entidade adoptou todas as normas e interpretações endossadas pela EU com início após 1 de Janeiro de 2011

- b) Ainda não endossadas pela UE e aplicáveis à Entidade:

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transacções no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Os instrumentos financeiros de capital próprios detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor através de proveitos e perdas. Todavia, as entidades têm uma opção irrevogável por instrumento para todos os outros instrumentos financeiros de capital próprio.

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral.

Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O Justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

A) Ainda não endossadas pela UE e não aplicáveis à Entidade:

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

JÁ ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

- uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas mantiver um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA**IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)**

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Os instrumentos financeiros de capital próprios detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor através de proveitos e perdas. Todavia, as entidades têm uma opção irrevogável por instrumento para todos os outros instrumentos financeiros de capital próprio.

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O Justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.

- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

O Técnico Oficial de Conta

O Conselho de Administração



07 Informações

07

Informações

Informação nos termos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Informação sobre as acções e obrigações previstas no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de Dezembro de 2011, incluindo o movimento de acções e obrigações realizado durante o respectivo exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Pessoalmente, era titular de 1.714.113 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular de 1 acção do Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA , de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, 1 acção da Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA e 1 acção do Banif Brasil (Holdings)SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Era titular de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, 1 acção da Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA e 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA (todas as acções preferenciais sem direito de voto), de 1 acção da Banif Gestão de Activos (Brasil) SA, de 1 acção da Econofinance SA, de 1 acção da Beta Securitizadora SA, de 1 acção de centaurus Realty Group Investimentos Imobiliários SA e 1 acção do banif Brasil (Holdings)SA. (todas ordinárias com direito a voto).

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Paulo Baptista Fontes

Pessoalmente, era titular de 8.898 acções da Banif SGPS, SA e 15 obrigações da Banif SGPS 2010/2013.

Em 29 de Dezembro de 2011, venceram-se 10.000 Obrigações EUROINVEST Série 10, ao custo de 1.000,00 euros cada – reembolso final.

Transacções de acções da Banif SCPS, S.A. em 2011 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Montante (em Euros)</i>	<i>Observações</i>
Dr. José Paulo Baptista Fontes	Compra	21-12-2011	1.112		

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Era titular de 1 acção do, de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, e 1 acção da Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Era titular de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA (todas as acções preferenciais sem direito de voto), 1 acção da Banif Gestão de Activos (Brasil) SA, (ordinária com direito a voto). Era titular de 20 obrigações subordinadas Fin Sub 3% Dez 19 e 3 obrigações subordinadas Banif 2009/2019 Subordinadas.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal

Era titular de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA (todas as acções preferenciais sem direito de voto), de 1 acção da Banif Gestão de Activos (Brasil) SA, de 1 acção da Econofinance SA e de 1 acção da Beta Securitizadora SA, (todas ordinárias com direito a voto).

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge

Era titular de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA (todas as acções preferenciais sem direito de voto).

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira

Era titular de 1 acção do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA (todas as acções preferenciais sem direito de voto).

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Em 25 de Março de 2011 vendeu 50,000 euros de Obrigações Banif – Banco de Investimento (Brasil) SA, com maturidade a 26 de Março de 2012 (com in put para o Investidor a 26 de Março de 2011). Estas obrigações tinham sido adquiridas no dia 26 de Março de 2010.

Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira

Iberparticipa SGPS, SA, sociedade controlada pelo próprio, era titular de 1.820.000 acções Banif SGPS, S.A., tendo adquirido em 07/01/2011 200.000 acções e alienado 200.000 acções em 19/01/2011.

Iberparticipa SGPS, SA, sociedade controlada pelo próprio, em 15 de Março de 2011 vendeu 2.638 obrigações de caixa Subordinadas “Banco Mais 2004/2011”.

Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme

Era titular de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, (acção preferencial sem direito de voto).

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

Pessoalmente, era titular de 213.847 acções da Banif SCPS, SA.

A sociedade **Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda**, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções da Banif SCPS, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Luís Pereira de Macedo

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Rui Manuel Braga de Almeida

Pessoalmente, era titular de 2.468 acções da Banif SCPS, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif Banco de Investimento, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Acções Próprias e Participações Sociais Qualificadas

(Valores em Euros, excepto quando indicada outra moeda)

Banif - SCPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Mais, SCPS, SA					17.500.000	216.741.739,51
Acções Banif - Investimentos SCPS, SA					1.998.000	9.968.963,20
Acções Banif Comercial, SCPS, SA					47.488.000	239.324.646,71
Acções Banif - Imobiliária, SA	Aumento Capital Social Banif Imobiliária	30-12-11	15.850.000	79.250.000,00		
					16.000.000	80.235.375,25
Acções Rentipar Seguros, SCPS, SA					12.930.529	72.243.800,49
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA					465.182	5.129.647,00
Acções Preferenciais Banif Bank Malta PLC	Aumento Capital Social Banif Bank Malta	28-02-11	7.500.000	7.500.000,00	7.500.000	7.500.000,00
Acções Banif Bank Malta PLC						
					17.999.999	17.999.999,60
Acções Banca Pueyo, SA					9.996.000	49.363.497,59
Acções Bankpime					25.169.037	2.120.840,00
Banif Holding (Malta) PLC	Aumento Capital Social Banif Holding (Malta)	30-09-11	9.990.000	9.990.000,00		
					9.991.998	9.991.998,00
Acções Banieuropa, SL					100.000	100.000,00
Acções Imobiliária Vegas Altas					669	2.499.632,58
Acções Banif Finance Ltd	Compra Venda Compra	30-12-11 30-12-11 30-12-11	20.000 20.000 20.000	12.000.000,00 12.000.000,00 12.000.000,00		
					20.000	12.000.000,00
Acções Banif Finance Ltd	Compra Venda Compra	30-12-11 30-12-11 30-12-11	20.000 20.000 20.000	(USD) 12.000.000,00 (USD) 12.000.000,00 (USD) 12.000.000,00		
					20.000	(USD) 12.000.000,00

Banif Comercial, SCPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif 2009 Float Perp Cond	Compra	08-04-11	10.000.00	10.000.000,00		
	Venda	30-12-11	10.000.000	10.000.000,00	0	0
Acções Banif (Açores) SCPS, SA					4.016.983	20.735.497,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal SA	Aumento do Capital Social do Banif, SA, incluído na operação de fusão com a Banif Co	30.12.11	2.900.000	18.427.860,12	2.900.000	18.427.860,12
Acções Banif Banco Internacional do Funchal SA					156.000.000	775.338.574,25
Acções Banco Banif Mais, SA	Aquisição incluída na operação de fusão com a Banif Co	30.12.11	1.000.000	1.223.847,10	1.000.000	1.223.847,10
Acções Banif Rent					60.000	500.000,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do Banif (Brasil), SA	28-07-11			253.363.365	60.937.120,83
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA					45.312.757	10.897.573,06
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000	25.000,00
Acção Banif Bank Malta PLC					1	0,40

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

Valores Mobiliários	Movimentos				Posição 31/12/2011	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Acções Preferenciais:						
<i>Acções Pref Banif Finance FLT PRP</i>	Entrada	25-01-2011	520	520.000		
	Entrada	24-10-2011	10	9.500		
	Entrada	15-11-2011	38	36.100		
	Entrada	22-11-2011	15	13.500		
	Saída	29-12-2011	10	5.000	1.177	1.177.000
<i>Acções Pref Banif Finance 2009 USD</i>	Entrada	04-02-2011	29	12.577	29	13.448
Obrigações Não Residentes:						
Obrigações Banif Finance FLT DEZ 14					600.000	501.135
Obrigações Banif Finance Sub DEZ 19					92.000	71.070
Obrigações Banif Fin. 5% NOV 13 USD	Saída	03-01-2011	9.196.000	9.196.000 USD		
	Saída	07-01-2011	105.000	105.000 USD		
	Saída	11-02-2011	162.000	162.000 USD	0	0
Obrigações Banif Fin. 6% NOV 13	Saída	03-01-2011	7.359.000	7.359.000		
	Saída	26-01-2011	51.000	51.000	0	0
Obrigações Residentes:						
Obrigações Banif 05/15 (ex-Leasing)					6.000.000	6.109.290
Obrigações INV.TX VR 2016					15.000.000	15.002.332
Obrigações Rentipar 2008/2012	Entrada	28-03-2011	10.000	10.000	24.685.000	24.685.000
	Entrada	30-06-2011	2.764.000	2.611.980		
	Entrada	26-07-2011	10.000	9.450		
	Entrada	16-08-2011	25.000	23.625		
	Entrada	14-09-2011	20.000	18.900		
	Entrada	28-09-2011	50.000	47.250		
	Entrada	29-09-2011	1.000	800		
	Entrada	10-11-2011	20.000	18.900		
	Amortização	30-12-2011	13.792.500	13.792.500	13.792.500	13.792.500
Obrigações Açoreana TX VR DEZ 17	Entrada	10-01-2011	4.000	3.220	1.502.000	1.503.443,41
	Entrada	12-01-2011	10.000	8.050		
	Entrada	25-01-2011	4.000	3.200		
	Entrada	13-04-2011	100.000	95.000		
	Entrada	08-06-2011	25.000	22.500		
	Entrada	10-11-2011	2.000	1.610		
	Entrada	17-10-2011	200.000	200.000	1.847.000	1.849.059
Rentipar Seguros 2015	Saída	03-01-2011	5.000.000	5.000.000	24.500.000	24.681.028
Obrigações Banif SCPS 2008/2011	Entrada	11-01-2011	1.000	975		
	Entrada	24-01-2011	6.000	5.790		
	Entrada	08-02-2011	4.000	3.900		
	Entrada	29-03-2011	187.000	185.130		
	Entrada	15-06-2011	33.000	32.670		
	Entrada	30-06-2011	644.000	630.476		
	Reembolso	08-07-2011	1.808.000	1.808.000	0	0
<i>Obrigações Banif SCPS 2010/2013</i>	Entrada	28-03-2011	100.000	100.000	100.000	100.133

Fundos Residentes Abertos:							
Infrainvest FEIA						60.980	2.518.541
Fundos Residentes Fechados:							
Fundo de Capital de Risco Capven						150	227.404
Banif Renda Habitação	Saída	31-12-2011	10.000	10.213.431		0	0
Banif Imogest	Saída	31-12-2011	1.788.535	71.820.948		0	0
Banif Gestão Imobiliária	Saída	31-12-2011	25.000	22.274.955		0	0

Banif (Açores), SGPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					950.000	950.000,00
Obrigações Rentipar Seguros 2010/2015					4.000	4.000.000,00
Obrigações Banif 08/18 CX SUB					546.000	546.000,00
Obrigações Euroinvest 8 2007 / 2012	Aquisição	29/06/11	8.833.000	8.666.056,30	8.833.000	8.666.056,30
Investador SGPS, SA					1.183.900	9.376.488,00
Habiprede, SA					5.000	1.250.000,00

Banif Investimentos, SGPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Quota Espaço Dez					1	1.250,00
Acções Banif – Banco de Investimento, SA	Aumento do Capital Social	30-12-11	6.000.000	30.000.000,00	17.000.000	85.000.000,00
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					8.512.000	42.560.000,00
Acções Banif (Cayman), Ltd					26.000.000	29.640.000,00
Acções Banif Brasil, Ltda					120.000	58.800,00
Acções Banif Securities Holding, Ltd					2.108	2.391.926,52
Acções Banif International Bank, Ltd					24.975.000	24.975.000,00
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do BBI Brasil	28-07-11	21.768.680	3.370.029,21	208.853.246	2.088.532,46
Acções Banif International Holdings					15.008.874	15.008.874

Banif Açor Pensões, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2011
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Alienação	22-12-11	250.000,00	125.000	0

Banif International Asset Management

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2011
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

Numberone, SCPS, Lda

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor em 31/12/2011
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Finance, Ltd.					99.000 / 68.721,37 EUR

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS					Moeda
	Posição 31/12/11	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Obrigações BANIF 08/18 CX SUB PTBAFOX0003	507.000,00					EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017 PTBCAIXE0004	612.800,00					EUR
Obrigações BANIF 01/11 CX SUB PTBAFCXE0003	0	Reembolso Final	18-07-11	8.720.000,00	8.720.000,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017 PTBCAFXE0007	1.488.250,00					EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14 XS0208463306	650.000,00					EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015 XS0239804445	0	Venda	02-08-11	12.125.000,00	8.972.500,00	EUR
Acções BANIF FIN ACC PRF 07 XS0337503154	3.661					EUR
Acções BANIF FIN ACC PRF 09 XS0433814158	683					USD
Acções BANIF FIN ACC PRF 09 XS0433827994	7.173	Compra	08-07-11	1.438	1.394.860,00	USD
Acções BANIF FIN ACC PRF 08 XS0407145886	25.000	Compra	30-12-11	25.000	25.000.000,00	EUR
Acções BANIF FIN ACC PRF 08 XS0406452929	288					

Banif International Bank, Ltd (Bahamas)

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BANIF FIN SUB DEZ14 XS0208463306	Venda	1-12-11	274.000	228.790,00		
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19 XS0476077366	Venda	28-09-11	2.681.000	1.957.130,00		
	Venda	29-09-11	1.068.000	779.640,00		
	Venda	30-09-11	6.240.000	4.555.200,00		
	Venda	03-10-11	1.165.000	850.450,00		
	Venda	04-10-11	840.000	613.200,00		
	Venda	06-10-11	880.000	642.400,00		
	Venda	07-10-11	415.000	302.950,00		
	Venda	11-10-11	268.000	195.640,00		
	Venda	12-10-11	1.111.000	811.030,00		
	Venda	13-10-11	163.000	118.990,00		
	Venda	14-10-11	668.000	487.640,00		
	Venda	17-10-11	1.216.000	887.680,00		
	Venda	18-10-11	481.000	351.130,00		
	Venda	19-10-11	307.000	224.110,00		
	Venda	20-10-11	1.003.000	732.190,00		
	Venda	21-10-11	15.000.000	11.925.000,00		
	Venda	27-10-11	175.000	127.750,00		
	Venda	28-10-11	212.000	154.760,00		
	Venda	31-10-11	265.000	193.450,00		
	Venda	02-11-11	550.000	401.500,00		
	Venda	03-11-11	284.000	207.320,00		
	Venda	04-11-11	40.000	29.200,00		
	Venda	08-11-11	132.000	96.360,00		
	Venda	10-11-11	20.000	14.600,00		
	Venda	21-11-11	20.000	14.600,00		
	Venda	22-11-11	315.000	229.950,00		
	Venda	23-11-11	207.000	151.110,00		
	Venda	25-11-11	245.000	178.850,00		
	Venda	01-12-11	52.418.000	40.492.905,00		
	Compra	06-12-11	50.000	36.500,00		
	Venda	06-12-11	50.000	36.500,00		
	Compra	12-12-11	100.000	73.000,00		
	Venda	12-12-11	100.000	73.000,00		
	Compra	13-12-11	1.015.000	507.500,00		
	Venda	13-12-11	1.015.000	507.500,00		
	Compra	15-12-11	355.000	177.500,00		
	Venda	15-12-11	355.000	177.500,00		

	Compra	19-12-11	1.284.000	642.000,00		
	Venda	19-12-11	1.284.000	642.000,00		
	Compra	20-12-11	1.807.000	903.500,00		
	Venda	20-12-11	1.807.000	903.500,00		
	Compra	22-12-11	1.240.000	620.000,00		
	Venda	22-12-11	1.240.000	620.000,00		
	Compra	23-12-11	1.034.000	517.000,00		
	Venda	23-12-11	1.034.000	517.000,00		
	Compra	27-12-11	7.052.000	3.526.000,00		
	Venda	27-12-11	7.052.000	3.526.000,00		
	Compra	28-12-11	11.673.000	5.836.500,00		
	Venda	28-12-11	11.673.000	5.836.500,00		
	Compra	29-12-11	2.694.000	1.347.000,00		
	Venda	29-12-11	2.694.000	1.347.000,00		
	Compra	30-12-11	6.910.000	3.455.000,00		
	Venda	30-12-11	6.910.000	3.455.000,00		
					0	0,0
Acções BANIF FIN ACC PRF 04 XS0208508845	Compra	22-12-11	450	225.000,00		
	Compra	27-12-11	1.050	525.000,00		
	Compra	28-12-11	244	122.000,00		
	Compra	28-12-11	1.336	668.000,00		
	Compra	29-12-11	1.222	611.000,00		
	Compra	30-12-11	50	25.000,00		
	Compra	30-12-11	165	82.500,00		
	Compra	30-12-11	50	25.000,00		
	Compra	30-12-11	4.567	2.283.500,00		
					0	0,0
Obrigações BANIF FIN SUB PERP XS0280064204	Compra	21-12-11	586.000	321.200,00		
	Compra	28-12-11	250.000	137.500,00		
	Compra	28-12-11	863.000	474.650,00		
	Compra	30-12-11	400.000	220.000,00		
	Compra	30-12-11	1.164.000	640.200,00		
	Compra	30-12-11	250.000	137.500,00		
	Venda	30-12-11	3.511.000	1.931.050,00		
					0	0,0
Acções BANIF ACC PRF 07 XS0337503154	Compra	21-12-11	100	50.000,00		
	Compra	15-12-11	530	265.000,00		
	Compra	16-12-11	355	177.500,00		
	Compra	22-12-11	240	120.000,00		
	Compra	27-12-11	190	95.000,00		
	Compra	28-12-11	515	257.500,00		
	Compra	28-12-11	723	361.500,00		
	Compra	29-12-11	5.408	2.704.000,00		

	Compra	30-12-11	4.696	2.348.000,00		
	Compra	30-12-11	358	179.000,00		
	Compra	30-12-11	1.911	955.500		
	Compra	30-12-11	332	166.000,00		
	Compra	30-12-11	51	25.500,00		
	Compra	30-12-11	339	169.500,00		
	Venda	30-12-11	15.748	7.874.000,00		
					0	0,0
Acções BANIF FIN ACC PRF 09 XS0433827994	Compra	28-12-11	250	125.000,00		
	Compra	29-12-11	252	126.000,00		
	Compra	30-12-11	150	75.000,00		
	Compra	30-12-11	61	30.500,00		
	Compra	30-12-11	50	25.000,00		
	Compra	30-12-11	150	75.000,00		
	Compra	30-12-11	500	250.000,00		
	Venda	30-12-11	1.413	706.500,00		
					0	0,0

Banif Holding (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Investimentos, SCPS, SA PREF.S/VOTO						210.000,00

Banif Bank Malta PLC

VALORES MOBILIÁRIO	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	quant.	Valor
Obrigações Banif SCPS 2008/2011 PTBNFLOE0002	Reembolso Final	15-07-11	920.000	892.400,00	0	0
OBRIGAÇÕES BANIF FIN FLT MAI12 XS0300795746	Compra	08-08-11	1.000.000	872.500,00		
	Compra	11-08-11	3.000.000	2.610.000,00	4.000.000	3.482.500
OBRIGAÇÕES BANIF FIN 6% NOV 13 XS0568463367	Compra	03-01-11	7.359.000	7.359.000,00		
	Venda	05-01-11	59.000	59.000,00		
	Venda	06-01-11	292.000	292.000,00		
	Venda	07-01-11	201.000	201.000,00		
	Venda	07-01-11	150.000	150.000,00		
	Venda	10-01-11	70.000	70.000,00		
	Venda	11-01-11	100.000	100.000,00		
	Venda	12-01-11	280.000	280.000,00		
	Venda	13-01-11	75.000	75.000,00		
	Venda	13-01-11	240.000	240.000,00		

	Venda	18-01-11	255.000	255.000,00		
	Venda	21-01-11	250.000	250.000,00		
	Venda	26-01-11	334.000	334.000,00		
	Venda	27-01-11	68.000	68.000,00		
	Venda	31-01-11	170.000	170.000,00		
	Venda	01-02-11	463.000	463.000,00		
	Venda	03-02-11	338.000	338.000,00		
	Venda	04-02-11	300.000	300.000,00		
	Venda	10-02-11	60.000	60.000,00		
	Venda	14-02-11	125.000	125.000,00		
	Venda	15-02-11	50.000	50.000,00		
	Venda	22-02-11	350.000	350.000,00		
	Venda	23-02-11	200.000	200.000,00		
	Venda	24-02-11	300.000	300.000,00		
	Venda	25-02-11	100.000	100.000,00		
	Venda	01-03-11	80.000	80.000,00		
	Venda	04-03-11	211.000	211.000,00		
	Venda	09-03-11	178.000	178.000,00		
	Venda	10-03-11	69.000	69.000,00		
	Venda	5-03-11	504.000	504.000,00		
	Venda	16-03-11	110.000	110.000,00		
	Venda	18-03-11	62.000	62.000,00		
	Venda	22-03-11	79.000	79.000,00		
	Venda	23-03-11	65.000	65.000,00		
	Venda	24-03-11	65.000	65.000,00		
	Venda	25-03-11	135.000	135.000,00		
	Venda	07-04-11	58.000	58.000,00		
	Venda	15-04-11	50.000	50.000,00		
	Venda	27-04-11	50.000	50.000,00		
	Venda	04-05-11	70.000	70.000,00		
	Venda	09-05-11	50.000	50.000,00		
	Venda	11-05-11	9.000	9.000,00		
	Venda	08-06-11	163.000	163.000,00		
	Venda	28-06-11	250.000	250.000,00		
					271.000	271.000,00
Obrigações BANIF FIN 5% NOV 13 XS0568466030	Compra	30-01-11	9.196.000	(USD) 9.196.000,00		
	Venda	14-01-11	160.000	(USD) 160.000,00		
	Venda	18-01-11	163.000	(USD) 163.000,00		
	Venda	21-01-11	107.000	(USD) 107.000,00		
	Venda	11-02-11	138.000	(USD) 138.000,00		
	Venda	14-02-11	110.000	(USD) 110.000,00		
	Venda	15-02-11	479.000	(USD) 479.000,00		
	Venda	17-02-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	28-02-11	190.000	(USD) 190.000,00		

	Venda	04-03-11	460.000	(USD) 460.000,00		
	Venda	17-03-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	18-03-11	293.000	(USD) 293.000,00		
	Venda	23-03-11	924.000	(USD) 924.000,00		
	Venda	25-03-11	113.000	(USD) 113.000,00		
	Venda	18-04-11	452.000	(USD) 452.000,00		
	Venda	20-04-11	108.000	(USD) 108.000,00		
	Venda	04-05-11	2.000.000	(USD) 2.000.000,00		
	Venda	11-05-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	28-06-11	255.000	(USD) 255.000,00		
	Venda	06-07-11	597.000	(USD) 597.000,00		
	Venda	14-07-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	20-07-11	194.000	(USD) 194.000,00		
	Venda	29-08-11	109.000	(USD) 109.000,00		
	Venda	05-09-11	157.000	(USD) 157.000,00		
	Venda	12-10-11	223.000	(USD) 223.000,00		
					1.564.000	1.564.000,00

Banif Finance Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	quant.	Valor
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015	Venda	30-06-11	9.390	9.390.000,00	0	0
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015	Venda	30-06-11	2.736	2.257.200,00	0	0
Obrigações Banif SFE 09 FIT PRP					10.000	10.000.000,00
Obrigações BIB 6,5% PERP					10.000	10.000.000,00

Banif Mais - SCPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banco Mais, SA					100.000.000	100.000.000,00
Acções Tecnicrédico ALD – Aluguer de Automóveis, SA					200.000	1.000.000,00
Quotas Margem – Mediação de Seguros, Lda.					3	6.234,97
Acções TCC Investments Luxembourg SARL					100	12.500,00
Obrigações de Caixa Subordinadas com Juro Suplementar Banco Mais 2004 / 2011	Reembolso	15-03-11	2	100,00	0	

Banco Banif Mais, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Plus Bank Zártkoruen Mukodo Reszvenytársaság					1.500.000	3.000.000,00 HUF
Obrigações BMORE 4 Class E	Amortização Parcial	21-02-11		548.727,38		
	Amortização Parcial	20-05-11		447.635,71		
	Amortização Parcial	22-08-11		358.141,25		
	Amortização Parcial	22-11-11		279.538,14	757.224,60	757.224,60
Obrigações BMORE 5 Class B					41.250.000	41.250.000,00
Acções TCC Investments Luxemburg SARL	Aumento Capital Social	04-02-11	900	112.500,00	900	112.500,00
Banco Mais, SA 3Y Floating Rate Government Guaranteed Notes	Operação Reforço Liquidez	19-07-11	250	25.000.000,00	250	100.000,
Obrigações de Caixa Subordinadas – Banif Leasing, SA 2005 / 2015	Incorporação da BanifCo	30-12-11	6.000	6.000.000,00	6.000	6.000.000,00
Obrigações Atlantes Finance 3 Class C					1	6.125.173,00
Obrigações Atlantes Finance 4 Class D	Investimento Financeiro	21-12-11	69,02	6.901.526,75	69,02	

TCC Investments Luxembourg, SARL

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BMORE 4 Class D	Amortização Parcial	21-11-11	22,31	1.115.334,87	57,69	3.000.000,00
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortização Parcial	21-02-11		243.386,85		
	Amortização Parcial	20-05-11		198.547,86		
	Amortização Parcial	22-08-11		158.852,78		
	Amortização Parcial	22-11-11		123.988,54	300.052,71	2.534.419,03
Obrigações BMORE 5 Class C					2.750.000	2.750.000,00

Banif - Banco de Investimento, SA

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade / valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor	
BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, SA	Banif Gestão de Activos, SA					400.000
	Banif Açor Pensões, SA	Aquisição	30-12-11	10.000	106.800	199.000
	Banif Capital, SA					150.000
	Centro Venture	Alienação	29-06-11	382.500	165.007	0
	Gamma STC, SA					250.000
	Banif International Asset Management					USD 50.000
	Acções Banif SCPS	Aquisição	10-01-2011	8.000	6.450	
	Acções Banif SCPS	Alienação	12-01-2011	8.000	6.720	
	Acções Banif SCPS	Alienação	17-01-2011	8.000	7.150	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	17-01-2011	5.000	4.250	
	Acções Banif SCPS	Alienação	19-01-2011	4.000	3.840	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	25-01-2011	4.000	3.760	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	27-01-2011	13.000	12.350	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	28-01-2011	3.000	2.760	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	31-01-2011	2.000	1.880	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	11-02-2011	2.500	2.375	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	15-02-2011	2.500	2.400	
	Acções Banif SCPS	Alienação	16-02-2011	15.000	14.850	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	16-02-2011	15.000	14.700	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	10-03-2011	1.000	930	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	11-03-2011	19.000	17.267	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	15-03-2011	2.500	2.200	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	16-03-2011	10.000	8.645	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	17-03-2011	100	86	
	Acções Banif SCPS	Alienação	23-03-2011	2.212	1.858	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	23-03-2011	5.000	4.220	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	30-03-2011	5.000	4.055	
	Acções Banif SCPS	Alienação	01-04-2011	5.000	4.195	
	Acções Banif SCPS	Alienação	06-04-2011	5.000	4.008	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	15-04-2011	6.000	4.566	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	18-04-2011	3.612	2.655	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	26-04-2011	5.000	3.591	
Acções Banif SCPS	Aquisição	27-04-2011	2.115	1.459		
Acções Banif SCPS	Aquisição	04-05-2011	4	3		
Acções Banif SCPS	Aquisição	20-05-2011	3.885	2.681		
Acções Banif SCPS	Alienação	24-05-2011	28.019	20.813		
Acções Banif SCPS	Aquisição	01-06-2011	10.749	7.793		
Acções Banif SCPS	Aquisição	14-06-2011	2.500	1.815		

Acções Banif SCPS	Aquisição	15-06-2011	3.770	2.709
Acções Banif SCPS	Aquisição	16-06-2011	5.000	3.500
Acções Banif SCPS	Aquisição	17-06-2011	12.500	8.280
Acções Banif SCPS	Alienação	22-06-2011	9.997	6.638
Acções Banif SCPS	Aquisição	22-06-2011	9.997	6.518
Acções Banif SCPS	Aquisição	23-06-2011	10.000	6.298
Acções Banif SCPS	Alienação	04-07-2011	10.000	6.490
Acções Banif SCPS	Aquisição	06-07-2011	5.000	3.075
Acções Banif SCPS	Aquisição	11-07-2011	10.022	5.812
Acções Banif SCPS	Alienação	12-07-2011	7.500	4.343
Acções Banif SCPS	Aquisição	12-07-2011	7.478	3.993
Acções Banif SCPS	Aquisição	14-07-2011	5.000	2.750
Acções Banif SCPS	Aquisição	15-07-2011	5.000	2.595
Acções Banif SCPS	Aquisição	18-07-2011	2.000	988
Acções Banif SCPS	Alienação	20-07-2011	1.000	519
Acções Banif SCPS	Aquisição	20-07-2011	1.000	490
Acções Banif SCPS	Alienação	21-07-2011	1.000	520
Acções Banif SCPS	Aquisição	21-07-2011	1.000	501
Acções Banif SCPS	Alienação	22-07-2011	5.000	2.695
Acções Banif SCPS	Aquisição	25-07-2011	73	37
Acções Banif SCPS	Alienação	26-07-2011	4	2
Acções Banif SCPS	Aquisição	27-07-2011	10.000	5.150
Acções Banif SCPS	Alienação	29-07-2011	12.500	6.698
Acções Banif SCPS	Aquisição	02-08-2011	5.000	2.595
Acções Banif SCPS	Aquisição	03-08-2011	12.119	6.302
Acções Banif SCPS	Aquisição	05-08-2011	5.000	2.500
Acções Banif SCPS	Aquisição	08-08-2011	7.500	3.453
Acções Banif SCPS	Aquisição	11-08-2011	8.300	3.498
Acções Banif SCPS	Alienação	12-08-2011	8.300	3.602
Acções Banif SCPS	Aquisição	17-08-2011	4.855	2.000
Acções Banif SCPS	Alienação	18-08-2011	10.000	4.100
Acções Banif SCPS	Aquisição	18-08-2011	15.780	6.528
Acções Banif SCPS	Alienação	19-08-2011	5.780	2.393
Acções Banif SCPS	Aquisição	22-08-2011	500	205
Acções Banif SCPS	Aquisição	26-08-2011	7.953	3.380
Acções Banif SCPS	Alienação	29-08-2011	7.500	3.510
Acções Banif SCPS	Aquisição	01-09-2011	7.500	3.441
Acções Banif SCPS	Aquisição	05-09-2011	7.500	3.240
Acções Banif SCPS	Aquisição	06-09-2011	5.000	2.000
Acções Banif SCPS	Aquisição	07-09-2011	1.000	401
Acções Banif SCPS	Alienação	13-09-2011	2.500	1.020
Acções Banif SCPS	Aquisição	13-09-2011	1.000	393
Acções Banif SCPS	Alienação	19-09-2011	1.000	428
Acções Banif SCPS	Aquisição	19-09-2011	1.000	412
Acções Banif SCPS	Aquisição	21-09-2011	10.000	3.990
Acções Banif SCPS	Alienação	27-09-2011	18.000	7.354
Acções Banif SCPS	Alienação	03-10-2011	100	40
Acções Banif SCPS	Aquisição	03-10-2011	200	80
Acções Banif SCPS	Alienação	04-10-2011	1.100	419
Acções Banif SCPS	Aquisição	04-10-2011	2.500	943
Acções Banif SCPS	Alienação	06-10-2011	1.500	578
Acções Banif SCPS	Alienação	21-10-2011	6.104	2.215

Acções Banif SCPS	Aquisição	21-10-2011	6.104	2.136	
Acções Banif SCPS	Aquisição	25-10-2011	3.146	1.041	
Acções Banif SCPS	Aquisição	26-10-2011	5.000	1.585	
Acções Banif SCPS	Alienação	07-12-2011	10.000	3.400	
Acções Banif SCPS	Alienação	09-12-2011	5.000	1.940	
Acções Banif SCPS	Aquisição	09-12-2011	5.000	1.830	EUR 152.146
Banif Imobiliária, SA	Aquisição	30-12-2011	6.400.000	32.000.000	EUR 6.400.000
Trade Invest LTD Var 06/11	Reembolso	20-06-2011	742.000	742.000	0
Trade Invest 06/11	Reembolso	20-06-2011	5.750.000	5.750.000	0
Euro Invest 12/29/49	Aquisição	24-10-2011	110.000	88.000	EUR 110.000
Euro Invest Ltd Euro 15 12/29/49	Alienação	29-06-2011	296.000	277.056	0
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	750.000	562.537,04	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Alienação	28-06-2011	4.010.000	2.991.722,20	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	2.000.000	1.500.098,78	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	260.000	169.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	1.000.000	750.049,39	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	18-10-2011	1.000.000	750.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Alienação	18-10-2011	1.000.000	750.000	0
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	06-09-2011	1.112.000	333.600	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	28-09-2011	1.000.000	300.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	30-09-2011	2.112.000	633.600	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	19-10-2011	2.947.000	1.237.740	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	19-10-2011	2.053.000	862.260	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	19-10-2011	5.000.000	2.100.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	25-10-2011	900.000	405.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	25-10-2011	1.197.000	508.950	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	25-10-2011	539.000	242.550	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	25-10-2011	539.000	242.550	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	25-10-2011	67.000	23.450	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	26-10-2011	145.000	65.250	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	26-10-2011	145.000	65.250	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	27-10-2011	220.000	99.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	27-10-2011	450.000	202.500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	02-11-2011	220.000	77.000	

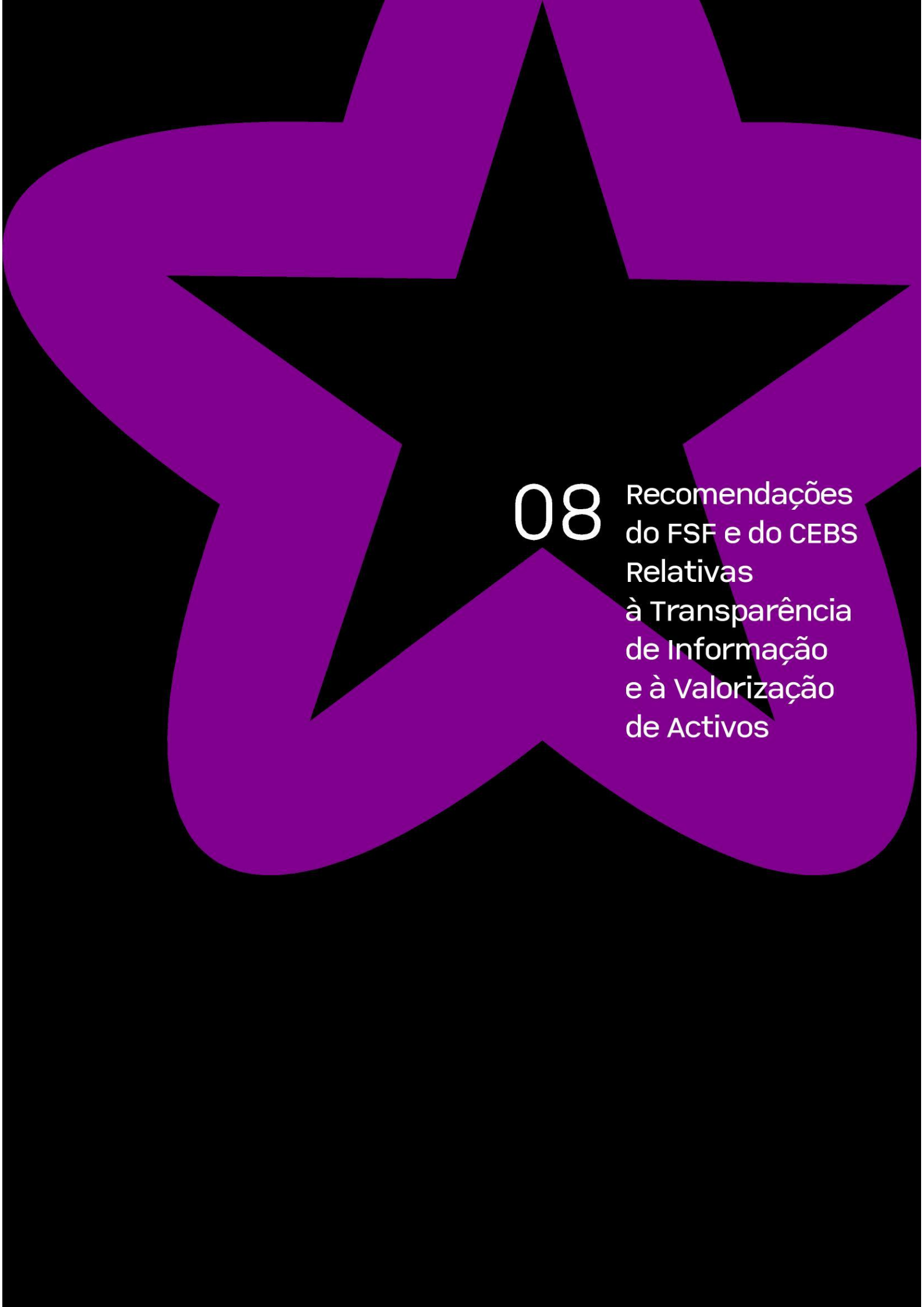
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	02-11-2011	220.000	77.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	10-11-2011	98.000	34.300	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	15-11-2011	98.000	34.300	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	17-11-2011	60.000	21.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	17-11-2011	60.000	21.000	0
Banif SA 2005-2010	Aquisição	29-06-2011	1.000.000	740.000	
Banif SA 2005-2010	Aquisição	29-06-2011	965.000	714.100	
Banif SA 2005-2010	Aquisição	29-06-2011	3.000.000	2.175.000	
Banif SA 2005-2010	Aquisição	30-06-2011	250.000	162.500	
Banif SA 2005-2010	Alienação	30-06-2011	5.715.000	4.124.115	
Banif SA 2005-2010	Aquisição	30-06-2011	500.000	325.000	0
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-06-2011	70.000	31.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-06-2011	7.000.000	3.501.309	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-06-2011	500.000	250.300,78	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	28-06-2011	7.570.000	3.804.981,4	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	30-06-2011	196.000	98.134,19	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	30-06-2011	25.000	12.517,12	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	30-06-2011	171.000	85617,08	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	01-07-2011	25.000	12.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	20-09-2011	481.000	226.070	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-09-2011	40.000	18.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-09-2011	63.000	28.350	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	30-09-2011	609.000	284.951	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	24-10-2011	38.000	20.900	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	24-10-2011	38.000	20.900	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	25-10-2011	5.126.000	2.426.700	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	1.688.000	759.600	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	400.000	220.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	800.000	440.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	600.000	270.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	25-10-2011	600.000	270.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	2.238.000	1.007.100	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	112.000	61.600	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	332.000	149.400	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	1.138.000	625.900	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	175.000	96.250	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	26-10-2011	2.791.000	1.398.450	

Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	1.034.000	465.300	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-10-2011	285.000	128.250	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	27-10-2011	435.000	210.750	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-10-2011	50.000	27.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-10-2011	100.000	55.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-10-2011	130.000	58.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	02-11-2011	500.000	225.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	02-11-2011	50.000	22.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	02-11-2011	70.000	31.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	02-11-2011	250.000	112.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	07-11-2011	160.000	72.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	07-11-2011	250.000	112.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	07-11-2011	90.000	40.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	14-11-2011	200.000	90.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	14-11-2011	200.000	90.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	21-12-2011	586.000	263.700	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	21-12-2011	586.000	263.700	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	30-12-2011	29.000	13.050	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	30-12-2011	29.000	13.050	0
Banif Finance 2006-2016	Aquisição	09-12-2011	100.000	65.000	
Banif Finance 2006-2016	Alienação	20-12-2011	100.000	65.000	0
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	14-01-2011	700.000	588.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	04-02-2011	700.000	602.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	09-03-2011	5.000.000	4.200.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	07-03-2011	5.000.000	4.175.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	09-03-2011	5.000.000	4.200.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	08-03-2011	5.000.000	4.175.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	03-05-2011	300.000	256.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	03-05-2011	300.000	255.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	25-05-2011	300.000	255.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	25-05-2011	300.000	256.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	26-05-2011	300.000	259.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	26-05-2011	300.000	258.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	08-06-2011	300.000	258.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	08-06-2011	300.000	256.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	15-06-2011	100.000	87.000	

Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	15-06-2011	550.000	475.750	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	15-06-2011	50.000	43.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	15-06-2011	400.000	348.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	22-06-2011	1.000.000	825.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	24-06-2011	150.000	123.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	27-06-2011	1.000.000	820.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	27-06-2011	2.000.000	1.650.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	29-06-2011	4.150.000	3.428.373	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	30-06-2011	5.000.000	4.262.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	30-06-2011	6.953.000	5.927.433	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	30-06-2011	11.953.000	10.189.933	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	08-08-2011	3.000.000	2.610.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	08-08-2011	3.000.000	2.610.000	0
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	13-12-2011	510.000	255.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	22-12-2011	250.000	125.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	19-12-2011	600.000	300.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	20-12-2011	1.241.000	620.500	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	27-12-2011	3.680.000	1.840.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	27-12-2011	200.000	100.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	30-12-2011	3.825.000	1.912.500	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	28-12-2011	730.000	365.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	28-12-2011	236.000	118.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	29-12-2011	183.000	91.500	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	30-12-2011	734.000	367.000	
Banco Comercial dos Açores Float 03/11	Reembolso	31-03-2011	210.000	210.000	0
Banco Comercial dos Açores Float 10/16	Alienação	29-06-2011	185.750	178.692	0
Banco Comercial dos Açores Float 09/17	Alienação	29-06-2011	164.000	155.800	0
Banif Float 07/11	Alienação	29-06-2011	644.000	630.476	0

Banif SA 2008-2018	Aquisição	05-01-2011	10.000	10.000	
Banif SA 2008-2018	Alienação	05-01-2011	10.000	10.000	EUR 10.000
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	19-09-2011	375.000	187.500	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	28-09-2011	70.000	33.600	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	30-09-2011	445.000	221.121	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	24-10-2011	38.000	19.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	24-10-2011	38.000	19.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	485.000	242.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	440.000	220.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	880.000	440.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	810.000	405.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	25-10-2011	2.130.000	1.065.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	25-10-2011	485.000	242.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	112.000	56.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	1.000.000	450.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	192.000	96.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	135.000	67.500	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	26-10-2011	1.603.000	801.500	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	26-10-2011	1.000.000	450.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	1.164.000	582.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-10-2011	405.000	202.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-10-2011	50.000	25.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-10-2011	110.000	55.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	27-10-2011	565.000	282.500	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	19-12-2011	450.000	180.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	19-12-2011	450.000	180.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	27-12-2011	200.000	100.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-12-2011	200.000	100.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	28-12-2011	4.061.000	2.030.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	28-12-2011	3.825.000	1.912.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	28-12-2011	236.000	118.000	0
Banif Invest. Brasil 5 1/4 03/12	Alienação	28-03-2011	903.000	882.683	0
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	25-01-2011	60.000	58.500	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	04-03-2011	195.000	189.930	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	24-03-2011	50.000	49.000	

Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	23-03-2011	50.000	48.875	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	28-03-2011	5.037.000	4.936.260	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	28-03-2011	60.000	58.800	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	28-03-2011	50.000	48.875	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	28-03-2011	60.000	58.650	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	200.000	195.500	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	100.000	97.750	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	150.000	146.625	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	60.000	58.650	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	06-04-2011	130.000	128.050	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	06-04-2011	50.000	49.250	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	11-04-2011	210.000	205.275	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	11-04-2011	80.000	78.200	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	06-05-2011	100.000	99.400	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	03-06-2011	500.000	487.500	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	16-06-2011	250.000	247.500	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	22-06-2011	50.000	47.000	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	03-11-2011	20.000	19.180	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	25-11-2011	50.000	48.250	EUR 1.615.000
Banif SCPS 2009- 2012	Alienação	24-08-2011	5.000.000	4.707.500	
Banif SCPS 2009- 2012	Aquisição	24-08-2011	5.000.000	4.694.000	EUR 48.186.000
Banif Banco de investimento Float 07/14	Emissão	19-07-2011	55.000.000	55.000.000	
Banif Banco de investimento Float 07/14	Subscrição	25-07-2011	55.000.000	55.000.000	0
Banif Banco de investimento Float 12/14	Emissão	22-12-2011	95.000.000	95.000.000	
Banif Banco de investimento Float 12/14	Subscrição	22-12-2011	95.000.000	95.000.000	0



08 Recomendações
do FSF e do CEBS
Relativas
à Transparência
de Informação
e à Valorização
de Activos

08

Recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos

A informação que segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, e Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008, ambas do Banco de Portugal, sobre a “Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos”.

I. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).

O modelo de negócio do Grupo encontra-se descrito na parte 2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO EM 2011” do Relatório de Gestão OU 2. A Actividade Desenvolvida pelo Banif - Banco de Investimento, SA e Empresas Subsidiárias em 2011. O BANIF, Banco de Investimento (BBI) manteve o seu papel nuclear na arquitectura do BANIF, Grupo Financeiro, desenvolvendo directamente as actividades de Mercado de Capitais (vendas, carteira própria, estruturação, securitização), Advisory & Structured finance, Corporate banking, Crédito e Private banking e indirectamente, através das suas participadas, as actividades de gestão de fundos de investimento (mobiliários, imobiliários e de pensões) e de capital de risco, mantendo o seu foco estratégico em Portugal, Espanha e Brasil.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).

Posicionando-se, em Portugal, como instituição vocacionada para servir sobretudo os 2º e 3º “tiers” do tecido nacional e reforçando, em termos geográficos, um claro enfoque sobre o eixo Península Ibérica – Brasil, o Banif – Banco de Investimento continuará a centrar a sua actuação na satisfação das necessidades de clientes de vários segmentos - institucionais, “corporate” e “private” – através dos produtos e serviços criados nas suas fileiras especializadas: mercado de capitais, gestão de activos, incluindo a gestão de fundos de investimento e a gestão de fundos de pensões, “advisory services”, “corporate finance” e M&A, “Project & Leverage finance”, “venture capital” procurando a maximização de sinergias e potenciação de “cross-selling” entre áreas.

A estratégia do Banco, actualizada em face da situação financeira que entretanto eclodiu nos mercados - traduzida numa crise de valor e liquidez sem precedentes e num forte surto de “desalavancagem” financeira, e que agora se materializa numa recessão económica que se antevê forte e persistente - compreende um elemento de “dynamic rightsizing”, optimizando a capacidade instalada, e um elemento de focalização, almejando a geração de valor em circunstâncias particularmente difíceis em termos de liquidez e capital.

Não existindo um pipeline concreto de estruturação de novas operações para o Grupo Banif, o BBI permanecerá com a gestão das actuais, mas igualmente receptivo a novas oportunidades tanto no Grupo como fora do mesmo.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).

As actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio encontra-se descrito na parte 2. A Actividade Desenvolvida pelo Banif - Banco de Investimento, SA e Empresas Subsidiárias em 2011 do Relatório de Gestão

O Anexo às contas incluído neste Relatório aborda o tema da importância da contribuição das várias actividades nos seus pontos 4. ("Relato por Segmentos").

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.

Na actividade de Asset Management os instrumentos utilizados por excelência são os fundos de investimento, habitualmente divididos nas sub-classes "Mobiliários", "Imobiliários" e "Especiais". Tratam-se de produtos regulamentados e supervisionados de perto pelas autoridades locais sob um ambiente de negócios com bastante informação sobre o posicionamento e quota de mercado dos diferentes "players".

Nas actividades de "Capital Markets" importa dividir o universo nas suas várias partes: Renda Fixa & Vendas, Renda Variável, Research & Corretagem, Estruturação, Securitização. Na primeira merecem destaque as actividades de gestão de carteira de obrigações e outros instrumentos de dívida incluindo ABS e derivados. Na segunda focamo-nos presentemente na Corretagem e Research. Em relação à Estruturação temos a expectativa de manter um "pipeline" de trabalho razoável, apesar das condições do mercado, e na Securitização, como referimos atrás, existem objectivos concretos relacionados com a montagem e gestão de operações de titularização de carteiras do Grupo BANIF.

Os produtos da área de mercado de capitais incluem, na renda fixa, os chamados "produtos estruturados" que os novos standards de contabilidade permitem contabilizar em "Loans & Receivables".

Os novos produtos e serviços são aprovados em sede multi-disciplinar pelo Comité de Novos Produtos do Banco.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.

Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos genericamente na parte 2. A Actividade Desenvolvida pelo Banif - Banco de Investimento, SA e Empresas Subsidiárias em 2011 do Relatório de Gestão. A amplitude do envolvimento da instituição em termos de "Risk Weighted Assets" mostra preponderância no crédito e "fixed income" e nas participações de "equity" em fundos de investimento, reflectindo a actual alocação de capital do banco; em termos de recursos humanos e materiais assumem relevo as áreas de Mercado de Capitais e Asset Management,

II. Riscos e Gestão dos Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados encontram-se pormenorizadamente descritos na nota “38. Riscos de Instrumentos Financeiros” do Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais e “37. Riscos de Instrumentos Financeiros” do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas deste relatório.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados encontram-se pormenorizadamente descritos na nota “38. Riscos de Instrumentos Financeiros” do Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais e “37. Riscos de Instrumentos Financeiros” do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas deste relatório.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “*write-downs*” nos resultados.

Descrição apresentada no ponto seguinte.

9. Decomposição dos “*write-downs*”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).

Nos mapas em anexo são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO) e asset-backed securities (ABS), para os períodos em referência.

(valores em euros)

Tipo Produto	31-12-10			31-12-11		
	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas
ABS	1.023.318	566.554	-70.778	0	492.974	0
CDO	16.015	-881.500	0	0	-501.000	0
CLO	1.897.716	0	-115.571	829.628	1.046.929	607.447
CMBS	16.375	138.445	-6.460	-704.065	13.096	154.500
RMBS	269.738	219.000	1.298.740	-267.599	255.653	14.909
Total	3.223.162	42.498	1.105.930	-142.036	1.307.652	776.856

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário *sub-prime* foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual se traduziu num acentuado alargamento dos *spreads* e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se numa enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados - o mercado tornou-se ilíquido -, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos *spreads* de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto nos activos do sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados ou activos de securitização.

Ao nível do BBI, um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente *marked-to-market* até à primeira metade de 2008, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com impacto negativo ao nível dos resultados e dos capitais próprios do Banco.

Os últimos anos em retrospectiva

Em 2009, assistiu-se de forma global a uma forte recuperação do mercado dos produtos estruturados, nomeadamente no segmento dos CDOs. Não obstante os quatro primeiros meses adormecidos, estes produtos registaram elevados volumes de transacção no mercado secundário no conjunto do ano, com uma queda acentuada dos *spreads* a partir de Maio. As taxas de *default* nos CLOs que vinha a aumentar continuamente desde 2008 até aos primeiros meses de 2009, registaram posteriormente uma redução gradual. Reflectindo um impressionante rally durante o ano, especialmente a partir da segunda metade, a maior parte de activos resultantes de securitizações ofereceu em 2009 um retorno muito superior ao investimento em obrigações Investment Grade.

2010 foi também um ano de recuperação transversal às várias classes de activos de securitização, quer em termos absolutos como relativos, embora com ritmos díspares entre os vários tipos de produtos. Nos ABS americanos de financiamento ao consumo, os mercados voltaram quase para os níveis pré-crise em termos de *spreads* e novas emissões, os preços dos RMBS registaram uma forte apreciação, e os CMBS, CLOs e ABS Europeus ocuparam uma posição intermédia em termos de performance. De uma forma global, a política acomodatória e copiosa em termos de injeção de liquidez por parte dos bancos centrais contribuiu para retornos positivos nos activos de risco, mas com os activos de securitização (asset-backed securities ou ABS, em sentido lato) a registar uma performance superior em termos de retorno total, acima do crédito Investment Grade (IG) e mesmo High Yield (HY). A primeira metade pautou-se pela manutenção da tendência positiva iniciada em 2009, traduzida no estreitamento dos *spreads* dos produtos estruturados e correspondente aumento do preço. Esta melhoria de mercado foi também patente no crescimento da colocação de novas transacções em investidores terceiros, por parte de emitentes internacionais, com o montante emitido em Março de 2010 a atingir o valor mais alto desde Dezembro de 2007.

Na segunda metade de 2010, os *spreads* dos ABS permaneceram a níveis constantes e bastante estáveis, excepto no que diz respeito ao estreitamento dos *spreads* nos CMBS, em contraste com a volatilidade observada nas obrigações de empresas e os mercados de CDS. Contudo, esta estabilidade foi meramente reflexo da reduzida liquidez e da inactividade do mercado secundário. Já no final do ano, os *spreads* dos RMBS em alguns países periféricos da zona

euro com maiores desequilíbrios orçamentais permaneceram a níveis superiores aos atingidos após a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008. Com efeito, o mercado de securitização permaneceu em baixa em 2010, reflectido nos níveis reduzidos de volumes de emissão no mercado de ABS, que caiu para o nível mais baixo desde 2003.

2011 em análise

Pelo terceiro ano consecutivo desde a intensificação da turbulência financeira no Outono de 2008, os riscos permanecem elevados na zona euro, nomeadamente quanto ao risco de contágio das economias mais periféricas às mais desenvolvidas, tendo como foco, uma vez mais, a interligação entre os sectores financeiro e soberano. Em 2011, o mercado de produtos estruturados continuou uma tendência gradual recuperação desde a queda abrupta de 2008-2009, em sintonia com o desenvolvimento geral dos mercados, mas com acrescida volatilidade e pressões negativas conjunturais. O volume de novas emissões ficou algo aquém do ano anterior, mas com o número de transacções efectuadas a excederem as verificadas em 2010.

Os eventos macroeconómicos pesaram negativamente nos mercados de produtos de securitização em 2011, sendo que o ano foi marcado por uma maior volatilidade do que o inicialmente esperado. Globalmente, verificou-se uma tendência decrescente do preço destes activos, não obstante a existência de picos em alguns meses, nomeadamente entre Fevereiro e Abril, e que foram aproveitados para a venda maciça de activos desta natureza detidos em carteira no BBI, inserida na estratégia global de desalavancagem.

No que diz respeito ao mercado dos ABS, tanto a actividade primária como secundária continuaram em baixa em 2011, limitando, desta forma, a capacidade de os bancos se financiarem através da emissão destes instrumentos, com particular ênfase no que toca às instituições cujos *ratings* caíram para níveis abaixo de Investment Grade (ex. Grécia e Portugal). A emissão de ABS, que seriam retidos em carteira por parte dos bancos, na sua larga maioria com o objectivo de utilização como colateral nas operações de refinanciamento no Eurosistema reduziu significativamente, em grande parte, devido ao apertar dos critérios de elegibilidade pelo ECB. Exigências regulamentares ao nível dos bancos, com penalização ao nível da ponderação de risco de produtos estruturados, colocaram igualmente estes títulos sob pressão. O sector enfrenta potenciais impactos negativos de um regime regulamentar punitivo e algo incerto, designadamente a implementação da regra Volker e a legislação de Basel III relativa à retenção do risco e de requisitos de capital afectaram a liquidez, volatilidade e o valor relativo entre as várias classes de activos de securitização, especialmente evidente nos títulos com maior risco de crédito.

Os *spreads* dos RMBS continuaram a caracterizar-se por uma elevada diferenciação entre os vários países da zona Euro, com os países atingidos quer por recessões económicas severas ou afectados por bolhas no mercado imobiliário, a transaccionar a *spreads* elevados, enquanto outros países, com uma situação económica mais benevolente, mostraram uma tendência de redução. Com efeito, o segmento residencial enfrentou uma fase de sobre-correcção, espelhando um aumento generalizado dos indicadores de delinquência em consequência da desaceleração económica (em alguns casos, recessão mesmo) e o aumento das taxas de desemprego, especialmente na Europa.

A erosão da liquidez no mercado, aliada às estratégias generalizadas de desalavancagem por partes dos bancos, condicionou fortemente o comportamento destes mercados, salientando-se pela negativa as vendas forçadas de activos imobiliários com impacto ao nível dos CMBS. Em termos de doutrina, poderá considerar-se que os fundamentais do mercado de commercial real estate seguem a economia, na medida que o abrandamento e recessão económica reflectem-se negativamente nos valores dos arrendamentos e nas taxas de ocupação. Desta forma, as

alterações negativas nas perspectivas macroeconómicas dos países da Zona Euro ao longo de 2011, reflectiram-se respectivamente no alargamento dos *spreads* dos CMBS. O ano foi ainda marcado várias reestruturações de CMBS, com os *servicers* a terem na sua agenda um conjunto alargado de créditos problemáticos para lidar, e tendo-se verificado um elevado recurso a extensões do prazo.

No futuro, a manutenção dos *spreads* dos ABS a níveis reduzidos é uma pré-condição para a recuperação do mercado de titularização como uma fonte de *funding*, sendo importante realçar que os montantes mais elevados de novas emissões observaram-se nos mercados com *spreads* mais baixos, i.e. ABS colateralizados por financiamento automóvel e RMBS emitidos por bancos com *ratings* elevados.

No cômputo global, desde o eclodir da crise do *sub-prime*, a boa conjuntura nesta classe de activos nos últimos tempos possibilitou anular as perdas dos anos anteriores, sendo que, em 2010, houve uma reversão dos resultados potenciais na carteira de produtos estruturados do BBI, em particular das reservas, que passaram pela primeira vez para valores positivos desde a crise pós Lehman.

Já em 2011, inserida na estratégia geral de desalavancagem de balanço, o BBI procedeu a uma venda substantiva das posições de titularização detidas em carteira, com especial relevância na primeira metade do ano, o que se consubstanciou, em termos globais, na materialização das mais-valias potenciais em efectivas. Com efeito, em 2011, foram realizadas mais-valias de €1,3 milhões (versus €42,5 mil em 2010), destacando-se, pela positiva, o segmento dos CLOs que liderou os ganhos e, pela negativa, os CDOs com resultados negativos. Em contrapartida, no final de Dezembro 2011, existiam menos-valias potenciais de €142 mil (sendo que cerca de €250 mil de perdas potenciais decorrem da queda do preço de mercado de RMBS do Grupo Banif, portanto anuladas no processo de consolidação), o que compara com ganhos potenciais de €3,2 milhões registados no mesmo período do ano anterior. As reservas de reavaliação ascendiam a €777 mil no final de 2011 (versus €1,1 milhões no período homólogo).

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste Anexo.

12. Decomposição dos “*write-downs*” entre montantes realizados e não realizados.

Informação apresentada no ponto 9 deste Anexo.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.

O Banif Banco de Investimento é uma entidade não cotada.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.

A 31 Dezembro de 2011, a carteira de produtos estruturados do BBI ascendia apenas a €9,9 milhões, medida em termos de valor de mercado, traduzindo-se numa redução de 79% face aos €48,1 milhões do período homólogo. Excluindo os títulos representativos de passivos do Grupo Banif que totalizavam cerca de €3 milhões a esta data, a exposição líquida a risco de crédito corresponde a €6,8 milhões, correspondente a 0,6% activo líquido e cerca de 7,5% do Core Tier 1. Em paralelo, o valor nominal da carteira registou uma queda de 75% de €48,1 para €12,1 milhões,

reflectindo, por um lado, a venda maciça destes activos durante o primeiro semestre do ano – englobada na estratégia de desalavancagem do banco de investimento – e, por outro, as amortizações e reembolsos verificados nos títulos (ao valor nominal, não tendo existido, desde a constituição carteira, nenhuma ocorrência de eventos de crédito), em alguns casos antecipadamente, revelador da boa qualidade creditícia dos mesmos.

Em termos retrospectivos, face a um pico registado em Junho de 2007 em que exposição do Grupo a produtos estruturados tinha atingido cerca de €114 milhões a valores nominais e de mercado, a trajectória dos últimos quatro anos foi de decréscimo a ritmo acelerado, tendo atingido actualmente um valor residual inferior a €7 milhões a valores de mercado, se excluídos as titularizações do próprio Grupo Banif.

A mitigar o risco existe uma compra de protecção (*credit default swap*) sobre os activos detidos em carteira, e cujo montante *outstanding* é de cerca €2,5 milhões, em que o risco de crédito é transferido para terceiros. Desta forma, o impacto sobre o Banco é pouco significativo, mesmo admitindo o cenário extremo de perda total do valor dos activos, situação de probabilidade reduzida tendo por base os dados observáveis no mercado, nomeadamente as taxas de *default* e as taxas de recuperação para instrumentos comparáveis aos detidos em carteira.

De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ter um mercado activo, espelhado numa extrema falta de liquidez, e face às alterações à IAS 39 emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – “Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition” – o banco procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (*Loans and Receivables*), considerando o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (*foreseeable future*) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito.

Desta forma, houve uma alteração significativa em termos dos impactos desta carteira, na medida que o Grupo deixou de estar sujeito às variações de preço destes títulos, não sendo afectado em termos de risco de mercado, mas apenas em termos de risco de crédito, ou seja, na possibilidade de perdas devido a *defaults* dos títulos.

Não obstante o tratamento contabilístico, a alocação de capital à carteira de produtos estruturados do Grupo Banif tem sido realizada tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, específica para este tipo de activos, de acordo com as regras actuais de Basel II, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008.

Em Junho de 2010, o Comité de Basileia anunciou alguns ajustamentos ao acordo de Basileia II, entre os quais, o tratamento das posições de securitização detidas na carteira de *trading* de forma similar ao das outras carteiras, ou seja, a adopção de uma tratamento uniforme de alocação de capital às posições de securitização. A introdução desta medida não teve qualquer impacto sobre a alocação de capital das posições detidas em carteira pelo Grupo Banif. Analogamente, as novas regras que incrementam os ponderadores de risco a aplicar às posições que se enquadrem na definição de re-securitizações, não tiveram qualquer impacto sobre o consumo de capital, dado que nenhum dos activos detidos em carteira se enquadra nesta definição.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “*spreads*” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.

A presente informação está incluída na nota “39. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras Individuais e na nota “38. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas deste relatório.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.

Detalhe do valor nominal (*outstanding*) e justo valor das posições “vivas” nos instrumentos acima identificados.

(valores em euros)

Tipo Produto	31-12-10		31-12-11	
	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal
ABS	7.357.714	7.633.620	0	0
CDO	1.372.215	2.000.000	0	0
CLO	18.576.044	23.000.000	3.590.500	5.000.000
CMBS	4.130.116	4.042.743	1.419.295	1.725.797
RMBS	16.668.762	17.478.616	4.879.070	5.415.412
Grand Total	48.104.850	54.154.978	9.888.865	12.141.209

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de *credit default swaps*) e o respectivo efeito nas exposições existentes.

O quadro seguinte apresenta o detalhe do *credit default swap* em que se efectuou uma compra de protecção para alguns instrumentos que compõem a carteira em análise.

(valores em euros)

Tipo Produto	31-12-2011	
	CDS Outstanding	CDS +/- Valia
ABS	0	207.104
CDO	0	0
CMBS	0	0
RMBS	0	0
CLO	2.500.000	107.983
Grand Total	2.500.000	315.087

18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:

- Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;
- Nível da qualidade de crédito (e.g. *ratings, vintages*);
- Áreas geográficas de origem;
- Sector de actividade;
- Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);
- Características do produto: e.g. *ratings*, peso/parcela de activos *sub-prime* associados, taxas de desconto, *spreads*, financiamento;

- Características dos activos subjacentes: e.g. *vintages*, rácio “*loan-to-value*”, privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.

A 31 de Dezembro de 2011, a exposição a produtos estruturados do BBI ascendia apenas a €9,9 milhões a valores de mercado, repartidos por seis títulos/ tranches, na sequência da forte venda de títulos da carteira própria, inserida na estratégia de desalavancagem global de balanço por parte do banco. Os RMBS representavam quase metade da carteira, englobando €3 milhões de posições detidas em titularizações do Grupo Banif, os CLO 36% e os CMBS os restantes 14%.

Em termos de senioridade das posições detidas, por regra, o BBI investiu nas tranches mais seniores das operações. Da carteira inicial, o Grupo possuía apenas uma exposição correspondente a *first loss position*, com um valor de mercado de €1,4 milhões, mas que foi entretanto vendida, pelo que, no final de 2011, todas as posições correspondiam às tranches mais seniores.

A forte venda de activos de securitização pelo BBI na primeira metade do ano, traduziu-se naturalmente na redução da exposição em risco, que é inferior a €10 milhões a valores de mercado. Contudo, teve um efeito pernicioso em termos da distribuição da carteira actual em termos de *ratings*, na medida em que os activos que não foram vendidos apresentam *ratings* baixos e, por outro, com a redução da base, o peso relativo é maior. A assinalar que, apenas na primeira metade do ano, foram vendidos 19 títulos, pelo que restam apenas seis títulos/ tranches diferentes na carteira do BBI, dos quais dois constituem passivos do Grupo Banif. Desta forma, a evolução temporal da distribuição da carteira por *ratings*, em termos de pesos, não é comparável.

A 31 de Dezembro de 2011, dos seis títulos/ tranches detidos em carteira, quatro eram Investment Grade, correspondendo a uma exposição de €4,9 milhões a valores de mercado, correspondente a cerca de metade da carteira do Banco. É de assinalar que, face ao final do ano anterior, apenas um dos títulos foi *downgraded* (de B para CC), num período marcado por forte descidas de *ratings* nas várias classes de risco, entre as quais, se destaca a deterioração das notações dos soberanos, o que influenciou também os *ratings* das securitizações, em particular dos RMBS.

Todas as exposições foram adquiridas no mercado primário, à excepção das posições referentes às titularizações do Grupo Banif, como por exemplo a Azor Mortgage e Atlantes Mortgage, que são anuladas em termos de posição consolidada do Grupo Banif (é realizada a consolidação com as SPEs/ veículos de titularização), que no final do ano correspondiam a cerca de €3 milhões a valores de mercado. Em termos de análise *vintage*, a carteira foi adquirida maioritariamente até 2005, não tendo existindo qualquer nova aquisição após 2007, ano do despoletar da crise do *sub-prime* (à excepção de activos de securitização do próprio Grupo). A assinalar que a tranche mais antiga, relativa a 2003, foi reembolsada em 2010, pelo que no final do ano, apenas restavam em carteira títulos desta *vintage* relativos a passivos do Grupo Banif.

Desta forma, na carteira actual, excluindo as posições de titularização próprias do Grupo Banif, em termos de decomposição por ano de aquisição, a totalidade é respeitante ao período 2004-2005. A assinalar que foram vendidas durante o primeiro semestre todas as posições adquiridas em 2007, já no culminar da bolha verificada nestes mercados, pelo que neste momento a *vintage* mais recente é anterior (2005).

Reflectindo já as fortes vendas durante o primeiro semestre, a carteira de produtos estruturados mantém um perfil de investimento de médio prazo, com a WAL média (*weighted average life*; vida média) nos 4,3 anos, a 31 de Dezembro de 2011, para a qual contribui consideravelmente o título de CMBS com prazos de vencimento muito curto (WAL de 0,6

anos), contudo com um perfil de risco de crédito elevado espelhado no *rating* actual médio de CC, fruto dos *downgrades* ocorridos durante o ano. A categoria de RMBS, composta maioritariamente por títulos emitidos pelo Grupo Banif, possui uma WAL de 5,7 anos.

18.1 REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO / SECTOR

Tipo de Produto	Valor Mercado	
	Montante	Peso
CLO	3.590.500	36,3%
CMBS	1.419.295	14,4%
RMBS	4.879.070	49,3%
TOTAL	9.888.865	100,0%

Valores em Euros.

18.2 REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

Ratings	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
A+			1.040.600	1.040.600	10,5%
A			3.049.695	3.049.695	30,8%
BBB+			788.775	788.775	8,0%
Investment Grade			4.879.070	4.879.070	49,3%
BB	3.590.500			3.590.500	36,3%
CC		1.419.295		1.419.295	14,4%
Non Investment Grade	3.590.500	1.419.295		5.009.795	50,7%
TOTAL	3.590.500	1.419.295	4.879.070	9.888.865	100,0%

Valores em Euros. Ratings médios das emissões atribuídos pelas agências Moody's, S&P e Fitch.

18.3 REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO / PAÍS DE ORIGEM

Região / País de Origem	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
Europa	3.590.500			3.590.500	36,3%
Holanda		1.419.295		1.419.295	14,4%
Portugal			3.049.695	3.049.695	30,8%
Reino Unido			1.829.375	1.829.375	18,5%
TOTAL	3.590.500	1.419.295	4.879.070	9.888.865	100,0%

Valores em Euros.

18.4 REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

Vintage	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
2003			2.030.846	2.030.846	20,5%
2004			2.848.224	2.848.224	28,8%
2005	3.590.500	1.419.295		5.009.795	50,7%
TOTAL	3.590.500	1.419.295	4.879.070	9.888.865	100,0%

Valores em Euros.

18.5 WAL MÉDIA E DISTRIBUIÇÃO POR BUCKETS

Buckets	6m a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	>= 5 anos	TOTAL	WAL Média (anos)
CLO				3.590.500		3.590.500	3,9
CMBS		1.419.295				1.419.295	0,6
RMBS				3.049.695	1.829.375	4.879.070	5,7
TOTAL	1.419.295			6.640.195	1.829.375	9.888.865	4,3
Peso	14,4%			67,1%	18,5%	100,0%	--

Valores em Euros. Weighted Average Life (WAL) das estruturas tendo por base informação disponibilizada nos investors' reports e Bloomberg.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (venda, "write-downs", compras, etc.).

Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

(valores em euros)

Tipo Produto	Tipo de Transacção	31-12-10	31-12-11
ABS	REEMBOLSO	12.500.000	4.500.000
	VENDA		6.425.500
CDO	VENDA	685.000	1.260.000
CLO	VENDA		14.778.100
CMBS	REEMBOLSO	3.000.000	
	VENDA		8.073.000
RMBS	COMPRA	31.901.118	
	VENDA	1.780.000	24.743.750

20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

Não se verificavam exposições nesta situação.

21. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados:

- Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;
- Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito;
- Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;

- Decomposição das exposições por *rating* ou contraparte.

Não se verificavam exposições nesta situação.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota “3.7 instrumentos financeiros” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras.

23. Consolidação das *Special Purpose Entities* (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.

Não se verificavam exposições nesta situação.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;
- Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);
- Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);
- Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota “3.7 instrumentos financeiros” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:

- Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;
- Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);
- Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;
- Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);
- *Stress scenarios*.

Informação incluída no ponto anterior.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos no ponto “3.16 Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar” da parte “VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE” do Relatório de Gestão e Contas da Banif SGPS, SA e Banif Grupo Financeiro Consolidado.



09 Relatório sobre
o Governo
da Sociedade

09

Relatório sobre o Governo da Sociedade

A informação que segue, relativa ao Governo da Sociedade, consubstancia o cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 245º-A do Código de Valores Mobiliários, na alínea b) do n.º 2 do art.º 70º do Código das Sociedades Comerciais, e no artigo 3º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Todas as informações prestadas são reportadas à data de 31 de Dezembro de 2011.

I. Estrutura e Práticas de Governo Societário

I.1 Estrutura de *Governance*

A sociedade está estruturada de acordo com o Modelo Latino (Reforçado), nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 278.º do Código das Sociedades Comerciais ('CSC').

A administração da sociedade está confiada a um Conselho de Administração (art.º 28.º e seguintes do Contrato de Sociedade) constituído por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, eleitos por mandatos de 3 anos. O Conselho de Administração é designado pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do art.º 20.º do Contrato de Sociedade e com o n.º 1 do art.º 391.º do CSC.

A fiscalização da sociedade está confiada a um Conselho Fiscal (art.º 25.º e seguintes do Contrato de Sociedade), constituído por 3 membros efectivos eleitos por mandatos de 3 anos, e a uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 1 do art.º 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 4 do artigo 25.º do Contrato de Sociedade e com o n.º 1 do art.º 446.º do CSC.

A gestão corrente da sociedade está delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 1 do art.º 22.º do Contrato de Sociedade e do n.º 3 do art.º 407.º do Código das Sociedades Comerciais.

I.2 Assembleia Geral

I.2.1 Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o art.º 12.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade, por um Presidente e por um ou dois Secretários. Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam.

Presidente: Lugar vago desde Março de 2011, data em que produziu efeitos a renúncia ao cargo apresentada pelo Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha.

Secretário: Dra. Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço

I.2.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011, tendo o actual Secretário sido eleito na Assembleia Geral de 29 de Março de 2011 para o desempenho do referido cargo até final do mandato 2009-2011, na sequência da renúncia apresentada pelo anterior Secretário, Dr. Pedro Schiappa Pietra Ferreira Cabral.

I.2.3 Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral.

De acordo com o disposto no art.º 15.º do Contrato de Sociedade, “Têm direito a estar presentes na Assembleia Geral e aí discutir e votar os accionistas que, segundo a lei e o contrato, tiverem direito a, pelo menos, um voto”, sendo que, “a cada 100 (cem) acções corresponde 1 (um) voto na Assembleia Geral”.

Ainda nos termos da referida norma, “a participação e o exercício do direito de voto dos accionistas nas Assembleias Gerais, uma vez satisfeitos os demais requisitos da lei, dependem da escrituração em seu nome de acções que confirmam direito a, pelo menos, um voto, até 6 (seis) dias, inclusive, antes da data marcada para a respectiva reunião, devendo as respectivas acções manter-se averbadas ou registadas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral”.

Assim, “não são consideradas para efeito de participação na Assembleia Geral as transmissões de acções da sociedade efectuadas nos 5 (cinco) dias que precedem a reunião de cada assembleia, em primeira convocação”.

I.2.4 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral.

De acordo com o art.º 15.º do Contrato de Sociedade, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

I.2.5 Número de acções a que corresponde um voto.

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 15.º do Contrato de Sociedade, a cada 100 (cem) acções corresponde 1 (um) voto.

De acordo com o n.º 1 do art.º 17.º do Contrato de Sociedade “os accionistas possuidores de um número de acções inferior ao exigido no presente contrato, para participação na Assembleia Geral podem agrupar-se para perfazer aquele número, fazendo-se representar por um deles ou por qualquer outro accionista com direito a voto”.

I.2.6 Indicação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem, por referência a 31 de Dezembro de 2011, accionistas titulares de direitos especiais.

I.2.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

O n.º 2 do artigo 4.º do Contrato de Sociedade prevê a emissão de acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, nos termos seguintes:

“A sociedade poderá emitir quaisquer categorias de acções, nomeadamente acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, remíveis ou não, podendo a remissão ser efectuada pelo valor nominal, acrescido ou não da concessão de um prémio, mediante deliberação do órgão competente”.

Não existem regras estatutárias que limitem a contagem dos direitos de voto.

I.2.7 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do Código das Sociedades Comerciais, existindo uma identidade entre o regime estatutário (previsto no art.º 17.º do Contrato de Sociedade) e o regime legal (previsto, v.g. nos art.º 383.º e 386.º do Código das Sociedades Comerciais). Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

I.2.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

De acordo com o n.º5 do artigo 17.º do Contrato de Sociedade, os accionistas poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) A declaração de voto deverá ser recebida na sociedade até às 17 horas do dia útil imediatamente anterior ao da realização da Assembleia Geral, sob pena de não poder ser considerada;
- b) A declaração de voto deverá indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita, bem como quando for o caso, a proposta concreta de deliberação a que se destina, valendo como voto negativo em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à sua emissão;
- c) A circunstância da sociedade disponibilizar um boletim de voto padrão para cada Assembleia Geral não prejudica a validade do voto por correspondência recebido sem recurso ao mesmo, desde que o sentido de voto seja inteligível e inequívoco;
- d) A declaração de voto deverá ser endereçada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que verificará a sua autenticidade e assegurará, até ao momento da votação, a sua confidencialidade;
- e) O voto por correspondência releva para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral para a qual foi emitido, e salvo indicação expressa em contrário, valerá igualmente para a segunda convocatória da mesma.

I.2.9 Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

I.2.10 Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Sem prejuízo do referido nos pontos anteriores, nomeadamente no ponto I.2.5, não existem restrições em matéria de direito de voto.

I.2.11 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e dos membros do órgão de administração e outros dirigentes.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais e estatutários é estabelecida por uma Comissão de Remunerações, cujos membros (3) são eleitos directamente pela Assembleia Geral por períodos de três anos (art.º 29.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade). Além disso, a Assembleia Geral poderá deliberar, sob proposta do Conselho de Administração, sobre a distribuição de lucros a quadros e empregados da sociedade (art.º 29.º, n.º 4 do Contrato de Sociedade). Adicionalmente, em conformidade com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete anualmente, para apreciação pela Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

I.2.12 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

A concessão de pensões de reforma e de sobrevivência ou de pensões complementares de reforma e de sobrevivência depende de deliberação da Assembleia Geral (art.º 29.º, n.º 6 do Contrato de Sociedade), podendo a Assembleia Geral delegar na Comissão de Remunerações os poderes para o efeito.

I.2.13 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem regras específicas, designadamente de natureza estatutária, aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade, sendo integralmente aplicável o regime legal previsto, designadamente, no Código das Sociedades Comerciais.

I.2.14 Participações Qualificadas no capital da sociedade

A totalidade das 17.000.000 (dezassete milhões) de acções do Banif – Banco de Investimento, SA, representativas de 100% do respectivo Capital Social, é detida pela sociedade Banif Investimentos SGPS, SA.

I.3 Conselho de Administração

I.3.1 Identificação dos membros do Conselho de Administração

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos (Presidente)

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes (Vice-Presidente)

Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. José Paulo Baptista Fontes
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos
Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira
Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme

I.3.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição dos membros do Conselho de Administração foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 26 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

Na Assembleia Geral anual de Accionistas do Banco, realizada em 29 de Março de 2011, foi também deliberado proceder à ratificação da cooptação do Sr. Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos para membro do Conselho de Administração da Sociedade e à ratificação da cooptação do Sr. Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme para membro do Conselho de Administração da Sociedade.

I.3.3 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

As competências do Conselho de Administração estão previstas no art.º 20.º do Contrato de Sociedade.

De acordo com a referida norma estatutária, ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de “assegurar a gestão dos negócios sociais”, dispondo, para o efeito, de competência para deliberar “sobre qualquer assunto da sociedade, que não seja, por força da lei ou do contrato de sociedade, da competência exclusiva de outro órgão e designadamente:

- Quaisquer operações relativas ao seu objecto social;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e seguir acções, confessar, desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem;
- Adquirir, alienar, locar ou permutar ou, por qualquer forma, onerar bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo acções e obrigações próprias ou alheias, bem como participações no capital de outras sociedades;
- Constituir mandatários;
- Deliberar sobre a oportunidade e condições da emissão de obrigações e outros títulos de dívida da sociedade;

Não está estatutariamente contemplada a possibilidade de aumento de capital da sociedade por deliberação do Conselho de Administração (nomeadamente nos termos previstos no art.º 456.º do CSC).

I.3.4 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é formado por um número mínimo de três e máximo de quinze administradores, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral, podendo ser eleitos administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos que venham a ser eleitos (art.º 18.º, n.º 1 e 2 do Contrato de Sociedade).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos, sem prejuízo da sua reeleição, cabendo, na sua primeira reunião de cada mandato, a designação, de entre os seus membros, de um Presidente e um ou mais Vice-Presidentes.

O Contrato de Sociedade prevê que a falta de um Administrador a 3 reuniões do Conselho de Administração, seguidas ou interpoladas, sem que exista justificação aceite por aquele órgão, implica a respectiva falta definitiva do referido Administrador, susceptível de ser declarada por aquele órgão (art.º 23.º, n.º 8, do Contrato de Sociedade).

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

I.3.5 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif - SCPS, SA
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banco Banif Mais, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Comercial, SCPS, SA
- Banif – Investimentos, SCPS, SA
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif Brasil (Holdings), SA
- Banif Imobiliária, SA

Presidente do Conselho de Supervisão

- Banif Plus Bank Co, Ltd. (anteriormente Bank Plus Bank Close Inc.) – Budapeste, Hungria, desde 26/03/2010

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e membro da Comissão de Remunerações em representação da BANIF-SCPS, SA

- BCN - BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS, SA,

Membro da Comissão de Remunerações das seguintes sociedades, em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal SA

- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário SA
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA

Membro do Conselho Consultivo das seguintes sociedades:

- Banif – Banco de Investimento, SA
- Banif – SCPS, SA

Funções desempenhadas actualmente noutras entidades:

- Presidente do Conselho de Administração e da Mesa da Assembleia Geral da sociedade CENTAURUS REALTY GROUP – Investimentos Imobiliários, S.A., desde 10 de Junho de 2010 e 29 de Abril de 2011, respectivamente.
- Conselheiro do CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (CES), em representação da Associação Portuguesa de Bancos.
- Membro do Conselho de Governadores do St. Dominic’s International School, desde Março 2010.

- Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes (Vice-Presidente)**Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
- Banif Multifund, Ltd.
- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif Securities, Inc.
- Banif Securities Holdings, Ltd.
- Econofinance, S.A.
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.
- Inverpyme SCR de Regimen Comun, S.A.
- Beta Securitizadora SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
- Centaurus Realty Group Investimentos Imobiliários S.A.
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif S.C.P.S., S.A.
- Banif Investimentos – S.C.P.S., S.A.
- Banif Financial Services Inc.
- Banif Bank (Malta) PLC
- Banif Brasil (Holdings) S.A.

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2011, em representação do Banif – Banco de Investimento S.A., as funções de Vogal da Direcção da Associação da Câmara de Comércio e Indústria Luso – Brasileira e Vice-Presidente do Conselho Geral da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação.

- Dr. Nuno José Roquette Teixeira**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif – SCPS, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Securities, Inc.
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banieuropa Holding, S.L.
- Banif Finance, Ltd.- Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A

Membro da Comissão de Vencimentos

- Banif Imobiliária, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

- Dr. José Paulo Baptista Fontes**Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

- Sociedade Ponta Oeste, S.A.

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2011, as funções de Presidente da Direcção do Club Sports Madeira e da Direcção do Clube de Turismo da Madeira, ambas instituições de Utilidade Pública.

- Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques**Presidente do Conselho de Administração**

- GestArquipark - Sociedade Imobiliária, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Aplicação Urbana XIII Investimento Imobiliário S.A.
- CCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, S.A.
- Aplicação Urbana XIV – Investimento Imobiliário, S.A.
- Banif Multifund, Ltd.
- Banif International Asset Management, Ltd.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.
- Inverpyme SCR de Regimen Comum, S.A.
- Banieuropa Holding S.L. Sociedade Unipessoal
- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
- Banif Securities Holdings, Ltd.

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2011, em nome próprio, as funções de Presidente da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros.

Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.
- Companhia das Quintas, S.G.P.S., S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Beta Securitizadora, S.A.
- Econofinance, S.A.

Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Securities Inc.
- Banif Multifund, Ltd.
- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif Ecoprogresso Trading, S.A.
- Banif Securities Holdings Ltd
- CestArquipark - Sociedade Imobiliária, S.A

Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- GED SUR Capital – SGECE, S.A.
- Fomentinvest, SGPS, S.A
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos SA

Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Mais, S.G.P.S., S.A.
- Banco Banif Mais, S.A.
- Tecnicredito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A.
- Banif Plus Bank Zartkoruen Mukodo Reszvenytarsasag
- TCC Investments Luxembourg, S.A.R.L.

Administrador – Único

- Iberparticipa, S.G.P.S., S.A.

Gerente

- Margem – Mediação de Seguros, Lda.

Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Securities Inc.
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif Ecoprogresso Trading, S.A.

I.4 Comissão Executiva

I.4.1 Identificação dos membros da Comissão Executiva

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes (Presidente)
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques (Vice-presidente)
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos
Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme

A Comissão Executiva do Conselho de Administração foi constituída por deliberação deste órgão de 26 de Março de 2009. Nesta data, foi designado Presidente da Comissão Executiva o Sr. Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes.

I.4.2 Poderes da Comissão Executiva.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração de 26 de Março de 2009 (Acta n.º 04/2009).

De acordo com a referida deliberação, a Comissão Executiva dispõe dos “mais amplos poderes de administração e gestão estabelecidos na lei e nos Estatutos da Sociedade”, com exclusão dos seguintes:

- a. a cooptação de Administradores;
- b. a aprovação dos Relatórios do Conselho de Administração e das Contas Anuais;
- c. o pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d. a aprovação da prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, com excepção de garantias e avais bancários que se relacionem com o seu negócio;
- e. a aprovação da mudança da Sede e de aumentos do Capital Social nos termos previstos nos Estatutos de Sociedade;
- f. a aprovação da abertura e encerramento de filiais, de sucursais, de agências e delegações ou de outras formas de representação social no estrangeiro;
- g. a aprovação dos projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- h. a aprovação dos planos e orçamentos anuais;
- i. a aprovação da emissão de empréstimos obrigacionistas;
- j. a aprovação das propostas de alteração dos Estatutos de Sociedade e dos Estatutos das Sociedades Participadas;
- k. a decisão sobre operações de crédito envolvendo responsabilidades globais de clientes ou grupos de clientes que não sejam Instituições de Crédito, superiores a 5 milhões de Euros. São, no entanto, delegados na Comissão Executiva os poderes necessários no que concerne a decisões de utilização alternativa de modalidades de crédito dentro do valor global re respectiva linha, bem como a atribuição de taxas de juro diferentes das aprovadas nessas mesmas linhas;
- l. a decisão sobre investimentos, projectos de investimento ou desinvestimentos de montante superior a 3 milhões de Euros, a aquisição ou alienação de participações financeiras qualificadas ou que envolvam um montante superior ao atrás referido, e a aquisição ou alienação de imóveis do Banco;
- m. a contratação de empregados com a categoria de Director e a designação ou destituição de responsáveis de Órgãos de primeira linha da estrutura do Banco e de empresas subsidiárias;
- n. a atribuição de patrocínios e donativos de montante superior a 25 mil de Euros;
- o. a aprovação de um regulamento geral para autorização e realização de despesas;
- p. a decisão sobre campanhas publicitárias de valor superior a 100 mil Euros;
- q. a decisão sobre nomeação e exoneração de cargos sociais em empresas participadas e respectiva remuneração.

As competências previstas nas alíneas d), f), k), l) e m) são passíveis de ratificação pelo Conselho de Administração sempre que, por motivo de urgência ou manifesto interesse para o Banco, a mesma deva ser exercida pela Comissão Executiva que, para o efeito, a não poderá delegar.

I.4.3 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros da Comissão Executiva.

A Comissão Executiva é constituída por um número ímpar de Administradores (art.º 22.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade), não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros entre os membros da Comissão Executiva.

I.5 Conselho Fiscal

I.5.1 Identificação dos membros do Conselho Fiscal

À data de referência, 31 de Dezembro de 2011, o Conselho Fiscal do Banif – Banco de Investimento, SA é composto pelos seguintes membros:

Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida (Presidente)
Dr. José Luís Pereira de Macedo (Vogal Efectivo)
Sr. Rui Manuel Braga de Almeida (Vogal Efectivo)
Dr. Sérgio António de Rosário de Vaz Monteiro (Vogal Suplente)

I.5.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho Fiscal foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 26 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

I.5.3 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente (art.º 26.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto, devendo, pelo menos um dos seus membros efectivos e o suplente ser revisores oficiais de contas ou sociedades revisores oficiais de contas, a não ser que a fiscalização da sociedade seja efectuada por um Conselho Fiscal conjuntamente com um revisor oficial de contas (artigo 26.º n.º 2 do Contrato de Sociedade).

O Conselho Fiscal ainda deve incluir pelo menos um membro que tenha curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos em auditoria ou contabilidade e que seja independente (artigo 414.º n.º a Código das Sociedades Comerciais).

O Presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral ou, caso tal não se verifique, pelos próprios membros do órgão (art.º 414.º-B do Código das Sociedades Comerciais).

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

I.5.4 Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

- Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida

Presidente do Conselho Fiscal

- Banif S.G.P.S., S.A.
- Banif Comercial SGPS, S.A.
- Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

- Dr. José Luís Pereira de Macedo

Vogal do Conselho de Administração

- Empresa Madeirense de Tabacos, S.A.
- Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.
- Dismade – Distribuição da Madeira, S.A.
- Aviatlântico – Avicultura, S.A.
- Vitecaf – Fábrica de Rações da Madeira, S.A.
- Rama – Rações para Animais, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal

- Rentipar Financeira – S.G.P.S., S.A.
- Rentipar Investimentos – S.G.P.S., S.A.

- Sr. Rui Manuel Braga de Almeida

Presidente do Conselho Fiscal

- SOIL S.G.P.S., S.A.
- Rentipar Seguros, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho Fiscal

- Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, S.A.

- Banif Investimentos, S.G.P.S., S.A.
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A. (Suplente)

- Membro do Conselho Consultivo
- HABIPREDE – Sociedade de Construção, S.A.

- Secretário da Mesa da Assembleia Geral:
- RENTIPAR Financeira S.G.P.S., S.A.

I.5.5 Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo. O auditor externo em funções foi nomeado pela Assembleia Geral, em 29 de Março de 2011, pelo prazo de 1 ano, sob proposta do Conselho Fiscal, em conformidade com o previsto no n.º 4 do art.º 25.º do Contrato de Sociedade.

I.5.6 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e serem objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

I.5.7 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira

No último exercício, o Banco continuou a promover o desenvolvimento do seu Sistema de Controlo Interno, fomentando sinergias com as actividades de Risco Operacional e mantendo como objectivos a atingir e melhorar:

- Estabelecer o nível do Ambiente de Controlo da organização, conferindo disciplina e estrutura às bases da Função de Controlo Interno, disseminando essa cultura pela organização;
- Reduzir os níveis de risco e promover a efectividade e eficiência nas operações;
- Assegurar que a informação reportada é objectiva, fidedigna e correcta;
- Cumprir com os normativos legais e regulamentares definidos.

A metodologia de implementação de Controlo Interno assenta nos princípios internacionais e num framework desenvolvido pelo Grupo, pretendendo-se garantir a prossecução de cinco componentes essenciais:

- Ambiente de Controlo – Estabelecendo o grau em que o Grupo influencia a consciência de controlo dos seus colaboradores conferindo-lhe disciplina e estrutura.
- Avaliação do Risco – Identificando e analisando os riscos relevantes (internos e externos), por forma a que os objectivos da organização sejam alcançados e que seja criada uma base adequada para a gestão dos riscos.
- Actividades de Controlo – Assentando em políticas e procedimentos adequados com o objectivo de assegurar que as premissas estabelecidas pela gestão são seguidas e permitem que as acções necessárias sejam realizadas para identificar os riscos inerentes às actividades do Grupo.
- Informação & Comunicação – Garantindo a identificação, captura e comunicação de informação pertinente e relevante que permita a tomada de decisões e que garanta a adequada execução.
- Monitorização - Avaliando a qualidade da performance do Controlo Interno.

Ao nível da função de Controlo Interno do Banco, foram acompanhadas e promovidas, em 2011, diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares que cumpre destacar:

- Foi efectuada a auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008, utilizando para o efeito os questionários completos de *Self-Assessment*;
- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foi elaborado durante o primeiro semestre o Relatório de Controlo Interno do Banco;
- Apresentação do Projecto de Remediação junto dos órgãos do Banco e definição das Acções a realizar;
- Elaboração dos Project Charters (Documento de compromisso dos órgãos do Banco);
- Execução de acções de *Follow-Up* dos Projectos de Remediação, através da realização de reuniões de acompanhamento na presença da Comissão Executiva e da formalização bimestral da evolução dos mesmos.

Em linha com as orientações regulamentares e em particular do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, o Banco promoveu o desenvolvimento de uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas nesta matéria. Assim, em cada momento, é possível saber o status de cada deficiência e de cada acção de remediação, as quais são devidamente acompanhadas dos documentos e evidências consideradas necessárias. Trata-se de um sistema de comunicação dinâmico entre o Órgão de Controlo e as Direcções envolvidas no processo de remediação.

O Grupo promove com regularidade análises de sensibilidade e de cenários, elaborando testes idiossincráticos e de carácter sistémico por forma a avaliar o seu impacto nas principais rubricas e indicadores da actividade ao nível consolidado, onde o Banif assume particular importância pelo seu peso relativo e materialidade dos riscos associados. O resultado destes testes, quando relevante, é considerado como input para as decisões de gestão, avaliando-se as vulnerabilidades detectadas e as medidas correctivas mais adequadas para a sua mitigação. No decurso de 2011 o Grupo participou em vários exercícios desta índole, definidos pelo banco de Portugal, nomeadamente o “*bottom-up stress test*” realizado entre os meses de Setembro e Outubro, e o “SIP-WS3” realizado nos meses de Novembro e Dezembro.

Dando continuidade ao desenvolvimento das iniciativas referentes ao Acordo de Basileia II foi, em Março de 2011, elaborado o Relatório intercalar sobre o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (adiante designado ICAAP) em conformidade com a Instrução n.º 15/2007, cumprindo-se assim os requisitos estabelecidos pelo

Acordo para o Pilar II, complementando-se a visão regulamentar com a perspectiva económica dos riscos e da respectiva alocação de capital.

Este processo veio permitir ao Grupo e, conseqüentemente, ao Banco, criar condições para a realização de um planeamento de capital económico, adequado à sua estratégia de risco, acompanhado pela realização de exercícios que permitem a quantificação de perdas inesperadas para a globalidade do seu activo, e a conseqüente adequação da estrutura organizacional do governo, processos e controlos. A especificação do perfil de riscos do Grupo permite a criação de cenários de avaliação do seu capital económico em conjunturas adversas, adoptando planos de contingências de capital para mitigar a exposição aos riscos com impactos na solvabilidade do Grupo, constituindo-se o Banif como a entidade mais relevante quer no processo de quantificação de riscos quer nos recursos financeiros disponíveis.

É objectivo do Grupo não só a identificação de todos os riscos que incorre, mas também a definição e consolidação do modelo interno de avaliação das necessidades de capital económico e da sua afectação aos diferentes riscos e linhas de negócio, constituindo factores essenciais:

- Na garantia da solvabilidade financeira;
- Na criação de valor aos accionistas;
- Na preparação da organização face às adversidades da actual conjuntura económica;
- Na utilização do ICAAP, como um elemento central de suporte às decisões estratégicas.

A concretização dos objectivos acima descritos assume particular importância no contexto actual, não apenas pelo facto da crise financeira internacional ter vindo reforçar a preocupação das Instituições Financeiras quanto à identificação e medição de riscos a que estão sujeitos, como no seu controle e mitigação. Adicionalmente, a crescente tendência de sofisticação do mercado e a futura emissão de novos requisitos regulamentares, reforçam os desafios, que serão colocados a todos intervenientes do sector financeiro.

Uma vez integrado num Grupo financeiro, o Banco divulga numa perspectiva agregada, no âmbito do enquadramento normativo nacional do Pilar III – Disciplina de Mercado de Basileia II, informação detalhada sobre a solvabilidade, sobre os riscos incorridos, os processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos nas Entidades do Grupo, tendo assim, disponibilizado ao mercado, um conjunto mais vasto de elementos para a tomada de decisões pelos agentes económicos, contribuindo para uma maior transparência, estabilidade e solidez do sistema financeiro.

I.5.8 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas que resultem num ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade. Os órgãos de Gestão mantêm um acompanhamento regular e periódico sobre a evolução e mitigação das deficiências identificadas ao nível do Sistema de Controlo Interno do Grupo acompanhando e dinamizando reuniões regulares promovidas com a direcção do Banco para a identificação, monitorização, quantificação e gestão dos riscos, que lhes permitem tomar as medidas correctivas necessárias ao adequado funcionamento da sociedade. O Conselho Fiscal avalia anualmente, através de

relatório próprio, a eficácia do sistema de controlo interno ajustado às necessidades da Sociedade, recomendando, quando aplicável, as melhorias que considera pertinentes.

II. Remunerações ²

II.1 Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Na Assembleia Geral Ordinária de 29 de Março de 2011, em conformidade com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, foi aprovada uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, apresentada pela Comissão de Remunerações, com o seguinte teor:

“Considerando:

que, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do Aviso n.º 1/2010 do Banco de Portugal, a Comissão de Remunerações do Banif – Banco de Investimento, S.A. deve submeter, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização;

que a Comissão de Remunerações do Banif – Banco de Investimento, S.A. tem, nos termos do art.29.º, n.º 1 dos Estatutos, competência para fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais da sociedade, sem prejuízo das recomendações das autoridades de supervisão e das directrizes transversais às sociedades do Banif – Grupo Financeiro;

que a Comissão de Remunerações exerce tal competência nos termos do mandato que lhe foi conferido pela Assembleia Geral;

A Comissão de Remunerações do Banif – Banco de Investimento, S.A. submete a aprovação da Assembleia Geral a seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização:

1. Objectivos da Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banif – Banco de Investimento, SA (‘Política de Remuneração’)

A Política de Remuneração tem como objectivos:

- permitir, em permanência, ao Banco, tendo em conta o ambiente concorrencial em que opera, atrair, motivar e fidelizar quadros dirigentes de alto nível e que apresentem um elevado potencial;*
 - incentivar a consecução de objectivos de performance coincidentes com os interesses do Banco e dos seus accionistas, a curto, médio e longo prazo;*
 - estimular e recompensar os contributos individuais relevantes e a boa performance colectiva;*
 - evitar uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses, promovendo os objectivos, valores e interesses de longo prazo da instituição;*
- e visa estabelecer:*

² Informação prestada em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho e dos artigos 16.º e seguintes do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal

- Os níveis e a estrutura da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização;
- Os mecanismos de alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos sociais com os interesses societários;

2. Aprovação da Política de Remuneração

A Política de Remuneração foi aprovada em reunião da Comissão de Remunerações do Banif – Banco de Investimento, S.A., S.A., no dia 24 de Março de 2011, por deliberação unânime dos respectivos membros.

A Comissão de Remunerações foi eleita em Assembleia Geral de 26 de Março de 2009, para um mandato de 3 anos, até ao final de 2011, e tem a seguinte composição:

- *Rentipar Financeira, SGPS, S.A., representada pelo Dr. José Marques de Almeida.*
José Marques de Almeida é licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1966). Actualmente exerce cargos de administração em várias empresas do sector financeiro, sendo Vogal dos Conselhos de Administração da Banif – S.C.P.S. SA, do Banif – Banco Internacional do Funchal e da Rentipar Financeira SGPS SA. Exerce também o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia de várias sociedades, designadamente, Banif Comercial SGPS, SA, Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, SA e Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA.
- *Fundação Horácio Roque, representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade.*
Fernando José Inverno da Piedade é licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (1982). Entre 1981 e 1988 integrou o Executive Team da Arthur Andersen em Portugal. Actualmente exerce cargos de administração em várias empresas do sector financeiro, sendo Presidente dos Conselhos de Administração das holdings Rentipar Financeira – SGPS, SA, Rentipar Indústria – SGPS, SA, Rentipar Investimentos – SGPS, SA e Rentipar Seguros – SGPS, SA.
- *Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., representada pelo Sr. Vitor Hugo Simons.*
Vitor Hugo Simons é Presidente dos Conselhos de Administração da Mundiglobo – Habitação e Investimentos, SA (desde 1981) e da Habiprede – Sociedade de Construções, SA (desde 1989), sendo igualmente vogal dos conselhos de administração de várias empresas do Grupo Rentipar.

Nenhum dos representantes designados pelas entidades membros da Comissão de Remunerações para exercício efectivo de funções, acima identificados, é membro dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banif – Banco de Investimento, S.A., ou tem com algum daqueles quaisquer vínculos familiares ou dependência de qualquer natureza.

A Comissão de Remunerações não recorreu a quaisquer peritos, consultores ou entidades externas com vista à preparação, elaboração e aprovação da Política de Remuneração, tendo tomado em consideração as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no sector financeiro e de outros Bancos portugueses que operam nos mercados nacional e internacional.

3. Descrição da Política de Remuneração

3.1. Conselho de Administração

3.1.1. Presidente do Conselho de Administração

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração é, à semelhança dos demais membros vogais, não executivos, deste órgão, exclusivamente constituída por senhas de presença, de valor fixo, atribuídas em função das respectivas participações nas reuniões do referido órgão.

O Presidente pode ser remunerado por outras sociedades do Grupo onde exerça funções, nos casos em que os níveis e a complexidade das respectivas actividades, as práticas de mercado ou outras circunstâncias relevantes o justifiquem.

3.1.2. Membros da Comissão Executiva ('Administradores Executivos')

a) Composição da Remuneração

A remuneração dos Administradores Executivos tem como referência um conceito de 'Remuneração Global' que compreende 3 elementos chave:

<i>Uma 'Remuneração Fixa'</i>	<i>A remuneração de base (salário base)</i>
<i>Uma 'Remuneração Variável'</i>	<i>O prémio de desempenho</i>
<i>Um mecanismo de alinhamento dos interesses dos membros executivos do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade</i>	<i>Diferimento de parte da remuneração variável</i>
	<i>Limitação do montante da remuneração variável</i>

A Remuneração Global, acima referida, poderá ser formalizada, relativamente a cada membro executivo do órgão de administração, num contrato que contempla, nomeadamente, o nível e a estrutura da remuneração (componentes fixa e variável); o respectivo termo e modalidades de rescisão, cláusulas de confidencialidade, não-concorrência e exclusividade e eventuais limitações contratuais para a compensação a pagar por destituição sem justa causa.

A Remuneração Fixa constitui a parte mais significativa da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 70% da Remuneração Global dos Administradores Executivos.

Através dela, pretende-se remunerar os membros executivos do órgão de administração pelas responsabilidades inerentes às suas funções e pelas suas competências específicas.

Por sua vez, a Remuneração Variável, referida ao desempenho, deverá constituir a parte menor da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 30% daquela.

A Remuneração Variável – Prémio de Desempenho - consiste unicamente num montante em dinheiro, uma vez que o Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem acções admitidas à negociação, e, por esta razão, não se considera adequada a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração.

Subjacente à Remuneração Variável está o objectivo de reconhecer e recompensar o contributo de cada Administrador Executivo, bem como a sua performance enquanto membro do colectivo dirigente do Banco. Os montantes atribuídos a título de prémio de desempenho dependem directamente do desempenho efectivo da

instituição, aferido a objectivos qualitativos e quantitativos pré-determinados. Estes objectivos são determinados em função das estratégias delineadas (estratégia global do Banif - Grupo Financeiro e estratégias específicas para o Banif – Banco de Investimento, S.A.).

b) Determinação e forma de pagamento da Remuneração Fixa

A Remuneração Fixa é estabelecida com uma periodicidade anual, pela Comissão de Remunerações, relativamente a cada um dos Administradores Executivos, tendo em atenção os níveis praticados no mercado para funções equivalentes. Não existem mecanismos de ajustamento automático aos referidos níveis de mercado.

A Remuneração Fixa é paga com periodicidade mensal, 14 vezes por ano, ou seja, com pagamento de duas mensalidades nos meses de Abril e Novembro de cada ano.

c) Condições, critério para a determinação e forma de pagamento da Remuneração Variável³

A Retribuição Variável correspondente a um determinado ano/exercício ('Exercício de Referência') é determinada/atribuída anualmente, pela Comissão de Remunerações, até ao final do mês de Abril do ano/exercício seguinte, de acordo com o seguinte critério e sujeita às seguintes condições:

Definições e respectivas abreviaturas:

<i>Remuneração Variável</i>	<i>('RV')</i>	<i>Componente da Remuneração Global calculada com base em critérios de desempenho</i>
<i>Exercício Referência</i>	<i>de ('Exerc. Ref.')</i>	<i>Exercício/ano a que diz respeito o desempenho que está na base da atribuição da Remuneração Variável (em regra, o exercício anterior àquele em que tem lugar a deliberação de atribuição de Remuneração Variável)</i>
<i>Referência Atribuição (1)</i>	<i>de ('Ref. 1')</i>	<i>Valor Médio da Taxa Euribor a 12 meses ao longo do Exercício de Referência, acrescido de 2%</i>
<i>Referência Atribuição (2)</i>	<i>de ('Ref. 2')</i>	<i>Valor Médio da Taxa Euribor a 12 meses ao longo do Exercício de Referência, acrescido de 6%</i>
<i>Orçamento Referência</i>	<i>de ('Orçamento')</i>	<i>Orçamento para o Exercício de Referência, aprovado pelo Conselho de Administração e validado pela Comissão de Vencimentos, com base no qual são estabelecidos os objectivos de desempenho dos Administradores Executivos.</i>
<i>Indicadores Seleccionados</i>	<i>('ISS')</i>	<i>Indicadores financeiros considerados relevantes para efeito da avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e, consequentemente, cálculo da respectiva Remuneração Variável (actualmente os indicadores de Return on Equity e Cost-to-Income²)</i>
<i>Return on Equity</i>	<i>('ROE')</i>	<i>Return on Equity do Banco no Exercício de Referência⁴</i>
<i>Objectivo de Return on Equity</i>	<i>('ROE^{Obj})</i>	<i>Valor previsto para o indicador Return on Equity no Orçamento de Referência²</i>

³ Todos os indicadores financeiros são considerados de acordo com a sua contabilização em IAS/IFRS, nos termos do seu contributo para o resultado global do Banif – Grupo Financeiro.

⁴ Valores calculados em base IAS/IFRS

<i>Cost-to-Income</i>	<i>('Ct')</i>	<i>Cost-to-Income do Banco no Exercício de Referência²</i>
<i>Objectivo de Cost-to-Income</i>	<i>('Ct^{obj}')</i>	<i>Valor previsto para o indicador Cost-to-Income no Orçamento de Referência²</i>
<i>Resultado Líquido</i>	<i>('RL')</i>	<i>Resultado Líquido do Banco no Exercício de Referência²</i>
<i>Objectivo de Resultado Líquido</i>	<i>('RL^{obj}')</i>	<i>Valor previsto para o Resultado Líquido do Banco no Orçamento de Referência²</i>
<i>Objectivo de Remuneração Variável</i>	<i>('RV^{obj}')</i>	<i>Remuneração Variável devida em caso de cumprimento a 100% dos objectivos estabelecidos, correspondente a 30% da Remuneração Global</i>

c. (i) Condição Preliminar de Atribuição da Remuneração Variável

Apenas haverá lugar ao pagamento de Remuneração Variável caso o indicador Return on Equity do Banco, no Exercício de Referência, seja superior ao valor médio anual da taxa Euribor a 12 meses durante esse mesmo ano, acrescido de 2% ('Ref. 1').

$$\llbracket RV > 0 \text{ se } ROE > \text{Ref. 1} \rrbracket$$

c. (ii) Fórmula de Cálculo da Remuneração Variável caso o Return on Equity do Banco seja superior a Ref.1 e inferior Ref.2.

$$RV = \left[\frac{RL}{RL^{obj}} \times \frac{Ct^{obj}}{Ct} \times \frac{ROE}{Ref.2} \right] \times RV^{obj}$$

c. (iii) Condição de Atribuição da Remuneração Variável em montante superior a 30% da Remuneração Global.

Como referido supra, de acordo com a estrutura de remuneração proposta, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados (isto é, concretização a 100% dos Indicadores Seleccionados do Orçamento de Referência), a Remuneração Variável dos Administradores Executivos corresponderá a 30% da Remuneração Global.

Caso o valor real/efectivo dos Indicadores Seleccionados venha a ser mais positivo do que o valor previsto no Orçamento de Referência (cumprimento acima de 100%), o montante da Remuneração Variável de cada Administrador Executivo apenas poderá vir a ser superior a 30% da sua Remuneração Global caso o Return on Equity do Banco, no Exercício de Referência, seja superior ao Valor Médio da Taxa Euribor a 12 meses ao longo do Exercício de Referência, acrescido de 6%.

$$\llbracket RV > RV^{obj} \text{ se } ROE > \text{Ref. 2} \rrbracket$$

c. (iv) Fórmula de cálculo da Remuneração Variável caso o Return on Equity seja superior a Ref.2

$$RV = \left[\frac{RL}{RL^{obj}} \times \frac{Ct^{obj}}{Ct} \right] \times RV^{obj}$$

c. (v) Limitações ao montante global da Remuneração Variável

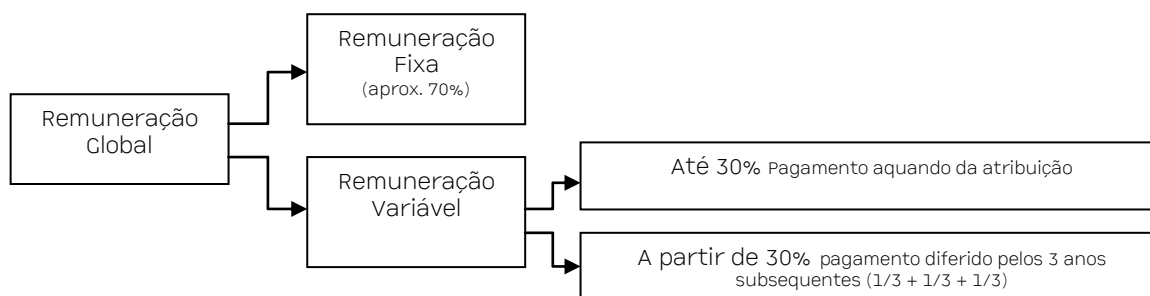
- O montante de Remuneração Variável atribuído a cada Administrador Executivo, calculado nos termos das alíneas anteriores, não pode exceder 36% da respectiva Remuneração Global.
- O montante global atribuído à totalidade dos (7) membros da Comissão Executiva a título de Remuneração Variável não pode exceder o montante correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício de Referência, caso em que o montante a pagar será reduzido a esse limite e rateado na proporção das respectivas remunerações fixas.⁵

c. (vi) Forma de pagamento da Remuneração Variável

No momento presente, tendo em conta a expressão, considerada moderada, que as componentes de remuneração variável assumem na política remuneratória do Banco, bem como a significativa longevidade que tem vindo a caracterizar as relações que a generalidade dos membros do órgão de administração mantêm com a instituição, não se vislumbra necessidade de proceder ao diferimento de uma parte substancial das Remunerações Variáveis.

Não obstante, em linha com a política de remunerações aprovada na Assembleia Geral Anual de 2010, a Comissão de Remunerações deliberou estabelecer que, caso a Remuneração Variável, calculada nos termos das alíneas anteriores, venha a exceder os 30% da Remuneração Global, o pagamento do montante correspondente a tal excedente será diferido para após o apuramento das contas de cada um dos três exercícios subsequentes (havendo lugar ao pagamento de um terço do montante em cada um dos mesmos).

Por outro lado, em cada um dos três exercícios seguintes, apenas haverá lugar ao pagamento previsto no parágrafo anterior caso se verifiquem resultados que, de acordo com a Política de Remuneração em vigor em cada um dos mesmos, permitam a atribuição de Remuneração Variável.



3.1.3. Vogais do Conselho de Administração (Administradores Não Executivos)

A remuneração dos membros vogais, não executivos, do Conselho de Administração é exclusivamente constituída por senhas de presença, de valor fixo, nas reuniões do referido órgão.

Estes elementos poderão ser remunerados por outras sociedades do Grupo onde exerçam funções, nos casos em que os níveis e a complexidade das respectivas actividades, as práticas de mercado ou outras circunstâncias relevantes o justifiquem.

⁵ Valor calculado em base NCA

3.2. Conselho Fiscal

A fim de garantir a isenção e o rigor na acção fiscalizadora do Conselho Fiscal, a remuneração dos seus membros é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão, não estando, por qualquer forma, dependente ou relacionada com os resultados da sociedade.

4. Informações em cumprimento do disposto na Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho

a. Mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;

A Comissão de Remunerações considera que a presente Política de Remuneração integra diversos mecanismos que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade, na medida em que:

- (i) A atribuição de uma Retribuição Variável aos Administradores Executivos está dependente de um Resultado Líquido do exercício substancialmente positivo, uma vez que, no Exercício de Referência, o indicador Return on Equity terá que ser superior à média da taxa Euríbor 12 meses acrescida de 2%;
- (ii) A conjugação dos indicadores seleccionados para efeito da avaliação de desempenho dos Administradores Executivos faz relevar, não só a componente de resultado do exercício (Return on Equity), mas também a optimização da estrutura de custos e o nível de eficiência da organização (Cost-to-Income), factor considerado da maior importância para o desenvolvimento sustentável da instituição, a médio e longo prazo;
- (iii) A existência de duas "hurdles" de referência (Ref. 1 e Ref. 2), que o Return on Equity da sociedade terá que superar a fim de que haja lugar à atribuição de uma Remuneração Variável aos Administradores Executivos, por um lado, e para que esta possa atingir um montante superior a 30% da Remuneração Global, por outro, bem como o facto de que ambas estas "hurdles" dependem de indicadores externos à sociedade, previnem o risco de um aumento desproporcionado da Remuneração Variável decorrente da aprovação de um objectivo/orçamento pouco ambicioso;
- (iv) No mesmo sentido da alínea anterior, aponta a exigência de a Comissão de Remunerações validar o Orçamento de Referência, apresentado pelo Conselho de Administração, bem como o facto de poder anualmente rever a percentagem da Remuneração Global a que corresponde o Objectivo de Remuneração Variável.
- (v) A existência de limites máximos à remuneração variável (36% da Remuneração Global e 5% do Resultado Líquido do Exercício) obvia situações de assunção de riscos excessivos;
- (vi) O diferimento do pagamento da Remuneração Variável, na componente em que exceda o Objectivo de Remuneração Variável (30% da Remuneração Global) e o seu condicionamento à continuidade dos resultados positivos da sociedade permitem acautelar o risco da atribuição de montantes extraordinariamente elevados num determinado exercício, que se traduzam em reduções substanciais dos resultados nos exercícios seguintes.
- (vii) A inexistência de Remuneração Variável para os Administradores Não Executivos, desligando a respectiva remuneração do nível de desempenho da sociedade em determinado exercício, potencia a sua função de controlo e supervisão da actividade dos Administradores Executivos, numa perspectiva de desenvolvimento prudente e sustentável da sociedade.

b. Critérios de definição da componente variável da remuneração;

Os critérios para a definição da componente variável da remuneração estão descritos na alínea c. do Ponto 3.1.2. supra.

c. Existência de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização;

O Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e fiscalização. Considerando que o Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem acções admitidas à negociação em mercado regulamentado e sendo o seu capital social integralmente detido por um accionista único, não se considera adequada ou viável a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros dos órgãos de administração e fiscalização.

d. Possibilidade de o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato;

A forma como o pagamento de parte da Remuneração Variável poderá ter lugar após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato está descrita na alínea c. (v) do ponto 3.1.2 supra.

e. Mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

O mecanismo de limitação da Remuneração Variável (na parte cujo pagamento haja sido diferido), no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa está previsto o último parágrafo da alínea c. (v) do ponto 3.1.2 supra.”

II.2. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável.

Montante anual das remunerações auferidas individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade:

Conselho de Administração

Valores em Euros

Conselho de Administração	Remunerações fixas (Inclui senhas de presença)	Remunerações variáveis
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	Eur 68.000,00	-----
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes	Eur 289.300,16	-----
Dr. Nuno José Roquette Teixeira	Eur 55.200,00	-----
Dr. José Paulo Baptista Fontes	Eur 55.200,00	-----
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques	Eur 162.455,16	-----
Dra. Maria da Conceição Rodrigues leal	Eur 162.455,16	-----
Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge	Eur 162.455,16	-----
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira	Eur 162.455,16	-----
Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos	Eur 162.455,16	-----
Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira	Eur 48.000,00	-----
Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme	Eur 162.455,16	-----
TOTAL	Eur 1.490.431,00	-----

Conselho Fiscal

(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

Conselho Fiscal	Senhas de presença
Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida	Eur 53.250,00
Dr. José Luís Pereira de Macedo	Eur 5.000,00
Sr. Rui Manuel Braga de Almeida	Eur 5.000,00
Total	Eur 63.250,00

II.3 Informações em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 16.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal

- a. Processo de decisão utilizado na definição da política de remuneração, incluindo, se for caso disso, a indicação do mandato e da composição da comissão de remuneração, a identificação dos consultores externos cujos

serviços foram utilizados para determinar a política de remuneração e dos serviços adicionais prestados por estes consultores à sociedade ou aos membros dos órgãos de administração e fiscalização;

A Política de Remuneração referente ao exercício de 2011 foi aprovada em reunião da Comissão de Remunerações do Banif – Banco de Investimento, S.A., no dia 29 de Março de 2011, por deliberação unânime dos respectivos membros.

A Comissão de Remunerações foi eleita em Assembleia Geral de 29 de Março de 2009, para um mandato de 3 anos, até ao final de 2011, e tem a seguinte composição:

- Rentipar Financeira, SCPS, S.A., representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade;
- Fundação Horácio Roque, representada pela Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro;
- Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., representava pelo Sr. Vítor Hugo Simons.

Nenhum dos representantes designados pelas entidades membros da Comissão de Remunerações para exercício efectivo de funções, acima identificados, é membro dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banif – Banco de Investimento, S.A., ou tem com algum daqueles quaisquer vínculos familiares ou dependência de qualquer natureza.

A Comissão de Remunerações não recorreu a quaisquer peritos, consultores ou entidades externas com vista à preparação, elaboração e aprovação da Política de Remuneração, tendo tomado em consideração as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no sector financeiro e de outros Bancos portugueses que operam nos mercados nacional e internacional.

- b. Relativamente à componente variável da remuneração, as diferentes componentes que lhe deram origem, a parcela que se encontra diferida e a parcela que já foi paga;

A Remuneração Variável dos Administradores Executivos referente ao exercício de 2011 não se encontra paga à presente data.

- c. Informação sobre o modo como a política de remuneração em vigor permite, de forma adequada, atingir os objectivos de alinhar os interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da instituição e desincentivar uma assunção excessiva de riscos, bem como sobre os critérios utilizados na avaliação de desempenho.

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 29 de Março de 2011, transcrita no ponto II.1 supra.

- d. Relativamente à remuneração dos Administradores Executivos:

- i. Os órgãos competentes da instituição para realizar a avaliação de desempenho individual;

Não existem órgãos da instituição com competência específica para avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. A Comissão de Remunerações avalia o desempenho da generalidade dos membros da Comissão Executiva por aplicação dos critérios estabelecidos previstos na Política de Remunerações, para efeito de cálculo da respectiva Remuneração Variável. Não obstante, é à estrutura

accionista, nomeadamente ao órgão de administração do accionista único, Banif Investimentos, SGPS, S.A. e ao órgão de administração da Banif – SGPS, S.A., holding de topo do Banif – Grupo Financeiro que cabe a avaliação do desempenho dos Administradores Executivos.

- ii. Os critérios predeterminados para a avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração;

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 29 de Março de 2011, transcrita no ponto II.1 supra. Conforme ali se refere, os critérios para determinação da Remuneração variável são aplicados ao desempenho da Comissão Executiva e não a cada Administrador individualmente considerado.

- iii. A importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos Administradores Executivos, assim como os limites máximos para cada componente;

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 29 de Março de 2011, transcrita no ponto II.1 supra. Complementarmente ao referido, informa-se que, considerando os montantes da remuneração fixa paga aos Administradores Executivos durante o exercício de 2011 e o montante de remuneração variável estabelecido com referência ao mesmo exercício, indicado na alínea b). supra, a remuneração fixa representará 100% e a remuneração variável representará 0% da remuneração global dos Administradores Executivos.

- iv. Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento;

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- v. O modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da instituição ao longo do período de diferimento;

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- vi. Os critérios em que se baseia a atribuição de Remuneração Variável em acções, bem como sobre a manutenção, pelos Administradores Executivos, das acções da instituição a que tenham acedido, sobre a eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;

O Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de atribuição de acções a membros dos órgãos de administração e fiscalização.

- vii. Os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;

O Banif – Banco de Investimento, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e fiscalização.

- viii. Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Não existem quaisquer prémios anuais, para além da componente variável da retribuição dos Administradores Executivos (cujos parâmetros e fundamentos constam da Declaração sobre Política de Remunerações aprovada pela Assembleia Geral, acima transcrita, e que não teve lugar relativamente a 2011) ou outros benefícios não pecuniários relevantes.

- ix. A remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

Não existe remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios, para além da componente variável da retribuição dos Administradores Executivos, a qual não teve lugar com referência ao exercício de 2011.

- x. As indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Não foram pagas nem são devidas a ex-membros executivos do órgão de administração quaisquer quantias/indemnizações decorrentes da cessação das suas funções durante o exercício de 2011.

- xi. Informação sobre a existência de instrumentos jurídicos nos termos do art.º 10.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal;

Sem prejuízo do regime legal aplicável, não existem instrumentos jurídicos específicos tendentes a assegurar que não será paga qualquer compensação ou indemnização, incluindo pagamentos relacionados com a duração de um período de pré-aviso ou cláusula de não-concorrência, nos casos em que a destituição do membro do órgão de administração, ou a resolução do seu contrato por acordo, resultar de um inadequado desempenho das suas funções.

- xii. Os montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Montantes pagos a cada um dos Administradores Executivos do Banif – Banco de Investimento, S.A., a qualquer título, por outras sociedades em relação de domínio ou de Grupo:

Valores em euros

Comissão Executiva	Remunerações auferidas em outras sociedades do Banif – Grupo Financeiro em 2011
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes	Eur 143.727,10
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques	Eur 6.000,00
Dra. Maria da Conceição Rodrigues leal	Eur 2.000,00
Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge	Eur 0,00
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira	Eur 4.000,00
Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos	Eur 0,00
Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme	Eur 0,00

- xiii. As principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral;

Os Administradores Executivos do Banif – Banco de Investimento, S.A. estão abrangidos por Fundos de Pensões complementares à Segurança Social. Estes administradores são participantes do Plano de Contribuição Definida do Fundo de Pensões de Banif – Banco de Investimento, S.A gerido pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Este Fundo é complementar à Segurança Social.

Sendo as suas participações no Fundo idênticas à dos restantes empregados participantes do Fundo, este assunto não foi sujeito à apreciação da Assembleia Geral.

- xiv. A estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores;

Não existem benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração.

- xv. A existência de mecanismos que impeçam a utilização pelos membros do órgão de administração de seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Não estão definidos mecanismos com vista ao propósito descrito.

- xvi. Relativamente à remuneração dos Administradores Não Executivos, referência à inclusão de alguma componente variável.

A remuneração dos Administradores Não Executivos referente ao exercício de 2011 não inclui qualquer componente variável (entendendo-se como tal, uma componente associada ao desempenho da sociedade).

- II.4 Remuneração dos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização cumpram algum dos seguintes critérios:**
- a. Desempenhem funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta da instituição ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco da instituição;
 - b. A sua remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgão de administração ou fiscalização;
 - c. Exerçam as funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.

a. Trabalhadores abrangidos

Consideram-se abrangidos no ponto II.4 os colaboradores do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (i) responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura do Banco, na medida em que exercem uma actividade profissional com impacto no perfil de risco da instituição e os que (ii) integrando o quadro directivo da instituição (Directores, Directores-Adjuntos e Subdirectores), desempenham funções nas áreas de auditoria, compliance e risco, sendo que não existem colaboradores “cuja remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgãos de administração ou fiscalização” que não se encontrem desde logo enquadrados num dos pressupostos anteriores.

- b. O processo utilizado na definição da política de remuneração e identificação dos consultores externos cujos serviços foram utilizados para determinar a política de remuneração e dos serviços adicionais prestados por estes consultores à sociedade ou aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.**

A “Política de Remuneração dos Colaboradores do Banif – Banco de Investimento, S.A.” (‘PRCBBI’) foi proposta pelos serviços do Banco e aprovada pela Comissão Executiva em reunião de 28 de Junho de 2011.

Não foram utilizados serviços de quaisquer peritos, consultores ou entidades externas, tendo sido tomada em consideração a prática seguida pela instituição e as práticas seguidas no sector financeiro e por outros bancos portugueses que operam no mercado nacional e internacional.

- c. Relativamente à componente variável da remuneração, as diferentes componentes que lhe deram origem, a parcela que se encontra diferida e a parcela que já foi paga;**

Não foi paga aos colaboradores qualquer remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- d. Informação sobre o modo como a política de remuneração em vigor permite, de forma adequada, atingir os objectivos de alinhar os interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da instituição e desincentivar uma assunção excessiva de riscos, bem como sobre os critérios utilizados na avaliação de desempenho.**

A PRCBBI não contempla uma remuneração variável cujo montante esteja associado ao desempenho da sociedade e calculada com base em com critérios pré-determinados.

A remuneração destes colaboradores é constituída exclusivamente por uma quantia fixa, composta pelo vencimento base e outros complementos atribuídos à generalidade dos trabalhadores da instituição, não havendo, nesta medida, qualquer incentivo à assunção excessiva de riscos por parte dos mesmos.

A PRCBBI prevê que “Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá atribuir a colaboradores uma remuneração variável, estando esta atribuição dependente de decisão discricionária deste órgão de gestão da instituição. Em caso de atribuição de uma remuneração variável, será assegurado que a remuneração fixa continue a constituir a parte mais relevante da remuneração global.”

Deste modo, pretende-se promover e motivar um melhor desempenho individual de cada colaborador, no contexto das funções que lhe estão confiadas, sem associar directamente este (eventual) prémio aos resultados da sociedade, nomeadamente aos resultados no curto prazo.

Dada a componente pouco substancial da remuneração variável na remuneração global dos colaboradores, entende-se que a política remuneratória existente não compromete os interesses de longo prazo da instituição e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Não foi deliberado e/ou distribuído qualquer prémio, nos termos descritos, com referência ao exercício de 2011.

Os critérios utilizados na avaliação dos colaboradores são os constantes do processo de avaliação de desempenho em vigor no Banco, realizado pelas respectivas hierarquias e Conselho de Administração no que toca aos responsáveis de 1ª linha.

e. Órgãos competentes para a realização da avaliação de desempenho individual

O órgão competente para a avaliação dos colaboradores responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura do Banco é o próprio órgão de administração, na pessoa dos responsáveis dos respectivos pelouros. No que se refere aos colaboradores não integrados no grupo anterior, os quais desempenham funções nas áreas de auditoria, *compliance* e risco, a sua avaliação é realizada nos termos do processo normal de avaliação de desempenho em vigor no Banco, pelas respectivas hierarquias.

f. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho individual nos quais se baseie o direito a uma componente variável de remuneração.

Como se referiu supra, a atribuição de um prémio de desempenho decorre sempre de uma eventual e discricionária decisão do Conselho de Administração, pelo que não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho individual nos quais se baseie qualquer direito (no sentido de um direito adquirido), a uma componente variável de remuneração, por parte de qualquer colaborador.

g. O modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da instituição.

Tendo em conta a expressão reduzida que a componente de remuneração variável (prémio de desempenho) assume na política remuneratória do Banco, bem como a longevidade que habitualmente caracteriza as relações laborais, não se vislumbra necessidade de proceder ao diferimento do pagamento daquela.

h. Os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período do diferimento e do preço de exercício;

A PRCBBI não prevê a atribuição de remuneração variável em opções.

i. Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Além do prémio de desempenho, cujos termos de atribuição foram oportunamente descritos nos pontos anteriores, não existe qualquer sistema de prémios anuais. Os outros benefícios prestados aos colaboradores do Banco, todos previstos na PRCBBI são os seguintes:

- i. Serviços de Assistência Médica (Seguro de Saúde);
- ii. Seguro de acidentes de trabalho, nos termos da lei;
- iii. Fundo de Pensões que confere pensão complementar com direitos adquiridos.

II.5 Divulgação de Informação quantitativa, em cumprimento do disposto no art.º 17.º do Aviso do banco de Portugal n.º 10/2011

- i. O montante anual agregado das remunerações auferidas pelos colaboradores e o número de beneficiários

Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Todos os colaboradores	1.863.533,71	0,00

Número de beneficiários abrangidos – 25.

- ii. Os montantes e os tipos de remuneração variável, separados por remuneração pecuniária, acções, instrumentos share-linked e outros tipos

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- iii. O montante da remuneração diferida não paga, separada por componentes investidas e não investidas

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- iv. Os montantes anuais da remuneração diferida devida, paga ou objecto de reduções resultantes de ajustamento introduzidos em função do desempenho individual dos colaboradores

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- v. O número de novas contratações efectuadas no ano a que respeita

Não foram efectuadas novas contratações no ano de 2011.

- vi. O montante dos pagamentos efectuados ou devidos anualmente em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com colaboradores, o número de beneficiários desses pagamentos, e o maior pagamento atribuído a um colaborador.

Não foi efectuada qualquer rescisão antecipada do contrato de trabalho dos colaboradores em referência.

- vii. O montante anual agregado das remunerações auferidas pelos colaboradores, discriminada por área de actividade

Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Responsabilidade	1.670.378,67	0,00

Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Controlo (Compliance)	46.710,06	0,00

Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Controlo (Gestão de Risco)	106.031,16	0,00

Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Controlo (Auditoria)	40.413,82	0,00

viii. Remunerações do revisor oficial de contas

Em relação ao órgão de fiscalização da sociedade, e Revisor Oficial de Contas, o mesmo aferiu em 2011 uma remuneração fixa, no valor de €75.768,00 (sem IVA) com base num contrato de prestação de serviços celebrado com a Sociedade nos termos legais.

A large, stylized purple graphic element, resembling a thick, rounded letter 'C' or a partial circle, is positioned in the upper half of the page. Inside the central negative space of this purple shape is a solid black circle. The word "ANEXOS" is written in white, uppercase, sans-serif font within the black circle.

ANEXOS

ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL




RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração do BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

O Conselho Fiscal no desempenho das suas funções obteve sempre do Conselho de Administração e dos Serviços do Banco, os esclarecimentos e a colaboração necessários para o cabal desempenho das nossas funções.

Os critérios valorimétricos utilizados encontram-se explicitados no Anexo às Contas e correspondem à correcta avaliação do património social.

Consideramos que o Relatório do Conselho de Administração explicita os negócios sociais desenvolvidos no exercício e a evolução previsível do Banco para o ano de 2012.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas, documento com que concordamos e que se dá aqui como integralmente reproduzido.

Assim e tendo analisado os documentos de prestação de contas e considerando que os mesmos exprimem a situação económica e financeira do BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A. somos de parecer que aproveis:



1. O Relatório de Gestão, as Contas Individuais e Consolidadas e o respectivo Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011; e
2. A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 20 de Abril de 2012

O CONSELHO FISCAL

Fernando Mário Teixeira de Almeida - Presidente

Teresa Lucinda Camoesas Castelo

Rui Manuel Braga de Almeida

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS



Ernst & Young
 Audit & Associates - SROC, S.A.
 Avenida da República, 90 6ª
 1600-206 Lisboa
 Portugal
 Tel: +351 217 912 000
 Fax: +351 217 957 586
 www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banif – Banco de Investimento S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 1.102.738 milhares de Euros e um total de capital próprio de 77.028 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 3.063 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



2

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banif-Banco de Investimento, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

- 9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7, chamamos à atenção para as perspectivas e visão da nova gestão para o Banif Grupo Financeiro, conforme referido no final da secção 3 do Relatório de Gestão, e para a estratégia de financiamento referida no capítulo 2.2.2 da secção 2 desse mesmo relatório.

Lisboa, 19 de Abril de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:


João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



Ernst & Young
 Audit & Associated - SRDC, S.A.
 Avenida da República, 90-67
 1600-206 Lisboa
 Portugal
 Tel: +351 217 912 000
 Fax: +351 217 957 586
 www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banif - Banco de Investimento S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 1.093.293 milhares de Euros e um total de capital próprio de 87.271 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 887 milhares de Euros), a Demonstração Consolidada de Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada de Variações em Capital Próprio e a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Sociedade Anónima - Capital Social 1.108.000 euros - inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - inscrição N.º 9011 na OMM
 Contribuinte 526 988 282 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited



2

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas,
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banif - Banco de Investimento, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.



3

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7, chamamos à atenção para as perspectivas e visão da nova gestão para o Banif Grupo Financeiro, conforme referido no final da secção 3 do Relatório de Gestão, e para a estratégia de financiamento referida no capítulo 2.2.2 da secção 2 desse mesmo relatório.

Lisboa, 19 de Abril de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº B96)



NOTA AMBIENTAL RELATIVA À PRODUÇÃO DESTE RELATÓRIO

Tomando consciência que as alterações climáticas são um dos principais desafios globais, o Banif – Banco de Investimento, SA acredita que pode fazer a diferença.

Numa atitude de responsabilidade climática, o Banif – Banco de Investimento, SA decidiu neutralizar as emissões de todo o ciclo de vida deste relatório através da aquisição de créditos de carbono associados ao projecto “Biomassa Brasil”, verificados de acordo com o standard VCS (Verified Carbon Standard) por entidades acreditadas pelas Nações Unidas. Este projecto visa substituir a utilização de combustíveis fósseis por resíduos de madeira e, desta forma, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa na produção de electricidade. A biomassa é um combustível considerado neutro em carbono por sequestrar dióxido de carbono da atmosfera durante o seu crescimento.

Assim, este relatório é Carbonfree®, ou seja, neutro em carbono.



BANIF

INVESTMENT
BANK

